

BRASIL - SÉCULO 20

A Consciência Conservadora no Brasil

**Paulo
Mercadante**

3ª Edição



EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

Paulo Mercadante

A Consciência Conservadora no Brasil

Contribuição ao Estudo
da Formação Brasileira

3.^a edição



EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

© 1980 by Paulo Mercadante

Direitos adquiridos para a língua portuguesa pela
EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.
Rua Maria Angélica, 168, Lagoa — CEP: 22.461 — Tel.: 246-8066
Endereço Telegráfico: NEOFONT
Rio de Janeiro — RJ

Capa
VICTOR BURTON

Diagramação:
GUSTAVO MEYER

Revisão:
JORGE AGUINALDO URANGA

FICHA CATALOGRÁFICA
CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M523c Mercadante, Paulo.
A Consciência conservadora no Brasil / Paulo Mercadante. — 3. ed. — Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980.
(Brasil, Século 20)

Bibliografia

1. Brasil — História 2. Brasil — Política e governo 3. Conservadorismo — Brasil I. Título II. Série

CDD — 320 520981
320 981
981
CDU — 329 11(81)
32(81)
981

80-0409

A memória de meu pai,
Xenofonte Mercadante

“O presente, ainda depois das mais profundas revoluções morais e sociais, liga-se ao passado por vínculos tais que não se poderiam romper sem torná-lo um enigma.”

SALVIOLLI

SUMÁRIO

Prefácio à 1.^a Edição, 11

- I. Antecedentes Históricos e Sociais, 21
- II. A Conciliação na Estrutura Econômica, 39
- III. A Conciliação de 1822, 59
- IV. A Elaboração das Instituições Políticas, 77
- V. A Projeção do Espírito do Ecletismo, 91
- VI. A Constante da Conciliação nos Acontecimentos, 107
- VII. A Interpretação — Fórmula Conciliatória, 119
- VIII. As Limitações do Radicalismo Nacional, 131
- IX. Esboço de uma Doutrina: a Conciliação, 143
- X. A Doutrina da Abolição Gradual, 157
- XI. O Romantismo, 169
- XII. A Dualidade do Direito Privado, 177
- XIII. O Poder Moderador, 195
- XIV. A Filosofia Eclética no Brasil, 207
- XV. A Dinâmica Conservadora, 227

PREFÁCIO À 1.^a EDIÇÃO

Talvez tenha sido Salviolli quem melhor definiu, em termos sociais, a estreita ligação entre o passado e o presente. Este, segundo o escritor italiano, mesmo depois das mais profundas revoluções, liga-se ao passado por vínculos tais que não se poderiam romper sem torná-lo um enigma.

Tomando como ponto de partida a meditação do pensador, tentaremos uma síntese do progresso histórico brasileiro, a fim de que se possam aferir as mutações nele ocorridas.

No período de formação nacional, que alcança os últimos anos do século passado, a mentalidade conservadora brasileira haveria de distinguir-se da européia por suas singulares feições conciliatórias. Trazendo em seu espírito o reflexo das faces mercantil e feudal do domínio, teve a intelligentsia nacional que conciliar também o liberalismo econômico e o instituto da escravatura, procurando ajustá-los à realidade do país. Ademais, tudo a levava a uma ideologia de mediação.

Primeiramente, o Zeitgeist que emerge após a experiência da burguesia francesa. Ao invés de considerar a sociedade e o Estado como resultantes de relações contratuais, o romantismo via-os como unidade espiritual. Preferia as mudanças imperceptíveis, que se acumulam silenciosamente, repelindo as transformações violentas provocadas pelas rebeliões. Da mesma forma, a escola do historicismo jurídico, que se ori-

gina da reação ao racionalismo do enciclopedismo. Burke e Adam Müller haviam-se revoltado contra a metafísica dos filósofos da revolução. Bentham reclamara um legislador que fizesse uso de sanções para estabelecer uma harmonia de interesses, que o jogo espontâneo dos indivíduos não asseguraria. O formalismo jurídico estendia-se às normas estreitas do comportamento, constituindo não só um instrumento de diferenciação cultural como um meio de equilibrar as tendências éticas e estetizantes contidas no compromisso.

No ecletismo filosófico de Victor Cousin o espírito nacional iria encontrar as bases teóricas para formular a sua ideologia. O compromisso seria, em grande parte, com o espiritualismo nele contido. Trata-se, sem dúvida, de um recurso do próprio século XIX aqui produzido naquele sentido que Bentham atribuía ao meio ambiente, realizada por uma minoria sábia.

Da mediação entre o liberalismo econômico nas relações com o mercado externo e o escravismo do engenho ou da fazenda de café, derivaria o juste milieu, que não visava a conservar o obsoleto, cuidando, ao contrário, de alimentar uma política de desenvolvimento gradual. Para a consagração de uma síntese com funções de natureza dinâmica, participaria o romantismo com a sua programática, em cujo sentido havia o que Mannheim realça como um intento, constantemente renovado, de "alcançar a síntese de todas as perspectivas existentes mirando a uma reconciliação dinâmica". E, no próprio conservantismo, adotava o nacionalismo formas adequadas para o patriarcalismo rural como classe portadora do espírito progressista. Tratava-se de uma modalidade de fenomenologia, cujo objetivo era a síntese da problemática que se projetava sobre o Brasil, partida da revolução burguesa e contra-revolução da Restauração.

O movimento de 15 de novembro não significaria a ruptura com o passado. Victor Cousin foi banido do pensamento da elite, mas a velha cultura conservou-se. No conjunto das

idéias liberais houve lugar para as heranças ecléticas. Os ataques ao sentido cousiniano que precederam à República, desferidos desde a década de 70, contribuíram para a formação de duas novas tendências: o positivismo e o evolucionismo. Inspirado em Comte e em Littré, refugiava-se o primeiro nas escolas militares e politécnicas. O último, entre intelectuais, médicos e bacharéis. Nele desembocam também as idéias haeckelianas, mecanicistas e neokantianas da primeira fase.

Inspirava-se o positivismo num ideal ético, dando origem, de imediato, a um puritanismo que se voltara rigidamente contra o espírito estetizante nacional. Entretanto, não conseguiria a filosofia de Augusto Comte suprimir a ação do pensamento contido no evolucionismo liberal. Com este teve que se unir em função de um novo compromisso. Em termos de política, o positivismo seria a linha dogmática, esposada por um Júlio de Castilho, Pinheiro Machado, Hermes da Fonseca. Já o evolucionismo encobriria tendências liberais e as contribuições da segunda metade do século passado. Spencer prestava-se melhor ao ideal de democracia, de evolução sem saltos, de constitucionalismo.

Os dois pensamentos, positivista e evolucionista, coexistem na chamada política dos governadores. Estabeleceram-se as regras do jogo, mais ou menos respeitadas. Rui Barbosa não se radicalizou ante o bombardeio da Bahia, recorreu porém a meios legais para a restauração da ordem.

O tenentismo e a Semana de Arte Moderna procuraram romper com o compromisso existente na República Velha. Um grupo de positivistas juntou-se a adeptos do anarquismo e advém daí o tipo específico do comunismo nacional, fortemente influenciado pelo dogmatismo de Comte.

A ala tenentista, fixada em preocupações reformadoras, depois de várias tentativas malogradas, ganharia em 1930 a Revolução de outubro. Inspirada num sentido ético, de luta contra a corrupção e contra as oligarquias, trazia em seu contexto ideológico de classe média o destino de ser consu-

mida pelas tendências tradicionais do liberalismo. Juraci, Juarez e outros vinham imbuídos de inquietações reformadoras. Em 1932 surgia a primeira reação e em seguida a absorção do movimento. Os tenentes, em pouco tempo, abandonaram a farda pela dialética dos bacharéis. A Constituição elaborada dois anos após a rebelião de São Paulo é a réplica da anterior. Os mineiros, paulistas e baianos a fizeram com os olhos voltados para Rui e os pés fincados na estrutura do interior.

Em 1937 nova situação se descortina. Outro rompimento com o compromisso. É fulminado o liberalismo, cuja crítica o próprio Vargas faria em termos de um estado forte, mas que nascia para impor uma nova transação: paz entre as classes, entre patrões e empregados, justiça e leis sociais. Não houve uma ruptura com o formalismo jurídico e se manteve, da mesma forma, a estrutura de direito privado anterior. Alguns jurisconsultos, posto que de formação impregnada de idéias éticas, incumbiram-se com o formalismo de limar as arestas de um dogmatismo positivista que existia na raiz do caudilhismo de Vargas e dos gaúchos que o cercavam.

A guerra aceleraria o progresso industrial em virtude da substituição de importações. Quando terminou, os ares de liberdade, que a derrota do fascismo soprava sobre o mundo fatigado, repassariam a Constituição de 1946 de uma tonalidade liberal. A idéia estetizante outra vez soberana marcaria o período que chega até os acontecimentos de abril de 64.

Mas o diploma de 1946 sobressaía por endossar a criação de uma superintendência de moeda e crédito. Por meio de um artifício, criado pelo empirismo da burguesia industrial, a alavanca do desenvolvimento se transferia para a política cambial. As instruções da SUMOC tornavam-se mais importantes do que as leis do Congresso. A caminhada do neoliberalismo sofreria uma mutação qualitativa com a Instrução 70, de outubro de 1953. Posto a serviço da indústria, o dispositivo liquidaria definitivamente o poder do fazen-

deiro, e o faz marcando o período com a tragédia de 24 de agosto.

Juscelino Kubitschek intensificaria o desenvolvimento fundado no esquema dos favores de câmbio. Era a forma brasileira de fortalecer a burguesia industrial e conduzir o país da etapa do desenvolvimento natural para uma política desenvolvimentista. Entretanto, adiantou-se demasiado, porque a classe média começou a perceber, ainda em seu Governo, que os artifícios de favorecimento cambial à indústria eram formas que violavam profundamente as normas éticas.

A classe média responderia com Jânio Quadros, que apresentou a tentativa de realização pacífica de uma idéia ética em termos de respeito ao liberalismo tradicional. Tentou, por meio de um sentido de autoridade moral, corrigir os excessos dos recursos anteriores. Pela primeira vez ganharia relevo a expressão verdade cambial. Após a renúncia e conseqüente posse de Goulart, decidiram alguns setores da burguesia industrial aliar-se a organizações sindicais operárias para uma tentativa de liquidação dos obstáculos que impediam a ampliação do mercado interno.

Esqueciam-se os homens da indústria das tendências conciliatórias tradicionais. Armaram um plano para a revolução capitalista, desprezando as lideranças moderadas da classe média, para se aliarem a grupos radicais de esquerda, desejosos de queimar as etapas para uma revolução socialista. Sob a direção e responsabilidade da indústria, passou-se a um plano de pressões crescentes. Em determinado momento não mais se distinguiam os assessores dos industriais dos próprios esquerdistas. Ambos silenciavam as naturais ojerizas para a aliança: os últimos se transformavam de internacionalistas em eloqüentes nacionalistas e os primeiros adotavam a terminologia marxista.

Os operários eram chamados à revolução através de sistemáticas melhorias salariais. A cada onda reivindicatória

de marítimos, portuários, metalúrgicos, ferroviários, mais distante ficava a revolução aspirada pelas esquerdas. Por outro lado, a disparidade salarial que se estabelecia tornava a classe média cada vez mais revoltada contra a queda do seu antigo status. Tal ressentimento ia devorando a tradicional cordialidade de seu comportamento histórico, o sentido de seu respeito às normas do direito positivo e ao tradicionalismo político. No meio militar a situação se agravava, pois a legalidade era desafiada pelos excessos do Governo que chegaram a atingir a hierarquia. O ressentimento da classe média devorava assim o sentido que anteriormente empolgava a sua conduta social. Ao romper com o belo, nada mais lhe restava senão apelar para o bem. Eis a ética que alimentou o espírito da classe média a 31 de março ao jogá-la contra o poder constituído. As providências do Governo Goulart, radicalizando-se e investindo contra a sistemática legal, como, por exemplo, nos decretos do inquilinato e da reforma agrária, abriram a fenda no respeito à legalidade. Fora realmente exaurida a possibilidade de uma passagem para a sociedade capitalista através de meios extralegais e anti-formais.

Abril chegou ao acreditar a classe média que a vertigem do Governo João Goulart fosse conduzir o país ao regime comunista. Não foi por acaso que o movimento partiu de Minas, onde vive uma população conservadora. Houve um triunfo fácil, rápido e tranqüilo, ruindo como um castelo de cartas o dispositivo sindical que o grupo Jango pacientemente procurara armar para a defesa do Governo.

A primeira característica do movimento de abril é a ruptura com as normas de direito público. As disposições constitucionais e administrativas são estouradas, bem como dispositivos processuais, tanto comuns como penais-militares, e pela primeira vez o caminho da legalidade não foi retornado no dia imediato. Voltava-se sobremodo contra o Judiciário, tirando-lhe o controle jurisdicional dos atos do Executivo, a vitaliciedade dos Juizes e membros das Cortes. Considerando as peculiaridades de 29 de outubro de 1945,

de 24 de agosto de 1954 e 11 de novembro de 1955, admitamos que algo de novo ocorria no processo político brasileiro. Outra característica: o rompimento com os princípios da cordialidade brasileira. Tudo se inspirou na radicalização da idéia ética. O ornamental era sacrificado para que o bem triunfasse. O belo das instituições, em sua arquitetura tradicional, era substituído pela manifestação de um sentimento ético levado ao máximo.

O grupo vitorioso começa a apurar os atos de corrupção. Preocupação que empolga as duas áreas militares do movimento. Tanto o grupo Sorbonne como os militares ortodoxos, de linha dura, voltam a atenção e o cuidado para os aspectos violadores das normas éticas. Estas determinam, num dado momento, uma tentativa a favor de laços mais fortes com as culturas procedentes da Reforma Religiosa. A visita do presidente da Alemanha Ocidental ganhou uma importância digna de registro, enquanto que na política econômica percebem-se claramente as linhas de inspiração germânica.

Proclama-se a verdade cambial, através de medidas preliminares de eliminação de subsídios, e o combate à inflação é posto na ordem do dia como medida saneadora e moralizadora. Um dos governantes adeptos da situação investe contra a França, cuja cultura é vinculada aos padrões renascentistas. A dinâmica do movimento de abril é, pois, a princípio, a radicalização de um ideal ético em contraposição à anterior conciliação, culpada pelo esgotamento dos expedientes estetizantes.

Qual o destino da mecânica de abril? Nascida de uma reação de ressentimento, terá a possibilidade de prosseguir na radicalização até alcançar um estado reacionário? Poderá a classe média com suas limitações históricas alimentar o entusiasmo de um grupo de propósitos sérios?

Acredito que não. Há, em primeiro lugar, a impossibilidade de qualquer liderança atuar politicamente sem a problemática contemporânea. Sem o pensamento de um Toynbee, de um Mannheim, de um Mondolfo, como pode uma

intelligentsia movimentar-se num mundo que é antes de tudo uma comunidade cultural? A escolha de um energúmeno para a direção política deveria levar o grupo vitorioso a um destino trágico.

Há ainda uma questão de relevante importância. O Brasil vive um período de sincretismo avassalador. Queima as potencialidades etnográficas, em busca de um destino, de um valor que nunca poderá ser estranho ao sentido de sua sociedade, de suas tradições de liberdade, de seu passado. Nesse mosaico predominam as psicologias dos povos latinos e africanos. Aí também reside um fator adverso à consolidação do movimento militar de abril em termos de radicalização. A conciliação e a liberdade já têm a sua dinâmica na psicologia do homem singular brasileiro.

Mas admitamos que a radicalização possa proceder de uma concepção de segurança em face da existência do expansionismo chinês. Originando-se de um estado de formação puritana como são os Estados Unidos da América do Norte, a ideologia poderia levar o grupo vitorioso ao rompimento com o tradicional. Aliado ao ressentimento da classe média, a radicalização poderia alcançar um programa totalitário. Se aceitássemos a possibilidade, estaríamos admitindo o predomínio de uma ideologia sobre peculiaridades nacionais, o que não parece possível em face da realidade de nossos dias. Por outro lado, apoiado na classe média, nunca seria capaz o grupo vitorioso de definir-se a favor de um totalitarismo sem um sentimento de desespero. E a classe média foi movida apenas por temores e ressentimentos que os dias se encarregarão de abrandar e até de transformar em sentimento de culpa pelos excessos melancólicos da revolução.

Há outra hipótese, ou seja, a criação de um novo compromisso. Aliás, apesar da agressividade das primeiras medidas, o movimento nasceu comprometido com o tradicionalismo. A própria finalidade emanava de um sentido declaradamente democrático. Pois a revolução se teria feito, segundo as intenções apregoadas, para a restauração de uma verdadeira democracia. Na crista da onda rebelde vinha um ideal de

puritanismo, mas as preocupações com a restauração do formalismo jurídico passaram a atravessá-la de imediato. Uma revolução que mal se tornava vitoriosa, também procurava legitimar-se através de um Ato de direito público. Surgiria o caso da prorrogação do dispositivo que autorizava a suspensão dos direitos políticos e cassação dos mandatos legislativos. O problema do prazo que cortaria a eficácia de uma das armas poderosas do Ato propriamente dito era formal. O formalismo começava a absorver a dinâmica ética do movimento de abril.

São pois alguns motivos que tornam impossível a constante da radicalização. Haverá necessariamente um compromisso e conseqüente elaboração de um ethos legalista com os seus princípios. O fetiche da legalidade, empolgando o grupo vitorioso, acabará se transformando numa dinâmica, contendo em seu núcleo o novo equilíbrio.

Paulo Mercadante
Rio, 1965.

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E SOCIAIS

Na época dos descobrimentos marítimos coexistiam na Europa um sistema mercantilista em desenvolvimento e um sistema feudal em decomposição. Em algumas cidades italianas prevalecia o primeiro, desde o século décimo quarto, dotado de uma organização bancária que se ramificava pelo continente, exercitando não só a troca de mercadorias mas o próprio investimento de capitais. Nas cidades flamengas tirava-se proveito do comércio de tecidos. Noutras regiões a economia mercantil persistia conjuntada ao sistema feudal, sem a força necessária para descompor-lhe a estrutura.

A existência do mercantilismo em Portugal procede dos grupos interessados nos suprimentos das frotas que abordavam os portos do reino. Desempenham papel relevante na formação do Estado, e talvez a unificação política da monarquia tenha advindo do apoio que emprestaram à facção favorável à submissão da nobreza ao rei absoluto.

Desde o alvorecer do século XIII, o comércio com a Flandres já se mostrava ponderável: as naus lusitanas alcançavam os portos mediterrâneos e os do Norte continental. No século que subsegue, da década de 30 até a morte do Infante D. Henrique, ocorrida em 1460, descobrem e pesquisam os navegantes mais de mil quilômetros de costas africanas. Consentia-se ainda no comércio, haja vista a constituição em Lagos de uma companhia para explorar pescarias de Arguim.

Forma-se e medra o grupo ativo de mercadores, que se torna influente junto ao soberano. Há outros fatos que contribuem para o desenvolvimento do capital comercial. Repara Sérgio Bagú que no caso da Idade Média o volume das correntes mercantis internas era, na Europa Ocidental, muito maior do que se supunha e admite que tenha ocorrido o mesmo na Península Ibérica.

A colaboração entre o mercantilismo e a monarquia firmar-se-ia, mais tarde, em virtude do financiamento aos monarcas feito pelos mercadores, a fim de que defendessem as instituições, efetivando-se a aludida colaboração pela atividade dos últimos na cobrança de tributos determinados. Fatores outros, em fins do século XV, precipitam o progresso da mercantilagem. O aperfeiçoamento da tecnologia nas classes artesanais tornaria possível um surto na arte de navegar, bem como na técnica da fundição do ferro, o que incrementa a produtividade, possibilita a permuta mais rápida e maior acúmulo de capitais.

Existiam então espalhadas pelo continente europeu grandes casas, cuja ação fazia mover, como a meros fantoches, príncipes e dinastas. Recebiam, por suas, em geral, hábeis especulações, parte do pagamento em moeda e parte em concessões. Os Welsers, por exemplo, investiram capital em expedições às Índias Orientais, financiaram outra, meio militar, meio comercial, à Venezuela, envolveram-se no tráfico de especiarias entre Lisboa e Antuérpia, associaram-se a grupos das minas de prata e cobre no Tirol e na Hungria e mantinham estabelecimentos em Lisboa e noutras cidades continentais. Havia diversas dinastias financeiras, cujos negócios não diferiam, bem como outros grupos independentes que compartilhavam o proveito de uma empresa, como a Companhia das Índias Orientais; às vezes ligavam-se a Estados, como no caso de Espanha e Portugal. Urdira-se a rede que tornara a Europa uma unidade econômica, um vigoroso mercado de procura.¹

¹ Sérgio Bagú, *Economía de la sociedad colonial, Ensayo de historia comparada de América Latina*, pág. 36.

As duas estruturas sócio-econômicas, a feudal e a mercantilista, acabariam por atritar-se, numa luta de cujo final sairia a Holanda com o domínio dos mares e um império arrebatado em parte aos espanhóis. No terreno ideológico, exprimir-se-ia o embate por movimento de reforma religiosa e contra-reforma.² A Europa dividia-se em dois campos e a Península Ibérica, sem embargo de seu papel na descoberta do Novo Mundo, apoiava-se no movimento da Contra-Reforma. Portugal, posto que beneficiário das novas rotas atlânticas, não possuía um arcabouço capitalista capaz de organizar comercialmente o copioso afluxo de riquezas oriundo das terras descobertas.³ Apesar de haver em Lisboa e noutras cidades uma atividade marítima e comercial importante, era, porém, em seu conjunto, secundária na estrutura do Estado. Tinham tampouco as mesmas a multiplicidade de interesses comerciais como as holandesas e italianas, as quais Weber caracterizou como “forma de associação econômica e política”.

A influência do elemento mercantil acentua-se, no entanto, pouco a pouco, no núcleo do empreendimento expansionista. Sob D. João II, a iniciativa particular é retomada pela Coroa, que, dessangrada, recorre ao tráfico de escravos a fim de

² R. H. Tawney, *apud História da Cultura em Portugal*, Introdução, pág. 22, Antônio José Saraiva.

³ No século XV já não podia o feudalismo impedir a floração dos movimentos religiosos e, realmente, à burguesia, interessada na liquidação da Igreja tradicional, que santificava os direitos do senhor à terra, deve-se o triunfo da reforma nos estados em que o capitalismo mercantil aluía o sistema feudal. Calvino mais tarde daria a solução conveniente ao problema da predestinação, apresentando o protótipo do homem adequado à nova sociedade. O juro, condenado pelos teólogos da Igreja, seria aceito, e estabelecido que o rendimento obtido pelo comércio era tão legítimo como o que se retirava da terra. Na luta cotidiana, o cristão conquistava a certeza da própria eleição e, como meio de obtê-la, recomendava-se o trabalho profissional. Dissipa-se a dúvida religiosa e dá a segurança do estado de graça. Ver Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Londres, 1930.

garantir a continuidade do ensaio. E o comércio continuava a processar-se sob a égide do Estado, que desempenha as funções de um arcabouço ou que o auxilia na função econômica, obtendo financiamento para as onerosas expedições marítimas e patrocinando pela força o monopólio comercial, assegurada sua parte no respectivo lucro.

O poderio financeiro das classes mercadoras, a serviço dos dinastas, possibilitava que se compensasse o poder militar do senhor feudal. Rei e mercador articulam-se, opondo barreiras às prerrogativas da feudalidade. Percebeu-se, a princípio, o antagonismo entre os mercadores cosmopolitas e a nobreza territorial do interior; posteriormente, atingida pela depreciação monetária, sentiu-se a última ávida de expandir-se, ocorrendo, dessa forma, a coincidência de interesses de certos setores seus com os de comerciantes.

A forma entretanto que se imprimia à expansão, através do fortalecimento da Coroa, significava também o fortalecimento da nobreza, “porque era nesta que se recrutava principalmente o pessoal administrativo e militar que organizava a expansão ultramarina”, impondo-se “um novo tipo de governo centralizado, em que as casas senhoriais perdiam a sua autonomia e os nobres se concentravam na Corte, em torno do rei, como um corpo disciplinado e burocratizado”.⁴

Ao mercantilismo peninsular caberia a exploração do comércio intercontinental; entretanto, integrado no sistema feudal ou com ele comprometido, constitui, à sombra do Estado, apenas uma cunha dentro do sistema tradicional.⁵

A monarquia torna-se a instituição mais importante do Estado português; nela está arraigado, como aresta, o mercantilismo, imprimindo ímpeto nas atividades ultramarinas estatais, pois, “no final do século XIV, havia já em Portugal

Antônio José Saraiva, *ob. cit.*, 25.

Antônio José Saraiva, *ob. cit.*, 26.

uma classe mercantil cosmopolita, rica e influente, com gostos e interesses opostos aos dos barões feudais.⁶

Os mercadores não se mostraram capazes de conquistar preeminência, e em contraposição às suas debilidades políticas continuou remanescendo, em Portugal, na época em que se inicia a expansão, a mentalidade cavaleiresca, que por fim consegue transir a ideologia rompente. É um fato que condiz, em primeiro lugar, com a sobrevivência do poder senhorial no período em apreço, cuja cultura floresce em plena crise do patriciado lusitano.

Cometida ao Estado a atividade expansionista, procura o absolutismo armar-se dos meios indispensáveis ao exercício de sua incumbência histórica. Entrega-se, sem interpor tempo, à elaboração de seus princípios teóricos, recorrendo aos legistas, manipuladores hábeis do acervo de conhecimentos jurídicos e filosóficos necessários a tais desígnios. A teoria vem sendo sólida e lentamente alevantada a partir da revolução de 1383, traçando a dinastia de Avis na história de Portugal um roteiro persecutório de uma ideologia fadada a servir de princípio mediador entre os velhos elementos feudais e os novos preceitos timidamente cobiçados pelos embarcadores e comerciantes. Enquanto se constroem os

⁶ Embarcadores e comerciantes, unidos aos povos das cidades marítimas, fizeram a revolução de 1383 a 1385, recusando-se a reconhecer D. João de Castela, casado com a filha de D. Fernando, e proclamando rei D. João de Avis, filho bastardo de D. Pedro. Com o rei de Castela estavam os magnatas e os grandes proprietários de terra. Em Aljubarrota triunfaram os negociantes e embarcadores, o litoral e a política oceânica e de transporte ao dominador dos campos: venceu o mar à terra. Gonzalo de Reparaz, *História de la Colonización*, apud Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil*, pág. 37. Antônio Sérgio titula de burguesa a revolução aludida. Assim se justifica: "Cabe o nome de burguesa a uma revolução qualquer, quando é o burguês, como burguês, quem dirige a luta." *História de Portugal*, Barcelona, 1929. Saraiva e Óscar Lopes espousam o mesmo ponto de vista em sua *História da Literatura Portuguesa*, pág. 89. Mas grupo ou camada social, embora importante, o dos mercadores, "nem alcançou as características que lhe permitissem o batismo de burguesia". Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, pág. 17.

privilégios da nobreza, tomando-se-lhe a terra, os legistas, principais componentes do Conselho do Rei e instrumentos teóricos do poder militante, buscam a forma que condissesse às finalidades do expansionismo. Impendia obstar a que se enriquecesse o poder da aristocracia, naquela justa e precisa medida que não perturbasse os ideais da expansão. Por trás da dinâmica reformulam-se os conceitos de poder e os novos princípios, utilizando-se os mercadores do Estado monárquico, anuindo, porém, à forma senhorial de que se revestiriam as reformas da dinastia de Avis. As debilidades os tornavam apoucados e transigentes em demasia, já que satisfeitos com as medidas da Coroa, acatando os privilégios que o Estado monárquico permitia à nobreza em troca do acordo com as reformas.

D. João I ordenara aos magistrados que se orientassem pelos comentários de Bartolo na exegese das leis e o seu conselheiro João das Regras apresentara a fórmula de que se utilizaria o monarca para a justificativa de concentrar em suas mãos, por vontade divina, todos os poderes com vistas ao bem-estar coletivo. A ideologia dos legistas operava-se sem os esteios de uma filosofia própria; era a miscelânea do direito feudal bafejada pelos princípios do direito romano e sacramentada pela teoria cristã da origem divina do poder.

O compromisso entre a nobreza e os mercadores iria definitivamente empatar o destino histórico da burguesia portuguesa, pois a forma de explorar o comércio ultramarino não permitia a liberação das forças econômicas em que devia apoiar-se uma classe aspirante ao domínio político do país.

Sentindo-se ameaçada, quando lhe disputavam o laurel de dirigente, afirmava a nobreza, perante o terceiro estado, os seus valores mentais. Dispunha dos meios de cultura, de seus escribas, e procurava a definição de uma consciência de classe. É o período do seu apogeu, cujo panegírico seria alardeado pelo historiador Zurara. Por mais estranho que pareça, a dinâmica da expansão não motiva uma ideologia

mercantil específica, consentindo, ao contrário, na manutenção da mentalidade cavaleiresca.

A principal característica desta é o tema da honra. Atributo da nobreza, o ato honroso é sempre gratuito. Os filhos de D. João I, segundo Zurara, pretendendo convencer o pai de que é honra sua tentar a conquista de Ceuta, argumentam que as vitórias por eles alcançadas contra os castelhanos não o foram, porque impostas pela necessidade de defender o reino contra a invasão. Mas Ceuta era, porque “por vossa escolha própria, sem constrangimento de nenhuma pessoa, vos ofereceis a este perigo o trabalho, não por outra necessidade senão por serviço de Deus e por acrescentamento da vossa honra”.⁷

O serviço de Deus possibilitava a escusa para a cavalaria e para guerra. Apesar de anacrônica no período da constituição dos grandes estados, a tradição da cruzada iria influir na formação da ideologia expansionista portuguesa, disso sendo evidência o apelo papal, em meados do século XV, para a expedição contra os turcos. O rei de Portugal, ao contrário dos outros príncipes, ponderou a invocação pontifícia, preparando-se para partir. E como substituto da cruzada que malograra sugeriu-se a expedição à África, convencido o soberano, pelos seus conselheiros, de que os habitantes do continente negro eram “da mesma qualidade” que os turcos. A concepção de uma cruzada universal vincular-se-ia finalmente à política expansionista, e os dois conceitos afinal se fundiriam.

Singular é pois o compromisso que se consagra. O expandir marítimo promove-se por uma dinâmica de mercados através de métodos baronais. Os vassalos nobres do estado, cujas manobras haviam provocado o desbancamento do comércio veneziano, acabam por dominar-se pelos fitos lucrativos comuns aos mercadores, embora sob roupagens de velhos sentimentos. Essa forma que reveste o espírito de

· Antônio José Saraiva, *ob. cit.*, “As Origens da Ideologia da Expansão”, pág. 566.

dilatação atua do mesmo modo sobre a mentalidade que a dirige. O ímpeto procedente da náutica astronômica, da hidrografia e da cartografia e que fizera nascer o estudo metódico dos ventos e das correntes marítimas, bem como a técnica própria da construção das caravelas, seria circunscrito pela pragmática do compromisso. À náutica astronômica bastaria a determinação das coordenadas dos astros, e à prática tornaria indiferente que a Terra e os planetas girassem em torno do Sol. Impressiva a circunstância de que o heliocentrismo copernicano não repercutisse em Portugal, bem como de que somente no século XVIII seriam levadas em consideração a álgebra e a geometria modernas. Da mesma forma, a inexistência de indústria florescente em Portugal limitaria as sugestões técnicas para a investigação científica, ao reverso do que ocorreu nas cidades italianas.⁸

Saraiva chama a atenção para Zurara, cuja concepção cavaleiresca da História elucida esse estado de coisas. O historiógrafo “não relata a técnica da navegação, e todavia essa técnica existiu; não descreve as regiões exploradas pelos navegadores, e todavia essas regiões foram exploradas; não refere o tráfico do marfim, e todavia esse tráfico fez-se. Não é pelo fato de ganharem uma expressão mental que as coisas existem; e assim como existiu uma técnica de navegação e uma exploração costeira, e um tráfico de vários produtos etc., que a mentalidade cavaleiresca desconheceu, assim ocorreu todo um conjunto de fatos que nós denominamos ‘a expansão ultramarina’, cuja mola dinamizadora nada tem que ver com a ideologia da expansão”.⁹

O Estado, incumbido de substituir o arcabouço capitalista, idealiza a exploração das novas terras nas normas senhoriais da guerra de pilhagem, da apropriação das riquezas por meio fiscal, beneficiando sobretudo os nobres usufrutuários das vantagens nobiliárquicas, de vencimentos de funções

⁸ Vitorino Magalhães Godinho. *A Historiografia Contemporânea*, págs. 34/35.

⁹ Antônio José Saraiva, *ob. cit.*

administrativas e militares. Acentua o Visconde de Carnaxide que durante os dois primeiros séculos de colonização o regime era de *deficits* sucessivos, não dando a receita para cobrir os serviços públicos da colônia, isto é, marinha, exército, funcionalismo, obras públicas e lista eclesiástica.¹⁰ O Estado passara a não suportar o seu próprio aparelho burocrático e na segunda metade do século XVI tanto o rei de Portugal como o de Espanha se tornaram devedores das dinastias financeiras européias dos Fuggers e Welsers. Durante os séculos de colonização, apesar dos grandes lucros canalizados para as empresas particulares e para os comerciantes, não pôde o grupo mercantil português promover a revolução industrial e conseqüentemente libertar-se da natureza mercantil de seu capitalismo. Ao contrário, no curso do século XVI, a produção do açúcar já passa a constituir uma empresa em comum com os flamengos, inicialmente representados pelos interesses de Antuérpia e em seguida pelos de Amsterdã. Os portuários encarregavam-se da produção, os flamengos recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e o distribuíam pela Europa.

O capital flamengo, especializado no comércio europeu, dispondo de organização suficiente para movimentar-se num mercado de grandes possibilidades, contribui com o capital requerido, participando também no financiamento das instalações produtivas no Brasil, bem como da importação da mão-de-obra escrava indispensável.

Mas o mercantilismo flamengo, que assim se arrojava ao comércio do açúcar, associava-se, nos encargos da exploração econômica ultramarina, a um Estado. E este, apesar de assumir a atividade de natureza mercantil, é ainda “a pirâmide de uma organização senhorial”, o que determina a concepção da exploração das terras descobertas acorde com os padrões tradicionais. Ao mercantilismo, que controlava o transporte da mercadoria, a refinação e a comercialização

¹⁰ Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina*, pág. 100.

do produto, bem como o próprio financiamento das instalações produtivas e da mão-de-obra, pouco importava a forma como se organizaria a exploração econômica da terra, e o intuito em que tinha mira eram os lucros, que somente na refinação alcançavam aproximadamente a terça parte do valor do açúcar bruto.¹¹

O dinamismo da Companhia de Jesus, instrumento da Contra-Reforma, consolidaria posteriormente os moldes. No reinado de D. João III, Portugal abandonaria a cultura positiva. Seria o domínio absoluto da escolástica tomista, desprezado o humanismo do século XV. Usufruíam os jesuítas o monopólio do ensino secundário na metrópole, repelindo Portugal todas as idéias novas divulgadas no resto da Europa. A tais extremos chegava o obscurantismo, que na época do aludido monarca os estudantes do Colégio de Santo Antão, mantido pela própria Companhia de Jesus, foram presos por ordem do Santo Ofício. Rompera o estado ibérico com a cultura positiva, circunstância a que deram ênfase Teófilo Braga, Herculano e Quental, chamando a atenção para a decadência lusitana na imitação servil do classicismo, na adoção da forma canônica de interpretar Aristóteles e no abandono das bases nacionais da cultura. “A influência também fechara a Portugal a renovação científica que provinha da Renascença e para a qual ele colaborara com o magnífico movimento dos descobrimentos marítimos.” Gil Vicente assinalaria o sentimento do trágico que penetra a alma portuguesa, marasmada num mundo de atraso e superstição. Apesar de ter criado o capitalismo moderno, perdia o Império o compasso do tempo cultural da Europa, tornando-se, no dizer de Hernâni Cidade, uma ilha da Purificação.¹²

¹¹ Deerr, *The History of Sugar*, Londres, apud Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, pág. 21.

¹² Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, vol. I, págs. 170/171. Sant'Ana Dionísio, *A Não Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Lisboa, 194; Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*; Hernâni Cidade, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, vol. II, pág. 82.

Pouco importa que mais tarde, já nos meados do século XVIII, a descoberta do ouro e diamantes no Brasil ensenhasse o aparecimento da era pombalina. A ideologia senhorial fora a dos descobrimentos e iria também imprimir fortemente os seus traços na colonização do Brasil.

Procedente das guerras, tivera a aristocracia européia, em geral, a sua gênese no merecimento dos combates, razão por que a sociedade primeiramente havia assentado as suas bases sobre as virtudes militares. Depois, outra nobreza de hábitos urbanos começaria a emergir. Quando se abriu o ciclo dos descobrimentos, sairia de prósperos mercadores outra modalidade de fidalguia para juntar-se à classe territorial e urbana. Sucedia, assim, ao velho atributo de nobilitação um novo valor que se firmaria decididamente.

No entanto, a infiltração da nova gente não provinha só da riqueza; necessário que o mercante introduzido na nobreza dourada se afastasse do trabalho, pois o comércio era incompatível com fidalguia. Os prejuízos contra a atividade, contra quaisquer espécies de profissões lucrativas não permitiam serviço outro senão o agrário ou o dos empregos públicos, aquele vinculado à velha nobreza e este próprio dos nobres citadinos.

Em Portugal, tinha de conservar o *status* ainda que isso significasse simulação de abastança. Era acanhada a nobreza lusitana, confinada pela restrita base territorial. Vivendo de réditos agrícolas e alimentando tabus contra as profissões lucrativas, ia sendo conduzida a dificuldades financeiras insuperáveis. Os preconceitos fechavam-lhe as portas do comércio e da indústria, reduzindo-lhe, cada vez mais, os dificultosos recursos para a sustentação do luxo. Empobrecia-se, enquanto era forçada a manter as aparências de magnificência.

Nessas condições, a colonização e o povoamento das novas terras descobertas ofereceriam um campo ilimitado à ambição de manter o velho *status*. E da classe decadente partiriam

para o Brasil os seus representantes à procura do prestígio que as grandes propriedades poderiam proporcionar.

Por outro lado, como vimos, não estava Portugal preparado para o divórcio com a mentalidade senhorial. Por fim, assume o Estado a defesa da fé além de suas fronteiras. A organização feudal-mercantil, estabelecida, vinha lardeada das características da ideologia senhorial portuguesa.

Em primeiro lugar, “A cruz de Cristo, erguida em frente de uma praia deserta ou no cimo alpestre de um cerro, ou ainda embutida no cerne da primeira árvore mais próxima do litoral, segundo quase todos os regimentos com que os capitães-mores foram à Índia”.¹³ Em tudo teria agido o rei “considerando quanto serviço de Deus e meu proveito dos meus reinos e senhorios” e “assim para nela haver de celebrar o culto e ofício divinos e se exaltar a nossa santa fé católica, com trazer e provocar a ela os naturais da dita infiéis e idólatras”.

Tudo se justificava pela vontade divina. Gandavo viu nas lutas intestinas entre as tribos indígenas tal evidência. “E assim como são muitos, permitiu Deus que fossem contrários uns aos outros, e que houvesse entre eles grandes ódios e discórdias porque se assim não fosse os portugueses não poderiam viver na terra, nem seria possível conquistar tamanho poder de gente.”¹⁴

Esse o lastro ideológico que se transplantava juntamente com a política administrativa e econômica. Para as capitanias, chegam o vigário e os capelães. Sempre el-rei ao lado do grão-mestre de Cristo, sentenciou Capistrano de Abreu.¹⁵ O critério seletivo era também antes religioso que nacional, pois o colono se fosse católico não sofreria restrições em seu trabalho.¹⁶

¹³ Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*, pág. 2.

¹⁴ Gandavo, *Tratado*, pág. 47, *apud* Capistrano de Abreu, *Estudos*, 2.^a série, pág. 301.

¹⁵ Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, pág. 94.

¹⁶ Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*.

A instrução limitava-se a escolas fundadas e dirigidas por jesuítas e mesmo posteriormente o ensino nas escolas régias não podia conflitar com a doutrina cristã. Em outro instrumento de divulgação religiosa consistia o sermão, recurso de que se utilizava a clerezia para a divulgação de seus princípios. A filosofia moral propagava-se através de lições de moral e religião, num processo retórico apropriado aos objetivos da Igreja.

Toda a literatura era piedosa. A projeção de um poema renascentista, como *Os Lusíadas*, na literatura do ultramar americano fazia-se mediante a redução das formas neoclássicas ao modelo escolástico. Bento Teixeira Pinto fugia a um apelo às divindades gregas, sacrificando a regra clássica, para a invocação ao Deus dos cristãos. Gandavo, em seu *Tratado* esclarecia, referindo-se às bananas: “estas pequenas têm dentro de si uma cousa estranha, a qual é que quando as cortam pelo meio com uma faca ou por qualquer parte que seja, acha-se nelas um sinal à maneira do Crucifixo, e assim totalmente o parecem.”

Dominando a instrução, penetrava o Catolicismo em todas as manifestações culturais da colônia. Por outro lado, estabelecia-se a Santa Inquisição. Qualquer palestra ou afirmação atrevida podia ser deturpada e arrastar o imprudente à fogueira. Da visitação de Marcos Teixeira, a que alude Capistrano de Abreu, há uma lista de mais de uma centena de pessoas denunciadas, e uma octogenária foi então queimada.¹⁷ Não escapavam de fiscalização as bibliotecas dos próprios senhores de engenho.¹⁸

Da metrópole propagava-se pois o Catolicismo para as novas áreas abertas à colonização. Não só as crenças religiosas, mas os próprios sentimentos projetavam-se nas terras. O processo de distribuição de glebas em sesmarias facilitava a difusão das tradições e preconceitos do meio originário. Os donatários orgulhavam-se de suas linhagens fidalgas,

¹⁷ Capistrano de Abreu, *Estudos*, 2.^a série, pág. 253.

¹⁸ Gilberto Freire, *Nordeste*, pág. 206.

cultivavam hábitos aristocráticos. Avezados ainda à violência das guerras de conquistas, identificavam o saque ao vencido à noção própria de honra, entendendo por fim a conquista da terra e a submissão do gentio em termos de luta religiosa contra os infiéis idólatras.

Não faltariam determinação e audácia, atributos do sentimento senhorial português, ao espírito de pioneirismo, responsável pela descoberta das minas. Quando se cuida da captura do gentio, da mesma forma, o sentido de violência que preside a preia procede do alento das cruzadas contra os africanos, na época da formação da ideologia expansionista. Honra e saque confundem-se na ideologia do colonato, o que justifica as palavras do Bispo de Leiria aos condenados que partiam para o Brasil: “Vá, degradado para o Brasil, donde voltará rico e honrado.”¹⁹

Essa atividade impetuosa sofreria, não obstante, o impacto da especificidade do devassamento, seja geográfico, seja no sentido transcendental que a distância fazia surtir no ânimo do pioneiro.

O bandeirante demanda as matas do interior, fixando-se, ora aqui, ora acolá, deitando no solo mansamente e sem pressa os marcos que identificariam a passagem, gravando na terra o esforço diferente das conquistas militares. Difícil seria para aquela gente impetuosa moderar a descida dos rios ou avançar sem temores pelos campos que vinham depois. O litoral, cada vez mais distante, obrigava a adoção de um comportamento especial à conquista. Os marcos sucedem-se em todas as direções, os devassamentos se faziam em função de uma luta que exigia medidas de prudente batalha, de permanente vigília. Enfrentar os aborígenes é outra atividade que vai, naturalmente, facilitando o amontoado de conhecimentos novos. Ocultar-se das emboscadas, improvisar meios diante das suspeitas ou da evidência dos ataques, precatar-se contra os recursos próprios daquela gente, familia-

¹⁹ Luís Amaral, *História Geral da Agricultura Brasileira*, volume I, pág. 8.

rizada intimamente com os segredos do sertão, dos rios e dos animais.

A psicologia daquele pioneirismo afetava-se por essa cautelosa penetração, a princípio exigida pelos fatores da xerografia misteriosa, em seguida, pela necessidade de salvaguardar-se dos ataques de surpresa. Ademais, as duas razões de embrenhamento também careciam de qualidades próprias. Prear o indígena, economizando o homem valioso, seja o próprio sagitário amestrado, pesquisar a terra, o leito das águas, as montanhas, na busca das pedras preciosas.

No processo subsecutivo de expansão geográfica, as condições especiais a cada região iriam também exercer influxo próprio. A do Norte estabelecia uma barreira quase que intransponível no vale do São Francisco. Pois as correntes fluviais dos grandes rios fecham praticamente os sertões ao pioneirismo audaz. Já diversa é a situação do Sul, onde pelos rios caudais o acesso ao grande interior se faz de uma forma que Teodoro Sampaio logrou definir como uma marcha sem esforço e tranqüila, favorecida pela benignidade do clima. O trabalho do conquistador “é moderar a descida, impedir que a marcha se precipite”.²⁰

Por onde vai a colonização vai o seu espírito, transportam-se os elementos tradicionais que a constituem no interior de cada domínio. A bandeira é um fragmento do latifúndio, define Oliveira Viana, e levará consigo os elementos ideológicos do domínio: o bandeirante é ao mesmo tempo o patriarca, o legislador, o juiz e o chefe militar. Outorgam-se-lhe atribuições majestáticas, dispondo de sacramento estatal para o seu poder. E a leva emigratória do latifúndio e as algaras de rotina espalham pelo interior os traços inconfundíveis dos sentimentos senhoriais.

Os sentimentos continuam semelhantes aos da metrópole. “Homens de cabedais opulentos, esses chefes são também homens em que se enfeixam as melhores qualidades de

²⁰ Teodoro Sampaio, *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, V, pág. 86/87.

caráter. De integridade moral perfeita, lembram, pela dignidade, pela lealdade e pela probidade, os lusos do tempo de Egas Moniz e D. João de Castro. Descendendo das flores da nobreza peninsular para aqui transplantada, medalham-se todos pelo tipo medieval do cavaleiro, cheio de hombridade e pundonor.”²¹ São também os costumes que tentam adotar na terra conquistada inspirados na tradição dos antepassados, nos hábitos da nobreza. Estadeiam e mantêm os aristocratas de Pernambuco as mesmas tradições hípias do tempo de D. Duarte; em geral, admiráveis cavaleiros. Os representantes da nobreza paulista, do mesmo modo, instruídos e cultos, exercitam com arrojo e elegância a cavalaria. Referindo-se ao testemunho de Taques, frisa Oliveira Viana que, “como nas cortes da Idade Média, o coração das damas está com os que com mais gentileza e brio meneiam o ginete, farpeiam o touro ou manejam a lança nos jogos de cavalaria”.²²

Como é de crer, a atmosfera do domínio é impregnada desse sentimento de honra que se estende aos descendentes das camadas plebéias portuguesas, homens de qualidades, beneficiários das cartas de sesmarias, e que aqui se fixaram, remediados a princípio, abastados depois e finalmente senhores de latifúndios. Neles, como no próprio morador do domínio, permanecem os mesmos sentimentos e hábitos. O respeito pela mulher, pela sua honra, pelo seu pudor, pela sua dignidade, pelo seu bom nome, por exemplo. Ou o sentimento do pundonor pessoal e da coragem física, que faz que o matuto, ferido na sua honra, desdenhe, como indigno de um homem, o desagravo dos tribunais e apele, de preferência, como nos tempos da cavalaria, para o desforço das armas.²³

O preconceito ao trabalho braçal, comum entre os nobres, esboça-se nos novos territórios. “Juro que não farei nenhum

²¹ Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, 1.º volume, pág. 115.

²² Oliveira Viana, *ob. cit.*, pág. 32.

²³ Oliveira Viana, *ob. cit.*, pág. 69.

trabalho manual, enquanto conseguir um só escravo que trabalhe para mim, com a graça de Deus e do rei de Portugal”, dispunha o preceito lusitano. E à escravatura, naturalmente, nenhum obstáculo podia criar o Catolicismo, cuja justificação aristotélica era perfilhada pelo tomismo. S. Tomás admitira que pode ser útil ao mais fraco ser governado pelo mais capaz. E entre nós o ponto de vista de um jesuíta revela como no Brasil se encarava o nativo: “asnos, dolentes e fleumáticos (*in servitudem nati*) e só aproveitáveis para labor e servidão, pois a natureza não dotou o país de outro animal de carga senão eles.”²⁴

Nem todas as características, projetadas no novo meio, permanecem inalteradas à face de novas condições sociais e econômicas, criadas na colônia pela auto-suficiência do domínio. Sob a ação de novos fatores, algumas delas há que se descolorem, desintegram-se e desaparecem. À medida que se consolida a economia natural, decaindo em decorrência a vida social urbana com o retraimento do senhor em seus domínios, elevam-se outras características da infra-estrutura. Os hábitos mundanos e sociais, que deviam ressoar das cortes européias, em plena fase do fastígio e brilho, transfundem-se, difundindo-se pelos extensos latifúndios. Oliveira Viana cita apropositadamente o depoimento do Conde de Cunha a lamentar o retorno da patriarquia à rusticidade para concluir que tal retraimento significa que a vida social dos colonizadores do Brasil organizava-se “diferenciando e adquirindo uma fisionomia própria, perfeitamente incompreendida, por inédita aos portugueses”.²⁵

A ruralização do colonizador será a responsável pelo modelo do senhor rural brasileiro, tipo autêntico do latifúndio, mergulhado na tranqüilidade do seu domínio. Este domínio realiza o seu trabalho de transformação do antigo

²⁴ Flekno, *A Relation of ten years travels*, apud Almeida Prado, *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*, 1.º tomo, pág. 133.

²⁵ Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, pág. 39.

fidalgo em fazendeiro rústico. E no tipo que se eleva estão infundidos, já no século passado, quando às vésperas da Independência, aqueles elementos com raízes profundas na ideologia expansionista senhorial portuguesa.

II. A CONCILIAÇÃO NA ESTRUTURA ECONÔMICA

De uma atividade terrestre, através sobretudo dos empórios do Reno, bem como de incipiente navegação costeira, estende-se, no século décimo quarto, o comércio europeu em direção à periferia continental. Além de suscitar uma nova rota, que contorna a Europa ocidental pelo estreito de Gibraltar, irradia-se a expansão mercantil para alcançar a Península Ibérica, nela gravando um estímulo permanente e eficaz.

Subsidiária a princípio, a derrota marítima foi deslocando lentamente a velha via terrestre, para tornar-se afinal o eixo do comércio europeu em difusão. Portugal é favorecido pela contingência que proporciona a seus mercadores uma atividade contínua persistente. No século XV já havia investido para o mar a aventura marítima de seus navegantes, elaborada em definitivo após a aglutinação dos elementos dispersos que a constituíram. Suas origens entranham-se nas épocas distantes, quando o fluxo do movimento mercantil apenas se disfarça no recurso talvez transcendente de oposição às limitações geográficas da Península. Diuturna e historicamente trabalhado, ganha a interpresa marítima tal força e vitalidade que acabam por torná-la de certo modo autônoma. A trajetória tem origem num sentido pouco definido, e do esboço ou da intuição, que seria o plantar do pinhal de Leiria, em

tempo do rei D. Dinis, assume o ideal com D. Henrique, o Navegador — “seja qual for o papel definitivo que a História lhe venha a reservar na empresa dos descobrimentos e sejam quais forem os motivos que se possam atribuir à sua atuação — um estado de plena consciência”.¹

A pujança da atividade portuguesa evidencia, por seu cabo, algo mais que a resultante das dificuldades que encontrara o comércio no Mediterrâneo oriental, após a tomada de Constantinopla pelos turcos. Fora persistente e contínua, animada por uma ideologia senhorial ultrapassada pelo espírito mercantilista, capaz porém de ensinar, através de uma mística, a audácia indispensável ao empreendimento.

Madeira e Açores são descobertas, Ceuta ocupada, fixados os esteios para o arrojo das façanhas ulteriores. O litoral africano seria perlongado e explorado, começando os pioneiros pela aquisição de mercadorias de pequeno valor comercial para depois aparelharem uma atividade que abrangia do intercâmbio da malagueta ao ouro em pó. Confundem-se conquista dos mares e atividade de escambo, pois, enquanto se atiravam às descobertas, mercadejavam com os mouros na costa ocidental da África, dando-se ainda ao cultivo da cana-de-açúcar nas ilhas atlânticas.

Pelos meados do século XV, o açúcar das ilhas, produzido pelos portugueses, passou a abastecer a Inglaterra, os portos de Flandres e as cidades italianas. A Costa do Marfim, a Costa da Malagueta, a Costa dos Escravos, a Costa d'Ouro são expressões que, no século XV, logravam fixar (lembramos Alice Canabrava) na Costa d'África as sucessivas áreas abertas à exploração mercantil portuguesa.²

A persistência dos comerciantes lusos criaria uma rota especial de suprimento das especiarias do Oriente ao mercado europeu, fato de tal modo significativo que serviria de

¹ Domingos Monteiro, *História da Civilização*, III vol., pág. 206.

² Alice P. Canabrava, *História Geral da Civilização Brasileira. A Economia Colonial*, 2.º vol., pág. 194.

tema à epopéia camoniana. Então, nesse meio do século XV, o plano de atingir o Oriente entremostra-se, pois seria o intercâmbio direto com as Índias. O descortino do território brasileiro derivaria de toda essa expansão em que se convertera a atividade excepcional dos navegantes ibéricos.

A princípio, fora a decepção nem sequer dissimulada por D. Manuel ao rei da Espanha: atingira-se “uma ilha grande e boa para refresco e aguada dos navios que fossem às Índias”. O desinteresse pelas terras sucedia-se à informação de Vespúcio de que nada se encontrara de proveito, já que assaz variada e lucrativa se considerava a quantidade de especiarias e produtos manufaturados que poderia proporcionar a permuta com os povos orientais. “Produtos prontos, para tráfego comercial normal, não existiam; povoações de caráter estável, para serem ocupadas e exploradas, que pagassem com tributos o direito de existirem, também não eram encontradas. O Brasil era problema novo em face à expansão comercial e marítima que os povos europeus estavam iniciando. As primeiras inspeções indicaram apenas as possibilidades mercantis do pau-brasil e canafístula; os bugios, os papagaios e outras aves constituíam, talvez, curiosidades exóticas a serem exploradas por pouco tempo.”³ Aos povos europeus, não poderiam interessar aqueles territórios vazios, habitados por selvagens, e Portugal, com escassa população, não imagina povoá-lo, porquanto só o Levante fascinava seus mercadores.

Mas a pressão exercida pelas nações do Velho Mundo, em processo de desenvolvimento comercial, encaminharia a Coroa lusitana a uma forma determinada de utilização econômica da terra, pois de pouco préstimo tinham sido as tomadas e as medidas de proteção por meio de patrulhamento e de feitorias. Os flibusteiros faziam recluir a soberania lusa nos territórios descobertos, visto que bafejados pelo incentivo de seus monarcas. Holandeses, franceses e ingleses abor-

³ Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil*, pág. 52.

davam o litoral, estabeleciam-se para participar da exploração e para lutar pela supremacia comercial.⁴

A colonização assentaria os seus alicerces no aproveitamento agrícola das terras, fazendo uso os portugueses de uma experiência de agricultura tropical adquirida nas ilhas do Atlântico. Diferentemente dos espanhóis, que fundavam os seus processos colonizadores na indústria extrativa de metais preciosos, recorriam os portugueses a meios que pudessem cobrir os gastos de defesa dos novos territórios. Pelo sistema, não estaria a metrópole sujeita às despesas de novas expedições; ademais, não se privando do domínio direto do território, obtinha, em virtude da posse do solo pelos donatários, um contínuo rendimento.

Por meio da sesmaria, procura-se ocupar o solo de forma permanente; e ela encontra no açúcar o seu destino econômico,⁵ tornando-se com o engenho a unidade produtora da colônia.

Duarte Coelho, ao sair de Lisboa com destino à capitania de Pernambuco, deixara contratado o fincamento de engenhos. Comunicava o donatário em meados de 1542 que estava quase concluído um grande e perfeito, enquanto outros ordenados para começar. Em menos de dez anos após a missiva, dispunha a capitania de cinco engenhos moentes e correntes, ultrapassando meia centena, em Pernambuco, ao findar o século, segundo Cardim.

Os preços elevados do produto (a que se almejava produzir) justificavam a empreitada. Não se cuidava em dispor de atividade espoliativa, como no pau-brasil. Optara-se pela efetiva exploração agrícola. Outro caminho não seria possível

⁴ Em 1534 a situação da colônia era séria. João Ribeiro definiu-a: "ou colonizar a terra ou perdê-la". Capistrano de Abreu aprecia o assunto em seus *Capítulos de História Colonial*, pág. 84. Gomes de Carvalho, *D. João III e os Franceses*.

⁵ A. Passos Guimarães, "Um Capítulo da Formação da Propriedade Agrária — A Sesmaria", in *Estudos Sociais*, n.º 5, 1959. "A lavoura do açúcar tem seu complemento no engenho. Ambos — lavoura e engenho — chamam o negro." Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, pág. 11.

no tocante à ocupação, pois tudo decorria da falta de recursos da pequena população reinol; enfim, da contingência histórica de organizar a colonização de modo comercial. Há realmente um deliberado desígnio de organizar a exploração da terra, assentada a economia sobre a lavoura açucareira e seu aproveitamento industrial. Dar de sesmaria terras ribeirinhas, o mais próximo possível das vias, a pessoas com posses para estabelecer engenhos de açúcar, assinalando-se-lhes para isso um certo prazo, rezaria o *Regimento Interno do Governador-Geral*. Outras recomendações põem em relevo os objetivos mercantis da colonização, entre eles a obrigação que cabia ao senhor de engenho de moer canas dos lavradores vizinhos que não dispusessem de engenho, ao menos seis meses ao ano, em troca recebendo certa porção de cana.

Podia-se porventura pressagiar que bons seriam os resultados; primeiramente, as terras de massapê, admiráveis para a cultura desejada, eram fartas na extensa ourela do Norte. O clima também, quente e úmido, havia de revelar-se propício, principalmente no extremo nordeste da planície pernambucana e no contorno da Bahia de Todos os Santos.⁶ Quanto à técnica, a ilha da Madeira a proveria.

Outro fator de maior conta sobrevinha: o conhecimento do mercado africano de escravos.

Articulavam-se a experiência portuguesa e os interesses mercantis dos holandeses, que financiariam o refinamento e a comercialização do produto. Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira proviria dos Países-Baixos, cujos comerciantes não se restringiam a custear a refinação e comercialização do produto. É provável que capitais flamengos participassem em financiamentos das instalações produtivas bem como no da importação da mão-de-obra

⁶ Além das áreas de massapê, outras também tornaram possível o cultivo dos canaviais. Em toda a região Norte, em suas várzeas férteis, em suas terras baixas ao longo dos rios, erigiam-se os engenhos. Havia ainda os vales, neles assentando mais facilmente o elemento humano. Manuel Diegues Júnior, *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*, pág. 27.

escrava. “Poderosos grupos financeiros holandeses, interessados como estavam na expansão das vendas do produto brasileiro, seguramente terão facilitado os recursos requeridos para a expansão da capacidade produtiva.”⁷

Subvertia-se assim o princípio básico da política colonizadora, instaladas as fábricas. A matéria-prima, pronta para a industrialização, estava no próprio lugar. “Pé no canavial e ponta na moenda”, diz o refrão popular.

A real ocupação da terra teria pois princípio pela cana-de-açúcar, não havendo dúvida de que converge nesse setor o esforço metropolitano. Devemos disso inferir os favores que se concediam aos que instalassem engenhos. A mão-de-obra escrava ensejava o resultado da empresa agrícola, primeiramente com o aproveitamento do indígena, sujeito à escravização, depois mediante a admissão do escravo africano. O produtor brasileiro, em resumo, utilizando-se de terras baixas e fáceis de serem amanhadas, empregando, no cultivo de cana, negros escravos, bois e cavalos e transportando o seu produto por água e moendo-o pelo mesmo processo — requisitos dos quais os produtores ingleses não poderiam dispor ou eram dispendiosos — conseguia produzir o açúcar por um preço inferior em aproximadamente trinta por cento ao do produto procedente das colônias britânicas.⁸

Talvez, devido à natureza capitalista do domínio, circunstância que lhe era fixada pelo mercado externo, propendia o crescimento da economia nacional a exprimir-se em extensão, sempre significando ocupação de novas terras. Mas é toda a política econômica posterior à atividade extrativa dos primeiros tempos que daria origem ao latifúndio brasileiro. (Aqui foi estabelecido, para a correção dos defeitos do regime das capitanias, o governo-geral, cuja força

⁷ Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, págs. 20/21. Reporta-se a Deerr, *The History of Sugar*, pág. 453.

⁸ Alan K. Manchester, *British Preeminence in Brazil*, pág. 22.

centralizadora e absolutista, emanada do preposto do soberano, alcançava quase todos os setores das atividades coloniais.)

De nada valera a preocupação metropolitana em orientar a colonização num sentido democrático. Não se dará à concessão a amplitude que está no pensamento da Coroa e que transparece, por exemplo, no foral da capitania de São Paulo, outorgado a Martim Afonso de Sousa, no qual se lhe concedia a faculdade de dar todas as terras de sua capitania em sesmarias a qualquer pessoa de qualquer qualidade e condições, contanto que fosse livremente cristão. Torna-se sem eficácia, na prática, o preceito das *Ordenações*, estabelecendo que as doações de sesmarias deveriam ser limitadas à capacidade de exploração de cada concessionário, de modo que não se “dessem maiores terras a uma pessoa que as que razoavelmente parece que poderão aproveitar”.⁹

A cultura só se prestava para latifúndios. “Já para desbravar e preparar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem), tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar só se tornavam rendosos quando realizados em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir.”¹⁰

De feito, prevaleceria a política de aquinhoar os homens de posse com as doações de extensos territórios, sentido de que Veiga Cabral, em fins do século XVIII, discorrendo

⁹ Na concessão das sesmarias impunham-se as condições da medição, confirmação e cultura, sendo a primeira básica. Não obstante, raros eram os agrimensores, dificultosas as vias de acesso às terras distantes. A medição não se fazia em conformidade com os requisitos legais. Consagrara-se o demarcar natural do espigão, contornada a dificuldade da agrimensura, noutada a burocracia da confirmação, “permanecendo plenamente satisfeito o espírito do latifúndio no sistema indeciso e ideal das águas vertentes”. Messias Junqueiro, in *O Direito*, vol. IX, págs. 160/161. Paulo Garcia estuda a matéria em *Terras Devolutas*, cap. I.

¹⁰ Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, pág. 41.

sobre o merecimento dos pretendentes de sesmarias no Rio Grande do Sul, nos dá conta, conjecturando que a mente de Sua Majestade dava preferência, entre todas as classes de pessoas, aos lavradores estanciados, cabeças de casal, que a flux dispusessem de escravo e gado, para povoar e cultivar os terrenos.

Por outro lado, os costumes de alegarem os peticionários ter família constituída, posses bastantes, serviços a Sua Majestade ou serem homens de qualidades, provam, com efeito, que os pobres estavam excluídos da posse da terra e que os capitães e os governadores são muito exigentes ao concederem títulos de sesmarias.

Outro fator de fortalecimento da grande propriedade é a bandeira. Seu intento é venatório, ditado pela precisão de capturar os braços indispensáveis à atividade dos engenhos. Desenvolve-se, através dela, o processo emigratório. Posteriormente, quando os objetivos se ligam à fundação dos currais, verifica-se idêntico desdobramento do latifúndio. “O sertanista povoador, por onde vai passando, deixa um curral. Depois, alega esse fato e mais a luta contra o gentio e pede a sesmaria.”¹¹

Toda a economia nacional será norteadada no sentido de fortalecer a grande exploração rural, que asfixia a pequena propriedade. Antonil observa “que na região dos canaviais os proprietários de pequenos engenhos de açúcar ficam, desde a primeira safra, tão empenhados em dívidas que, na segunda ou terceira, já se acham perdidos”. Oliveira Viana procura enumerar as causas principais. O preparo do terreno, a reclamar um maior número de escravos, a rotação de afolhamentos, que liberta o senhor rural da fadiga da terra, o plantio, a colheita, o transporte dos produtos e a natureza centrífuga do regime pastoril. O senhor de engenho mantinha, do mesmo passo, a organização militar, estava apto a enfrentar o selvagem e sobrepujava o pequeno proprietário em lutas

¹¹ Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, 1.º vol.

armadas. A influência também se fazia sentir na legislação, sempre adversa aos pequenos proprietários.

Enquanto se ativava a grande lavoura, curava-se de não se desfalcarem as reservas alimentares da população, ordenando-se, sob penas severas, o apresto da pequena lavoura de subsistência.¹² No mesmo sentido, era executada a política de atração de colonos estrangeiros, bem como de experiências com a transplantação de mudas de produtos de outras partes da colônia.

Tais atividades subsidiárias decorrem da natureza do conteúdo mercantil do domínio, inclusive a economia natural que lá surge adrede subordinada à atividade açucareira. Era necessário ao domínio-empresa o setor natural da economia, que se organiza e se firma. Imenso e disperso, como na Idade Média, ele acabaria por ser auto-suficiente. Produz quase tudo, salvo o ferro e o querosene, conforme o dito de seu dono. De grandes extensões, mantinha instalações diversas que se distribuíam próximas à casa-grande. Em regra, consoante a descrição clássica de Burton, existiam o forjador de metais, uma carpintaria, uma oficina de sapateiro, um curral de porcos em ceva e um grande poleiro de aves domésticas. As fazendas forneciam à população dos povoados mais próximos os elementos primários de sua subsistência: a carne de porco, a carne-seca, o toucinho, a farinha de mandioca e de milho, o açúcar, a aguardente, o fumo, os panos grosseiros, linha de algodão, café e vários medicamentos de uso comum.¹³ Todos os tipos de domínio apresentam a mesma auto-suficiência econômica, inclusive as fazendas de café, cuja descrição nos dá Correia Júnior, quando as visitou em meados do século passado. Há a produção principal, aquela com valor de troca, que se destinará ao mercado externo, via exportação. Há ainda pomar, jardim, horta, instalações de engenhos de café, de milho, de farinha, além do descascador de arroz e mó para extração de azeite

¹² Alvarás de 25 de fevereiro de 1688 e de 27 de fevereiro de 1701.

¹³ Sir Richard Francis Burton, *The Highlands of Brazil*, pág. 38.

de mamona. Afora o produto principal, os outros sem destinação ao mercado exterior e reservados ao consumo do próprio domínio só apresentam valor de uso, e a indústria local fornece os produtos necessários à vida social: da olaria saem os materiais de construção, da oficina de ferreiro, os instrumentos de trabalho indispensáveis à agricultura e diversas outras ferramentas. Seguiam outras indústrias, desde a do fabrico da vela à da fiação dos tecidos de lã e algodão.

Em visita ao engenho de Sergipe do Conde, no recôncavo baiano, à beira-mar, traçou Antonil a fisionomia do complexo rural: a população negra fervilhava na fazenda. Além dos trabalhadores especializados em vários ramos, tinha cada senhor necessariamente um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabancheiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho; e, para o espiritual, um sacerdote, seu capelão. Nos engenhos, os escravos precisavam de roupas, mantimentos, medicamentos, enfermeiros. Para produção, havia barcos, velames, cabos, cordas, lenha para as fornalhas, madeiras seletas para carpintaria. Para o abrigo da população, construíram-se senzalas, moradias para feitores e trabalhadores livres, capela para os ofícios religiosos.¹⁴ A respeito da auto-suficiência de nossos engenhos, reportava-se Frei Vicente do Salvador a um bispo de Tucumã que, de passagem pelo Brasil, observava que quando mandava alguém comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, nada lhe traziam, porque não se achavam na praça nem no açougue; se mandava pedir as mesmas coisas e outras mais às casas particulares, mandavam-lhas. “Verdadeiramente”, comentava, “nesta terra andam as coisas trocadas porque ela toda não é república, sendo-o cada casa.”¹⁵

A organização feudal-mercantil, estabelecida por D. João III, seria a mais prestada para o conteúdo de empresa sob forma senhorial. O processo ulterior da colonização deveria

¹⁴ Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 68.

¹⁵ Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, págs. 71/72.

sempre obedecer ao sentido do primeiro impulso, visando à exploração intensiva das riquezas da terra, cuja posse, no âmbito das aspirações de supremacia comercial da metrópole, passava a desempenhar um papel de significativa importância como empório para suprimento do gênero reclamado pelo mercado europeu.

Ao iniciar-se o processo colonizativo, sua formulação caberia aos mercadores, usando a tônica do domínio-empresa, produtor do açúcar e voltado para o absorvente mercado externo. Introduzidos no arcabouço estatal do reino, os seus interesses tiveram apenas que aplacar-se quanto a certos aspectos formais de que se revestiria a unidade produtora. As concessões não desfiguravam o domínio, não deturpavam os seus propósitos de empresa. O básico seria a produção para o mercado externo, como vimos por linhas atrás, e pouca importância teria naquela contingência para o espírito mercantil sagaz e prático, a formal submissão do engenho ao domínio nobiliárquico da terra, porquanto a geminação da fábrica com a agricultura se efetiva no próprio domínio, dele saindo o produto pronto para o mercado. Cabia dessa forma ao açúcar o papel de divisor comum dos interesses da nobreza e dos mercadores. Aquela enfeixava em suas mãos os grandes tratos de terra, enfeudados de acordo com as tradições jurídicas anteriores à Lei Mental, estes porém cuidavam do aspecto mercantil da produção, do financiamento e da exportação do produto, bem como das relações de produção com a burguesia mercantil européia.

A ocupação tivera pois início sob a forma de enfeudamento dos territórios, embora nela entalhada uma política de liberdade à agricultura, à indústria e ao comércio. Abriam-se costumes e práticas feudais, já decadentes na metrópole, o que Varnhagen justificaria porque, segundo ele, “os meios feudais eram os mais profícuos para colonizar os países ermos de gente”.

Na forma de enfeudamento estava a perspectiva transcendente da colonização, intuicionada, esboçada pelos portu-

gueses como se se tratasse de um desdobramento da pátria. A ideologia expansionista que na terra descoberta se concretizava numa expansão colonizadora ajustava-se à finalidade mercantil dos mercadores, que visavam antes de tudo a constituir a terra num rico empório exportador.

Em tempo algum faltaria a dinâmica metropolitana de supervisão, circunstância que imprime ao mercado externo uma atuação ainda mais eficaz. A preocupação permanente do reino, no plano supervisor, deixa-se entrever no longo processo colonizativo. Sucederam-se sempre, desde os primórdios, os alvarás, revelando o domínio com características de empresa comercial.

A divisão em capitanias será, posteriormente, inteirada por um governo-geral, acentuando-se o cunho intervencionista, que se estendia a todos os setores das atividades coloniais. Nenhuma medida se cuidava, todavia, que propendesse a alcançar a natureza das grandes extensões de terra; a fim de enquadrar a colônia nas medidas requeridas pelo mercado europeu, cogitava-se nas que pudessem harmonizar-se com o grande domínio.

A mediação transparece sobretudo no fenômeno jurídico. Estrutura-se a propriedade atentando-se para os moldes dos domínios feudais, bem que isso já fosse anacrônico na metrópole. Embora realmente as leis do reino, já inspiradas no direito romano, trouxessem em sua letra e no seu espírito a profligação dos privilégios feudais, era instituído, sob o ponto de vista jurídico, um sistema que muito se assemelharia ao da Idade Média. Sobre a sucessão de bens, contravinha a Coroa às disposições legais da chamada Lei Mental, opostas aos interesses da nobreza, para criar um regime apoiado em leis já revogadas, adotando-se um instituto de doação calçado em modelo já abandonado. As cartas de foral eram um complemento das de doações, constituindo um contrato de enfiteuse em que os solarengos que recebessem terras de sesmarias tornavam-se tributários perpétuos da Coroa e dos donatários. Era instituída, dessa forma, uma hierarquia de

senhores territoriais que tinha no vértice o rei e nos degraus inferiores o donatário e o colono.¹⁶

A instituição da sesmaria talvez não pudesse ter perdurado sem o engenho; com ele se fundiria, para formar a unidade produtora. Instituíra-se o grande domínio com características feudalizantes, associados nobres e burgueses de posse. Na forma estava viva a transação entre as aspirações da nobreza decadente pelas extensões territoriais, corporificadas na sesmaria (cuja conceituação jurídica na colônia contrariava as leis em vigor na metrópole), e os interesses dos mercadores, representados pela instituição do engenho. Completam-se sesmaria e engenho — para a formação da unidade produtora, ou seja, o domínio-empresa.

As prerrogativas do senhor rural, exacerbadas pela extensão das novas terras, impressionaram a maioria de nossos escritores, que viram em nosso regime o simulacro do feudalismo europeu. O regime das capitânias, com que iniciamos em profundidade a ocupação do solo, sustenta, por exemplo, Nestor Duarte, era um regime feudal a que não faltava um só dos característicos do sistema. Um feudalismo de sentido político e de sentido econômico, “pois o feudalismo é sempre uma associação de mando político ao do senhor privado, cuja força reside na própria condição de proprietário de terras”. “Com esse poder, numa época que não conhecia limitações ao direito de propriedade, o donatário daria, como deu, a esse sistema feudal todo o sentido e todo o vigor do feudalismo europeu, de que absorvera, inclusive, o mando militar.”¹⁷

O regime das capitânias, inaugurado nos alvares da colonização, na verdade seria um arremedo do feudalismo. As

¹⁶ Mesmo sob o ponto de vista de sua organização jurídica, não eram as capitânias hereditárias a rigor da mesma natureza do feudalismo europeu. Estavam submetidas ao regime excepcional, haja vista a restrição feita aos poderes dominiais do capitão-mor e seus herdeiros, não se concedendo ao donatário o direito de cobrar foros, pensões e tenças. Ver Martins Júnior, *História do Direito Nacional*, cap. II.

¹⁷ Nestor Duarte, *Reforma Agrária*, págs. 13/14.

capitanias dadas em senhoriagem são inalienáveis, transmissíveis por herança, respeitado o morgadio, e seus donatários eram senhores com jurisdição civil, criminal, somando-se em suas mãos todas as prerrogativas de mando e coação. Mas a outorga, evidentemente, não envolvia, a não ser sob o ponto de vista exterior, a implantação do regime da Idade Média.

Não obstante o *décor* medieval, difere sobremaneira o nosso domínio do feudalismo europeu. Neste, a base econômica era a pequena produção do camponês e dos artesãos livres. Os produtos não se destinavam ao mercado, assumindo a economia caráter essencialmente natural. O campônio trabalhava parte da semana gratuitamente nos campos do senhor e tinha a obrigação de entregar-lhe parcela do produto de seus bens; os artesãos, habitantes da cidade, satisfaziam grande parte de suas necessidades com os benefícios do próprio trabalho. As cidades e aldeias vizinhas circunscrevia-se o comércio, pois a deficiência dos meios de comunicação e a divisão dos países em regiões autônomas estorvavam o intercâmbio. Nas nações européias, só de pouco a pouco se introduziria o comércio exterior como um elemento constante e regular no âmbito das trocas.

A economia nacional nunca se apresentaria exclusivamente com o caráter natural existente no domínio. Tudo era aguilhoado pelo mercado europeu, sedento de produtos agrícolas, matérias-primas, a reclamar especiarias, madeiras, drogas, algodão e trigo. Ele provocaria o aparecimento das primeiras unidades agrícolas, pouco importando de que maneira, através das feitorias ou das atividades de pirataria, para depois criar, num processo de desdobramento que se confunde com a própria colonização, aquele setor já referido da economia natural. Em tempo algum esmorecia o incentivo do mercado externo que através do arcabouço mercantil desempenhado pela Coroa fazia premir na colônia a sua intervenção em termos de procura. Dessa forma, havia de vincular-se o domínio brasileiro definitivamente ao mercado externo, sofrendo, por toda a História, a sua influência estimuladora ou desestimuladora.

Qualquer que seja a atividade, açucareira, algodoeira ou na fazenda de fumo, mantém a exploração agrária as características de uma empresa voltada para o mercado exterior. (Quanto ao plantio de fumo, iniciando-se ao redor da lavoura principal, funcionaria como meio de troca para o escambo na Costa da Mina, a fim de obtermos negros necessários ao eito.)

Na origem de nossa economia está um ato comercial do mercado externo, constituído pela atividade de piratas cujas naus ancoravam em nossas costas para o carregamento de pau-brasil e outras riquezas. Em seguida, surge a feitoria, misto de destacamento e povoado, modelo que se complica em virtude do aparecimento de unidades econômicas, pois pouco a pouco, com a arribada de colonos e caravelas, florescia em vila, “com a construção de casas coloniais, de taipa e pau-a-pique, edifícios públicos, como a igreja, a cadeia, a câmara, a alfândega e, mais tarde, o levantamento do pelourinho ou *picota* em meio do povoado, como emblema do princípio da autoridade e da justiça”.¹⁸

Suposto voltadas essencialmente para o comércio exterior, aplicam as fazendas da costa e as próprias feitorias parte dos fatores ao seu dispor na satisfação direta de suas necessidades, dando origem à produção natural. Mais tarde, adviriam o governo, um aparelho comercial, um sistema de transporte, do que decorre o mercado nacional. Dir-se-ia que o domínio era uma empresa comercial, com o fito de produzir principalmente riqueza para a exportação e recorrendo à economia natural com o propósito de manutenção dos fatores da força de trabalho. A nossa evolução seria o inverso das nações européias saídas do regime feudal, para as quais o comércio exterior foi um elemento novo introduzido no modelo fechado primitivo.¹⁹

¹⁸ Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*, pág. 4.

¹⁹ Inácio Rangel, *Desenvolvimento e Projeto*, separata do n.º 9 da *Revista de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais*, pág. 71. “Os movimentos do comércio exterior sempre foram a variável estratégica por excelência da nossa economia.” Inácio Rangel,

Parodiando Heródoto, julgou Inácio Rangel a economia nacional uma dádiva de seu próprio comércio exterior. A terra, um complemento, desde a sua descoberta, da economia reprodutiva européia, cujos capitais nela se investem para criar um fluxo permanente de bens. Formaram-se unidades produtivas articuladas diretamente com o mercado europeu através de um aparelho montado no exterior. “Isso fazia de seu proprietário um personagem original, solicitado simultaneamente por duas ordens de interesses diferentes. O senhor de escravos brasileiro era ao mesmo tempo um *dominus*, no sentido romano, e um comerciante no sentido holandês do século XVIII.”²⁰ Enquanto os senhores feudais europeus recebiam um tributo de seus servos para satisfazerem as suas necessidades básicas, apossava-se o senhor rural brasileiro desse tributo com o fito de colher uma renda monetária. Entrosam-se, em nossa economia, pois, capitalismo e feudalismo. Tal sentido misto empresta à nossa estrutura uma natureza especial; as relações semif feudais no domínio, oriundas das relações internas de produção, não podem divorciar-se da existência de um mercado externo em processo de expansão e de sua permanente atuação sobre o mesmo domínio.

Efetivamente, tendo por base o aproveitamento das terras tropicais, a colonização originara-se de uma operação com o mercado externo, de onde se importava equipamento necessário ao engenho e mão-de-obra escrava indispensável à plantação da cana e produção do açúcar. O financiamento daria impulso inicial à atividade que se tornaria posteriormente autofinanciável.

O engenho produziria o açúcar vendido ao exterior, operação de natureza monetária, que fornecia ao senhor empresário uma soma de dinheiro utilizável para repor a força de

ob. cit., pág. 106. Isto foi antevisto também por outros autores, como Luís Carlos Andrade, in *Primeira Aproximação de um Programa de Desenvolvimento para o Brasil*.

²⁰ Inácio Rangel, *Dualidade Básica da Economia Brasileira*.

trabalho, consistente em nova importação de mão-de-obra e de equipamento para o aumento da produtividade do engenho. Vendia-se o produto a preço fixo no porto de exportação, e esse preço determinava o nível de renda criado dentro da colônia. Com tal renda, o senhor rural remunerava os diversos fatores de produção já existentes. Providenciada a reposição da mão-de-obra que se desgastava, substituíra o equipamento e reinvestia para o aumento da produção. Todos os fatores de produção eram de sua propriedade: a terra, onde havia a plantação da cana, a mão-de-obra constituída de escravos e o equipamento industrial.

O processo de formação do capital também se exprimia em termos dúplices, isto é, em gastos feitos no exterior e em utilização interna da força de trabalho escravo. Como decorrência desse funcionamento, a renda monetária criada no processo produtivo revertia no todo às mãos do senhor rural empresário, renda essa que se expressava no valor das exportações. "O fluxo de renda estabelecia-se pois entre a unidade produtiva, considerada em seu conjunto, e o exterior."²¹ O sistema de preços, do mesmo modo, processava-se em termos comerciais, pois o produto do domínio se vendia, com as oscilações naturais do mercado, e o lucro do empresário seria a diferença entre o custo de manutenção e reposição da força de trabalho e o valor do produto (do trabalho) dessa mesma força. Sendo a totalidade dos fatores de produção propriedade do empresário, a renda revertia-se-lhe no todo, e a sua aplicação voltava outra vez à inversão para a reposição da capacidade produtiva.

A manutenção da mão-de-obra fazia-se por ela própria, graças à economia natural ao redor do engenho, levantada nas horas que não eram destinadas à plantação da cana ou produção do açúcar. O destino da economia natural em nosso domínio foi esse de permitir a maior utilização da força de trabalho, em parte facilitada pela disponibilidade em tempo que a lavoura de cana permitia.

²¹ Celso Furtado, *A Economia Brasileira*, pág. 76.

Em nossa história, o movimento mais simples passaria a ser a distribuição dos fatores entre a produção para o consumo interno e para a exportação. Posta essa distribuição de fatores em função do comércio exterior, acentua Rangel que o Brasil realoca seus fatores entre a produção para a exportação e a produção para o consumo interno. No primeiro caso, substitui produção nacional por importações; no segundo, importações por produção nacional. Exemplifiquemos: se a Europa comprava menos açúcar, a fazenda tinha que reduzir as suas compras de tecido para aumentar a sua própria produção têxtil com os braços que sobravam. A economia reagia aos movimentos do comércio exterior, da capacidade para importar, por uma substituição de importações no nível da economia natural.²²

Todavia, a existência de um mercado externo ativo, após o segundo quartel do século passado, constituiu um estímulo à economia brasileira em torno de atividades agrícolas especializadas. Solicitação contínua, em escala crescente, que modificava as relações de trabalho na fazenda. A produção agrícola era forçada a especializar-se a fim de atender às mudanças introduzidas nos termos de intercâmbio, ou seja, maior procura do mercado externo. Indica Gilberto Paim que o “mercado externo estimulou a estruturação da economia brasileira em torno de atividades agrícolas, cuja produção exportável apenas absorvia parte do tempo do trabalho e dos recursos naturais e do capital de que se dispunha. A outra parte, consideravelmente maior, era empregada na produção de bens de consumo, sem os quais a população não poderia manter-se e crescer, e criava o acervo de riqueza reproduzível que assegurava a continuidade da exportação e ampliava a capacidade de produção para o consumo do país”.²³

A partir de então, a divisão do trabalho força a criação do mercado interno. Começa a desagregar-se a economia

²² Inácio Rangel, *ob. cit.*

²³ Gilberto Paim, *Industrialização e Economia Natural*, pág. 17.

natural das grandes fazendas. “Nesse processo de substituição da produção manufatureira rural pela urbana, as unidades heterogêneas que se organizam nas cidades precisam de maquinismos comprados fora do país. Tal necessidade é satisfeita com os saldos crescentes na balança comercial.”²⁴ Só dessa forma pode iniciar-se a ruptura da unidade autônoma, desintegrar-se a economia natural, ampliando-se, então, o mercado interno. Decorre de tais causas a mercantilização da produção.

²⁴ Gilberto Paim, *ob. cit.*

III. A CONCILIAÇÃO DE 1822

A independência política de 1822 encerra em seu contexto o espírito de conciliação que provinha de todo o processo histórico nacional. Prevista de fato, há muito, pelos portugueses,¹ tornara-se inevitável, realizando-se quando irreversível a emancipação econômica, decorrente da abertura dos portos.

Disso tiveram consciência os homens públicos que participaram dos acontecimentos. Escrevia o Marquês de Sapucaí que ninguém podia arrogar-se a glória de ter apressado a emancipação política do Brasil. O ato operou-se tão aceleradamente e por tal unanimidade “que os fatos encaminharam os homens e não os homens os fatos”.² O radicalismo também se pronunciaria, ciente das limitações dos indivíduos no rumo dos acontecimentos. Ledo confirmava: “a independência não fui eu, não fomos nós, não foi José Bonifácio, nem Pedro I que a fez. Foi a vinda de D. João VI, foi o

¹ Doc. in Arq. Nacional, *Elenco*, pág. 593, Rio, 1941. Ver doc. por Angelo Pereira publ. in apêndice ao *Diário*, do auditor da Nunciatura Camilo Luís Rossi, *apud* Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. IV, pág. 22, 1947. Ver *O Rei e a família real de Bragança devem, nas circunstâncias presentes, voltar a Portugal ou ficar no Brasil, Exame Analítico-Crítico*, págs. 8/20.

² Marquês de Sapucaí, “O Sr. José Bonifácio, Patriarca da Independência”, publicado no *Correio Oficial*, 28 de dezembro de 1833, in *O Primeiro Reinado*, Luís Francisco da Veiga, págs. 41/47.

decreto de 16 de dezembro de 1815, foi a estupidez das cortes portuguesas, querendo recolonizar o Brasil; foi a vontade popular, exigindo do Príncipe a Assembléia Constituinte; enfim a fatalidade do tempo.”³

De tal modo se processaria o movimento que não lhe faltou o apodo, por muitos repetido, de que fora um desquite amigável entre Portugal e Brasil.⁴ Um tranqüilo rompimento, após sucessivos protestos de união e desavenças domésticas, participando como juiz de família a indefectível diplomacia britânica. A essa jurisdição, sob cujo amparo se cumpria o desígnio histórico da independência, competiria depois o encargo de justificar o impulso da nova nação, facilitado sobretudo pela forma cauta a que recorrera a *intelligentsia* brasileira para o divórcio.

De forma sobretudo conciliatória fora o movimento entre os ultramarinos. Transigia o elemento mais avançado, radical e republicano, com o elemento reacionário, em geral alimentado de pré-juízos contra o espírito democrático. Do conflito, que vinha de longe, emanaria o meio-termo, encarnado numa força de centro, moderadora quase sempre, porém atuante. Constituíra-se principalmente de antigos radicais, revolucionários de lojas maçônicas, os quais se deixaram influenciar pela ideologia da restauração, e pela tendência de centro, moderada e oportunista.

Ao mercado externo cabe mais uma vez desempenhar o papel principal na trama que se maquinava. A transição do capitalismo europeu de mercantil para industrial acarretara, nos princípios do século passado, a remodelação de toda a economia mundial, e naquele lance tornaram-se as monarquias ibéricas de súbito inúteis intermediárias, cuja derrocada o mercado europeu exigia, a fim de aprontar a montagem de um aparelhamento capaz de viabilizar o comércio. Seu instrumento eficaz de reforma seria a Grã-Bretanha, país organizado

³ Gonçalves Ledo, artigo no *O Sete de Abril*, n.º 557, 11 de maio de 1838.

⁴ Oliveira Lima, *O Movimento da Independência, 1821-1822*, pág. 7.

em bases comerciais, e cuja diplomacia, mancomunada a grupos financeiros, interligava o sistema de conquista de mercados aos anéis de hegemonia política, tão a gosto do colonialismo europeu. Juntamente com as possessões espanholas da América Latina, passou o Brasil a alvo principal da política de absorção comercial.

Sobre a política inglesa em geral e sobre a diplomacia em particular exerciam os interesses comerciais influência marcante, desempenhando freqüentemente o governo papel desabrido em favor de interesses de grupos. O funcionamento do sistema tinha origem nas praças metropolitanas de Lisboa e Porto, cujos comerciantes súditos de Sua Majestade Britânica levavam ao respectivo ministro as suas queixas e increpações. Este as comunicava ao gabinete de Londres, que as devolvia ao governo lusitano sob a forma de protestos diplomáticos e sob a ameaça da esquadra, casualmente próxima à embocadura do Tejo.

De tal situação coativa seria decorrência a abertura dos portos. Emigrada a Corte, assenhoreado pelos franceses o território metropolitano, não mais seria viável manterem-se fechados os portos ultramarinos ao livre comércio. O ato representara êxito da estratégia geral que os ingleses conceberam para resistir a Bonaparte. A transferência da corte portuguesa e o afastamento do perigo de ser a frota apresada constituem dois movimentos sincronizados à conquista definitiva do mercado colonial. Canning, mais tarde, revelaria aos seus pares da Câmara dos Comuns que após a ocupação da Espanha pela França fora necessário determinar o bloqueio de Cádiz e procurar meios de compensação em outro hemisfério, decidindo que se a França se apoderasse da Espanha não seria juntamente com as suas Índias Ocidentais. E rematava com uma frase que devia servir de exórdio à história política da América Latina: trouxera o Novo Mundo à existência para restabelecer o equilíbrio do Velho.⁵

⁵ George Canning, *Speeches*, vol. VI, pág. 110, *apud* Caio de Freitas, *George Canning e o Brasil*, vol. I, pág. 323.

Os tratados assinados a 19 de fevereiro de 1810 concederam à Inglaterra a tarifa alfandegária que a distanciava dos demais concorrentes, fixado o tributo *ad valorem* sobre as mercadorias britânicas em percentagem inferior à que incidia sobre as procedentes do próprio reino português. Ainda insatisfeitos, obtiveram os ingleses privilégio de nomeações de magistrados especiais, competentes para dirimir as causas que lhes fossem apresentadas.

Sob o ângulo dos interesses nacionais, a medida da transmigração provocou um surto de desenvolvimento e progresso. Em um ano, duplicaram de valor os produtos tropicais, diminuindo, ao mesmo passo, o de todas as mercadorias estrangeiras. Organizado o Banco do Brasil, foram criados os tribunais para a administração das finanças e da justiça, e promulgado o decreto permissivo do livre exercício de toda a espécie de indústria. Diretas as exportações brasileiras, desatravada a rota, Lisboa perdia a sua antiga posição de empório europeu de nossos produtos.

A esse novo estado de coisas corresponderia um arranco de todas as forças até então refreadas, que se uniram para açular o fermento da Independência. A perspectiva da emancipação esboçava-se rápida perante os radicais. Por outro lado, a abertura dos portos, na forma como levada a efeito, postulava a sua própria consolidação, pois o regulamento fora provisório e a transitória permanência da Corte fazia sentir o retrocesso ao estado anterior. A circunstância favorecia a unidade de todos os grupos, inclusive os conservadores políticos, que também propugnavam pela emancipação. Não mais esmoreceria o espírito separatista do mazombo. As lembranças das tentativas frustradas cimentavam as idéias indecisas, combinando-as melhor e lhes dando um lastro de sábia prudência.

Mais tarde, convertida em reino a antiga colônia, a idéia ganha alento e passa a flutuar em meio às questões subsequentes, dentre elas a do regresso da família real, em cujas tricas, antedatas, vacilações e gestões também intervinha a

solécia da diplomacia britânica. A revocação era solicitada pelos liberais portugueses e vindicada pelo Grande Oriente Metropolitano.⁶ Os nacionais, a princípio, porfiavam na permanência de el-rei, idéia por que se batera Hipólito da Costa; depois começaram a propender ao partido de que tão-somente partisse o príncipe real, ficando o pai. Após os movimentos de adesão à revolução portuense, complica-se o processo. A filosofia do liberalismo político, procedente da Revolução Francesa, propulsionava os liberais portugueses, identificando-os com o indeciso anseio nacional de liberdade. Uniam-se, assim, em torno dos novos ideais, forças contraditórias em seus objetivos, e inconciliáveis historicamente, pois, em verdade, o liberalismo da mãe pátria encerrava, como acentua Oliveira Lima, um pensamento de desforra para com a colônia, a qual a privava da supremacia política e econômica. Salienta o mesmo historiador os aspectos curiosos daquele momento, “quando se deu o movimento geral e impetuoso de adesão do reino ultramarino ao programa revolucionário de Lisboa: muitos eram os brasileiros arrastados pela quimera liberal e muitos eram os portugueses instigados pelo ideal da recolonização”.⁷

Espúria em suas bases, estava a unidade condenada a desaparecer logo que el-rei chegasse a Lisboa, pois as Cortes se mostravam convencidas de que seriam obedecidas depois de terem o monarca em seu poder, e por essa razão só começaram a legislar para o Brasil após o desembarque.⁸

Os fatos precipitam-se tumultuosamente e se engravecem com a rebeldia das forças de ocupação acantonadas em território nacional, estabelecendo-se a dualidade do poder. O estado de coisas fazia despontar a contradição entre os pólos, ressaltada por Lino Coutinho: “Portugal e Brasil constituem

⁶ Varnhagen, *História da Independência do Brasil*. Publicação da Revista do Instituto, pág. 46.

⁷ Oliveira Lima, *ob. cit.*, pág. 16.

⁸ Varnhagen, *ob. cit.*, pág. 97.

dois reinos diferentes, colocados em hemisférios diversos, com peculiaridade e interesses contrários.”⁹

Considerava-se, não obstante, vantajosa ainda a situação de reino-unido a que fora guindado o Brasil. Silva Lisboa, poucos anos antes, defendera o ponto de vista e do mesmo modo José Bonifácio. Não era outro o entendimento do *Revrêbero*.¹⁰

A indecisão derivava da especificidade do processo. A ação do mercado exterior fazia-se sobre um arcabouço rural e comercial de que participavam os portugueses, um arcabouço dúplice combinando interesses mercantis e escravistas. Era o sentimento generalizado com relação à mãe pátria, onde a *elite* se ilustrava freqüentando a universidade, falando o mesmo idioma, consagrando idênticas crenças religiosas.

Havia a prudência do mercado externo e a dualidade de nossa estrutura econômica. Os ventos que sopravam do exterior em favor da liberação eram procrastinações e advertências de paciência e serenidade. Hipólito da Costa, de Londres, durante seguidos anos, procurara imprimir uma ideologia de centro, indicando como deviam ser encaradas e solucionadas as questões políticas e sociais. “Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós sejam essas reformas feitas pelo povo.” O que convinha, segundo pregava, era a “adoção de instituições constitucionais moderadas, acordes com o seu ponto de civilização, deixando-lhes o evolimento a cargo do tempo”.¹¹

Que tudo viesse com vagar, de forma suave, sem a temerária participação jacobina. Os ingleses atuavam com a necessária cautela para não desagradar os velhos aliados de Portugal, transigindo, ademais, por motivos ligados à política continental, com os arreganhos da Santa Aliança.

⁹ Lino Coutinho *apud* Lídia Besouchet, José Maria Paranhos, *O Visconde do Rio Branco, Ensaio Histórico-Biográfico*, 1945, pág. 10.

¹⁰ *Revrêbero*, 1 de outubro de 1821.

¹¹ Hipólito da Costa, *Correio Brasiliense*, XXV, 2 de outubro de 1820.

Na conjuntura européia, por vicissitude do próprio tempo, acabaria por desempenhar a Grã-Bretanha papel marcadamente conciliador, não desafiando, de rosto, o reacionarismo da Santa Aliança, e procurando solapar o legitimismo na medida de seus interesses contingentes. Tinha a considerar processos diferentes de execução política, apreciando particularidades ditadas por suas relações com as metrópoles. Com referência às colônias espanholas, seu incentivo era às claras e decisivo, atuante e ousado; no que toca ao Brasil, tomava em consideração as velhas relações de comércio que vinham ligadas a compromissos políticos. Necessário remediar, salvar as aparências. E por isso, ao redigir o texto da Convenção Secreta de Londres, incluiu Canning um artigo que estabelecia a concessão à Inglaterra “de um porto livre na ilha de Santa Catarina ou em qualquer outro ponto da costa brasileira”. “De qualquer forma”, pondera Caio de Freitas, “o que Canning desejava e tentara obter através da Convenção Secreta de Londres, isto é, um porto livre para as mercadorias inglesas na Costa do Brasil, o que Strangford, em confabulações com Antônio de Araújo, procurava, com insistência, assegurar para o seu país, era, finalmente, concedido pelo próprio Príncipe Regente, não com a exclusividade com que o Gabinete britânico o queria, mas de forma ampla e generosa, abrangendo, o gozo das vantagens decorrentes daquela liberação, não somente a própria Inglaterra, mas todas as nações amigas da coroa portuguesa.”¹²

As condições históricas não permitiram precisamente o ideal que Hipólito da Costa suscitava em seu mensário dirigido ao reino. Todas as tendências apaziguadoras desenganaram-se de golpe com a chegada de notícias do decreto revocatório do Príncipe. Conglobam-se os grupos para fazer frente às tropas portuguesas que se jactavam de que o Príncipe havia de embarcar, quisesse ou não o povo. Uniu-se o partido nacional de maneira ampla, abrangendo jacobinos e reacionários, em termos de concessões recíprocas. “A repre-

¹² Caio de Freitas, *George Canning e o Brasil*, pág. 148.

sentação do Senado fluminense”, diz Oliveira Lima, “de que resultou o episódio do Fico, traduziu especialmente um acordo entre facções que pautavam seus esforços por orientações diferentes.”¹³ Atiraram-se ao movimento os clubes maçônicos e, receando a anarquia social, os próprios comerciantes portugueses firmaram-se contra o regresso do Príncipe. (A publicação do primeiro número do *Malagueta* recordava a máxima de Duprat: “O barco que levasse para a Europa a família Bragança deixaria a Independência do Brasil.”)

As divergências programáticas entre os grupos diversos esqueciam-se naquele instante. E de janeiro a setembro os acontecimentos assanham-se, inviável já qualquer expediente que visasse a manter o vínculo com Portugal. Urgia então definirem-se os rumos, e a porfia pela liderança encrava as suas raízes no emaranhado dos pequenos e grandes sucessos circunvizinhos ao episódio marcante do Ipiranga. No dédalo das marchas e contramarchas, das vacilações que se sucedem, de caracteres ou problemas pessoais de temperamentos, o fio que liga os principais acontecimentos está quase sempre submerso, não desvendando, como é natural, todo o processo que conduz o grupo moderado à liderança do movimento. Os fatos sucediam-se de afogadilho, envolvendo toda a cúpula dirigente e a encaminhando fatalmente para a Independência. Contrafeitos uns, cientes outros do que faziam, todos procuravam acompanhar os acontecimentos soberanos e irreversíveis. A própria união nacional parece ter sido imposta, num dado momento, à revelia dos líderes, em favor da Independência. Apagava-se a luta intestina de grupos moderados e radicais, ou de grupos radicais e reacionários para o apaziguamento que constitui a eleição de José Bonifácio para grão-mestre da maçonaria em fins de maio de 1822. Explica-se da mesma forma a participação de Ledo e outros radicais no Apostolado,

¹³ Oliveira Lima, *ob. cit.*, pág. 23. Xavier Marques, *Ensaio Histórico sobre a Independência*, pág. 118. Jacques Lambert, *Le Brésil — structure sociale et institutions politiques*, pág. 116.

fundado por Andrada em aparente prejuízo da unidade do movimento maçônico.

As forças uniam-se todas em prol da separação, mas por detrás da histórica aliança destacam-se dois grupos característicos. O primeiro, aspirando à mudança de nossas relações internas de produção, juntamente com o fortalecimento das conquistas, já feitas por ocasião da abertura dos portos. A Independência política seria para eles, mais do que tudo, a consolidação do ato advindo com a transmigração. Eram pela abolição do tráfico de escravos, e do próprio instituto da escravatura. Constituem o reagente do movimento da independência encistado na maçonaria, ativos, voltados para as aspirações democráticas. Tinham suas origens nos movimentos populares já sucedidos no país, da Inconfidência Mineira à revolução de Pernambuco, congregando radicais de todos os matizes, ferventes partidários do enciclopedismo.

Já o segundo grupo infesto ao primeiro pugnava apenas pela consolidação das novas relações externas de produção, advindas do derrocamento do pacto colonial. Tinha como programa dotar o país de uma superestrutura adequada aos escopos do mercado exterior. Representava a corrente dos senhores rurais, em sua maioria, de Minas e São Paulo, cujos líderes defendiam a Monarquia Parlamentar, inspirando-se em idéias de Bentham. (São revolucionários pela metade, digamos assim, pois se apegavam apenas ao liberalismo econômico, bafejado pelos ares de um constitucionalismo engenhoso que pudesse aceitar a estrutura econômica escravista.) A hegemonia dos senhores rurais apresentava-se num programa de frente única com os setores de grupos mercantis urbanos, arrastando, na política de centro, as correntes radicais que por si só não podiam realizar os objetivos do movimento.

Talvez o grupo radical, minoritário, abraçasse a aliança como indispensável manobra tática ou simples tomada de posição para posteriores conquistas democráticas. O ponto central do programa, o liberalismo econômico, visando à liberdade de comerciar, figurava como divisor comum e máxime como o elemento catalisador das duas faces do senhor

rural. Não significava esse liberalismo econômico qualquer perigo à estrutura escravocrata da sociedade, de cujas vantagens sociais e domésticas participava a incipiente classe mercantil urbana. Seja como for, perdiam os radicais seu ímpeto revolucionário ao colocar-se à sombra da bandeira alevantada pelos moderados, pois a unidade exigia uma concessão após outra, desde a aceitação da liderança do Príncipe até a atitude renegatória dos ideais republicanos.

As concessões, ainda que justificadas como expediente, era o plano inclinado que conduziria o radicalismo a renegar ou pelo menos a adiar a solução do problema servil. Acabariam a reboque dos moderados, assim como os conservadores “chumbistas”, e reacionários de todas as tonalidades.

O equilíbrio nascera para alcançar-se, de modo cauteloso, a Independência. Tomando como princípio a necessidade de união nacional, adotava a corrente moderada a forma monárquica constitucional, aproveitando o Príncipe da dinastia de Bragança, que se dizia proclamado “pela graça de Deus e pela unânime aclamação dos povos” (a um tempo, pois, ungido do Senhor e escolhido pela vontade popular). Adaptada a monarquia tradicional aos novos princípios da restauração, transigiam, nesse ponto, à face do centro, o elemento radical e o elemento reacionário; este em virtude da quebra do princípio do direito divino dos reis e aquele na atitude renegatória dos postulados republicanos e jacobinos que abraçava nas lojas maçônicas. Em contraposição ao espírito americano, prevalecia o espírito europeu. (Por isso chama atenção Oliveira Lima para uma das acusações feitas a D. Pedro I, a de ser o imperador, embora constitucional, sectário do sistema europeu, a saber, do sistema monárquico, de opressão e tirania política, que a Santa Aliança não só simbolizava como aplicava.)¹⁴

A corrente moderada propunha-se a imprimir à Independência um sentido que pudesse aceitar o bifrontismo de nossa estrutura econômica. Teria sido provavelmente a hegemonia

¹⁴ Oliveira Lima, *ob. cit.*, pág. 42.

senhorial do movimento, desempenhada pelo grande fazendeiro, espécie de *gentry* de caráter territorial, que congrega na ação rebelde o liberalismo econômico e o instituto da escravatura. Ao findar o século XVIII, a ruralização colonial já havia gerado esse tipo de senhor dos domínios, autenticamente nacional. Não se trata de tipo enfeudado, resultante das relações feudais existentes no domínio, porém de um tipo misto, que se porta, como senhor rural, em sua fazenda, mas que se encontra voltado para o mercado externo, onde a sua produção com valor de troca é colocada. É dúplice econômica e mentalmente: vive numa fazenda de escravos de látigo em punho, enquanto se empolga pelas idéias liberais correntes nos países europeus já libertos do feudalismo; revolucionário, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e conservador, quando reage a quaisquer idéias de abolição. Seu caminho é necessariamente o compromisso entre a escravatura e o liberalismo econômico.

O plano político de conquistar para a causa a adesão do príncipe regente já importa na preocupação de bitolar a independência no trilho de uma solução conservadora. A área de unidade com outros grupos ampliava-se em razão do elemento português de nosso comércio urbano, muito mais propenso à concórdia do que à turbulência dos elementos jacobinos exagitados da cidade. (A forma violenta de repressão aos movimentos radicais não deixa a menor dúvida do receio que provocavam. Disso devemos concluir o apoio recebido do corpo comercial pelo Conde dos Arcos, em suas medidas quando do movimento de Pernambuco.)

A adesão do Príncipe tornava-se dessa forma imprescindível como instrumento de conquista de áreas indecisas, de origem lusitana, existentes nas cidades e no campo, voltadas para a libertação, dominadas porém por preconceitos e aversões anti-republicanas.

A moderação também satisfazia os escrúpulos britânicos. Em meados de 1822, escrevia Caldeira Brant, o futuro Barbacena, a José Bonifácio, “que os receios do Ministério britânico eram transcendentais a vários outros gabinetes, e, por

isso, para Sua Alteza Real, de acordo com eles, e segundo o espírito constitucional de que S.A.R. está animado, é urgente estabelecer a organização política do Brasil sobre instituições monárquicas que, tendendo a consolidar a mesma organização política, neutralizem a ação do partido democrático”.¹⁵

Independência com monarquia, monarquia com príncipe português. Se Portugal estava sob um regime de liberalismo que procurava solapar os princípios tradicionais, à Santa Aliança não se apresentaria a novel nação de forma tão ilegítima. Sobretudo em havendo a atuante princesa austríaca ao lado do imperador rebelde.

A Portugal restava a esperança de uma colonização em termos que à Inglaterra não poderia repugnar, desde que mantidas as medidas de 1808. Mas historicamente seria impossível às Cortes atestar, de modo tão liberal, a sua própria derrocada. Da mesma forma que na abertura dos portos, a pressão do mercado externo teria uma influência crucial nos acontecimentos. De modo cauteloso, é verdade, mas crescente, algumas vezes dúvida, porém irreversível.

O cuidado de não contrariar a Santa Aliança está manifesto em sucessivos congressos. Percebe-se a sua sombra na limitação do movimento do Porto. Iria debuxar-se na preparação da Independência, possibilitando a liderança do grupo moderado. A Felisberto Caldeira Brant (Barbacena) coube o ter escrito de Londres a José Bonifácio que o papel do príncipe regente seria convocar as cortes do Rio de Janeiro, declarar seu pai em estado de coação e entrar em relações diretas com os soberanos europeus. Salvo o princípio da legitimidade, consideradas usurpadoras as cortes de Lisboa, proclamava-se o liberalismo econômico nas relações externas de produção.

O temor à revolução teria sido um dos esteios do movimento pela independência. O próprio Gonçalves Ledo, então figura de proa da Maçonaria, procurou demonstrar que as

¹⁵ Barbosa Lima Sobrinho, *Revista do Instituto Histórico*, vol. 173, pág. 669.

circunstâncias políticas demandavam a proclamação da independência e o confirmar da realeza na pessoa do príncipe regente.¹⁶ À idéia moderadora, partida da ala jacobina do movimento, somava-se o protesto pela inserência no periódico *Regenerador* de matéria considerada desorganizadora e subversiva. Gonçalves Ledo, que adotara, a princípio, convicções republicanas, acedia, finalmente, por aceitar o governo monárquico, quando se deliberava o Príncipe a prestar-se à obra da independência nacional. “Terminava assim aquele Grande Oriente, que de tamanha vantagem fora, quer para se intentar, quer para se levar ao fim a Independência do Brasil, a aclamar-se D. Pedro imperador do novo estado americano, que se formava sobre as ruínas da monarquia portuguesa.”

Todos acabariam acordando com a forma de arranjo político, pelo qual se operaria o movimento e do mesmo modo conformados com a ausência de participação popular. O povo fora advertido, mesmo antes do glorioso sucesso, pelo episódio de 21 de abril, de que a sua atuação nos acontecimentos importantes sempre poderia proporcionar um doloroso saldo de tragédia.

O nacionalismo exultaria do êxito de sua nova campanha para cobrir com a tradição monárquica a passagem do país ao regime de plena autonomia, proclamava *O Revérbero Constitucional*.¹⁷ “O Brasil adotando o príncipe, adotou o partido mais seguro: vai gozar dos bens da liberdade sem as comoções da democracia e sem as violências da arbitrariedade”, doutrinava o órgão de Ledo e Januário. Pouco importa, assim, o radicalismo atuante das lojas maçônicas, pois a luta que se trava exclui, pela sua natureza, a participação autônoma de seus grupos e por conseguinte a sua liderança. Ao dualismo,

¹⁶ Discurso proferido em 20 de agosto de 1822. Melo Moraes requereu em 1861 certidões das atas das sessões do Grande Oriente de n.ºs 13 a 17. O secretário da Loja, tomando os números das atas por datas, lavrou-as de 13 de agosto adiante. Melo Moraes equivocou-se e data o discurso em 9 de setembro de 1822. Melo Moraes, *História do Brasil Reino e Brasil Império*, tomo I, pág. 90, 2ª coluna.

¹⁷ *O Revérbero Constitucional*, 22 de janeiro de 1822.

esposado por Palmela, antepunha-se a corrente que se agrupava ao redor do príncipe, advogando a sua permanência no Brasil. Entre estes, alinhava-se o “partido brasileiro”, contendo em suas fileiras os radicais, que também percebiam que sem aquele o movimento tornar-se-ia árduo e escabroso. Tinham, por conseguinte, a consciência ou a intuição de que eram minoritários.

Outros fatores também influiriam para condicionar a feição que tomou o movimento de 1822. A colônia havia sido a sede da monarquia por quase três lustros, e sofreria a transplantação do mecanismo administrativo metropolitano, cujo funcionamento, emperrado ou não, facilitara sobremodo o fortalecimento do arcabouço mercantil nacional, nele tornando possível incorporar-se o elemento lusitano aqui radicado.

A solução monárquica não parece ter sido apenas um recurso tático na elaboração da Independência. Outra forma não corresponderia melhor à tendência que liderava o movimento senão aquela que, na expressão andradina, traduzia-se por “uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional, único sistema que poderia conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça da arquitetura social, desde o Prata ao Amazonas, qual a mão onipotente e sábia da Divindade”.¹⁸ A preocupação moderadora somava-se o cuidado pela unidade de toda a peça, em prosseguimento ao sentido que já vinha da colônia, quando se formou lenta e inexoravelmente o sentimento de unidade nacional. Diante de uma dúvida quanto à disposição geral das províncias, de incertezas quanto à determinação de vencer as vacilações regionais, o problema ganhava um sentido de capital importância para os patriotas do movimento. Lançavam mão, em primeiro lugar, de um elemento transcendental comum a todos os espíritos, que a todos galvanizava, trans-

¹⁸ José Bonifácio de Andrada e Silva, artigo *n'O Tamoio*, n.º 5, de 2 de setembro de 1823. *Anais da Biblioteca Nacional*, XIII, 63, *apud* Pedro Calmon, *História do Brasil*, tomo IV, pág. 145, Nota 1.

formando-o em bandeira. A unidade das províncias pressupunha uma força maior de defesa do liberalismo econômico que se desejava definitivamente consagrar, reduzido, evidente, às relações externas de produção.

A tentação de liderança deixa-se entrever a cada instante. Nos primeiros meses de 1822 avisava José Clemente Pereira a Ledo e a Januário Barbosa o receio do separatismo de algumas províncias, quando então se ajustou a redação de um manifesto, em nome do povo do Rio de Janeiro, que tivesse por fim pedir ao príncipe a convocação da assembléia-geral, como único meio de chamar as províncias a um centro. Tornava-se necessário cada vez mais removerem-se as suspeitas; era a face mercantil do senhor rural, aliada à burguesia urbana, e ajudado pelo liberalismo cauteloso do comércio britânico.

Nesse ambiente, José Bonifácio sobranceava pela conjugação de fatores vários. Repatriara-se, em fins de 1819, pouco antes do período da agitação emancipadora, quase sexagenário e nimbado de grande renome, adquirido nos meios científicos europeus. Para os moderados, urgia contar com a adesão do príncipe e era o venerando cientista brasileiro que poderia maior ascendência exercer no seu espírito.¹⁹

Já se lhe deviam a adesão da Junta Provisória de São Paulo a D. Pedro, o preparo das instruções aos deputados paulistas ao Congresso de Lisboa, antigas representações ao príncipe para que ficasse no país, bem como a proposta a Minas para uma união indissolúvel.

É provável que o comportamento de José Bonifácio tenha impressionado o imperador. No curso do movimento constitucionalista português, as correntes antagônicas dos “pés-de-chumbo” e liberais já se debatiam. Entre os últimos havia ainda os partidários da monarquia constitucional, conside-

¹⁹ H. Schüller, *D. Leopoldina — Erste Kaiserin von Brasilien*, págs. 218 e seguintes. Em carta a Schaffer, escrevia D. Leopoldina: “Meu esposo está mais bem disposto para os brasileiros do que eu esperava, mas é necessário que algumas pessoas o influam mais, pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejava.”

rando prematura a emancipação. Durante os acontecimentos militares de São Paulo os chumbistas sentiam que não podiam prosseguir. “Temendo o futuro, embora sem desejar o passado, condensou-se lá uma tendência contemporizadora, um meio-termo contrafeito entre os rigores do chumbismo e os pretensos exageros dos maçons.”²⁰ (“A atitude de José Bonifácio prefigura-nos o rumo dos acontecimentos. Proclamando o dia da conciliação geral, estendeu as mãos ao chumbismo paulista.”)

José Bonifácio parece ter tido quando menos a intuição da forma conciliatória como fator de unidade nacional. Sua liderança não implica transigência quanto ao ponto fundamental da independência política. Mas reformula seus pontos de vista no que tange à escravidão, cuja abolição consistira numa das principais reivindicações do mercado externo. Evita assumir compromissos definitivos com Lord Amherst, em passagem pelo Rio, aceitando que a extinção abrupta do tráfico poderia comprometer a existência das novas instituições. Da mesma forma, nas ordens secretas mandadas aos plenipotenciários brasileiros em Londres, aconselhava-os a que procurassem obter que o reconhecimento da independência não ficasse condicionado à abolição do tráfico.

Fixa-se num prospecto de independência com o príncipe, preocupado com a unidade nacional e com a forma que pudesse melhor ser vista pelo continente europeu. Acima de tudo, era necessário cimentar a união das províncias do centro-sul, formadas por Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Por isso, um dos seus primeiros cuidados foi restabelecer a centralização das províncias que as Cortes haviam aniquilado, o que fez um dia após a expulsão dos janízaros da divisão auxiliadora. Apenas quatro províncias aliaram-se então: Rio, Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo. Da unidade todavia parte ele para a política geral de desígnios independentistas.

²⁰ Vitor de Azevedo, *Feijó*, pág. 38.

Tornar-se-ia líder devido talvez às concessões que aprendera a fazer habilmente aos grupos reacionários sem perder a confiança que lhe concediam os liberais. Coubra-lhe um papel destacado na formação da Sociedade Filotécnica, frente única legal que se propunha a reunir as diferentes províncias em comunidade de idéias, sem ser por meio de clubes secretos. Não pararam aí as manobras de concessões para obter apoio de círculos moderados e seus aliados de direita. Na representação da Junta de S. Paulo, assinada por Oyenhausen, e tida como da lavra de José Bonifácio, percebe-se uma linguagem propositadamente ultramonarquista e que iria irritar os liberais. Mas José Bonifácio transigia com os reacionários da Junta a fim de tornar-se o escolhido que em pessoa requereria ao Príncipe, em nome de São Paulo, a sua permanência no Brasil.

Liga-se, por outro lado, ao radicalismo, tornando-se grão-mestre da Maçonaria, sem fazer-se radical (manifesto de 6 de agosto). Ministro do Reino e do Exterior, manipula os cordões de pressão externa para os embates que se sucedem desde o Fico. No sentido de movimentar-se em área maior, funda outro organismo maçônico, para onde conduz o próprio príncipe. Mobiliza as forças moderadas, marchando com o radicalismo, assestando-lhe golpes quando se lhe enfraquece a liderança. Amputa as pretensões ultramontanas e absolutistas, de modo também arbitrário e violento, às vésperas da Independência, nos sucessos de São Paulo. (Cumpria às vezes reagir às exagerações de um setor. É quando, em momentos determinados, a transação torna-se atuante, desferindo seus golpes à direita e à esquerda.)

A realidade está em que ele acedia à tendência da emancipação sem qualquer mudança nas relações internas produtivas. Gonçalves Duque refere-se ao terror que despertava uma possível guerra contra a metrópole. O radicalismo poderia conduzir o país a uma alteração na estrutura da sociedade. Mais do que a República ainda se temia a abolição. Acreditaram não poucos que os escravos dariam grande trabalho, contagiando-se nesse meio revolucionário e tentando

contra os senhores represálias como as do Haiti. A recordação do quilombo dos Palmares fortalecia esse receio.

No período que segue a independência depara-se-nos, dia a dia, o liberalismo, sem esmorecer, em processo de crescimento. À medida que tais idéias ganhavam terreno, maior esforço despendia José Bonifácio para combatê-las, falando contra as “tendências subversivas”, liberdade licenciosa. Convencera-se, como aduziu Rocha Pombo, “de que era forçoso salvar a revolução mesmo pela violência e até sacrificando os próprios revolucionários. Conter a avalanche — pareceu-lhe a injunção suprema daquele instante”.²¹

²¹ Rocha Pombo, *História do Brasil*, 4.º vol., pág. 117.

IV. A ELABORAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Independente o país, cumpria ao espírito nacional fixar as suas bases institucionais. Dir-se-ia um trabalho subjetivo, desenvolvido por uma elite minoritária, voltada toda ela para os preceitos jurídicos e políticos correntes no continente europeu. Acentua com severidade Euclides da Cunha que o legislar daquela gente para o Brasil de então tudo seria, menos obedecer à consulta lúcida do meio.¹

Nascido para a vida internacional, no momento em que, na Europa, sofria o regime do absolutismo as mais violentas sacudidelas, procurara o Brasil para si mesmo uma estrutura institucional nos moldes de um adiantado figurino político. Não lhe vinha, pois, o governo de longínqua fermentação, pois foi buscá-lo onde se encontravam a experiência e a cultura política. Havia modelos de estados constitucionais rígidos, onde a liberdade evanescente era às vezes dádiva generosa do poder. Os políticos brasileiros, porém, inspirados no liberalismo europeu, não se dirigiam àqueles países, em que a autoridade primava fortemente sobre o indivíduo e a sociedade. Redigiram uma constituição que, entendida mais ou menos à luz do regime parlamentar inglês, destinava-se a ser, e o foi, um instrumento de evolução sem saltos.²

¹ Euclides da Cunha, *À margem da História*, pág. 243.

² Homero Pires, *Aulas de Direito Constitucional*. Opinião contrária à de Alfredo Varela, *Direito Constitucional Brasileiro*, pág. 40.

No domínio da política, como da ciência e da filosofia, as aspirações dos povos não podiam deixar de ser semelhantes, com uma base comum de concepções. Estudando a história das instituições políticas européias, frisava Guizot que no desenvolvimento do continente todos os povos e todos os governos estavam ligados: “a despeito de todas as lutas e todas as separações, há incontestavelmente conjunto e unidade na civilização européia.” As escolas do regime representativo que atuaram no espírito francês estavam na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nesse sentido, Jellineck, exarado nas observações de Aulard, realça “o quanto refletiu na concepção dos direitos do homem, na França, a declaração de direitos do povo da Virgínia em 1776”.³

Encontram-se, na Constituição da Noruega de 1814, vestígios da Constituição francesa de 1791. A americana, de 1798, tem as suas origens nas instituições inglesas e inspiraria os revolucionários franceses. O mesmo se pode dizer da Constituição de Nápoles, de Portugal e de Cádiz. Quanto à última, Posada, redargüindo à interpretação de Marina, chama a atenção para o fato de que o regime estabelecido pela referida Lei Magna não se apoiava em “precedentes tradicionais” e obedecia à influência expansiva da Revolução Francesa. “Faltava-lhe um verdadeiro encadeamento histórico entre a evolução tradicional do absolutismo e a formação do regime constitucional implantado.”⁴ No entanto, a Constituição espanhola, sem apoio em “precedentes tradicionais”, tornou-se a idéia da monarquia constitucional e representativa e, ultrapassando o campo nacional, justamente por não ser um típico fenômeno espanhol, coube-lhe, segundo Otacílio Alecrim, o destino histórico muito singular de tornar essa idéia criadora comum de vários outros grupos, irradiando-se para Portugal, Itália, Romênia, Noruega, Rússia e

³ Jellineck, “La Déclaration des Droits de l’homme et du citoyen”, *Révue du Droit Publ.*, vol. 18, págs. 385 e segs.

⁴ Posada, *Tratado de Derecho Político*, II, Madri, 1935.

Brasil.⁵ (Um direito público universal tanto pode ser compreendido como sistema jurídico elaborado em países de uma mesma unidade cultural como um sistema que deita as suas raízes nas aspirações comuns de todos os povos.)

Anteriormente, o fato era compreendido como tendência da época. Dizia Palmela que a revolução de Portugal não seria o resultado de causas peculiares à nação portuguesa. . . se os portugueses não tivessem sido excitados pelo exemplo espanhol, pela tendência geral de todas as nações da Europa para o governo representativo. “Os espíritos não se hão de sossegar em Portugal enquanto estiverem exaltados em todo o resto da Europa.”

Handelmann explicaria a preeminência da Constituição espanhola como a egéria política em razão de seu restabelecimento e vigência, enquanto que naqueles dias a francesa já não mais existia como lei escrita.⁶ A constituição gaditana, na verdade, servia como protótipo, em virtude de ter sido elaborada após a vertigem revolucionária, melhor ecoando as aspirações da burguesia, já contra-revolucionária um dia após a sua ascensão.⁷ Vitoriosa, já lhe convinha mais tranquilidade, assegurada pelas instituições liberais à sombra de um poder cerceado, incumbido de zelar pelos interesses de todos e de cada um. No constitucionalismo estava o sistema em cujos objetivos figurava o de garantir a liberdade individual e o de sustentar o direito de propriedade. Era a transação com a sobrevivência da monarquia, que, dentro das normas constitucionais, estaria apta a pôr-se defronte de qualquer demasia revolucionária que tentasse ressuscitar.

A preocupação de elaborar um diploma apropriado às condições nacionais é percebida entre os adeptos do espírito

⁵ Otacílio Alecrim, *Idéias e Instituições no Império*, pág. 28.

⁶ Handelmann, *apud* Alecrim, *ob. cit.*, pág. 34.

⁷ É digno de registro o golpe de estado da Lei Chapellier em plena revolução, diante mesmo do silêncio de Robespierre. (Lei contra o direito de associação em nome da liberdade de trabalho e que, por via policial, reduziu a competência entre o capital e o trabalho às conveniências do primeiro.)

nacional. José Bonifácio advertia, durante os trabalhos constituintes, que “a Constituição seria aquela que o povo quisesse executar, e que, para não ser um papel borrado, como eram muitas da Europa, era preciso fazê-la apropriada ao país, sem idéias metafísicas e discursivas inúteis”.

Outros políticos e constituintes a tiveram também, entre os quais Antônio Carlos, que, certa vez, contou a história da redação de seu projeto. Elegeram-no presidente da comissão, cujos membros, em pouco tempo, apresentaram os seus trabalhos. Teve ele a sem-cerimônia de dizer que não serviam para nada: um copiara a Constituição portuguesa, outros, pedaços da Constituição espanhola. À vista disto, incumbiram-no de redigir uma nova. Depois de estabelecer as bases fundamentais, “reuniu o que havia de melhor em todas as outras Constituições, aproveitando e coordenando o que havia de mais aplicável ao nosso estado”.⁸ Vê-se a inquietação de Andrada por nossas condições peculiares, pelo critério seletivo e pela aplicação dos preceitos universais às nossas circunstâncias. Repelia a cópia, sem o exame das condições peculiares; adotava a experiência dos povos europeus, procurando coordenar o que se podia aplicar à realidade brasileira.⁹

A preocupação pela unidade nacional também reponta desde os primeiros momentos, o que explica um aditamento de Martim Francisco ao juramento dos constituintes, expressamente a respeito da integridade do império.

A fala de abertura é um documento em que raíam os traços do constitucionalismo da restauração. Declara o impe-

⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, 1840, vol. I, pág. 109.

⁹ Houve quem sentisse o natural desse processo de formação e desenvolvimento das instituições. Clóvis Beviláqua, em conferência realizada há quase quarenta anos, obtemperava: “Penetrando, porém, mais intimamente, no cerne da nossa organização política, a justiça me levará a reconhecer que, se os moldes constitucionais, nesses dois momentos decisivos da vida nacional brasileira, não foram produtos do solo, criações originais da raça, receberam modificações valiosas que tornaram possível a sua adaptação ao meio pátrio, e revelarão, a todo o tempo, a impressão do nosso modo de empreender e sentir os fenômenos sociais.” *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XXXVIII, 1920, pág. 4.

rador desejar uma constituição “justa, sábia, adequada e executável, ditada pela razão e não pelo capricho”, com os três poderes divididos, harmônicos, que “pusesse barreiras inacessíveis ao despotismo quer real, quer aristocrático, quer democrático”. Julgava necessário evitar constituições que à maneira das de 91 e 92, teóricas e metafísicas, eram inexecutáveis, como ficara provado em França, Portugal e Espanha.

O mesmo espírito prevalecia na Constituinte. A maioria dos representantes inspirava-se na doutrina constitucional inglesa para a resolução dos problemas de toda a ordem que os afligiam. Em torno da resposta à fala da abertura, rememorava-se que na Inglaterra ninguém respondia; falavam os Andradas em inconstitucionalidade de certos atos, antes da elaboração do próprio projeto, imbuídos dos princípios comuns do direito público inglês, cujos textos nunca foram modificados. No mesmo sentido norteia o Governo o seu comportamento, ao solicitar licença da Assembléia para que fossem ouvidos três deputados como testemunhas de um processo.¹⁰ Em tudo se viam indistintamente os laivos de uma cautelosa política propendente a não ferir a suscetibilidade do imperador e a não desgostar o poder judiciário.

Antônio Carlos defendia o seu projeto, arremetendo contra a Revolução Francesa. Referindo-se a certo manifesto imperial, Montezuma considerava-o digno de “um coração verdadeiramente constitucional” (observa de Roure que tudo naquela época tinha de ser constitucional — para ter valor, até o coração de Pedro I).¹¹

A idéia constitucional, que Mirabeau fizera surgir de uma necessária participação popular no governo, e que era um fator poderoso da evolução política européia, seria a dominante entre os constituintes de nosso primeiro colégio. A terceira força, que se firmara, pretendia erigir uma monarquia alicerçada na liberdade política, irmanada ao conceito de liberalismo econômico.

¹⁰ De Roure, *Formação Constitucional do Brasil*, pág. 64.

¹¹ De Roure, *ob. cit.*, pág. 78.

O projeto era extenso, pormenorizado em suas preocupações liberais. Os poderes do Estado eram considerados delegações da nação: dividiam-se em três. Ao imperador outorgava a delegação do Poder Executivo, arremedando a feição presidencialista da república norte-americana; mas da referenda dos ministros teriam de depender os atos do Imperador, a fim de que se tornassem obrigatórios. O Poder Legislativo não poderia ser dissolvido e sempre seria suspensivo o veto imperial às leis. O Judiciário seria constituído sob a proteção da inamovibilidade e vitaliciedade dos juizes.

A ausência de conhecimentos especializados sobre política e direito público constitucional, ainda que o admitamos, não significava desconhecimento das tendências radicais do movimento revolucionário.¹²

O Parlamento, cioso do seu poder, defendia princípios avançados. O direito de dissolução do poder legislativo não era reconhecido ao imperador; as imunidades, as mais amplas possíveis, não podendo os deputados e senadores ser processados criminalmente nem acionados no cível. Da investidura parlamentar eram excluídos os estrangeiros naturalizados e os brasileiros nascidos em Portugal que não contassem doze anos de domicílio no Brasil. O projeto preceituava ainda que a força armada não poderia ser empregada no interior senão em caso de revolta declarada, e então era obrigado o poder executivo a sujeitar ao exame da assembléia todas as circunstâncias que haviam motivado a sua resolução. No contexto da própria carta estava o agravo formal à escravatura,

¹² "A ciência política era desconhecida pela quase totalidade dos habitantes do Brasil. As histórias da Grécia e Roma, o *Contrato Social*, de Rousseau, e alguns volumes dos escritos de Voltaire e do Abade Raynal, que haviam escapado à vigilância das autoridades, formavam as únicas fontes de instrução." Armitage, *História do Brasil*, pág. 29. Aludindo ao catálogo da livraria régia de 1808 a 1821, também notou Oliveira Lima a ausência de livros sobre direito público e político. Vasconcelos Drumond registrou a escassez de noções, naquele tempo, entre nós, acerca de governo representativo. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1885, 6, vol. XIII, fasc. II, Anots. de A.M.V. de Drumond à sua biografia, pág. 62.

posto que discreto, ao dispor-se que “a assembléia teria o particular cuidado de criar estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios e emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial”.¹³

O projeto não atendia às nossas peculiaridades; fugia à linha de moderação tendencial, referendo as disposições a respeito da liberdade individual e de alguns preceitos de sentido estreitamente jacobino. Sublinha Aurelino Leal, em sua história constitucional do Brasil, que Antônio Carlos, sempre que escreveu no projeto a palavra estrangeiro, teve diante de si o fantasma português, que, “a seu turno, invocava o espectro da recolonização”.¹⁴

Cumprir não perdemos de vista o arranjo político de 1822 para ajuizar o projeto da primeira constituinte. Em suas medidas, estava comprometido o movimento participado por nacionais e portugueses e sob a liderança de um príncipe nascido na metrópole. Pelo projeto as leis constitucionais ou as de futura revisão excluíam-se das que dependiam de sanção. Pronto já havia também um projeto de lei especial, tirando a D. Pedro o direito de veto às leis da Constituinte, e, portanto, à própria Constituição que seria votada. O imperador não podia, pois, intervir nas leis constitucionais, nem para sancioná-las.

Na questão da divisão dos poderes, a Constituinte a estabeleceu, fazendo emaná-los da soberania popular e, portanto, afastando-se do espírito da restauração, que fizera do Poder Legislativo uma dádiva do rei ao povo, concentrando a autoridade nas mãos do rei. Vê-se que os legisladores optavam pela corrente que procurava evitar o sistema da concentração das iniciativas em mãos do Poder Executivo. Nesse sentido, admitia a hipótese de tornar-se lei o projeto votado depois que duas legislaturas seguidas nos mesmos termos o aprovassem.

¹³ Artigo 254.

¹⁴ Aurelino Leal, *História Constitucional do Brasil*, pág. 64, Rio. 1915.

Negou-se ainda a adotar a prática da nomeação pelo monarca dos presidentes das câmaras dos deputados; atribuiu-se ao corpo legislativo a faculdade de livremente elegê-lo.

O conceito de naturalização estabelecido e a referência à emancipação dos escravos assustariam aos senhores rurais, atentos a que o conceito de lentidão estatuído pudesse ser interpretado de forma diferente pelos homens radicais que atuavam naquela primeira assembléia política. Outras medidas, de fundo faccionário, como o projeto de Moniz Tavares, dando ao governo o prazo de três meses para expulsar do país os portugueses “cuja conduta fosse suspeita”, levaram o Parlamento e o príncipe a um conflito inevitável. Antônio Carlos, ao apoiar o projeto aludido, conclamava ser preciso conservar a rivalidade entre brasileiros e portugueses, porque era ela que havia de sustentar a independência. As aspirações radicais do grupo atuante não correspondiam ao programa de 1822 nem à tendência dele procedente.

A todo esse movimento de tumultuoso constitucionalismo, de que participava ativamente Antônio Carlos, volvia o imperador com a linguagem de adepto de “uma bem entendida liberdade”. Quando a crise atingiu o apogeu, a palavra de Vilela Barbosa aos constituintes esclarece perfeitamente o que faltava aos últimos: “alguma medida conciliadora”.

O radicalismo conduziu a Constituinte à dissolução. Tirante o movimento pernambucano, houve um acordo geral aos termos da proclamação. Na Bahia, apesar da agitação inicial, a Junta-Governativa proclamava ao povo que o decreto pelo qual S. Majestade dissolveu a representação nacional era o mesmo que convocava uma nova assembléia. De São Paulo, em mensagem, davam-se graças ao imperador por haver dissolvido a Constituinte; o mesmo se deu em Minas, Santa Catarina, Rio e Rio Grande do Sul. A adesão ao golpe de estado patenteia que os sentimentos de moderação, oriundos do 7 de Setembro, podiam ser sensíveis ao receio da recolonização, mas nunca estariam comprometidos com um liberalismo avançado e jacobino. O episódio de Maciel da Costa, presidente da Constituinte dis-

solvida, calha de maneira significativa. Embora se manifestasse, em plena crise, solidário com os parlamentares, cinco dias após o golpe aceitava participar do Ministério e seria membro da Comissão de Estado, encarregada de elaborar novo projeto. Também Vergueiro, que fora preso, quando da dissolução, pronunciou um discurso de que Pereira Pinto extrai este trecho: “Vamos jurar a nova lei fundamental, a Constituição do Império do Brasil. Pede, porém, a grandeza e a dignidade do objeto que o pensamento se demore sobre ele até para gozar a suave complacência de contemplar a majestosa obra, que promete a nossa felicidade e a das gerações futuras.”¹⁵

Jamais esteve o liberalismo radical mais distante dos interesses do país. Justificando o voto da Câmara do Recife, razoa Frei Caneca, no *Typhis* de 10 de junho, os princípios contrários à unidade das províncias. “Ao lê-lo”, escreve Tobias Monteiro, “sente-se quanto em seu pensar o sentimento local estava acima do sentimento nacional, quanto Pernambuco preocupava-o mais que o Brasil inteiro.”¹⁶ Dominado pelo radicalismo, passou a sustentar “que cada província podia seguir a estrada que bem lhe parecesse; escolher a forma de governo, que julgasse mais apropriada às suas circunstâncias; e constituir-se da maneira mais condizente à sua felicidade”.¹⁷ Caneca era um símbolo daquele serôdio liberalismo, a pregar o desmembramento das diversas províncias, considerando-as habitadas por povos “de diversos caracteres, que formam outras tantas nações diferentes, quantas as suas províncias”.

A carta outorgada em 1824 trazia, em seu contexto, o espírito do ecletismo tendencial aspirado pela conciliação de 1822. Foi toda ela decalcada sobre o modelo do projeto da Constituinte de 1823, mas as arestas jacobinas cuidadosa-

¹⁵ Pereira Pinto, *A Confederação do Equador*, págs. 73/74. Apud Aurelino Leal, *ob. cit.*, pág. 138.

¹⁶ Tobias Monteiro, *História do Império*, 1.º volume, pág. 107.

¹⁷ Frei Caneca, *Obras Políticas e Literárias*, págs. 40 e seguintes.

mente limadas. Em linhas gerais, as disposições eram tão generosas quanto as do projeto Antônio Carlos. Além de superior quanto à distribuição das matérias, havia propriedade de linguagem e melhor sistema administrativo.

A soberania popular era proclamada fonte de todos os poderes, o que se fazia por um príncipe ao arrepio da Santa Aliança. Os direitos individuais declarados: a inviolabilidade do lar, o sigilo da correspondência, a entrada e saída livre do território com suas pessoas e bens, a exigência de culpa formada para impor-se a prisão, os direitos de liberdade de pensamento, reunião e petição. Estabelecida como oficial a religião católica, permitidas porém todas as outras com o seu culto particular. Considerados cidadãos brasileiros os que tivessem nascido no Brasil ou os nascidos em Portugal e suas possessões que, residentes do Brasil na época em que se proclamou a independência, a ela aderiram. Com relação à elektividade dos estrangeiros, a Carta aspava a exigência do lapso de doze anos de domicílio no Brasil dos nacionais nascidos em Portugal ou seu casamento com mulher brasileira.

A Constituição também organizara, como o projeto anterior, a estrutura dos poderes políticos, estabelecendo as disposições gerais e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos. Tais garantias, ainda que abstratas e teóricas, estão escritas e protegidas pelo caráter constitucional para o efeito de não poderem ser alteradas pelas legislaturas ordinárias.

A pacificação de portugueses e brasileiros era expressamente reconhecida nas mudanças introduzidas. Preocupação também de transferência robora-se na adoção de duas câmaras. Fugia-se do modelo francês de câmara única para evitar o radicalismo, tornando possível librar o elemento liberal com o elemento conservador. "As assembléias tudo presumiam de si e em tudo desconfiavam dos soberanos. A segunda Câmara, moderadora na sua essência, e a sanção do chefe de Estado, apuram as condições de utilidade pública dos projetos de lei."¹⁸

¹⁸ Tobias Monteiro, *ob. cit.*, pág. 31.

A preocupação com a unidade nacional outra vez se descortinava na questão das forças armadas. Os vinte e três preceitos do projeto Antônio Carlos foram cortados a três, e o primeiro deles preceituava taxativamente a competência do Poder Executivo para empregar a força armada de mar e terra, como bem lhe parecesse conveniente à segurança e defesa do Império.”

Aspecto incongruente do antigo projeto era o rompimento com a tradição das divisões administrativas defluídas da fase colonial. O território fora dividido em comarcas, estas em distritos e estes em termos, o que fazia desaparecer a entidade província. Já a Constituição manteve a divisão territorial existente, criando em cada província um conselho-geral para discutir e deliberar quanto aos negócios provinciais, propondo projetos próprios a suas necessidades. As respectivas resoluções eram remetidas à Assembléia-Geral Legislativa a fim de serem convertidas em projetos de lei. “Num momento em que a unidade nacional ainda se achava mal formada, e eram tão acentuadas as tendências dispersivas das províncias, herdeiras do isolamento das capitanias, a criação dos conselhos-gerais, atribuída geralmente à iniciativa de Carneiro de Campos, era uma forma conciliatória entre a ferrenha e tradicional centralização administrativa e o vivo desejo de autonomia das províncias.”¹⁹

Outros aspectos mediadores estão entressachados no texto da Lei Magna. Mantinha ela o juízo de paz, arraigado às tradições coloniais, existentes nas ordenações afonsinas; sem a prova de que havia intentado o desígnio conciliatório, ninguém podia iniciar processo.

As fontes que inspiraram os redatores da Carta foram a Constituição francesa e a da Noruega, ambas diplomas monárquicos que sucederam às constituições do período revolucionário.

Serviu-se de um projeto proposto nos escritos de Benjamim Constant, como modificação à Carta da França. De

¹⁹ Tobias Monteiro, *ob. cit.*, pág. 18.

modo geral, a teoria de Estado, elaborada pelo publicista, também resultava da prudência romântica que se seguiu à revolução. Desempenhara o direito público idêntico papel ao de Cousin na filosofia: o de um conciliador de diferentes idéias, admirador, em termos, das aspirações liberais, e adversário do radicalismo. Outro escritor, Filangieri, reformista moderado, exerceu, como assinalou Otávio Tarquínio de Sousa, expressiva influência na formação cultural de Pedro I.²⁰ “Observando-se atentamente a Constituição, escreveu Armitage, ver-se-á a irresolução em que laborou a comissão para conciliar interesses heterogêneos.”²¹ Mas acima de todas as dificuldades, lóbrigamos o sentimento que prevalecia. No elogio do projeto, pelo Senado da Câmara da Província do Rio de Janeiro, lê-se: “Fugir dos extremos é a virtude do político, e no projeto que S. M. Imperial oferece estão bem marcadas as raías dos poderes políticos, que nem corremos risco de ver destruída a forma da monarquia nem os povos perderem a sua liberdade.”²² A adoção do poder moderador põe a descoberto as características do ecletismo tendencial, e o final de sua definição no texto da carta dá a conhecer todos os elementos políticos emersos após a aventura revolucionária: “chave de toda a organização e é delegada provativamente ao Imperador como Chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos.”

A idéia do poder neutro, encontrada nos escritos de Benjamin Constant, seria excogitada no Brasil; poder desnecessário, sugerido por influência doutrinária (qualquer das funções ungidas ao Príncipe caberia ao representante do Poder Executivo), só se pode justificá-la em nossas institui-

²⁰ Otávio Tarquínio de Sousa, “D. Pedro I”. Não foi por acaso, porém por muitas identidades de opiniões, que B. Constant dele (Filangieri) se ocupou, comentando a sua obra num estudo elogiativo que acompanha a edição francesa de seus trabalhos.

²¹ Armitage, *História do Brasil*, págs. 131/2.

²² Aurelino Leal, *ob. cit.*, pág. 126.

ções pelo poder mágico da palavra *moderador* sobre os homens que promoveram a Independência.

Em que consiste, então, o específico do constitucionalismo da Independência? Primeiramente, os senhores rurais estabeleciam uma ordem jurídica destinada a consolidar as novas relações externas de produção, sem pôr em risco a unidade nacional.

O princípio da soberania era enfático. Omitia-se a cláusula que dava a D. Pedro o direito à sucessão ao trono português (o que implicava reciprocidade no caso de sua morte), para maior segurança de nossa independência. Na própria origem da Carta, atendera-se a uma fórmula mais consentânea com o espírito de transação. Repulsava-se o processo monárquico do pacto, com a preferência do processo de outorga, restaurado já pela burguesia francesa na Carta Constitucional de 4 de junho de 1814. Por outro lado, em que pesem as tendências do príncipe, durante a Constituinte, a favor do “direito de voto absoluto” (assim o entendeu o projeto discutido no Apostolado), a Carta não o consagraria, adotando um direito de denegação de sanção com efeito suspensivo. Aproximava-se a Carta, neste ponto, da Constituição francesa de 1791, que subvertera a concepção do direito divino (segundo o qual era preexistente e inalienável a prerrogativa real de sanção absoluta). Se, por um lado, descuravam-se as antigas teorias do direito divino e, conseqüentemente, se repelia o absolutismo, por outro lado barravam-se os passos ao liberalismo radical. Os princípios revolucionários eram adaptados às relações de produção existentes na fazenda de escravos. Omitida qualquer referência constitucional ao problema da escravatura, inaugurava-se a política da cortina de silêncio, em torno do problema.

Ficou, assim, estabelecida uma conciliação, também institucionalmente, entre um liberalismo nas relações externas de produção e uma economia escravista nas relações internas de produção.

V. A PROJEÇÃO DO ESPÍRITO DO ECLETISMO

Chamando a atenção para as origens de nossas instituições políticas, observava Oliveira Viana que nos domínios brasileiros nada havia que desse ao povo força política perante os senhores rurais. Estavam os moradores à mercê do proprietário da terra, único poder absoluto e soberano.

“Nos nossos engenhos e fazendas, só o senhor decidia, ordenava, mesmo em questões que só interessavam à população moradora e à sua vida econômica.

“O povo não tinha a quem recorrer contra a autoridade onipotente; desarmado, não dispunha nem de independência de ação e do pensamento, nem do conhecimento prático de qualquer instituição democrática. Carecia de consciência jurídica, decorrente de costumes e tradições, para determinar o comportamento dos homens na vida pública.

“Realmente, nosso domínio rural, tal como se organizou, não continha, nem em sua estrutura, nem na sua culturologia, nenhuma instituição que o adequasse, como o domínio rural europeu, a se constituir numa escola de preparação das nossas populações rurais para as práticas democráticas, para os hábitos eletivos, para a percepção objetiva do interesse público da comunidade. Das instituições democráticas o que havia eram as idéias gerais hauridas nas universidades e no direito público dos povos mais cultos. A ausência de força afetiva, de um coeficiente emocional, só possíveis nos complexos

culturais, a ausência em suma de um direito público costumeiro do povo ou consciência jurídica pública, conforme a expressão de Bielsa, teria gerado o artificialismo de nossas instituições políticas e de nossa formação cultural.”¹

Assim se apresenta o quadro da formação brasileira quase acordemente à maior parte dos seus críticos. Dos românticos aos autores contemporâneos, a interpretação vem-se mostrando impiedosa, criminando o processo de desenvolvimento das instituições políticas nacionais para considerá-las um simulacro das anglo-saxônicas e germânicas. “Estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas”, “avessas aos nossos costumes, cópias extraídas do governo inglês, mata-borrões, onde se podem ler os caracteres do modelo, porém todos às avessas.”

Os homens públicos, toda uma elite formada nos centros universitários do continente europeu, trouxeram para o nosso meio conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas e com tal espólio arquitetaram um edifício de governo artificial e burocrático. “Os problemas da terra, da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social ficaram entregues ao acaso; o Estado só os olhava com os olhos do fisco; e os homens públicos — doutos parlamentares e criteriosos administradores — não eram políticos nem estadistas; bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas ou retóricas; digladiavam-se em torno de fórmulas constitucionais, francesas ou inglesas; tratavam das eleições, discutiam teses jurídicas, cuidavam do Exército, da Armada, da instrução, das repartições, das secretarias, das finanças, das relações exteriores, imitando ou transplantando instituições e princípios europeus.”²

¹ Oliveira Viana, *Instituições Políticas Brasileiras*, vol. I, pág. 350.

² Alberto Torres, *A Organização Nacional*, 1.^a parte, págs. 58/59. Gonçalves de Magalhães, “Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico do Brasil*, n.º 11, 3.º trimestre de 1948. Tobias Barreto, *Estudos de*

Em nossos dias há diversos autores que põem em foco o problema. No quadro da estrutura colonial, sustentam a aceitação de postulados externos, sem exame, abrangendo instituições e idéias, tudo enfim seria o único caminho. Dir-se-ia a fatalidade da transplantação sem exame. O fenômeno seria específico ao sistema colonial, não mero caso particular de nossa formação. Revive-se a idéia, a partir de um conceito de colonialismo como sistema, admitindo-se, na análise do complexo colonial, uma rigorosa simetria entre o que ocorre no plano econômico e no plano cultural. Funcionando como um instrumento da metrópole, o complexo colonial é globalmente alienado. Sem rebuços, poder-se-ia dizer que assim como a colônia importa produto manufaturado também importa produto cultural fabricado no exterior. A propósito, assenta San Thiago Dantas: "País importador de manufaturas e exportador de produtos primários, subordinado à liderança econômica e cultural de outros países, não podíamos fugir à regra de nos tornarmos consumidores de ideologias alheias."³ Para Guerreiro Ramos a transplantação teria sido um expediente historicamente necessário, acidente inevitável em nosso contexto colonial. "Rigorosamente, durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal as transplantações obedeciam e serviam a um propósito pragmático e historicamente positivo." Não admite, contudo, Guerreiro Ramos o sentido predominantemente seletivo da transplantação.⁴

Direito, pág. 403. Tobias apóia-se em Gneist. Ver *Verwaltung, Justiz und Rechtsweg*. Oliveira Viana, *Instituições Políticas Brasileiras*, vol. I, pág. 350. Alfredo Varela, *Direito Constitucional Brasileiro*, pág. 28.

³ San Thiago Dantas, *Educação para o Desenvolvimento, Alguns Problemas do Brasil*, págs. 6/7. Nelson Werneck Sodré, "Estudo Histórico-Sociológico da Cultura Brasileira", in *Introdução aos Problemas do Brasil*, pág. 178. Georges Balandier, "Le colonialisme est un systhème", *Les Temps Modernes*, n.º 123, pág. 1373.

⁴ Guerreiro Ramos, "O Tema da Transplantação e as Enteléquias na Interpretação Sociológica do Brasil", págs. 75/79, separata da *Revista do Serviço Social*, ano XIV, n.º 74, São Paulo, 1954. Nascimento Silva, "Bacharelismo versus Tecnicismo", in *Diário de Notícias*, 2-6-1963.

A maioria dos escritores aludidos parece desejarem que fossem criadas no Brasil instituições genuínas, estranhas a qualquer influência alienígena, independentes quanto à universalidade das idéias: a criação de uma *Weltanschauung* nacional. Cumpriria pois saber se possível tal gestação, desenvolvia num insulamento singular, excluindo também por certo a elite dirigente de seus pensamentos as experiências dos movimentos políticos burgueses.

Na verdade, se fosse possível aos povos eleger um caminho determinado, escusado admitir que a opção seria a favor do genuíno. Talvez se concretizasse o ideal que Eça de Queirós manifestara a Eduardo Prado com relação ao Brasil: instalado nos seus vastos campos, quietamente deixando que, dentro da sua larga vida rural e sob a inspiração dela, lhe fossem nascendo, com vigorosa e pura originalidade, idéias, sentimentos, costumes, uma literatura, uma arte, uma ética, uma filosofia, toda uma civilização harmônica e própria, só brasileira, só do Brasil, sem nada dever aos livros, às modas, aos hábitos importados.⁵

Afigura-se-nos que a aceitação da tese da artificialidade de nossas instituições implica o desconhecimento de todo o *processus* cultural, tomado em seu conjunto e necessariamente indivisível.

Quando do descobrimento, já era a Europa a área da civilização supranacional, por sua condição geográfica, por peculiaridades especiais de seu sistema econômico, por suas tradições políticas. Diga-se o sistema cultural que vive e atua como uma unidade real, cujos limites transcendem as próprias raias geográficas dos grupos nacionais.⁶

⁵ Eça de Queirós, *Obras Completas*, vol. II, pág. 350. Lisboa, 1958.

⁶ Danilevski expôs a teoria segundo a qual a cultura técnica ou material tende a difundir-se de maneira universal entre todas as culturas, ao passo que a cultura não material difunde-se somente em sua própria área e não pode estender-se sobre as diferentes culturas, salvo em seus elementos. Excluía a Rússia desse complexo cultural, pois a sua terra não participara do supranacional sistema feudal, não aceitara o Catolicismo, nem o Protestantismo, não sofrera a opressão do escolasticismo, nem conhecera a liberdade de pensa-

Suas origens encontram-se nos tempos modernos. O comércio, em seu processo de desenvolvimento, fizera com que a riqueza mobiliária, pouco a pouco, derruísse as fundações em que se apoiava o feudalismo, ou sejam, a posse da terra e o trabalho do servo. Liquidou a economia natural, tornando vendável a produção agrícola e com ela a própria terra; as relações humanas passaram a exprimir-se, cada vez mais, em termos monetários. Uma evolução inexorável, geral também, pois a cristandade constituía um sistema solidário, uma unidade tanto econômica como cultural.

O antigo insulamento, em que cada um se bastava, comum durante a Meia Idade, foi dando lugar a relações universais, primeiramente no que toca à produção material, em seguida à produção intelectual. Estreitaram-se as atividades econômicas entre as nações. Marx distinguia o início do processo, devido à burguesia e à penetração do industrialismo, e Engels assinalava que não eram apenas econômicas as dependências e a vinculação, porém também espirituais.⁷ “Um povo não pode viver em isolamento”, dizia Mazzini, “os povos são solidários. A ação dos séculos é prepotente e os séculos decretaram a união.”⁸ A analogia entre os pontos de vista de Marx e Mazzini, realçada por Rodolfo Mondolfo, no que toca ao sistema solidário econômico e cultural da unidade européia, encaminhou o pensamento sociológico contemporâneo à concordância básica em torno do problema. Danilevski denominava esse sistema unidade histórico-cultural, Toynbee, tipo histórico-cultural, Northrop, sistema cultural, e Sorokin, supersistema cultural.⁹

mento. Era inteiramente segregada da Europa. Danilevski, *Russland und Europa*, tradução alemã por K. Notzell, Berlim, 1920. Teoria reiterada no século XX por Alfred Weber, Luis Weber, MacIver e outros. Ver Sorokin, *Social Philosophies of an Age of Crisis*.

⁷ F. Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie*, Berlim, 1952.

⁸ Mazzini, *Scritti editi e inediti*, apud Rodolfo Mondolfo, *Marx e Marxismo*, pág. 137.

⁹ Sorokin, *ob. cit.* Northrop, *The Meeting of East and West*, Nova Iorque, 1946. Toynbee, *A Study of History*.

Sob o ponto de vista social, davam-se as mudanças importantes por ter-se alcançado a fase de desenvolvimento histórico em que começam a comunicar-se os diversos extratos, intensificando-se a vinculação social. Da interpenetração decorre o recurso da enxertia, da transplantação. Uma nação adotava os resultados obtidos por outra no campo sobretudo da ciência e da técnica, sem que tais elementos importados afetassem a sua individualidade específica. No que toca a outros elementos — filosóficos, religiosos, artísticos — o transplante se fazia de modo adequado, pois todo o organismo, quer seja biológico, quer seja social, é naturalmente seletivo, adaptando o que absorve e repelindo o que não lhe é próprio. Neste sentido entendam-se as conseqüências diferentes que o mesmo acontecimento possa ocasionar em sociedades diferentemente estruturadas.¹⁰

O modo de perceber o processo cultural descreveu da mesma forma a sua linha de evolução. A princípio o *Volksgeist*, que se antepõe à idéia de “consciência em si”, de Kant. Na *História da Filosofia*, de Hegel, as nações constituem a força atuante, pois o princípio do desenvolvimento histórico é o gênio nacional. Goethe deu-nos a síntese do pensamento hegeliano quando comparou a história da ciência a uma fuga musical, conceito que posteriormente Herman Hettner estenderia à literatura.¹¹ As vozes dos povos vão se erguendo pouco a pouco e cada uma por seu turno. Fazem-se ouvir um após outro. Este pega o tema onde aquele o acaba. Mas através da voz de todos há um tom fundamental, um como fio vermelho do tecido, tão comum entre eles, que não surge em parte alguma um pensamento forte e original, sem que se torne imediatamente propriedade do mundo civilizado.

Nos últimos séculos quem primeiro apareceu foi a Inglaterra. Newton, com suas descobertas, Locke com a sua filosofia experimental. Conquistou a liberdade civil e eclesiástica

¹⁰ Max Weber, *Wirtschaftsgeschichte*, pág. 84.

¹¹ Herman Hettner, *Literaturgeschichte des achtzehnten Jahrhunderts*, I, pág. 3, *apud* Tobias Barreto, *Estudos Alemães*, pág. 116.

e a sua constituição política penetrou em todos os círculos, tornando-se modelo para todos os povos. Em seguida veio a França, dela partindo as novas idéias. Voltaire instrui-se nos escritos de Newton, Montesquieu pinta e elogia o espírito do governo inglês. Agita-se o gênio da renovação com o enciclopédismo. Depois viriam os alemães.

Os historiadores franceses da Restauração, atentos à lição da História, deram um passo adiante, substituindo povo por classes, “como portadora da consciência em estado de evolução histórica”. O materialismo dialético, pouco depois, desenvolveria sistematicamente, como acentuou Karl Mannheim, o novo método crítico, aplicado ao pensamento. Ideologia e classe fundem-se num só conceito.¹²

Na realidade, os princípios, as leis, os sistemas sociais e políticos são transformados em lei eterna, apresentados como meios racionais e universais. Elabora-se assim um sistema de idéias determinadas que, em razão da forma de universalidade, passa a repercutir sobre todos os povos. As idéias dominantes são, em cada época, segundo o pensamento das correntes circunvizinhas ao hegelianismo, como que resultantes da potência material dominante. Os que dispõem dos meios de produção material igualmente podem dispor dos meios de produção espiritual e conservam, sob seu jugo, as idéias dos que são privados dos meios de produção espiritual. São as idéias dominantes a expressão do ideal das relações materiais que predominam, ou sejam, as relações materiais traduzidas em idéias. Dessa forma, a elite não é movida propriamente por forças materiais, porém por uma orientação ética que lhe é proporcionada pela sociedade. Na *Ideologia Alemã*, aprecia Marx a questão, salientando que as idéias dominantes exprimem o ideal das relações materiais, ou sejam, relações materiais traduzidas em idéias. “Os indivíduos que compõem a classe dominante têm uma consciên-

¹² Karl Mannheim, *Ideologie und Utopie, Dritte, vermehrte Auflage*. “C’est le moment où la bourgeoisie française se prétend classe universelle”, Jean-Paul Sartre, *Critique de la raison dialectique*, pág. 16.

cia, logo pensam; na medida em que eles dominam como classe, eles o fazem de modo total, dominando, pois, como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulam a produção, a distribuição de idéias de seu tempo. Eles determinam, digamos assim, em toda a extensão, uma época histórica. Suplantando uma classe no poder, a nova classe é forçada, para a realização de seus fins, a apresentar o seu interesse como o interesse geral de todos os membros da sociedade, isto é, falando no plano ideal, dar às suas idéias a forma da unidade.”¹³

As peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo haviam tornado fatalmente o Brasil um filho adotivo da cultura européia. Primeiramente a influência do mercado externo sobre a economia brasileira. A colonização, em seguida, inicia-se em função do espírito metropolitano. O apêndice econômico em que nos constituímos seria arejado de forma permanente pelos embates ideológicos travados no velho continente, acentuando-se assim, nos séculos seguintes da colonização, a interdependência da vida mental brasileira à paisagem ideológica externa. Trata-se de uma tela de influências que se ampliam e crescem, caracterizando-se por critérios imitativos de escolas, a princípio, para depois se fundirem os elementos projetados e próprios.

Necessário para concretização do ideal de Eça de Queirós que estivéssemos aquém ou além do círculo da unidade histórico-cultural européia. Que não fôssemos descobertos pelos portugueses, por eles não fôssemos colonizados, não nos tornássemos um acessório da economia reprodutiva do capitalismo em desenvolvimento. Não é esse realmente o caso nacional. O círculo de ferro da História fechara-se sobre nós; tornamo-nos tutelados de uma civilização criadora, que desenvolvera plenamente a sua própria morfologia, seus próprios valores. Pouco importa a distância, a separação pelo oceano; o idioma latino, a ideologia cristã, os usos e

¹³ Max Scheler, *Die Wissensformen und die Gesellschaft*. Marx-Engels, *Die Deutsche Ideologie*, tomo V, págs. 35/8.

costumes, as leis, tudo se impôs na nova colônia em conjunto com a técnica de produção, com a ciência aplicada que os colonizadores traziam dalém mar.

Em nosso caso, a colonização iniciada, imposta sobre a dispersa e nômade cultura indígena, já trazia em sua dinâmica todo um esqueleto europeu, instituído rigidamente por princípios que abrangiam desde normas de técnica até princípios éticos e artísticos. Aqui desembarcando, trazia o adventício os elementos que possibilitavam a construção do forte, de sua moradia, a técnica comum de caça ao inimigo, os preceitos da ciência da época, os hábitos, os costumes, as normas legais e a religião.

No atrito com o elemento autóctone, sofre o invasor o impacto de hábitos diferentes, de costumes e técnicas inusitadas. Há a adoção por ele de certos padrões de conduta, e, ainda mais, de utensílios e técnicas próprias dos aborígenes. As pesquisas indicam mesmo que os conquistadores tiveram de habituar-se aos meios materiais dos primitivos moradores da terra, já que estes tinham tido tempo e oportunidade de arrancar à natureza o máximo de recursos de aproveitamento do mundo animal e vegetal para a aquisição do modo de subsistência. Os estudos sobre os expedientes de pesca, inventados pelos selvagens, as habilidades no manejo dos instrumentos, a capacidade de cálculos e previsões na caça, a medicina e a magia, bem como a incorporação das entidades míticas ao Catolicismo, refrangem as causas do processo seletivo e de adaptação dos enxertos aqui realizados.¹⁴

O meio social, diverso do português, também determinaria no Brasil a diferenciação das normas jurídicas, embora as principais fontes produtoras da juridicidade tivessem a sua crigem na metrópole. Em face dos fatos específicos, acentuava-se a diferenciação provocada pela dinâmica dos elementos que o meio e a evolução iam criando. Estabeleceram-se certas formas jurídicas, com a conseqüente eliminação de outras transplantadas. No direito público, a divisão das

¹⁴ Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*.

capitanias adaptava-se ao meio geográfico, esboçando silenciosamente no tempo as futuras províncias. No direito privado, a ordem jurídica, seja substantiva, seja adjetiva, “se foi alterando e decompondo, para deixar que a substituísse uma ordem nova, que vinha surgindo, por fragmentos e à medida das exigências da ocasião”.¹⁵

Assim se formaria a nacionalidade, dispersa na imensa extensão geográfica do Novo Mundo, conservadora em seu processo de crescimento nos domínios de economia natural, adotando a escravidão do negro e do índio, liberal nas suas preocupações comerciais de levar ao mercado externo o excedente de sua produção, fator que abrandava as suas arestas senhoriais, facilitando a fusão racial, a mistura dos diversos elementos que orbitavam em derredor do domínio.

Promovida a Independência, em 1822, o espírito do tempo era o da resistência ao materialismo dos enciclopedistas.

A revolução havia revolvido as fundações da sociedade, revogando os privilégios da aristocracia e lançando sobre as crenças religiosas o seu sarcasmo irreverente. Destruída a velha ordem, caminhara para o terror. As guerras subseqüentes completariam o quadro de destruição e de ruína. Por seu turno, criara Napoleão as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais das nações que tinham sido libertaças. Além das fronteiras, ele havia varrido, por toda a parte, as instituições feudais na medida em que isto fosse necessário para dar à sociedade francesa uma posição favorável no continente europeu.

A derrocada do velho arcabouço descerrara ainda perspectivas diferentes com o desenvolvimento das ciências experimentais; consolidaram-se as leis e teorias científicas,

¹⁵ Clóvis Beviláqua, *Estudos Jurídicos*, pág. 122.

derruindo-se concepções obsoletas. Não se sugeriam apenas teorias: as ciências invadiram a prática da vida, transformando os processos comerciais e industriais. O sistema feudal estava liquidado e a sociedade capitalista em franco desenvolvimento.

Apesar do sentido reacionário do movimento restaurador, firmes estavam as conquistas fundamentais da revolução. A Carta Constitucional de 1814, a despeito de seu caráter de dádiva real, consagrava os institutos de direito privado adequados aos interesses da burguesia dominante, mantivera os bens nacionalizados, a igualdade de todos perante a lei, a liberdade de culto, a liberdade de atividade comercial e industrial e todo um sistema de garantias preceituadas no Código de Napoleão.

Nesse clima, desenvolve-se a filosofia na primeira metade do século passado. Paralelamente à reação política, processava-se a reação filosófica. O espiritualismo, desenvolvido ao lado das escolas positivistas e sensistas, partira para rumos diferentes, situando-se uma corrente fora da filosofia clássica tradicional e a outra, em cujas fronteiras se colocaram o tradicionalismo e o ontologismo, procurava reconstruir a filosofia cristã.

A burguesia não mais retornaria ao idealismo da aristocracia derrubada. Nem regredir às velhas concepções, nem prosseguir no materialismo. Firma-se, então, no pensamento dos homens um desejo de construir sem abalos. Todos têm o mesmo anseio, que mais tarde Augusto Comte exprimiria no imperativo de “*clore la période revolutionnaire*” e de estabelecer um equilíbrio social. Abolido o antigo regime em suas odiosas instituições, sobreviera o cansaço produzido pelos esforços e a tendência era no sentido da ordem que fosse propícia ao liberalismo, ao surto da riqueza e ao pleno desenvolvimento do comércio.

O inimigo comum seria o espírito do século XVIII; sua teoria social passou a ser execrada, negando-se que a razão pudesse ser um critério de organização social e afirmando-se

o primado da sociedade em relação ao indivíduo. Os frutos da razão haviam se revelado amargos.¹⁶

De Maistre considerava como verdadeira aberração a filosofia do século XVIII e colocava o homem diante da contingência de curvar-se ante os desígnios da providência divina, encarnada na Igreja e no Estado, já que não era capaz com a ajuda da razão de atingir a verdade. Tocqueville e Taine destruíram a lenda da gloriosa revolução. Chateaubriand e de Bonald folgaram de que a salvação da sociedade somente se alcançaria mediante a submissão incondicional ao poder infalível do Papa. O radicalismo ecoava a aspiração de retorno à situação anterior a 1789, desenvolvendo-se, entanto, fora dos marcos das instituições religiosas, atraindo-se com a Igreja, que outra coisa não desejava senão restaurar a velha situação em que a filosofia não passava de simples caudatária da teologia. Bem que uma das tendências eclesiásticas, cujo principal representante era De Maistre, propugnasse a restauração do poder absoluto, inspirava-se a teoria de Lamennais em idéias democráticas: pregava a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de ensino, de imprensa, de associação e pretendia uma aliança da Igreja com a Democracia.¹⁷

Já o ecletismo espiritualista representaria a conciliação e por isso aos ecléticos caberia desempenhar o papel mais importante naquela quadra histórica. Utilizadas as forças produtivas, libertas pela revolução, criadas as condições necessárias à livre concorrência, estabelecida a nova ordem, faziam-se conhecidos afinal os assustadiços intérpretes da sociedade.¹⁸

A universidade do ecletismo decorreria da moderação, da prudência, do equilíbrio da burguesia, após a sua revolução vitoriosa. Criara-se uma estabilidade nova, a energia do con-

¹⁶ Jean Freville, *Sur la littérature et l'art*.

¹⁷ Fr. Muckle, *Die Geschichte der sozialistischen Ideen im 19 Jahrhundert*, 2.^o vol.

¹⁸ Engels, "Prefácio" às *Die Klassenkämpfe in Frankreich*, 1848 bis 1850.

flito entre o feudalismo e a burguesia; a nova posição firmava-se na situação já consolidada da burguesia vitoriosa. Atendia o ecletismo a essa síntese, e nisto residem as razões de sua aceitação como valor universal.

Alguns autores aliás remontam os seus estudos à revolução inglesa do século XVII para apreciar tais características de moderação burguesa no seu comportamento pós-revolucionário. Estudando os movimentos de sua época, sublinha Engels que após o primeiro êxito o grupo vitorioso costumava cindir-se; uma das metades satisfeita com os resultados obtidos; a outra desejava ir adiante, apresentava novas reivindicações que, ao menos em parte, correspondiam ao interesse geral ou aparente da massa popular. Essas reivindicações mais radicais também se impunham em certos casos, mas a espaços, apenas por pouco tempo. O partido mais moderado tornava a obter a supremacia e as últimas conquistas eram outra vez perdidas no todo ou em parte. Os vencidos gritavam que houvera traição ou lançavam à má sorte a responsabilidade da derrota.

Entre nós, antes do aparecimento do ecletismo em suas raízes francesas, já boiava naturalmente no rumo dos acontecimentos aquele sentido de placabilidade, habitual à burguesia vitoriosa. O seu processo de desenvolvimento talvez se tenha fortalecido em razão do espírito de nosso emancipar político, na libertação gradual, mais conquistada por meio de compromisso do que arrancada por movimentos rebeldes.

Quando da independência, na segunda década do século passado, o Brasil político era algumas centenas de famílias dispersas pelos extensos latifúndios e que constituíam a única realidade política do país. Uma sociedade de proprietários, em geral rudes, cuja vida repousava naquela dualidade econômica já aludida. Senhores de escravos nos domínios e comerciantes de produtos de exportação. Entre essa gente próspera das fazendas e a massa dos escravos, mestiços e cafusos, vegetava com ínfimos salários nos centros urbanos uma parcela reduzida de homens livres. Estes dispunham de modos de pensar correspondentes a estratos sociais inferiores,

sem validade pública; ao domínio é que caberia fornecer grupos sociais encarregados de proporcionar uma visão do mundo para a sociedade senhorial. Eram os fatores sociais que condicionavam a *intelligentsia* rural, convertendo-a num expoente de uma coletividade organizada.

Nesse sentido, cumpre salientar ainda uma vez que as forças e atitudes teóricas postas então em atividade não eram, de nenhuma maneira, resultantes da natureza meramente individual; ou melhor: não se originavam do processo em que o indivíduo chega a ter consciência de seus interesses. Emanavam dos propósitos coletivos do grupo rural, de cuja concepção o indivíduo particular participava socialmente. O indivíduo singular falava, antes de tudo, uma linguagem de seu grupo e, da mesma forma que a coletividade que o cercava, conduzia o seu pensamento de feição no “seguimento particular do universo em que suas existências cotidianas seguiam o seu curso habitual”, pois as ações individuais são, independente de suas motivações, partes de um conjunto estruturado.

A economia era ditada pelos interesses das fazendas de café, que asseguravam ao balanço do comércio um excedente sobre o volume das importações imprescindíveis. Sobre a escravidão e a economia natural elevam-se assim relações externas de produção de natureza mercantil.

Em geral, a classe senhorial tornava-se sensível a todo o movimento de idéias que o pensamento europeu formulava e debatia na época da revolução industrial. Mas todo o esforço da aristocracia rural brasileira, no seu afã de absorver a produção cultural alienígena, através de sua *intelligentsia*, se encaminharia para a correspondência intelectual a uma adaptação às condições próprias da economia mundial, no período que assinala a passagem da fase da produção colonial à do capitalismo comercial. Nisto consiste o seu esforço seletivo. Arreda das cogitações o pensamento do enciclopedismo francês, as tendências republicanas e federativas do movimento político americano e toda a extraordinária pujança do idealismo clássico alemão. Adota uma

atitude pragmática procedente de uma tendência de concórdia e equilíbrio. Uma acentuada inclinação moderadora a transir as idéias políticas, a doutrina e a vida pública, o romantismo literário e o arremedo de filosofia colorindo os acontecimentos com os tons da acanhada ideologia da conciliação.

Procedendo das causas gerais ou do desenvolvimento das forças produtivas e das relações entre os homens no processo de produção, surgia o ecletismo, entre nós, primeiramente como tendência, esboçada de modo empírico, para fazer face às exigências de nossa sociedade, e depois, no curso do século, corporificando-se em idéias, numa integração ao espírito do tempo.

Seja como for, antes do aparecimento do ecletismo em suas raízes francesas, já se firmava no rumo dos acontecimentos aquele sentido de conciliação habitual à burguesia vitoriosa. A adoção não teria sido, por certo, artificial, escolhida sem exame, no arsenal filosófico alienígena, porém uma resposta adequada a uma realidade econômica e social. Posteriormente a influência francesa, do idioma mesmo, por sua universalidade, constituiria um fator secundário, que apenas facilitaria a formação de uma ideologia, ou quando muito naquele sentido a que se referiu Macaulay: “A literatura francesa foi para a Inglaterra o que foi Aarão para Moisés. As grandes descobertas na física, na metafísica e na política pertencem aos ingleses; nenhum povo, porém, exceto o francês, recebeu-as diretamente da Inglaterra. Para isso esta era muito isolada pela sua posição e pelos seus costumes. A França tornou-se pois a intérprete entre a Inglaterra e a Humanidade.”

A presença, entre nós, de artistas e sábios como Taunay, Grandjean de Montigny e Debret não representaria senão fator de coadjuvação à tendência já existente. Mesmo a observação do último de que a didática brasileira se desviara de Condillac a Maine de Biran, ajustando-se ao ritmo do pensamento da metrópole cultural, explica-se melhor pela passagem da etapa revolucionária anterior à independência,

quando se visava a abolir o pacto colonial, ao período posterior de consolidação do movimento. Na França o mesmo trajeto significou a passagem da burguesia de uma posição de combate às reminiscências feudais a outra de consolidação do poder, quando preocupada com os novos problemas sociais.

VI. A CONSTANTE DA CONCILIAÇÃO NOS ACONTECIMENTOS

Três tendências em permanente conflito dão à nossa História, no século passado, um colorido singular.

Inspirado na Revolução Francesa, há o liberalismo extremado; rugitava contra a escravatura, pregando a República e o federalismo americano com a sua descentralização administrativa. Desatento às condições próprias de nossa realidade econômica e social, confundindo as aspirações com a realidade, dele não se destacou quem quer que fosse para desempenhar um papel de relevo na política nacional.

Próximos aos conservadores estão os liberais, que se arrogavam revolucionários mas que temiam a revolução. Constringem, durante toda a vida do Império, a elite espavorida, agitando problemas e exigindo reformas. Assoalhavam um programa que não ousariam executar; melancólicos revolucionários de Pernambuco, Minas e São Paulo; uma vez no governo, metamorfoseavam-se em conservadores liberais.

Finalmente, há os moderados, que são os líderes realistas da política de transação; promovendo a Independência, redigiram o Ato Adicional, para depois alterá-lo. Deles também sairia a falange regressista da Interpretação e do Código de Processo.

A tendência da madureza precede o movimento da Independência, realiza-o e projeta-se por toda a história imperial. Para a objetivação dessa política, importaria, do ponto de vista ideológico, manter-se equidistante do materialismo fran-

cês do século XVIII, em sua pureza revolucionária, e dos restos da escolástica decadente.

No Brasil, entretanto, a repulsa não seria total às duas filosofias; já que os senhores rurais traziam naquela dualidade econômica do domínio uma duplicidade ideológica a traduzir-se em revolução, quando se tratava de comércio com o mercado mundial, e reação, quando se cuidava de manter as relações escravistas na fazenda ou no engenho.

Todavia, o ecletismo ainda não aparecera no Velho Mundo, e seria exigir demasiado da elite colonial a elaboração de uma ideologia genuína às nossas singulares condições econômicas, sociais e políticas. Surgiria uma tendência a determinar um comportamento, um pragmatismo político oriundo da dualidade econômica. A época não poderia ser, por conseguinte, de ideólogos no sentido de apego a construções teóricas. Tudo o que coubesse na moderação devia ser aproveitado, isto é, tudo o que já significava a reação contra o enciclopedismo, sem implicar o endosso às velhas idéias da aristocracia derrubada.

Meia dúzia de homens acrescentam bem amiúde uma ponta de moderação nas crises políticas que sacodem o Império. Não se trata de pulso de ferro, imprimindo um rumo novo aos acontecimentos, mas da palavra firme e sensata. Tudo faz crer que o radicalismo fosse, muitas vezes, conduzir o país a uma revolução, mas o equilíbrio dos líderes aparece de molde a contaminar as aspirações desenfreadas e assustadoras. Repetia-se, no século passado, em vários transees, o singular predomínio das tendências moderadoras na vertigem revolucionária.

Em toda a gestação da Independência, o condescendimento seria o traço característico. Quando da ficada do Príncipe, José Clemente exprimira ainda que Portugal e Brasil deviam constituir-se em uma família irmã, um só povo, uma só nação e um só império. No decreto de convocação da Assembleia Constituinte ainda se fala na “manutenção da integridade da monarquia portuguesa” e em “assembléia luso-brasiliense”. Ao decreto referido precedera a representação

popular de 23 de maio, reclamando deliberação sobre as condições precisas a que o Brasil houvesse de ser permanentemente unido a Portugal.

Outro sinal de contemporização seria o Manifesto de 1.º de agosto de 1822, a proclamar: “mandei convocar a assembléia do Brasil, a fim de cimentar a independência política deste reino, sem romper contudo os vínculos da fraternidade portuguesa.” Finalmente, a um mês apenas do 7 de Setembro, o manifesto de 6 de agosto do príncipe regente às nações expedia: “protesto ao mesmo tempo perante Deus e à face das nações amigas e aliadas, que não desejo cortar os laços de união e fraternidade, que devem fazer de toda a nação portuguesa um só todo político bem organizado”.¹

Mesmo em Portugal, diante da hostilidade das cortes, os deputados de notória inclinação liberal sugeriam legislaturas separadas para Portugal e Brasil; Cortes gerais com igual número de representantes e uma delegação do Poder Executivo no Brasil, exercida pelo príncipe regente, em derradeira tentativa de conciliação...

Por outro lado, a eleição de deputados brasileiros às Cortes de Lisboa têm o mesmo sentido. Ir a Lisboa, para tomar parte na elaboração do “contrato social” que deveria reger os destinos do Brasil, expressamente implicava, segundo Otávio Tarquínio de Sousa, a aceitação do regime de monarquia luso-brasileira, isto é, demonstrava uma posição política isenta de intransigência nativista ou de exaltação republicana.

A atitude de José Bonifácio, no programa de 1822, explica o que desejava a nação. Na Constituinte de 1823, sofrendo os seus anseios liberais, malsinava os “mentecaptos revolucionários que andam como em mercado público apregoando a liberdade”, “homens que alucinados por princípios metafísicos e sem conhecimento da natureza humana quiseram criar poderes impossíveis de sustentar”. Seu escopo era “centra-

¹ Otávio Tarquínio de Sousa, “Diogo Antônio Feijó”, in *História dos Fundadores do Império*, pág. 71.

lizar a união e prevenir as desordens”.² Posteriormente, quando se elaborava a Constituição, um radicalismo a des- tempo iria derrubá-lo da liderança do movimento já de con- solidação da independência.

As forças que promoveram o *arreglo* de 1822 iam pouco a pouco perdendo a confiança do imperador. À medida que avultava o rebote da recolonização, recrescia a maré do radi- calismo, com a permissão e o fomento das forças modera- doras. Se o imperador punha em perigo o liberalismo econô- mico nas relações externas de produção, todos comemoravam, exaltados e moderados, as idéias da grande revolução, e impetuosa verbosidade era de súbito lançada contra os velhos princípios. (Curioso observar, no entanto, que, mesmo durante a efervescência de tais movimentos, uma ou outra voz se elevava propugnando por alteração nas relações internas de produção. No Brasil, a revolução habituava-se a afirmar apenas pela metade.)

Temia-se a recolonização. Na abertura das Câmaras em 1827, levantou-se a imprensa contra D. Pedro I e seu minis- tério. A Câmara de 1828 apresentou-se mais radical do que a de 1827, assim como esta fora mais liberal do que a anterior.

Importava a convivência dos moderados para que o radi- calismo precipitasse a crise da abdicação, o que, em parte, justifica as palavras de Nabuco a respeito das vicissitudes do período, afirmando que sem os exaltados não era possível fazer a revolução.

Têm-se, mesmo neste período de ascensão do liberalismo, que mediou de 1822 a 1831, dois interregnos que resumem o predomínio da moderação nos movimentos de consolidação da Independência. Em plena campanha desencadeada contra o imperador, o radicalismo pareceu conduzir, num dado mo- mento, os moderados a um golpe de Estado. Na mansão do Padre José Custódio Dias, conjurados vinte e três deputados

² Otávio Tarquínio de Sousa, *ob. cit.*, pág. 49.

e um senador, repeliu-se afinal a idéia de uma solução revolucionária, tendo-se como acertado representar ao imperador.

Outro acontecimento impressionador é o 7 de Abril. A onda democrática avolumara-se e levava de vencida a tendência suspeita de restauração que parecia existir no espírito do Imperador.

Pela manhã, a anarquia dos primeiros momentos poderia ter conduzido o país a uma república ou ao fracionamento das províncias. D. Pedro I abandonara o trono; o ministério, incapaz de deter a avalanche, não tinha onde apoiar-se, já que contra ele fora feito o motim; a Assembléia e o Senado estavam em recesso. Não havia autoridade alguma, nem força militar que se encontrasse apta para sustar a marcha revolucionária, impregnada de aspiração republicana e federalista.

Nessa extremidade, podia a revolução deflagrar-se. Não obstante, os membros das Casas legislativas que se encontravam na capital reuniram-se à pressa para formar um governo e assim levantarem um dique às pretensões do elemento *sans-culotte*.

Ninguém melhor que o mais ardente liberal para caracterizá-lo: “O 7 de Abril foi uma verdadeira *journée des dupes*. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratcliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais alta da palavra. Secretário do Clube dos Amigos Unidos, iniciado em outras reuniões secretas, que nos dois últimos anos espreitavam somente a ocasião de dar com segurança o grande golpe, eu vi com pesar os moderados ao leme da revolução, eles que só na última hora tinham apelado para o Juízo de Deus.”³

³ Teófilo Otôni, “Circular aos Eleitores de Minas Gerais”, 1860. Reportando-se às palavras de Otôni, Euclides da Cunha admitia que elas concretizam um conceito falso. “O que teria havido foi o caso vulgar nas revoluções triunfantes: o radical, o agitador vermelho, extinta a sua ação demolidora, fazia-se conservador no governo, e vibrava a autoridade recém-adquirida contra os que o haviam auxiliado a destruir a autoridade antiga.” *A margem da História*, pág. 307.

Consumado, realmente, o afastamento do príncipe suspeito, os exaltados que planejaram e executaram o movimento foram lançados fora no dia seguinte como inimigos da sociedade, e os mais ardentes revolucionários tiveram que voltar a toda pressão a máquina para trás, para impedi-la de precipitar-se com a velocidade adquirida.⁴ Liderados por Evaristo da Veiga, esses revolucionários passaram, assim, de um momento para outro, a conservadores, quase a reacionários. Foi este o papel do jornalista, “sustentando, a todo transe, a monarquia constitucional contra os seus aliados da véspera”.

De então em diante a época seria de Evaristo, que se notabilizou por seu espírito mediano. Sua formação cultural desenvolvera-se no período que se seguiu à Revolução Francesa. O espírito de homem de classe média, comerciante de livros, leitor de Constant, Bentham e Blackstone, preparara em torno das idéias desses publicistas a sua pena de jornalista e a sua persistência de deputado. “Nada de jacobinismo de qualquer cor que ele seja. Nada de excessos. A linha está traçada — é a da Constituição.”⁵

Prevalecia, deste modo, após o 7 de Abril, a tendência que melhor testemunha as aspirações da sociedade, realizando-se, outra vez, para a preservação da ordem existente. Vencia o partido que advogava as modificações moderadas e que, no dizer de Moreira de Azevedo, “desejava que os progressos e mudança na ordem social marchassem de acordo com os progressos da inteligência e da civilização, que as reformas, a fim de permanecerem, fossem operadas lentamente e pelos meios legais”.⁶ O apoio às reformas, às idéias avançadas, fazia-se segundo a fórmula armada por Evaristo num dos seus artigos: “Modifique-se o nosso pacto social, mas conserve-se a essência do sistema adotado; dê-se às províncias o que elas precisam e lhes pode ser útil, mas con-

⁴ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, pág. 22.

⁵ Otávio Tarquínio de Sousa, “Evaristo da Veiga”, in *História dos Fundadores do Império do Brasil*, pág. 60.

⁶ Moreira de Azevedo, *História do Brasil de 1831 a 1840*, apud Aurelino Leal, *História Constitucional do Brasil*, pág. 164.

serve-se o Brasil unido e não se afrouxem demasiadamente os laços que o prendem a esta união; faça-se tudo quanto é preciso, mas evite-se a revolução.”⁷

Assim se fez. A palavra de Evaristo da Veiga demarcava, neste entretanto, o roteiro mais seguro para a nação. Apesar do desbarato do 7 de Abril, um radicalismo atuante, mercê agora, mais do que nunca, da conivência da máquina governamental, falecia de ânimo outra vez, em virtude da vacilação de seus próprios adeptos. Diante de uma resistência das forças conservadoras às idéias federalistas, aprazou-se o movimento de julho. Arquitetava-se o golpe de estado, obedecendo-se ao plano de demissão coletiva do Ministério, renúncia da Regência sob a alegação de impossibilidade de organizar outro gabinete e a transformação da Câmara dos Deputados em Assembléia Nacional para votar a aclamação, as reformas constitucionais consubstanciadas na chamada Constituição de Pouso Alegre. Tratava-se de um diploma que não mais continha o Poder Moderador, que exigia referendo ministerial para todos os atos do Executivo, que consagrava a descentralização política e administrativa das províncias, bem como autonomia municipal; que fixava a temporariedade do Senado e a supressão do Conselho de Estado.

O remédio receitado por Feijó para “curar radicalmente os males da Pátria” seria o golpe de estado. Tudo se aprazou com cuidado, num impulso oficioso, a que não faltara o caráter conspirativo. Na Câmara lera-se o ofício da Regência, comunicando a sua renúncia, bem como a representação da oficialidade dos batalhões da Guarda Nacional. A comissão oficial já se havia manifestado favoravelmente à idéia de ser a Câmara convertida em Assembléia Nacional.

A articulação toda parecia perfeita, quando a voz de Honório Hermeto, o futuro Marquês de Paraná, gizou, temporariamente, a tendência autêntica das aspirações nacionais. Apesar da traça maquinada, a palavra do deputado mineiro

⁷ Evaristo da Veiga, *Aurora Fluminense*, apud Aurelino Leal, *ob. cit.*, pág. 163.

veio cifrar, no afogo do conluio, o equilíbrio vigilante por trás de todo o movimento. “Bom seria, Sr. Presidente — diria em sua peroração —, que pudéssemos lançar bálsamo sobre as chagas que reciprocamente temos aberto. Persuado-me, que todos nós queremos a mesma cousa, estamos todos em boa fé, mas cheios de desconfianças uns dos outros. . . Seria absurdo desmancharmos em uma noite o que tanto nos tem custado a conservar. Não demos este passo que nos arrastará a outros igualmente maus e perigosos. Senhores, faça-se tudo o que exige o bem da nação, mas pelos meios legais.”⁸

Outra vez persistia a tendência precatada no comportamento dos homens públicos, sendo que nesse episódio de 1832 ela sobressai, em que pese a orientação oficial do próprio grupo conspirador.

Com o 7 de Abril, as idéias liberais não descoroçoaram. O espírito revolucionário estava vivo, repontando a espaço, alentando os elementos que tentaram o radicalismo em 1817, 1822 e 1831. Os exaltados, traídos na *journée des dupes*, aferravam-se ao federalismo americano, afoitando-se os mais ousados a agitar a questão abolicionista.

Dar-nos-á uma idéia do ímpeto do liberalismo democrático o teor de algumas proposições apoiadas pela terça parte da Câmara. A 13 de junho de 1831, alvitrava-se que a religião fosse negócio de consciência e não estatuto de lei de Estado. No mesmo mês outra proposta estipulava que a Justiça fosse eletiva, gratuita e acessível. E no mesmo dia: que o governo fosse vitalício, ora na pessoa do imperador, ora temporário, na pessoa de um presidente das províncias confederadas.

O Código de Processo, um dos principais instrumentos da descentralização, tornou a autoridade judiciária independente

⁸ Paraná assim explicaria mais tarde a sua atitude: “A moderação que me impunha para com meus adversários não era uma novidade em minha carreira política; quando encetei esta carreira foi ligando-me a um partido que se impôs esta condição, e desvanço-me de que quando esse partido, arrebatado pela torrente de sucessos que pareciam chamar uma maior energia, julgou dever separar-se desse princípio para ter meios mais adequados de repressão, eu lhe disse: Alto; continuo a ser moderado.” 26 de maio de 1855.

do poder administrativo, mediante eleição. O conhecimento dos crimes passou à competência exclusiva dos juizes de paz, também eleitos. A acusação exercia-se através de promotor, proposto em lista tríplice pela Câmara Municipal, o que ocorria também com os juizes municipais e de Órfãos. No projeto do Ato Adicional estabeleceram-se normas tendentes a enfraquecer o poder central, decalcados sobre a Constituição norte-americana. A Monarquia passou a ser federativa, com apenas três poderes, extinguindo-se o Moderador. As atribuições de cada um dos poderes seriam delimitadas pela Constituição, bienal a Câmara dos Deputados e o Senado eletivo e temporário. O Poder Executivo só poderia suspender a sanção das leis declarando os motivos, dependendo sua promulgação, apesar disso, da declaração das Casas. Suprimia-se o Conselho de Estado. Convertiam-se os Conselhos-Gerais em Assembléias Legislativas provinciais. Finalmente, fixavam-se normas para a divisão das rendas públicas e para a eleição de um regente, durante a menoridade.

A marcha para o federalismo era detida pelas vacilações de seus próprios adeptos, ou, para usarmos uma expressão feliz de Feijó, os homens pasmavam “à vista de seu próprio projeto e temendo a sua própria sombra”.⁹

Depois do plano frustrado de 1832, volvido algum tempo, reacenderam-se as tentativas liberais no sentido de modificação da Constituição. Mas já não é igual a linguagem dos redatores. O critério cauteloso dos autores do Ato Adicional tornava-o “imprestável para realizar os intuitos visados”.¹⁰ O que caracteriza este período de liberalismo, que vai de 7 de abril até o Regresso, é a presença dos moderados no movimento, embuçados de reformadores e temendo a revolução.

⁹ Feijó, “Um Programa Político em 1834”, in Eugênio Egas, *Diogo Antônio Feijó (Documentos)*, págs. 185/192.

¹⁰ Aurelino Leal, *Do Ato Adicional à Maioridade*, pág. 52.

Evaristo adere à idéia apenas para acompanhar alguns amigos. Na sessão de 30 de julho, ele diria: “Sou sincero amigo e entusiasta da Constituição; admito as reformas porque desejo sempre sacrificar o meu voto particular ao desejo e vontade nacional, mas não porque entenda que a Constituição tal qual está não possa fazer a ventura do Brasil, dando às províncias a soma de liberdade que desejam.”¹¹

Outro comedido e futuro regressista, Vasconcelos, membro da Comissão, também dava de conselho na sessão de 1.º de julho de 1834, durante a discussão do projeto: “Estou que se deve diminuir os laços de descentralização, mas não de um jato que faça dar um tão grande salto.” E no mesmo discurso ele se confessava “amigo das reformas, reformas necessárias ao Brasil, operadas pelas razão e calma”.¹² Ponderava ainda: “Se as reformas de que somos incumbidos forem feitas com tranqüilidade; se não se verificarem as idéias que os inimigos das luzes têm querido ligar à palavra reformista — isto é, se a palavra — reforma — não for entre nós sinônimo de anarquia, de Guerra Civil, muito fácil nos será para futuro fazer não só uma reforma, mas muitas, acomodar a nossa Constituição às necessidades reais, aos interesses do Brasil. . .”¹³ Comentando estas palavras, Aurelino Leal observou que “esse espírito ponderado, essa submissão à relatividade das condições do meio em que vivia, não parecia calculado”.¹⁴

Constitui, na verdade, o Ato Adicional um exemplo de transação das forças moderadas. “Através dos choques entre as tendências mais avançadas dos reformadores da Câmara e as conservadoras ou reacionárias do Senado”, o projeto foi debatido. Otávio Tarquínio de Sousa salientou que a lei, “fixando os pontos que poderiam ser tocados, representou afinal uma verdadeira transação, em que ambas as Câmaras

¹¹ *Anais da Câmara*, 1832, tomo II, pág. 137.

¹² *Anais da Câmara*, 1834, vol. II, págs. 11/12.

¹³ *Idem*, apud Aurelino Leal, *ob. cit.*, págs. 103/104.

¹⁴ Aurelino Leal, *ob. cit.*, pág. 104.

demonstraram espírito conciliador, cedendo aqui e ali, recuando num ou noutro ponto de vista. A título exemplificativo: o Poder Moderador, suprimido na proposta da Câmara, foi mantido, assim como a vitaliciedade do Senado, não prevalecendo, outrossim, o cunho mais fortemente federalista que a Câmara desejava. O Senado, por outro lado, aceitou a abolição do Conselho de Estado. Dir-se-ia o compromisso de princípios pelo qual, em benefício da unidade do Império, se unia o liberalismo com as suas duas idéias, a republicana, transigindo com a monarquia constitucional e esta fazendo concessões à democracia, triunfante no espírito da federação, através da autonomia das províncias.¹⁵

A eleição de Feijó para regente único ainda testifica a vitória dos moderados. Não fosse a preocupação pelo destino dos escravos, talvez o sacerdote mais tarde se tornasse um dos líderes do movimento regressista, pois muito se assemelhava aos homens que desejavam frear o “carro revolucionário”. Feijó caiu e radicalizou-se no fim da vida por causa de suas preocupações com a escravatura. As sugestões de trocá-la pelo braço livre de colonos explica a sua substituição como líder pelos homens realistas de 1837.

A Maioridade é o exemplo da falência do espírito radical porque fora planejada com um fito que não pôde concretizar-se, apesar do poder. Quatro anos, finalmente, de domínio liberal intercorrem numa bitola conservadora, quando, então, no seio dos próprios liberais, emudece na Câmara a voz do impetuoso Teófilo Otôni, cujo único consolo, naquela oportunidade, foi transverberar, na discricção parlamentar, o seu conflito íntimo.¹⁶ Significativas são as palavras de Justiniano José da Rocha: “Muitas vezes um partido está no poder, e todavia há nos elementos sociais uma tendência tão contrária às suas idéias que o seu triunfo se anula, e apenas lhe

¹⁵ Otávio Tarquínio de Sousa, “O princípio monárquico estava identificado com a unidade da pátria”. Escreveu Euclides da Cunha em *A margem da História*.

¹⁶ Paulo Pinheiro Chagas, *Teófilo Otôni*, pág. 237.

deixa servir aos interesses individuais e coletivos, às paixões e às ilusões que os congregaram; até mesmo tão forte é às vezes essa tendência que o partido, embora ocupe as posições do domínio e da influência, tem de obedecer-lhe e de servi-la, ainda contra os seus princípios, e de firmar as convicções que lhe são mais repugnantes.”¹⁷

¹⁷ Justiniano José da Rocha, “Ação, Reação e Transação”, *apud* R. Magalhães Júnior, *Três Panfletários do Segundo Reinado*.

VII. A INTERPRETAÇÃO — FÓRMULA CONCILIATÓRIA

Vitorioso com a derrubada de Feijó, segue-se o Regresso nascido de uma fusão de moderados que afluíram ao 7 de Abril com os restauradores. Caracterizando a tendência oriunda de 1822, afirma Joaquim Nabuco que “a reação estava no espírito, no sentimento de todos os homens do governo; se não fosse o receio da volta de Pedro I, ela teria desde logo levado tudo de vencida”.¹

A morte do Duque de Bragança, em setembro de 1834, viera, de fato, precipitar a aglutinação, e o ponto de partida do movimento reacionário encontra-se aí, quando os moderados, sem os perigos da restauração, passaram a agir politicamente conforme as suas vocações conservadoras. A morte do ex-imperador elidira o obstáculo à unidade das duas forças, não modificando os interesses dos caramurus, que apenas trocavam de bandeira, segundo Vitor de Azevedo, sem trocar de programa.² Já os moderados, intimidados com as reformas em ordem do dia, haviam decidido retrogradar. Seria o Regresso: Vasconcelos, em conhecido discurso, definiu a tenção dos antigos companheiros: “Fui liberal”, dirá ele, “então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, nas idéias práticas; o poder

¹ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, pág. 24.

² Vitor de Azevedo, *Feijó*, pág. 199.

era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria o risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendo no dia de seus perigos, da sua grandeza, deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete.”³

O excesso eram as ameaças à instituição servil. Sobejam razões que põem em relevo o caráter da administração do Regente Feijó como de adverso à escravatura.

Em meados de fevereiro, lançava o seu Manifesto à Nação, declarando-se inimigo do trabalho escravo. Depois de proclamar o culto da lei, como necessidade suprema, reafirmava o respeito à Constituição e ao Ato Adicional.

No programa, figurava o item que sobressaltaria a grande lavoura: o governo cuidaria de dar incremento à agricultura e promoveria a introdução de colonos que viessem tornar desnecessária a escravatura. Aos presidentes das províncias instava que tratassem de facilitar a imigração estrangeira, pois era mister substituir o trabalho servil pelo trabalho livre, com a cessação de um tráfico “que a política reprova e a humanidade detesta”. Seu ministro dos Estrangeiros transmitia ao Marquês de Barbacena, plenipotenciário em Londres, instruções no sentido de empregar todos os esforços junto ao governo britânico para que se reprimisse efetivamente o tráfico de africanos, que tinha sido já abolido, mas continuava a fazer-se por abuso. No ano anterior não fora possível a ratificação de alguns artigos adicionais ao tratado de 1826, pleiteados pela Inglaterra, com a finalidade de intensificar o combate aos navios entrelopos com a enumeração dos indícios que facilitassem o apresamento: faltara-lhes a aprovação do Legislativo e a pressão da maior força econômica do país levou o governo a não insistir.

³ Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, pág. 31.

Ao mesmo tempo que promovia tais medidas para combater o nefando instituto, passava o regente a descer na manutenção da unidade nacional, julgando “inevitável a separação da província do Rio Grande do Sul”.⁴ Com igual pessimismo, referia-se ao Norte: “notícias vagas há de que em Pernambuco trata-se de promover a separação e de que emissários nesse sentido se têm enviado à Bahia, onde a idéia não encontrou muita simpatia; contudo Sergipe, Alagoas e Paraíba farão coro com Pernambuco. Lá se avenham: Deus os ajude...”

Não fosse, pois, a objetividade dos homens regressistas, a unidade do Brasil estaria definitivamente comprometida. A questão da escravatura fora decisiva, embora a ausência de base moral para justificá-la explique o silêncio no que tange aos motivos reais da reação.

O Ministério das Capacidades, organizado por Vasconcelos e integrado por Calmon, Maciel Monteiro, Rodrigues Torres e Sebastião do Rego Barros já traçava as diretrizes que o definiam. Na Câmara afirmava-se que a lei do Ato Adicional “tinha suscitado dúvidas graves e gerado conflitos perigosos à paz do Império, pelos termos vagos, obscuros e inexatos com que foram redigidas algumas disposições”.

Os regressistas trabalhariam, pois, para “esclarecer o que há de vago...” e Vasconcelos dava começo à campanha centralizadora, aplacando a lavoura com a legalização do tráfico negreiro. Paulino de Sousa, no mesmo ano, inicia a reação centralista com o projeto de interpretação do Ato Adicional. A integridade da Nação, diziam os regressistas, exigia um mecanismo administrativo mais forte.

Os acontecimentos da maioria não interromperam o processo da reação. Em 23 de março de 41, votavam os adeptos do movimento conservador, sendo apresentado o projeto de reforma do Código de Processo Criminal.

⁴ Antônio Augusto de Aguiar, *Vida do Marquês de Barbacena*, pág. 907. Aurelino Leal, citando Nabuco. *Do Ato Adicional à Maioridade*, pág. 118.

O fortalecimento do governo central era imprescindível para o combate às idéias abolicionistas. A lei chamada de Interpretação fora o primeiro passo. Sem promover a reforma constitucional, amputou-se o Ato Adicional. A autoridade das assembléias provinciais foi limitada e permitiu-se a criação da polícia uniforme em todo o império.

Repontava, nessa hora, o projeto de reforma do Código de Processo Criminal. Defendendo-o, dizia Paulino de Sousa, “Para que havemos de estar com paliativos? Não temos conhecido que uma das poderosas causas das rebeliões que tanto têm afligido o país é a impunidade que lavra por toda a parte, e que cada vez mais se aumenta?”⁵ No dia 30 de novembro de 1841, o projeto de reforma foi adotado pela Câmara. A descentralização de 1832 foi substituída por uma centralização rígida.

Observa Hermes Lima que o movimento do Regresso visava, entre outras coisas, a tolher os anseios abolicionistas, representando, pois, no plano político, um dos pontos de apoio e defesa da organização servil do trabalho. O centralismo assegurava um maior controle sobre o país, ao passo que a autonomia das províncias poderia ocasionar a mudança nas relações internas de produção. Em razão da superfície de nosso território, da diversidade climática, das peculiaridades de cada região, o desenvolvimento econômico processava-se de modo irregular, sujeito a eventualidades imprevisíveis. A Federação, por esse motivo, poderia proporcionar “a abertura de brechas parciais na muralha da escravidão”. “No gozo de regalias e faculdades, que permitissem a cada província tratar de seus próprios negócios e interesses peculiares, as possibilidades de quebra do sistema podiam tornar-se múltiplas, e, assim, mais favoráveis aos esforços de renovação da estrutura econômico-social.”⁶

⁵ *Apud A Vida do Visconde do Uruguai*, José Antônio Soares de Sousa, pág. 106.

⁶ Hermes Lima. “Prefácio” a *A Queda do Império*, de Rui Barbosa, págs. XIV e XV. Reproduzido em *Notas à Vida Brasileira*. Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, págs. 37 e segs.

A centralização, ao revés, garantia o controle sobre o país, tornando possível a organização do trabalho escravo, que, para perdurar, teria que defender-se como um todo, oferecendo às tentativas abolicionistas firme e maciça resistência. Para subsistir, como base da economia nacional por tão longo tempo, remata o precitado autor, a escravidão precisou apoiar-se num regime de centralização, de cujos postos de comando as influências, a riqueza e os interesses baseados no trabalho servil melhor se colocariam, fosse para a defesa, fosse para o ataque.⁷

As bases do movimento reacionário são sensíveis à realidade econômica da época. Aviventava-se a lavoura do café, e os chamados “eleitores do campo” começavam a pesar, de forma decisiva, nos acontecimentos políticos. Nas eleições de 1836 para a legislatura de 1838-41, os sufrágios favoreceram os nomes dos moderados regressistas. Lançavam-se as bases, acentua Otávio Tarquínio de Souza, do futuro partido conservador do Segundo Reinado, a cuja sombra se abrigaram de preferência proprietários agrícolas, fazendeiros e senhores de engenho, latifundiários e escravocratas, empenhados em contrabalançar na direção política do país a influência dos centros urbanos, com os seus agitadores e sua imprensa, preponderantes desde os dias da Independência. A nova e próspera lavoura cafeeira do Centro-Sul aliava-se aos interesses da agricultura do açúcar no Nordeste.⁸

O movimento parece, à primeira vista, uma imposição das correntes reacionárias. Talvez uma das razões de considerá-lo dessa forma se deva à ênfase que os radicais do século passado imprimiram às críticas feitas ao centralismo. No entanto, a análise objetiva das razões de seu estabelecimento afasta a hipótese de uma imposição aos anseios ultraliberais dos adeptos à *outrance* de um federalismo nos moldes norteamericanos.

⁷ Hermes Lima, *ob. cit.*

⁸ Otávio Tarquínio de Sousa, “Diogo Antônio Feijó”, *ob. cit.*, págs. 273/274.

A vitória do grupo não se promoveu por um golpe de estado. O convite a Araújo Lima, pelo regente que desertava, deve-se mais a seu desgaste político ante a pressão da crescente falange conservadora.

Por outro lado, a unidade dos caramurus aos moderados do 7 de Abril não extraía dos últimos a liderança do movimento. Assim como haviam participado, ao lado dos extremados, de uma política em favor do Ato Adicional, se não dirigindo-a, sofrendo-a pelo menos, liderariam a reação do centralismo, realizando-a com o mesmo espírito de transigência. Distantes dos exaltados, mais seguros se tornavam, encontrando-se, por assim dizer, em terreno mais conducente às suas intuições.

Aspiravam a um “progresso compassado”, mediante um governo representativo que é o governo das transações, que “convém ceder para conciliar”, como dizia Vasconcelos. Desencadearam a atividade reatora com firmeza e sem precipitar-se, impondo-se mais como fruto de uma necessidade histórica do que como aspiração exclusiva de uma facção política. O programa do Gabinete, resumido em circular aos presidentes das províncias, foi redigido na linguagem cautelosa da “política de transação”, pregada por Vasconcelos.

O regresso é um movimento conciliador. Importa pouco que após a sua fixação os liberais reagissem até o desespero de revoluções inconseqüentes. Falam mais alto e de modo significativo as responsabilidades desses últimos precitados pela aprovação da lei de interpretação, durante a trama da Maioridade, quando desobstruíram o caminho para aprovar a aludida lei.⁹

No que toca ao Código de Processo, bastou a ascensão transitória da facção liberal, com o movimento da Maioridade, para que reconhecessem os mesmos liberais de sempre que o diploma legal adjetivo “poderia ser aproveitado”. (O

⁹ Lei n.º 105. Aurelino Leal, *História Constitucional do Brasil*, pág. 182. Visconde do Uruguai, *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil*, título preliminar, págs. 12/27.

curioso é que em tudo se procurava um meio-termo, um equilíbrio, desde os regulamentos relativos à distribuição dos corpos de guardas nacionais, até os estatutos do Colégio Pedro II, em que se cogitava da “moderada correção corporal”).

A lei de interpretação retratava a tendência. Que se delimitasse a extensão das atribuições das assembleias provinciais, era o reivindicar cada vez mais fortemente ouvido, sobretudo das regiões economicamente mais comprometidas com a escravatura. A elaboração da lei assim nasceu, talvez de um projeto anterior, da lavra de Clemente Pereira, apresentado à Assembleia provincial do Rio de Janeiro,¹⁰ cujo relator foi o futuro líder do movimento regressista, Paulino de Sousa, quando iniciava a sua carreira política na província fluminense. Durante dois anos foi o projeto debatido na Câmara, e a aprovação nunca foi precipitada por qualquer expediente que sacrificasse as normas democráticas de amplo debate.

A sua implantação deveu-se enfim ao grupo já vezado a transigir, a servir de meio-termo entre o grupo conservador e os próprios jacobinos. Procedente da tendência do meio-termo, o Regresso nunca se revelaria contrário às origens liberais de seus componentes.

Antes de formulada a idéia nos termos da lei de Interpretação nela já havia pensado uma das mais destacadas figuras do movimento moderado, o jornalista Evaristo da Veiga, durante a sua breve liderança. Feijó, do mesmo modo, tentara concretizá-la num plano inviável praticamente, pois o Regresso só se firmaria como movimento vitorioso em termos de sustentação da escravatura. No entanto, medidas por ele preconizadas, em um projeto de lei apresentado após a sua renúncia, coincidiam com as iniciativas regressistas que se objetivaram depois.

¹⁰ José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do Visconde do Uruguai*, pág. 47.

Mais tarde, em seu *Tratado de Direito Administrativo*, procuraria o Visconde do Uruguai estabelecer um corpo de idéias que justificassem o centralismo político decorrente do movimento do regresso. Em seu preâmbulo, deplorava o desamor com que os contemporâneos tratavam o que era brasileiro, para ler e superficialmente citar as coisas alheias, desprezando a experiência e as idéias dos nossos tratadistas. E concluía: “Também muito convém o estudo e conhecimento do que se observa em outros países, com o devido desconto de causas especiais que ali produzem resultados que a falta dessas causas pode negar ou mudar entre nós.”¹¹

Fora necessário reprimir aquela democracia que punha em perigo a instituição servil. Por outro lado, a obra a ser erigida devia estar pousada sobre fundações indestrutíveis.

Os liberais inspiravam-se na experiência dos Estados Unidos, que cresciam e progrediam.

Paulino de Sousa estudaria as origens e desenvolvimento do município norte-americano e as peculiaridades de sua formação. As instituições de um país formam um todo sistemático e harmonioso, decorrentes de circunstâncias cuja ausência não é possível suprir, sustentava ele, rebelando-se contra a imitação de instituições alheias, sem atender aos hábitos, caráter e particularidades da terra: “Para copiar as instituições de um país e aplicá-las a outro, no todo ou em parte, é preciso, primeiro que tudo, conhecer o seu todo e o seu jogo, perfeita e completamente.”¹²

Os emigrantes ingleses que fundaram os Estados Unidos, argumenta o lúcido tratadista, levaram consigo o espírito das instituições de seu país, a educação e o hábito necessário para manejá-los. Apoiado em Tocqueville — *De la Démocratie en Amérique* — refere-se ao mundo cristão agitado e à participação da Inglaterra nessas disputas religiosas. Intensificada a instrução, a cultura se aprimorava com as lutas

¹¹ Visconde do Uruguai, *Tratado de Direito Administrativo*, tomo I, pág. XVIII.

¹² Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, tomo II, pág. 221.

intelectuais, e mais argumentador se revelava o caráter dos habitantes. “Todas essas feições gerais da nação se encontravam nas fisionomias daqueles seus filhos que iam buscar um novo porvir do outro lado do Oceano. . . Levavam esses emigrantes admiráveis elementos de ordem e moralidade.”¹³

De tais circunstâncias decorria a organização política norte-americana. Na era colonial, já tinham os Estados, isolados um dos outros, a sua própria máquina administrativa. O primeiro governo que tiveram foi municipal, na maior extensão possível, sem estar sujeito a um centro. Quando os reis da Inglaterra submeteram à Coroa os atuais estados, continuaram as municipalidades a governar-se a si mesmas. A Independência veio consagrar o princípio da autonomia, obrigando-se os Estados apenas a respeitar as garantias individuais inscritas na Constituição Federal. A organização tem sua fonte nas instituições inglesas. Cada estado norte-americano tem um legislativo, um governador eletivo. Organiza a administração interior, tanto judicial, como propriamente administrativa, elabora legislação substantiva, legisla sobre direito de processo, eleitoral, etc. Assim é que se pratica nos Estados Unidos o *self-government*, em que é o mais amplo possível o “Círculo dos interesses considerados locais”.

Já as nossas circunstâncias eram absolutamente contrárias, aclarava o Visconde do Uruguai. Não fazíamos parte daqueles afortunados países de povo homogêneo. Em terras onde ainda não estão difundidos em todas as classes da sociedade aqueles hábitos de ordem e legalidade, é preciso começar a introduzi-los e sujeitar esses ensaios a uma certa tutela. “É preciso ir educando o povo, habituando-o, pouco a pouco, a gerir os seus negócios. Aplicar o federalismo ao Brasil seria “um arremedo imperfeitíssimo e manco das instituições dos Estados Unidos, destituído porém dos principais e essenciais meios e circunstâncias que as acomodam a esse país”.¹⁴

¹³ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, tomo II, pág. 240.

¹⁴ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*

Submete a experiência liberal a uma crítica impiedosa. O escritor vai pesquisar as causas do entusiasmo no exemplo da rápida prosperidade dos Estados Unidos. Esqueciam-se os liberais da situação diversa do nosso país. Herdamos a centralização da monarquia portuguesa. Com a Independência, passamos ao regime constitucional, rompendo abruptamente com a administração dos capitães-generais, dos ouvidores, dos provedores, dos juizes de fora e ordinários, dos almotacéis e das câmaras. “Não tínhamos, como a formaram os ingleses por séculos, como a tiveram herdada os Estados Unidos, uma educação que nos habilitasse praticamente para nos governarmos nós mesmos; não podíamos ter adquirido os hábitos e o senso prático para isso necessários.”¹⁵

Na verdade, havia excesso de centralização. Para que se criasse uma escola na mais distante aldeia, era necessária uma lei da Assembléia-Geral. Este estado de coisas, sem dúvida, exigia remédio. “Cumpria soltar mais os braços às Províncias, para providenciarem com eficácia sobre o que fosse peculiar às suas localidades e urgências administrativas, sem cortar ou enlear os grandes laços que as devem unir.”¹⁶

Mas os homens tinham ido beber o liberalismo — dizia Paulino de Sousa — fazendo disto a base de toda a argumentação conservadora — nas fontes mais exageradas. “À centralização *moderada*, seguiu-se uma descentralização que mais significava ódio ao poder central e teria acabado com a união das províncias, se não houvesse sido contida e reduzida a tempo.”¹⁷ Com o Código de Processo, tornou-se a autoridade judicial completamente independente do poder administrativo, pela eleição popular. O Governo ficou sem ação sobre os agentes administrativos e somente podia atuar sobre eles recorrendo ao Poder Judiciário. E Paulino indagava: “Quem

¹⁵ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, tomo II, pág. 163. Dizia Vergueiro na sessão do Senado de 12 de julho de 1841: “Todos sabemos bem que as agitações que têm havido entre nós . . . procedem de havermos antecipado a nossa organização política à social.”

¹⁶ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, tomo II, pág. 201.

¹⁷ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*

há aí que possa contestar que a continuação desse estado de completa desorganização e anarquia social, à qual davam nome de liberdade, traria por fim a dissolução do Império?"

Compreendeu que o princípio centralista, de uma forma moderada, devia corresponder, na organização política, às necessidades históricas do país. Trata-se, como lembra Guerreiro Ramos, de uma posição crítico-assimilativa, em face da produção cultural estrangeira, não admitindo a transferibilidade literal das instituições porque, a seu ver, elas, em última análise, nada mais eram do que cristalizações de costumes.¹⁸

Se repelira a descentralização, agitada pelo liberalismo, verberava também aqueles que queriam aplicar-nos englobadamente, sem exames, sem censuras, a centralização que existia na França, durante o Primeiro Império. Nossas peculiaridades repeliam tal exagero. O estado entre nós é e deve ser um; mas no que tange aos negócios gerais. Quanto aos provinciais, cada província pode regular os seus interesses especiais como entender, desde que não se ofendam os preceitos da Constituição. Revelaria, afinal, a sua formação eclética ao coroar seus argumentos com os versos de Sá de Miranda:

"A fortaleza louvada
Anda em braços com a prudência
Irmã sua muito amada.
.....
O bem todo está no meio
O mal todo nos extremos."

Uruguai justifica o centralismo com a mesma lucidez com que critica a aplicação do princípio federalista. O assunto está também estreitamente ligado às circunstâncias das sociedades. "Não há uma bitola pela qual se possa valer a exten-

¹⁸ Guerreiro Ramos, "O Tema da Transplantação e as Enteléquias na Interpretação Sociológica no Brasil", separata da *Revista de Serviço Social*, ano XIV, n.º 74, São Paulo, 1954, págs. 78/79.

são do raio de ação administrativa central.”¹⁹ As bases da tese estavam nas peculiaridades de nossa formação histórica, educação, hábitos e caráter nacionais. A utilidade das instituições humanas era inferida por um critério historicamente relativo. “As nossas instituições de hoje seriam incompatíveis com o nosso estado de há um ou dois séculos, quando éramos colônia. As nossas instituições de há um ou dois séculos seriam incompatíveis com o nosso estado de hoje.”²⁰

Cormenin o inspiraria. Sem centralização, como ligar o Sul ao Norte, como conseguir a uniformidade da moeda, como administrar o Exército, como fabricar armas, como melhorar portos, construir estradas? Havendo interesses comuns a todas as partes da nação, concentrar em um mesmo lugar, ou no mesmo pulso o poder de dirigi-los, é fundar a centralização política. Para o foco do mecanismo constitucional convergem os poderes para se centralizarem em uma só vontade, em um só pensamento. Sem esse acordo, essa unidade, a máquina constitucional emperra. O que é certo, sempre argumentou, é que o Poder Executivo, quer considerado como poder político, quer como administrativo, deve ter concentrado em si quanta força for indispensável para bem dirigir os interesses comuns. Sem centralização não haveria Império, arrematava Uruguai.

¹⁹ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, tomo II, págs. 172/173.

²⁰ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, tomo II, pág. 175.

VIII. AS LIMITAÇÕES DO RADICALISMO NACIONAL

Não deixariam de percutir no Brasil as idéias do século XVIII, principalmente as do pensamento francês comprometidas com o materialismo. Refugiava-se a revolução principalmente nas Lojas Maçônicas, e aos princípios igualitários defendidos pelo espírito jacobino acrescia a convicção democrática vitoriosa na república norte-americana.

A intelectualidade não fugia ao noviciado da rebeldia. De Coimbra vinham os doutores familiarizados com a filosofia que servira de apoio à Revolução Francesa e com os princípios da economia liberal inglesa. E a face mercantil do senhor rural ensejava que lá mesmo em seu domínio aportassem as inquietações que a burguesia propelira por todos os quadrantes.

Os tempos eram novos e o surto progressista como sempre irreversível. A reforma pombalina, fundada nas considerações de Verney, encerrava a crítica ao espírito medieval do escolasticismo árabe-peripatético, dominante no ensino jesuítico português. Apesar da ulterior “viradeira” de D. Maria I, nada menos que doze mil exemplares da Constituição da França foram colocados em Portugal pelo livreiro Diogo Borel, embaindo a vigilância da polícia. Era a francesia, doença social, a que aludia certo beleguim do tempo. A circulação clandestina de livros suplantava a comercial.

No campo do liberalismo econômico, a mudança é significativa, pois as inovações adotadas por Pombal destacam-se principalmente por esses aspectos.

A aragem liberal bafejava o pensamento da elite lusa, cruzando o Atlântico para chegar à colônia. Justificando por que não agia com violência, o Governador Fernando José de Portugal contava que lhe parecia injusto proceder contra alguém que lê periódicos franceses e ingleses, quando circulam sem proibição e são remetidos da Corte a diferentes pessoas.

O pensamento revolucionário insinuava-se no Brasil na segunda metade do século XVIII, inspirando os inconfidentes de Minas e da Bahia. Tudo faz crer que em fins do século, por detrás da conspiração jacobina fluminense, também se escondesse uma sociedade secreta.

Em suas atividades literárias introduzira Silva Alvarenga a subversiva, criando um aparelho e envolvendo outros intelectuais que acabariam em sua maioria encarcerados. Em Pernambuco, os propósitos do botânico Arruda Câmara seriam de natureza revolucionária, formando um círculo onde se debatiam os pensadores do enciclopedismo. É provável que outras organizações pernambucanas estivessem entrosadas com esse órgão irradiador. O espírito revolucionário infesta o próprio engenho. Num deles, o do Cabo, mantinha o Coronel Suasuna uma escola democrática. O movimento de 1817 sintetiza o esforço dos malogrados rebeldes pernambucanos.

O Sul não fugia à efervescência das dúvidas. No primeiro ano do século, em Niterói, fundava-se a loja Reunião, filiada ao Grande Oriente da França, ajuntando-se a ela outras entroncadas no Grande Oriente Lusitano.

É possível que muitos espíritos estuantes em suas peregrinações houvessem freqüentado a Maçonaria européia. As devassas põem à mostra o interesse que a filosofia francesa e a conspiração dos organismos clandestinos despertavam entre a gente nativa. A Gonzaga pertencera uma versão francesa das leis dos Estados Unidos, e dentre os implicados na conspiração baiana de 1798 Muniz Barreto possuía a *Nova He-loísa*, de Rousseau, e a *Revolução*, de Volney. Cipriano Ba-

rata, em sua biblioteca, dispunha dos volumes de Condillac, e o Tenente Hermógenes de Aguiar do *Dicionário Filosófico*, de Voltaire.

Às vésperas da independência, assustava-se a inglesa Mrs. Graham com a circulação de idéias voltairianas entre a maior parte de homens versados em assuntos políticos, os quais “iam além das suas doutrinas em política e rivalizavam com sua indecorosidade em religião, pelo que as suas palavras eram às vezes revoltantes a pessoas de bom senso que tinham passado pela experiência e compreendiam as revoluções européias”.¹

Não obstante o ímpeto, o radicalismo seria sofreado pela face semifeudal do domínio. Debilitar-se-ia de ano a ano, de episódio a episódio, até tornar-se mera bandeira de agitação, quer dos radicais sinceros, quer do oportunismo de centro quando apeado do poder.

A escravidão delatava as limitações do liberalismo, e não puderam nunca os radicais incorporar à pregação de seu programa o item favorável ao abolicionismo. Tornavam-se irresolutos diante da instituição, e o próprio Visconde de Cairu, paladino das idéias avançadas do liberalismo econômico, incluía em seu *Manual de Política Ortodoxa* a confissão de que “contra o mal da escravidão no Brasil não cabia no engenho humano achar remédio” e que para provimento de remédio a tamanho mal só nos podia valer a Divina Providência.²

Nenhum liberal, mesmo entre aqueles que se abalançaram às inconseqüentes rebeldias, quis tomar a iniciativa de propor uma medida sequer contra aquela chaga social. Saião Lobato divisava na circunstância a evidência da autenticidade daqueles líderes. Referia-se a Evaristo, Paula Sousa, Vergueiro, Alves Branco, Vasconcelos e até a Feijó, que, sistemáticos e inexoráveis opositores do governo, se calavam diante do irremediável a que alude Cairu, porque, dizia o citado par-

¹ Maria Graham, *Diário de uma Viagem ao Brasil*, pág. 162.

² Visconde de Cairu, *Manual de Política Ortodoxa*, apud *Elemento Servil*, Parecer e Projeto de Lei, Rio, 1870, pág. 95.

lamentar, “mediam as circunstâncias reais do país, consideravam com toda a discrição a impossibilidade de semelhante emancipação enquanto não se proporcionasse o ensejo oportuno.”³

O ideal federativo é o eixo em torno do qual giraram no Império as inquietações liberais. Em 70, quando da plenitude da reação ao velho estado de coisas, inspiraria Tavares Bastos para a eloquência da campanha. Seria pois impraticável o divórcio entre os anseios do liberalismo brasileiro e os ideais da Federação. Vinham da Inconfidência, aferventada pela revolução americana, cuja carta constitucional era lida em Minas Gerais um ano após o seu ordenamento.

A revolução pernambucana de 1817 e o programa da Confederação do Equador previam a criação de um centro, escolhido pelos votos dos representantes do povo, sendo que cada estado teria outro. Esses ideais chegavam a admitir desatinadamente, pela palavra de Frei Caneca, que as províncias deviam possuir marinha própria.

De Pernambuco soprariam os ventos do liberalismo mais encandecido de nossa História. A crítica de Frei Caneca à carta outorgada o patenteia.

Imediatamente após o 7 de Abril, tentar-se-ia quebrar, na expressão de Tavares Bastos,⁴ o molde antigo que oprimia o Brasil. Voltava-se para o federalismo americano. O Ato Adicional e o Código de Processo constituíam os instrumentos da descentralização a que há muito se aspirava, pois os seus alicerces estão na Constituição reformada de Pouso Alegre.

O diploma adjetivo constituiu a polícia eletiva dos juizes de paz, que passaram a desempenhar as funções de formadores de culpa, julgadores de crimes punidos fracamente, encarregados de diligências policiais. A forma liberal foi, pois, a de tornar a autoridade judicial independente do poder administrativo pela eleição popular. A nomeação de juizes cíveis, promotores, passava a ser da alçada do governo, mas esco-

³ Saião Lobato, *apud Elemento Servil*, pág. 93.

⁴ Tavares Bastos, *A Província*, pág. 85.

lhidos entre os candidatos apresentados pelas câmaras municipais. O mesmo ocorria com os juízes municipais e os de órfãos. O Código impunha também que nas cidades populosas poderia haver até três juízes de direito, com jurisdição cumulativa, sendo um deles chefe de polícia. Em resumo: esse o espírito do Código de Processo, de 29 de novembro de 1832.

O projeto do Ato Adicional consistiu num só artigo dividido em doze parágrafos. O artigo único tratava da faculdade especial que os eleitores outorgariam aos deputados para reformar a Constituição. Os doze parágrafos referiam-se às reformas. Estabeleciam-se normas tendentes a enfraquecer o poder central, decalcadas na Constituição americana. A monarquia passaria a ser federativa, com apenas três poderes, extinguindo-se o Moderador. As atribuições que competem a cada um seriam marcadas distintamente pela Constituição, bienal a Câmara dos Deputados, e eletivo e temporário o Senado. O Poder Executivo só poderia suspender a sanção das leis declarando por escrito os motivos, dependendo sua promulgação, apesar disso, da declaração das Casas. Suprimia-se o Conselho de Estado; convertiam-se os Conselhos-Gerais em Assembléias Legislativas Provinciais. Fixavam-se, finalmente, normas para a divisão das rendas públicas e a eleição de um regente, durante a menoridade.

Tudo faz crer, porém, que a idéia de federação tivesse ficado envolvida em responsabilidade a certo sentimento separatista e repúblico dos movimentos pernambucanos.

Na crise do 7 de Abril, diante do perigo de secessão, Teófilo Otôni renegara os pontos de vista revolucionários e tolerara a monarquia constitucional, apelando para o ajuste mediante o qual “se devem fundir as duas nuances do partido liberal”.⁵ A escusação de seu recuo é uma das páginas curiosas de nossa literatura política. Ele se desculparia assertando que trezentos anos de escravidão não podem preparar um povo

⁵ Teófilo Otôni, *Sentinela do Serro*, n.º 43, de 25 de junho de 1831.

para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. “A *Sentinela do Serro* nunca pertenceu ao partido das meias-medidas; pelo contrário, enquanto existiu o tirano apelou constantemente para os golpes nacionais, consagrou em suas páginas o sagrado direito de insurreição; mas, hoje, caros patrícios, o despotismo caiu e se nos afastamos da órbita da lei, nos arriscamos a perder o muito que temos ganho pelo pouco que nos resta a ganhar, e que o tempo pode trazer serenamente.”⁶

O programa seria a lenta republicanização da Constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do Poder Moderador, organizando em Assembléias Provinciais os Conselhos-Gerais das Províncias e abolindo a vitaliciedade do Senado.

De teor diferente é pois a linguagem do mineiro sete anos após o fuzilamento do padre pernambucano. Infirmara-se o ímpeto do liberalismo, já então diverso do de Frei Caneca, que não jurara o projeto da Constituição por ser inteiramente mau, não garantir a independência do Brasil, ameaçar a sua integridade, oprimir a liberdade dos povos, atacar a soberania da nação e nos arrastar ao maior dos crimes contra a divindade, qual o perjúrio.⁷

O sentimento federalista da crítica social de Otôni e seu programa deslocam-se no sentido das medidas que produziriam o Ato Adicional. Certas arestas do legendário combatente, entretanto, ferindo o Senado, iriam provocar a continuidade de seu jornal e impedir a sua escolha na representação mineira à Assembléia Constituinte.⁸ Iniciada a reação ao Ato Adicional, vislumbram-se as manifestações do seu extremismo de mocidade. O Regresso não o ganharia, como a Rodrigues Torres e Bernardo de Vasconcelos, seus amigos e companheiros de idéias. Seu radicalismo é então algo de heróico na assembléia legislativa de liberais renegados e con-

⁶ Teófilo Otôni, *idem*.

⁷ Frei Caneca, *Obras Políticas e Literárias*, tomo I, pág. 46.

⁸ Paulo Pinheiro Chagas, *Teófilo Otôni, Ministro do Povo*, pág. 91.

servadores tranqüilos. “Não temo os punhais desse partido português”, bradava, como D. Quixote, atirando-se contra o espírito do tempo. Promulgada a lei de interpretação, ao Ato Adicional, restabelecia-se o Conselho de Estado e se reformava o Código de Processo Criminal. A dissolução da Câmara de 1842 o levaria à insurreição mineira desse ano. (Em seus manifestos, definem os insurgentes a natureza da rebelião: batem-se pela volta da ordem constitucional. Determinam as Camaras Municipais não prestar obediência as autoridades criadas em virtude das leis que reformaram os Códigos e “que anulam a Constituição em suas bases essenciais”).

A insurreição era em si reformista e recrutava para a sua direção um contemporizador, José Feliciano Pinto Coelho. Monarquista convicto, com prejuízos de nobreza, era o mais perfeito tipo de conservador, sem cujo concurso, entretanto, não teria sido viável a revolução.⁹

À mineira era idêntica a paulista, cujo fim era obter a revogação das três leis. Contavam com o concurso de elementos radicais, mas sobressaía a inclinação moderada.

O levante praieiro de Pernambuco não passava, da mesma forma, de reformista. Apesar do jacobinismo introduzido nele por Borges da Fonseca, ressentia-se da estratégia da vacilação nos artigos doutrinários do *Diário Novo*.¹⁰

O testemunho da continência dessas sublevações sobreviria com a subida dos liberais ao governo. O simples fato da mudança política favorecia a pacificação do Sul, extinguindo o levante farroupilha. Toda a geração *luzia* encontra-se na legislatura governista de 1845-1847. Otôni emudece na Câmara, limita-se ao trabalho rotineiro. Nada podia fazer, apesar da situação, contra a corrente. “A reação da Maioridade corria à rédea solta, e não havia recurso senão curvar a

⁹ Manifesto de 23 de março de 1841, *apud* Martins de Andrade, *A Revolução de 1842*, pág. 165.

¹⁰ Fernando Segismundo, *História Popular da Revolução Praieira*, pág. 68.

cabeça e deixar passar a onda.”¹¹ Assim reagia o radicalismo de Otôni, veemente na oposição, silencioso no poder e, quando da conciliação, despegava-se da política.

O mesmo acontecia com a Praia. Apoiava o gabinete liberal e no governo da província extasiava-se com a rotina da violência contra os êmulos conservadores. Até à véspera desse movimento, espraíavam-se idéias, das mais diferentes, inclusive o socialismo francês. Quanto ao último, vê-se na publicação da revista *O Progresso* a sua pregação sem reboços para os problemas sociais.

Na análise, porém, desse socialismo apregoado pelos redatores da revista, o que se vê é o colorido eclético. Preocupado com a solução dos problemas brasileiros em um sentido apropriado às nossas circunstâncias, o grupo não se conservava na bitola do socialismo utópico, porém coleavam os seus adeptos como autênticos moderadores. Na exposição de princípios, publicada no primeiro número, em julho de 1846, proclamava a “política radiosa” de progresso pacífico que seria a legenda de seus seguidores. Nenhuma pregação republicana era feita, pois se considerava que no estado de então a forma constitucional com um monarca hereditário e duas câmaras eletivas ofertava mais garantias de estabilidade que as outras formas de governo.¹²

Havia a convicção de que, se uma revolução popular ou parlamentar abolisse a forma atual de governo e substituísse o monarca hereditário por um monarca eletivo ou por um presidente temporário, o ano de 1848 se não concluiria sem que se visse o Brasil fracionado em cinco ou seis repúblicas, “hostilizando-se entre si e, pela sua fraqueza individual, expostas à mercê de qualquer inimigo ou conquistador externo”. “A monarquia não é de maneira alguma incompatível com a li-

¹¹ Teófilo Otôni, “Circular”, *apud* Paulo Pinheiro Chagas, *ob. cit.*, pág. 235.

¹² *O Progresso, Revista Social, Literária e Científica*, Pernambuco, 1846, tomo I, 1.º número, julho; *apud O Progresso, Revista Social, Literária e Científica*, reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco, 1950, pág. 8.

berdade de independência interna, nem com as garantias sociais e políticas que requerem o estado atual da civilização e a dignidade humana.” A ideologia da conciliação rematava o ponto de vista: “O governo representativo que hoje está em prática nas terras mais adiantadas oferece o meio de harmonizar o princípio de ordem, estabilidade e unidade de ação com a liberdade individual e a manutenção dos direitos imprescritíveis do cidadão.”¹³

O grupo excedia-se aprovando a linha regressista de 1837, contra os abusos da liberdade e aplicada “à circunstância que a ocasionou”. Importava numa crítica às instituições, “pois talvez tivesse sido conveniente, em vez de dar tão larga parte ao elemento democrático, às eleições populares, se aguardasse que a classe média se desenvolvesse e se enrobustecesse”.¹⁴ Mas o que fora feito estava feito, ressalvava, e suprimir então as instituições existentes seria loucura. O remédio devia ser outro. Ao regresso devia suceder o progresso, que seria a realização do “programa de conciliação e para favorecer todas as empresas que tendem ao adiantamento material e intelectual do país”.¹⁵

Mesmo às vésperas de estalar a Praieira, perquiria *O Progresso*: “Que necessidade temos hoje de uma revolução?” Inspirados em Sismonde de Sismondi, endossavam a sua objuratória à rebeldia social, considerando que como remédio extremo devia apenas ser empregada quando não há salvação possível pelos meios pacíficos. A Constituição, ponderavam, “é muito liberal e admite toda e qualquer modificação por meios legais”.¹⁶ “Por ora, não precisamos de revoluções nem de insurreições”; o que nos é mister é investigar as causas dos nossos sofrimentos e as reformas que nos podem salvar, e propagarmos pela imprensa e pela palavra a solução deste importante problema.¹⁷

¹³ *O Progresso, Revista Social, Literária e Científica*, pág. 698.

¹⁴ *O Progresso, idem*, pág. 81.

¹⁵ *Idem, ibidem*, pág. 857.

¹⁶ *Idem, ibidem*, pág. 857.

¹⁷ *Idem, ibidem*, pág. 857.

No artigo denominado “Reformas” foi inculcado de modo mais sistemático o programa para uma ação renovadora e progressista. Na esfera social, diziam, “ainda impera entre nós o *laissez faire, laissez passer*. O trabalho vai sendo depredado desapidadamente pelo capital por meio da mais escandalosa usura; o comércio se acha entregue a uma nação estrangeira que o monopoliza completamente; e o solo, pela mor parte, permanece inculto nas mãos da aristocracia territorial. A grande indústria, esta ainda está para nascer, e por ora ainda o país lhe não oferece boas condições; ao passo que a carreira das pequenas indústrias se acha completamente obstruída, e os gêneros alimentares dão lugar a uma agiotagem escandalosa. Daí resulta, como já temos demonstrado por várias vezes nas páginas desta revista, que a maior parte da nossa população vive num estado de dependência que muito se parece com a antiga servidão, tendo como único incentivo de trabalho o provimento necessário das precisões de cada dia; daí resulta também que grande número dos nossos patrícios não têm em que se empregue para se manter a si e às suas famílias, e vegeta na miséria, atirando-se com furor nas lutas políticas, com o fim de alcançar algum emprego de tênue rendimento; resulta enfim que as indústrias mais lucrativas são a usura e a agiotagem.”¹⁸

O artigo consiste numa recopilação de várias idéias apresentadas durante a vida da revista. As medidas diziam respeito ao imposto territorial e ao privilégio exclusivo aos nacionais do comércio a retalho, com o fim de abrir aos brasileiros pobres as portas do comércio e da agricultura; demarcação das terras públicas, a fim de limitar, vender ou aforar as terras nacionais que existem na zona de atividade do país; a abertura dos rios, melhoramento dos portos e construção de estradas que alarguem esta zona; a conservação das matas para embargar-se a criação de desertos no interior e o progresso das secas que periodicamente devastam as províncias do Norte.

¹⁸ *Idem, ibidem*, pág. 858.

Apelavam para a intervenção do poder social no comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade, criação de depósitos, proteção do trabalho, fundação de um Banco Popular, armazéns públicos, onde seriam vendidos todos os gêneros mediante diminuta comissão, e substituição gradual da maior parte dos impostos indiretos por um direto e principalmente progressivo sobre as rendas e sobre as heranças.

Na esfera política, exigiam respeito à Constituição. Ainda Sismonde serve de apoio aos argumentos em favor da comuna, que devia ficar colocada no mesmo nível dos outros poderes. Submetem a instituição do júri, a polícia, a organização municipal, a uma crítica, tachando-as de falsificadas e atrofiadas. O remédio estaria na organização das municipalidades, que deviam dispor de meios para o exercício de suas atribuições de alicerce do edifício político. Só então organizar o resto, conforme a Constituição, para que houvesse uma opinião pública nacional superior às facções.

O grupo abominava e temia as revoluções, silenciava diante do elemento servil. A escravatura no Brasil desnaturava mesmo a generosidade dos socialistas. No manifesto de janeiro de 1849 dois dos itens defendidos pela revista iriam figurar: o trabalho como garantia de vida para o cidadão e o comércio a retalho só para brasileiro. Uma idéia tentadiça, reflexo do movimento francês de 1848, juntada ao ponto de vista retrógrado da nacionalização do comércio.

Sofria a revista, por seu turno, as influências de um fervoroso admirador do ecletismo francês, Antônio Pedro Figueiredo, colaborador principal e uma das figuras mais curiosas do pensamento brasileiro no período do predomínio eclético. De 1846 a 48 publicou uma série de ensaios de crítica social, traduziu a *História da Filosofia*, de Cousin. Jouffroy Owen e Fourier exercem sobre os seus escritos marcante influência.

Há em Figueiredo um socialismo utópico dependurado do ecletismo. O pensamento, bafejado pela filosofia inglesa, confluía para uma crítica social que considerava o bem-estar

material como antecedente lógico dos progressos racionais de todas as ordens.

O pavor político do ruralismo dominante obstará que se divisassem as tonalidades ecléticas do pensamento de Figueiredo, cujas raízes se prendiam mais em Cousin e Jouffroy do que em Saint Simon. (As noções que alimentava do papel do estado na vida econômica não podiam contrabalançar-se com o antiestatismo dos socialistas utópicos.)¹⁹

Para o reacionarismo pernambucano de então, os pontos de vista de Figueiredo, conquanto escudados nos doutores da Igreja, eram tidos como anárquicos e subversivos. A reação à sua pessoa, o insulto mesmo que se emprestava ao epíteto que se lhe punha — *Cousin Fusco* — talvez se deva à denúncia que formulara contra o latifúndio pernambucano.

Mas, atento às nossas peculiaridades, ele supera, sob certo aspecto, na crítica social, as limitações do socialismo utópico. Sua ideologia, aliás, ele a define, em polêmica com Autran, “como realização progressiva do princípio cristão da liberdade, igualdade e fraternidade, efetuada sem violência e por meio de medidas apropriadas às necessidades dos diversos países”. Encontra-se na definição a repulsa ao espírito jacobino, ao radicalismo sem medida e a preocupação por soluções adequadas às nossas circunstâncias. A acomodação traz em seu contexto os princípios da revolução unidos ao ideal do Cristianismo.

¹⁹ Amaro Quintas, Antônio Pedro de Figueiredo, *apud O Progresso, idem*, págs. I/XXVI.

IX. ESBOÇO DE UMA DOUTRINA: A CONCILIAÇÃO

Mal se iniciava o sistema de tarifas aduaneiras, de rigoroso protecionismo, inaugurado por Alves Branco em 1844, a linguagem da conciliação ganharia um sentido de maior objetividade. Fora interrompido o regime de liberalismo, proveniente do Primeiro Reinado, à cuja sombra prosperara o comércio de importação nacional. Em menos de vinte anos, tolhido em sua expansão pelas limitações naturais do consumo, passara a demandar providências no sentido de criarem-se para o dinheiro novas formas de aplicação. A crise do tesouro, ao mesmo tempo, em razão de *deficit* crescente, exigia o estabelecimento de uma nova tarifa aduaneira. Em fins de 1844, passava a vigor a nova pauta, iniciando-se o páreo entre a lavoura e a indústria, “cujo passado estivera sob o signo da perseguição e da ruína, oferecendo como símbolos de seu sacrifício os teares apreendidos no vice-reinado de D. Luís de Vasconcelos, iniciativas estimuladas e presenciadas por D. João VI e desaparecidas por volta da Independência”.¹

A medida extintiva do tráfico africano aprofundaria a crise. Os capitais investidos nos negócios da costa da África ou no aparelhamento e custeio do tráfico tornaram-se de chofre disponíveis, e passaram dia a dia a ser aplicados a outros setores da economia nacional. Consagravam-se de pre-

¹ Gilberto Paim, *Economia Natural e Industrialização*.

terência a transações hipotecárias, fixando a redução das taxas de desconto. A compra e venda de ações de companhias que então se organizavam com os mais diversos objetivos criava um tipo de comércio que proporcionava lucros rápidos. O *Jornal do Comércio* inseria, em sua edição de 2 de janeiro de 1851, um quadro de cotações por onde se verificava que aquelas manobras faziam com que os papéis de algumas companhias fossem negociados acima de seu valor nominal. Tratava-se, via de regra, de empresas de transportes e de crédito, figurando entre as primeiras uma companhia de paquetes de vapor.²

Em 1852, além de novas companhias de seguro e transportes, funda-se uma para exploração de minas de combustíveis, fósseis de cobre e outras mais. O surto de negócios e indústrias, exigindo cada vez maiores capitais, justificou a idéia de uma lei, envolvendo a fundação de um banco que centralizasse a emissão.

Na fala do trono, lida às Câmaras em 3 de maio de 1853, recomendava o Imperador a criação de um banco solidamente constituído que desse “atividade às operações do comércio e indústria”. Estabelecem-se as primeiras vias férreas. As tarifas protecionistas correspondem à aspiração de círculos mercantis, e votam-se ainda medidas tendentes a amparar as indústrias nascentes. Abre-se o rio Amazonas ao comércio externo e resolvem-se questões pendentes com o rio da Prata.

Finda, com a extinção do tráfego, o período de domínio estável do senhor rural. O regime escravista tivera a base afetada pela medida e todo o processo ulterior se caracterizará pela adaptação da velha classe dos senhores rurais às novas condições. A base ruralista fora estremecida pelo incremento do comércio, que penetrara pelo interior. Formas novas de capital vão alterando a paisagem colonial. A indústria aparecia: as iniciativas de Mauá caracterizam a época. Ele teria sido o primeiro a estipular em contrato de serviços públicos a

² Castro Rebelo, *Mauá*, pág. 70.

cláusula que só figurava em contratos ingleses: “o contratante obriga-se a não empregar o braço escravo.”³

Facilitam-se as comunicações. As cidades abandonam o querosene, correm as primeiras locomotivas. A nova mentalidade mercantil e manufatureira desenvolve o espírito associativo no comércio e na indústria. No Manifesto aos Acionistas, dado à estampa no *Jornal do Comércio* de 3 de março de 1851, declarava Mauá: “É o espírito de associação que fez a grandeza e a prosperidade da Inglaterra, pois é ele quem fornece os meios de se executarem tantas obras gigantescas que, dando um valor a todos os cantos daquela nação, operam essa prodigiosa multiplicação de capitais que ali se observa. É o espírito de associação que dotou esse país em vinte anos com 1.600 léguas de caminho de ferro, que, atravessando o país em todas as direções, leva a abundância e a barateza por toda a parte. É o espírito de associação que deu aos ingleses os meios de comunicarem os seus pensamentos de um extremo a outro da ilha, com a velocidade do raio por meio de telégrafos elétricos, descoberta de tão poucos anos e que já dá emprego só na Inglaterra a mais de 70.000 contos. É o espírito de associação que faz com que os Estados Unidos, seguindo as pisadas da mãe pátria, emparelhando-a logo, maravilham o mundo com o exemplo do progresso.”⁴

Os homens da iniciativa privada, patrícios audaciosos ou estrangeiros, faziam nascer a indústria sob olhares desconfiados da classe dominante tradicional. A classe nova exigia favores do Estado que eram concedidos a contragosto. Que desejam os homens da indústria? Produzir em competição com os produtos estrangeiros importados e em seguida pleitear o bloqueio da importação através da tarifa. Cria-se uma taxa de lucro elevadíssima na indústria, submete-se a renda nacional a uma redistribuição em proveito dos industriais, propicia-se a invasão dos compartimentos das classes tradicionais pelos novos ricos.

³ Alberto de Faria, *Mauá*, pág. 87.

⁴ Mauá, *Manifesto*.

Começaria então o reinado da conciliação, impiedosamente definida por Tito Franco nas pegadas de José de Alencar. Este a denominava prostituição política e aquele a considerava o próprio aviltamento das almas e naufrágio das virtudes.

Estavam os homens cansados de insultar-se e abraçaram-se pelo móvel do interesse, que então propiciaria melhoramentos materiais promovidos na área onde não se conflitavam grupos mercantis e senhores rurais. A período parecido em Portugal dera Oliveira Martins o nome de regeneração: “lá, como aqui, foram conservadores que se assenhorearam do princípio do individualismo anárquico dos liberais e acabaram na apoteose do utilitarismo e do ceticismo sistemático, afirmado por Olinda e confirmado por Nabuco.”⁵

As necessidades de reformas havia crescido o fastígio da vitória conservadora. Consolidada, no poder afadigara-se a reação do regresso, e a política da mediania, já há muito revelada por quase todos, encontrava condições propícias para o seu pacífico estabelecimento.

O malogro da Revolução Praieira pusera em evidência o final do radicalismo, qual vinha de declínio em declínio desde o movimento pernambucano de 1817. Não comportava a situação do país novos embates, e as alas díspares de uma só classe social não tinham problemas em choque; ou, pelo menos, com o esmagamento da Praia, “ficou patente”, percebe Joaquim Nabuco, “que não era viável o processo violento para imposição dos interesses da ala progressista da burguesia”.⁶ O cansaço era proclamado pelos Itaboraís, Eusébios e muitos outros. Os espíritos reclamavam moderação e prudência.

O país carecia de estradas de ferro, navegação a vapor, estabelecimentos bancários, serviços públicos que atendessem à nova fisionomia da sociedade. Na ordem do dia figuravam as medidas utilitárias. “Nesta série de atuações, todas de

⁵ Austricliniano de Carvalho, *Brasil Colônia e Brasil Império*, tomo II. pág. 508.

⁶ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, págs. 127/130.

natureza econômica, se continha efetivamente a base do desenvolvimento material do país, resumida nestas quatro concepções: aparelhamento das forças de trabalho e produção; organização do crédito, circulação e emprego de capitais expressos em moeda; transmissão rápida e fácil de idéias e notícias, no sentido de abreviar e multiplicar as transações; estabelecimento de meios de transporte rápido entre as praças comerciais do litoral e as fontes de produção do interior, promovendo assim a circulação dos produtos, abastecimento regular do consumo interno e o incitamento ao comércio exterior, com a exportação dos excedentes desse consumo.”⁷

O que se procura alcançar pois é o concerto da escravidão com alguns melhoramentos materiais. No *Jornal do Comércio* de 11 de setembro de 1853, expunha Paraná que a atenção do governo seria ocupada pelas vias de comunicação e a navegação dos rios, pela colonização e imigração, crédito público e boa aplicação dos dinheiros públicos para promover melhoramentos que o Gabinete tinha em vista. Todavia, no texto do programa, constava a confissão de que os homens do governo tinham a opinião que se tem apelidado conservadora, opinião essa que não exclui o progresso e sim entendendo que não há boa conservação sem que não haja também progresso.⁸

Desde a inauguração do protecionismo alfandegário, a linguagem de condescendência passara a figurar no contexto dos programas de governo. O gabinete de 2 de fevereiro de 1844 usava a terminologia suasória; o seguinte, de 5 de maio de 1846, ainda liberal, conquistava o apoio saquarema, e o subsequente, Gabinete Alves Branco, seria definido assim por seu ministro dos Estrangeiros: “A nossa política é a política da conciliação, a qual nunca rejeitamos; pelo contrário, fomos nós os primeiros que a iniciamos por fatos e não por palavras;

⁷ Ramalho Ortigão, “Surto do Cooperativismo”, in “Contribuição para a Biografia de Pedro II”, 1.^a parte, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, volume especial, pág. 289.

⁸ Visconde do Paraná, *Jornal do Comércio*, 11 de setembro de 1853, apud Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*, pág. 267.

é a política da conciliação, mas não dessa conciliação dos princípios, da conciliação que se firma por atos legislativos e administrativos.”⁹ Em 1848, o Gabinete Macaé proclamava a política da justiça e tolerância, e no mesmo ano Paula Sousa a tentaria.

A preocupação pelo apaziguamento dos espíritos vinha de longe. Ainda em plena fase reatora, Paranhos, redator do *Novo Tempo*, manifestava-se a favor de que se derramasse “o bálsamo da conciliação”; “por vossos atos inspirai ao país a maior confiança possível no seu futuro: franqueza e justiça para todas as opiniões, a par de fortaleza para com o delírio das facções: alargai a esfera dos cidadãos que podem tomar parte nos negócios do Estado; proscrevei o exclusivismo que manda dar somente importância a um limitado número de pessoas; usai de clemência para com os vencidos; economizai o suor da nação, estendei afoitamente a espada da justiça até aos lugares onde empregados dilapidadores estragam a riqueza pública; fazei com que as Câmaras sejam realmente a expressão do país inteiro, e não comissões de certas potestades. Assim, conservareis à Coroa todo o seu brilho e majestade, a Constituição deixará de ser uma quimera, a vertigem dos revolucionários desaparecerá, como as névoas da madrugada ao primeiro clarão do Oriente...”¹⁰

O futuro ministro do Gabinete Paraná procurara, nesse artigo, reunir os elementos que compunham o sentido conciliatório da política aspirada.

De todos os cantos, desde a consolidação do poder conservador, interpunham-se os brados que reivindicavam a política de paz entre os espíritos. Em 12 de novembro de 1849, na província do Maranhão, João Francisco Lisboa, em discurso na Assembléia Legislativa Provincial, fazia uma profissão de fé eclética: “Quanto a mim pessoalmente, senhores, bem que

⁹ José de Alencar, *apud* Barão do Rio Branco, *O Visconde do Rio Branco*, págs. 51/52.

¹⁰ Visconde do Rio Branco, “Novo Tempo”, 1844, *apud* *O Visconde do Rio Branco*, Visconde de Taunay, pág. 49.

no caso de escolha forçosa houvesse de optar pelo Partido Liberal, preferira um ecletismo ilustrado e prudente que conciliasse o que há de melhor nas duas opostas escolas.”¹¹ Torres Homem, o panfletário do *Libelo do Povo*, tornar-se-ia também solícito adepto de tal política: “Entre a decadência dos partidos velhos que acabaram o seu tempo e os partidos novos a quem o porvir pertence, virá assim interpor-se uma época sem fisionomia, sem emoções, sem crenças, mas que terá a vantagem de romper a continuidade da cadeia de tradições funestas e de favorecer pela sua calma e pelo seu silêncio, o trabalho interior de reorganização administrativa e industrial do país.”¹²

Do contraforte do Regresso sairia a política disposta a reformas que fossem timoratas. Se havia necessidade de melhoramentos, de pactos e concessões às novas circunstâncias, melhor seria que a dirigisse o espírito conservador. Quais poderiam ser os inconvenientes da paz que pregavam conservadores e liberais? Não se podia fugir à tendência transatora. Seu significado, até então disfarçado em empirismo político, procurava tentar um sentido de doutrina.

A concretização dos ideais realizar-se-ia no Gabinete de setembro de 1853, quando se lhe incorpora aquele sentido pragmático que Olinda dera à conciliação.

Organiza-o Paraná e a sua escolha para efetivar a política consagradora explica-se muito pelas qualidades próprias de sua personalidade. Fora sempre um homem de prudência e de bom senso, revelando a virtude que Nabuco reputou a mais varonil de todas: “a força de separar-se de seus amigos no momento em que eles iam realizar um grande plano que ele autorizara, mas que depois se lhe afigurava prejudicial, como o capitão que repentinamente muda de rumo no meio de uma manobra difícil por ter descoberto o perigo em frente.”¹³

¹¹ João Francisco Lisboa, *Obras*, 2.º volume, pág. 560.

¹² Torres Homem, *O Libelo do Povo*, apud Raimundo Magalhães Júnior, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, pág. 47.

¹³ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, pág. 121.

Realmente, a sua posição no movimento de 1832 definira-lhe o rumo, o que talvez mais tarde facilitasse o seu papel no movimento de conciliação. Era um político realista, que se dirigia por um senso prático. Flexível, talvez por não ser um saquarema, na expressão rígida da palavra, distante, por conseguinte, daqueles compromissos pessoais e de família que tinham Paulino de Sousa e Rodrigues Torres.¹⁴ Não obstante sua tolerância com os *luzias*, era um autêntico homem do Regresso, senhor na verdade, de uma transigência cômoda e segura.

Por garantia havia o seu passado político. De seu preparo para a tarefa pareceu ter consciência quando, em maio de 1855, declarou: “A moderação que me impunha para com meus adversários não era uma novidade na minha carreira política; quando encetei esta carreira foi ligando-me a um partido que se impôs esta condição, e desvaneço-me de que quando esse partido, arrebatado pela torrente de sucessos que pareciam chamar uma maior energia, julgou dever separar-se desse princípio para ter meios mais adequados de repressão, eu lhe disse: Alto, continuo a ser moderado.”¹⁵

Ademais, a prudência mineira abeirara no seu gabinete liberais conservadores e conservadores progressistas. Era a mediania. Um Monte Alegre, velho radical e revolucionário, já acomodado e só capaz de vôos curtos, par a par com Vanderlei e Nabuco, moços egressos do liberalismo, porém contínuos. Pedreira tinha a reputação de um renovador, do homem que contratara a primeira estrada de ferro do Império. Era, como disse Nabuco em seu perfil, “espírito conservador, mas amigo dos últimos aperfeiçoamentos em tudo”.¹⁶ Outro do mesmo naipe, Paranhos. Como Pedreira, também passara pelo governo presidencial da Província do Rio de Janeiro, cargo que parecia ser a prova a que os saquaremas submetiam os futuros estadistas.

¹⁴ Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, pág. 127.

¹⁵ Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, pág. 121.

¹⁶ Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, pág. 123.

A tendência que se consolidara impregnara também o espírito do imperador.¹⁷ Posteriormente, quando o Marquês de Olinda substituiu Paraná na Presidência do Conselho, declarou que o Gabinete devia corresponder à necessidade pública de uma política proclamada do alto do trono.¹⁸ Attingira-se a estabilidade em que se confundiam liberal e conservador, o que tornava procedente a frase de Holanda Cavalcanti, segundo a qual não havia nada mais parecido com um *saquarema* do que um *luzia* no poder.

Reinaria então “uma atmosfera morna e deliciosa, como um banho termal de temperatura constante, a desafiar o gozo, após trinta anos de luta, no engodo da conciliação, único programa do ministério”.¹⁹ Ninguém definiria melhor que Justiniano da Rocha o período inaugurado: “E que movimento social era esse que todos os políticos pressentiam, a que obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o resultado da convicção íntima do país de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado? E essa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, e que são então os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra de transação?”²⁰

Em fins de 1858, quando se organizava o Gabinete Abaeté, a palavra *conciliação* ganhara tão diversos significados que Torres Homem chegou a declarar não haver duas pessoas que estivessem de acordo no sentido que se lhe devia

¹⁷ Em artigo publicado na *Revista Acadêmica*, da Faculdade de Direito do Recife, em 1925, ano XXXIII, Clóvis Beviláqua sustentou que “não foram os políticos militares que realizaram esse desejo, mas receberam ordem do alto, como pensamento augusto”, pág. 40. Nota de Pedro II (n.º 38) à biografia do Conselheiro Francisco José Furtado, de Tito Franco de Almeida, pág. 81.

¹⁸ Marquês de Olinda, Sessão da Câmara de 4 de maio de 1857, *apud* Max Fleiuss, *ob. cit.*, pág. 272.

¹⁹ Austricliniano de Carvalho, *ob. cit.*, tomo II, pág. 507.

²⁰ J. J. da Rocha, “Ação, Reação, Transação”, *apud* R. Magalhães Júnior, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, pág. 216.

dar. Nabuco chamava a atenção para o que considerava o seu autêntico significado: “não é uma palavra sem significação política, que cada um possa substituir por outra que lhe pareça melhor; é uma situação política existente e reconhecida no Parlamento e no país, uma situação que produziu a reforma eleitoral, que dominou uma eleição da qual procede a atual Legislatura.”²¹ A definição dava-a ele mesmo interrogando: “Entre a conservação absoluta que vai até à inércia e o progresso precipitado, não pode haver uma conservação que, obedecendo ao espírito do tempo e da civilização, admita o progresso justificado pela experiência?”

Em 1860 a gente vinda de 1837, e que apenas suportara a política de Paraná, conseguira esvaziar o sentido de concórdia predominante nos anos anteriores. O grupo moderado via na reação dos conservadores empedernidos um resultado contrário: a vitória dos liberais extremados. A preocupação reponta em carta de Nabuco a Dantas, citada por seu filho: “As coisas por aqui vão indo, a oligarquia cada vez mais poderosa, tendo, como tem, o Ministério à sua disposição; tudo se predispõe para uma reação terrível, para uma situação da qual o homem será o Otôni.” Otôni para os homens conservadores representava o próprio Belzebu.

As eleições destruíram a oligarquia, levando de roldão o governo de Ângelo Ferraz; mas como sempre a vitória liberal arrefecia os vencedores e ao longe se lobrigava a fórmula escandida. Outra vez procura Nabuco dirigir o grupo previdente e seu discurso *si et in quantum* soaria aos adversários do Governo como um convite à organização de uma nova corrente de compromisso.²² Mas é no discurso *uti-posidetis* que se fixam as linhas gerais da futura Liga, a base para um acordo entre os grupos moderados dos dois partidos tradicionais.

Uma das idéias cardeais, porém, da Liga é, segundo Nabuco, a liberdade econômica. “Senhores”, proclamava, “é

²¹ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, pág. 325.

²² Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, pág. 350.

uma necessidade conceder aos indivíduos a iniciativa de suas empresas, a exclusiva responsabilidade do sucesso das suas empresas.”

Profliga a ausência de idéias nos partidos, que se diluíam em lutas escabrosas e estéreis. Neste pressuposto, conclamava-os em 1862 a legitimarem-se pelas idéias, a fim de que se vivificassem e pudessem acompanhar a vida da sociedade, sempre em movimento.²³ Segundo o programa, elaborado sob a sua inspiração, o novo partido deveria denominar-se Progressista, defendendo sobretudo a liberdade econômica. Um partido vinculado por idéias era o que ele pregava, um partido franco para todos, qualquer que fosse o seu passado. Depois, vinha o princípio monárquico, eloqüentemente consagrado, ressaltando-se porém a responsabilidade dos ministros de Estado pelos atos do Poder Moderador. A condição única para a formação do partido seria a conformidade das idéias, havendo, assim, um partido sem compromissos com o passado, isto é, sem o excesso dos revolucionários e sem os exageros dos reacionários petrificados. O divisor comum de todos os adeptos estaria no plano político.

A Liga objetivar-se-ia. Pouco importa a ausência dos elementos saquaremas, que se tornaram insensíveis e superados. Aglutinava-se a nova corrente de modo singular, pois o grosso da legião seria formado pelos liberais, cabendo a direção aos conservadores moderados. Explicando a aliança, dizia com ênfase Saraiva: “Temos morto o espírito revolucionário; tornamos impossíveis as revoluções.”

Conjugam-se moderados conservadores, desejando reformas parciais, e velhos liberais, abjurando revoluções. De 1862 ao fim da Monarquia, quase por trinta anos, pairaria o espírito da Liga por sobre as instituições. Caberia ao jornalista conservador Rodrigues Silva a acometida aos liberais que transigiam, como que tomando o lugar dos vermelhos conservadores na aliança com os próprios conservadores moderados: “Um partido que, depois de 14 anos de oposição,

²³ Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, pág. 357.

não absorve em si parte de seus antagonistas convencidos de suas doutrinas, mas é governado, dirigido, absorvido por aqueles que se destacam do grosso de seus adversários; que, depois de tão prolongada luta, acaba por abdicar sua personalidade... ou antes, não sois um partido, não sois nada. Sois os liberais de nossa terra.”²⁴

Em 1864, vitoriosa a Liga, Nabuco proferiu um discurso que definia a nova situação trazida pelas eleições do ano anterior. Remonta ao tempo de Paraná, utilizando significativamente a própria expressão do pensamento cousiniano: “A Conciliação não foi senão a manifestação desse estado de coisas, não foi senão uma transação depois da ação da liberdade e da reação da autoridade; não foi senão a vocação de todas as inteligências e de todas as atividades a bem de uma causa comum: esta causa comum era o país cansado das lutas estéreis, estragadoras; não foi senão o ecletismo que substituíu o exclusivismo das antigas eras.”

Caberia a Justiniano José da Rocha a elaboração de uma teoria do movimento batizado por conciliação. Não a prepararia sem a consciência de estar teorizando, haja vista a seriedade que pôs no exórdio ao seu trabalho.²⁵

A apologética da época e de sua política fundava-se no princípio que o ideólogo tornava axiomático e que dizia inspirar-se no estudo da História. Na luta da autoridade com a liberdade, sucediam-se, segundo ele, períodos de ação, de reação e, por fim, de transação. Neste último, o progresso do espírito humano realiza-se, e se firma a conquista da civilização.

A aplicação da tese às nossas condições levaria o jornalista a dividir a História do Brasil em períodos diferentes: os primeiros, a ação, em sua luta e em seu triunfo, abrangendo o período que vai da Independência até 1836; os dois outros,

²⁴ Rodrigues Silva, *apud* Nelson Lage Mascarenhas, *Um Jornalista do Império*.

²⁵ Justiniano José da Rocha, “Ação, Reação, Transação: Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil”, 1855.

correspondentes à fase da reação que alcança com o seu triunfo monárquico os primeiros anos da década de 50; e finalmente, o último, chamado o da transação, que se inicia com Paraná na época em que escreve o seu panfleto.

Havia, então, chegado o momento em que a reação não mais podia progredir, em que a ação revolucionária esmorecera, cumprindo que a sabedoria dos governantes descobrisse os meios de trazer “a um justo equilíbrio os princípios e elementos que haviam lutado”. A fase da transação era para a que exigia mais prudência, “mais tino, mais devoção nos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios; pois se a não sabem ou não querem reconhecer, se não querem ou não sabem facilitar, se ainda mais a contrariam, provocam calamidade a que depois não há sabedoria que possa acudir”.²⁶

O justo equilíbrio seria a conciliação dos contrários, do radicalismo, atuante e dinâmico, com a reação que procurava deter-lhe a marcha, firmando o princípio da autoridade.

Se é necessário conter a avalanche da revolução, também é imprescindível sustar o processo reator. Nisto consiste a política do meio-termo, do equilíbrio, cuja fase Justiniano José da Rocha fixava após a formação do Gabinete de Paraná.

Cumpria que o poder se desarmasse de modo espontâneo, esquecendo as lutas passadas, renunciando ao arbítrio e adotando as idéias que o liberalismo adverso expunha em sua plataforma de inovação, depois de selecioná-las segundo o critério das verdadeiras necessidades públicas. As reformas deviam ser conduzidas sem os prejuízos quanto às suas origens, pois, ao contrário, permaneceriam exclusivamente nos programas radicais e demagógicos, e teriam que ir os conservadores defender a ordem e a autoridade contra as exagerações de um novo surto democrático e jacobino.

²⁶ Justiniano José da Rocha, *ob. cit.*, apud Magalhães Júnior, *ob. cit.*, págs. 163/164.

X. A DOUTRINA DA ABOLIÇÃO GRADUAL

Por duas vezes se ateve o espírito nacional à face do problema da escravatura: a primeira, no meio do século, quando da abolição do tráfico; depois, a partir de 1868, posta na ordem do dia a extinção do nefando instituto.

De 1826 até o segundo quartel do século, os interesses econômicos dos senhores rurais haviam tornado letra morta o convênio celebrado com a Inglaterra.¹

De então em diante, isto é, a partir de 1845, recrudesceria a campanha de apresamento das embarcações. Concorre ainda para a supressão do tráfico uma contradição no âmbito do modo de produção: a carga conseguida tornava-se cada vez mais cara para os agricultores, “que principiaram a encontrar sua ruína onde tinham procurado a sua prosperidade”. Trata-se da questão dos “falsos custos” que lançava os interesses de certos grupos de senhores rurais a favor das medidas impiedantes do tráfico.²

¹ Coleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Atos Públicos celebrados entre a Coroa e Portugal e as mais potências, compilados e anotados pelo Visconde de Borges de Castro, Lisboa, 1856/1858; Suplemento da mesma Coleção, organizado por Júlio Firmino Júdice Biker, Lisboa, 1872.

² Gilberto Paim, *Estudos*, obra inédita, pág. 15. Letourneau, *L'évolution de l'esclavage*, pág. 205. Lídia Besouchet, *Visconde do Rio Branco*, pág. 100. Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, pág. 100.

A *intelligentsia* nacional cederia, por fim, diante da pressão violenta do mercado externo, mal tendo tempo para agarrar-se a uma fórmula engenhada por Lopes Gama, no Conselho de Estado. Considerava-se o Brasil não apenas de baixo de uma pressão, porém de duas: a dos traficantes e a do governo britânico. Só com a cessação da primeira poder-se-ia conseguir a cessação da seguinte.

Estribado em tal artifício jurídico, partiu Paulino de Sousa para o seu discurso de justificação. E após a lei extintiva, diante dos ataques, volvia ele ao argumento de uma formal neutralidade do Estado perante as duas pressões, e afirmava ser preferível pensar que o governo brasileiro se curvara diante da violência inglesa do que aparecer como se estivesse numa “asquerosa convivência com os traficantes”.³

Com a crise da instituição, as forças sociais passaram a reivindicar o seu término com vistas à ampliação do mercado interno.

Em 1868, a reação escravocrata pareceu enfuriar-se. Dissolvida uma Câmara com forças ponderáveis a favor da liberdade dos escravos, elegeu-se outra com composição reacionária e adversa. Mas a queda dos liberais iria radicalizá-los para o Manifesto do ano seguinte. Recusava-se então Itaboraí a incluir na fala do trono qualquer referência ao problema do cativo, repelindo sugestões do próprio imperador. Invojava para excluí-lo do programa ministerial motivos de ordem jurídica de direito anterior à Constituição e de ordem econômica, isto é, necessidade de sustentar com todas as forças a agricultura. Interpelado sobre o problema, o chefe do Gabinete sugeria cautela.

No entanto, a escravatura entrara em crise. Prosseguiam os manifestos pela reforma. Teixeira Júnior obtinha uma comissão especial para dar à Câmara seu parecer, com urgência, sobre as medidas que julgasse conveniente adotar acerca da questão, de modo que, “respeitada a propriedade atual,

³ Paulino José Soares de Sousa, *Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 1851, pág. XIV e *Anexo B*, e *Três Discursos*, págs. 53 a 62.

e sem abalo da nossa primeira indústria, a agricultura, sejam atendidos os altos interesses que se ligam a este assunto”.⁴

Contrapropunha o Gabinete, habilmente, um projeto de alforria de escravos pertencentes à nação, determinando estatística e matrícula de todos os outros. Mas a manobra, longe de aliviar o premir das forças abolicionistas, facilitaria o golpe definitivo para a sua derrubada.

A pressão tornava-se rija. Nesta contingência, resolveram os senhores rurais anuir a certas reformas. Toda a vida agitada do Gabinete Rio Branco prende-se ao problema da tempestiva liberdade do ventre escravo. A proposta governamental conservadora dividia ambos os partidos, saindo por fim vitoriosa. A lei, entretanto, não tinha finalidade emancipadora, pois o regime de tutela consagrado facultava aos senhores a utilização dos filhos de escravos para os seus serviços. Consistia numa manobra de desafogo para mitigar a pressão. E durante uma década certos setores urbanos aceitaram a lei, admitindo que estivesse fechada a única fonte do odioso instituto. A reação conservadora, mediante uma concessão habilmente realizada, conseguira a calma para reunir as suas forças e resistir. Retirara das cogitações diárias o problema do elemento servil.

Côncio, então, da importância do assunto, o espírito nacional recapitula a problemática suscitada pelas discussões desde os anos que se seguiram à Independência. Abandonava a política de ignorar a chaga através da atitude transcendental e teológica consubstanciada na prática pela política ortodoxa de Cairu, a qual se resumia no aforismo de que “contra o mal da escravaria no Brasil não cabe no engenho humano achar remédio”.

O país permanecia turbido ante a situação conservadora, irrompida entre clamores. A inquietação do espírito liberal reponta nos escritos de seus mais destacados jornalistas e oradores. Otaviano, Manuel de Macedo, Nabuco de Araújo,

⁴ Requerimento fundamentado em sessão de 23 de maio de 1870 pelo Deputado J. J. Teixeira Júnior, e aprovado na mesma sessão.

Saraiva e José Bonifácio, o Moço, levantam as catilinárias, atingindo as instituições imperiais. Enfim ressoava fortemente a publicação do famigerado manifesto, assinado por progressistas e históricos, unidos a conclamar: Reforma ou Revolução. Seriam essas sobretudo as dos meios estudantis do Recife e São Paulo, que constituiriam as luzes primeiras do crepúsculo que forçariam a coruja conservadora a alçar o seu vôo doutrinário.

Tarde para salvar a escravidão, a tentativa de eliminá-la dilatoriamente seria iniciada através de uma política de reformas. A confissão de que urgia atuar em virtude do movimento que se expandia vem gritante no relatório da comissão especial nomeada para estudo do problema, por iniciativa do Deputado Teixeira Júnior. Diziam os signatários do requerimento que em razão da incerteza produzida pela propaganda de idéias exageradas é que “a augusta Câmara julgou urgente iniciar uma direção providente no tocante ao assunto”.⁵

Outra vez, diante de um radicalismo à *outrance*, os conservadores passariam a agir, recrutando os tresmalhados para as reformas parciais.

Os conservadores iniciaram o balanço do problema a partir de um reconhecimento expresso de que não havia qualquer justificativa para a instituição. Era feita referência explícita à injustiça de sua sobrevivência, bem como à condenação que dela faziam os princípios religiosos. Mesmo os conservadores, que se colocavam à direita do problema, esbatiam a repugnância que emoldurava o instituto.

Dizia, em voto em separado, Rodrigo da Silva que “nenhum brasileiro desejará que se perpetue neste solo uma instituição condenada pelos princípios eternos da justiça. Não existem entre nós emperrados escravocratas”.⁶

⁵ Requerimento da comissão especial adiado em sessão de 30 de junho.

⁶ Rodrigo da Silva, “Voto em Separado”, pág. 76, *apud* “Elemento Servil, Parecer e Projeto-de-Lei apresentados à Câmara dos Senhores Deputados” na sessão de 16 de agosto de 1870.

A questão não era, pois, para aquela elite, nem ética nem religiosa, porém prática. Não lhe interessaria uma solução proveniente de um desejo humanitário. Apesar do Evangelho, refutavam, a Europa conservara até há pouco a escravidão; nos séculos XV e XVI concediam os governos europeus prêmios à importação de escravos, e no século seguinte fazia-se, na capital francesa, o comércio ostensivo de escravos.

Cumpria examinar o problema com espírito objetivo e realista. Em primeiro lugar, havia os aspectos diversos existentes no país, circunstância que devia servir de base para facilitar a implantação de uma política específica no tocante ao elemento servil. Aqui, a idéia humanitária da emancipação nunca encontrara adversários endurecidos, nunca teve que enfrentar a oposição de um partido. "In Brazil slavery has never found a party nor apologists, either in the press or the tribune" — consignava um relatório de uma conferência internacional contra a escravidão e cuja lembrança se fazia na Câmara dos Deputados.⁷

No exterior, a circunstância era observada; no Brasil, a *intelligentsia* a tomava em consideração — e disso se ufanava — a manumissão voluntária jamais sofrera os embaraços que sofrera em outros países. No próprio corpo de leis estavam consagrados os hábitos sociais que favoreciam a concessão da liberdade. Nunca tivemos proibitivas disposições de manumissão, como as tiveram os Estados Unidos, vedando-a ou impondo taxas sobre ela.

Cumpria, antes de tudo, examinar o problema do ponto de vista de nossas condições especiais. Tratava-se de um fato complexo: uma questão social, política e econômica e agrícola, interessando a toda ordem de relações quer jurídicas quer sociais. Estava a escravidão essencialmente ligada à lavoura e em seus fundamentos repousavam os direitos consagrados expressamente na Carta Magna e nas leis privadas. Os interesses da agricultura eram para aquela sociedade de

⁷ *Special Report of the Anti-slavery conference*, Paris, 1867. p. 118.

senhores rurais os interesses de toda a sociedade, pois “ela não pode ter outros mais importantes, porque toda a sua vitalidade aí está. Não os perturbemos. Ao menor abalo pode desabar-se em ruínas um belo edifício”, advertia um dos representantes da lavoura paulista.⁸

A emancipação, por isso, importaria na profunda transformação da vida social, pois interesses reais derivavam de sua existência.

“O escravo não era somente um capital, era também um instrumento de trabalho”,⁹ circunstância que sob o prisma econômico realçava a gravidade de quaisquer medidas que visassem a golpear a instituição servil.

Na verdade, prosseguiam, ninguém desejava a prolongação indefinida da instituição. Mas, apesar disso, o problema não podia ser resolvido precipitadamente, sem que adviessem funestas conseqüências para a sociedade. As providências tinham que ser cautelosas, devendo-se “usar os remédios lentos e não violentos, que matam o doente em vez de curá-lo”.¹⁰ “Não queiramos aluir de chofre os fundamentos em que se acha assentada a associação brasileira”, pregava Itaboraí. Que se estudasse primeiro o terreno. “Se não encontrarmos abismos, apressaremos os passos; se descobrirmos grandes perigos, ficaremos onde estamos até que possamos evitá-lo. Se este alvitre não é o mais sedutor, pelo menos é o mais prudente.”¹¹

O liberalismo moderado, durante todo o período que media entre a independência e os fins da década de 60, não incluía em suas cogitações de reforma, nem na plataforma de sua oposição, a liberdade da escravaria.

Quanto aos radicais, não se preocupassem os homens de bom senso, acentuava o conservantismo, pois as idéias exa-

⁸ Rodrigo da Silva, “Voto em Separado”, *ob. cit.*, pág. 106.

⁹ Rodrigo da Silva, *ob. cit.*, pág. 78.

¹⁰ Barão de Cotegipe, Discurso no Senado na sessão de 22 de junho de 1867.

¹¹ Rodrigo da Silva, *ob. cit.*, pág. 107, Visconde de S. Vicente, *Trabalho sobre a Extinção da Escravidão no Brasil*, pág. 5.

geradas causariam maior dano ao país que a decretação de qualquer medida prudentemente resolvida. E advertia que questões de tal magnitude “não podiam ser resolvidas pelas idéias que a imaginação poética de alguns filantropos têm procurado espalhar”.¹²

No domínio das idéias abstratas, fácilimo seria resolver o problema, anunciava um dos espíritos lúcidos das hostes conservadoras, concluindo: “com um simples rasgo de pena, ficariam satisfeitas as exageradas aspirações dos filantropos do século.”¹³

Todavia, cumpria ser realista, respeitar, primeiramente, os direitos adquiridos e o direito de propriedade e “nisto podem residir as dificuldades. Em seguida, substituir as forças produtivas representadas pelo braço cativo pelo trabalho livre aqui inexistentes; mudar a condição do escravo para colono sem prejuízo dos direitos de propriedade e sem abalo da agricultura”.¹⁴ Nisto consistia o problema, de modo que não ocorressem no Brasil os perigos que sucederam nos Estados Unidos. Em tese, a idéia de acabar com a chaga, sem ofensa ao direito de propriedade e sem abalo à nossa agricultura, não sofre a menor contestação.

Urgia, para tanto, aproveitar e adaptar as experiências de outros povos, estudar as escolas francesas e inglesas, examinar as provações alheias, percorrer o caminho trilhado por outras gentes. Verificar como os franceses procuraram preparar a passagem para a emancipação nas colônias, como os russos adotaram medidas preparatórias para o *ukase* que aboliu a servidão, bem como perquirir o trabalho constante e progressivo no mesmo sentido desenvolvido pelos espanhóis. Além dessa imensa fonte de informações, devia ser

¹² Parecer e projeto de lei sobre o elemento servil, apresentados pela comissão especial nomeada pela Câmara dos Deputados em 24 de maio de 1870, pág. 33. *Elemento Servil*, 1870.

¹³ Rodrigo da Silva, “Voto em Separado”, *ob. cit.*, págs. 73/74.

¹⁴ Parecer e projeto de lei sobre o elemento servil, apresentados pela comissão especial nomeada pela Câmara dos Deputados em 24 de maio de 1870, pág. 10.

pesada a experiência nacional, compendiada nos trabalhos de Perdígão Malheiro e Antônio Pereira Pinto.

Eleger-se-ia uma política eclética, de combinação de medidas diversas adotadas por outras nações ou referidas pelos doutrinadores e estudiosos da matéria. Combinavam-se os dois sistemas dominantes, o da emancipação simultânea, adotada pelos ingleses, com o da emancipação progressiva, iniciada pelo governo francês em 1835. Tratava-se de escolher as medidas preparatórias aplicáveis “igualmente em ambos os sistemas, sem condenar absolutamente nenhum deles”.¹⁵

A consagração da política eclética está no trecho final relativo ao modo de ação constante do Relatório da Comissão da Câmara apresentado em 1870: “Consultando a necessidade de atender, não só ao futuro como ao presente, a Comissão procurou indicar as medidas que, extinguindo gradualmente a escravidão para a futura geração, facilitassem também à geração atual os meios mais apropriados às nossas circunstâncias, para que sem abalo possamos regular de um modo lento mas eficaz a extinção do elemento servil do Império.”¹⁶

A comissão adotava um complexo de medidas parciais, diretas e indiretas e “para a geração futura uma medida geral, mas gradualmente operada”.

Justificando a política, diziam os legisladores adeptos das medidas paliativas: “Este princípio se identifica com o adotado pelas outras nações quanto à libertação dos nascidos depois da promulgação da lei, mas aparta-se do sistema progressivo quanto ao modo de indenização, interessando mais eficazmente os patronos na conservação da vida dos libertos. É justamente nesta diferença que a comissão encontra a possibilidade de executar-se esse magnânimo pensamento sem ônus insuperável para o Estado, sem prejuízo dos proprietários e sem abalo da nossa principal indústria.”¹⁷

¹⁵ *Idem*, pág. 19.

¹⁶ *Idem*, pág. 19.

¹⁷ Artigo 7.º do Projeto, *ob. cit.*, pág. 20.

Preparado assim o terreno, pode o espírito nacional aguardar com serenidade o advento da crise final da escravatura. Nos princípios de 1880, o movimento abolicionista ganhava alento.

A escravatura realiza-se em toda a sua plenitude; o terror se proclamava como indispensável à existência do instituto. Certo fazendeiro paulista diria ao Congresso Agrícola do Sul que não era com sistema ordinário de penalidade, com princípios filantrópicos que se podia sustentá-la.

O abolicionismo renasce entre intelectuais, estudantes, jornalistas e advogados. O povo dele começa a participar com interesse crescente. A consciência social era despertada pela necessidade de reforma.

Dantas, em 1884, treze anos após a elaboração da doutrina da abolição gradual, resolveu levá-la “da rua para o seio do parlamento”. Seu programa sintetizado no lema — “não parar, não retroceder, não precipitar” — constituía o prosseguimento da política inaugurada quando da Lei do Ventre Livre e um convite aos grupos menos ortodoxos dos escravocratas.

Nele salientava o político baiano: “É, pois, essencial, especial propósito do governo caminhar nesta questão, não somente como satisfação a sentimentos generosos e aspirações humanitárias, mas ainda como homenagem aos direitos respeitáveis da propriedade, que ela envolve, e aos maiores interesses do país, dependentes da fortuna agrícola, que, entre nós, infelizmente se acha até agora ligada pelas relações mais íntimas com essa instituição anômala.”

A linguagem cautelosa, exprimindo uma atitude reformista, calcava-se nas considerações expendidas pelos conservadores quando dos prolegômenos da Lei do Ventre Livre. No fundo, acentua Evaristo de Moraes, “oportuna transação entre os dois princípios: o escravocrático e o abolicionista. Porque, se, de uma parte, concedia liberdade sem indenização aos sexagenários, e, assim, negava, em tese, a proprie-

dade escrava, por outro lado, consignava ainda o direito à indenização pecuniária para alforria dos demais escravos”.¹⁸

As concessões ofertadas pelo gabinete Dantas, porém, foram recebidas pelos escravocratas como o “início de um cataclismo”.¹⁹ Embalde o Presidente do Conselho declarava: “Não sou abolicionista...”²⁰ O Centro da Lavoura e do Comércio, apoiado pela Associação Comercial, apelou para os fazendeiros, tachando o projeto de “movimento anárquico ajudado pela loucura do governo e facilitado pelos caprichos do imperador”.

No entanto, o Gabinete limitara-se a pequenas concessões, como observaria Rui Barbosa, apresentando um projeto consignando a localização provincial da propriedade escrava; o aumento de fundo de emancipação por meio de uma contribuição de que participassem todos os contribuintes, ampliando o sistema vigente de participação apenas dos senhores proprietários: libertação incondicional dos escravos sexagenários. A apresentação do projeto provocou a primeira crise séria do Gabinete Dantas. Verificava-se que as forças abolicionistas não poderiam travar o combate na incerteza da vitória. Crise após crise se desencadeiam no Parlamento. A oposição colocava a questão de confiança na votação da Lei de Meios. Dantas lutava e seu último apelo ao Parlamento era uma exploração do conteúdo de sua Lei. Apresentava o seu projeto como uma transação com os abolicionistas, que poderia obviar males maiores.

“A escravidão é uma causa perdida, ferida de morte desde 1871, e o governo apenas trata de dar-lhe morte lenta.” Os escravocratas não aceitaram a proposta conciliatória, e o Gabinete caía.

Tobias Monteiro afirma que o abolicionismo recebeu a derrota do Ministério Dantas como um desafio da reação conservadora. A derrota fez ver aos abolicionistas que a transação do projeto Dantas nada significava, diante da gravidade

¹⁸ Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista*, pág. 67.

¹⁹ Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*, pág. 68.

²⁰ Discurso no Senado, em 1.º de julho.

do problema, ou, como diz Evaristo de Moraes, o que agradava em 1884 já não era suficiente em 1885.

Quando Saraiva se expunha com um “arremedo do projeto Dantas”, os abolicionistas afogueados agora é que arrostariam a transação. Apresentado o projeto, os conservadores escravocratas, arrependidos de não terem apoiado o projeto Dantas, resolveram prestigiá-lo. Saraiva tentava deter a avalanche. Parecia-se ouvir o conselho do *Jornal do Comércio*, em magnífica lição de política reformista: “A torrente já se despenhou do monte; moderar-lhe o curso é de prudência política; antepor-lhe um dique é obrigá-la a represar-se momentaneamente até que, engrossada, ela rompa o estorvo e no ímpeto da queda tudo arraste consigo, espalhando ruínas em torno.”²¹

A transação custava a processar-se na questão. Em agosto de 1885 caía o Gabinete Saraiva.

O projeto Pádua Fleuri passava assim às mãos dos conservadores. Cotegipe, organizando novo gabinete, declarava ao Parlamento que se empenharia no sentido de que o mesmo fosse aprovado. Agora, eram os conservadores escravocratas que queriam a conciliação à força. Aos gritos dos liberais pedindo dissolução, Cotegipe os fitava e dizia escarnecendo: “Para que dissolvê-lo se eu quero viver com os senhores?” O projeto Saraiva foi transformado em lei; concessão repudiada pelos abolicionistas, todavia admitida pelos conservadores.

Mas em vão procurava Cotegipe deter a “pedra que rolava da montanha”, varrendo comícios a espada e atalhando os movimentos de agitação. A onda atingira os militares e o povo. Os escravos fugiam. Desertavam as senzalas, desconhecendo a autoridade dos senhores. Mais de dez mil desceram a encosta do Cubatão para Santos. Boatos enchiam de terror os senhores fazendeiros: planejava a escravaria um extermínio em massa em toda a classe senhorial. Em 1887 promovia-se em São Paulo uma reunião de fazendeiros “na

²¹ Evaristo de Moraes, *ob. cit.*, pág. 79.

qual foi adotado o prazo de três anos para alforria geral dos escravos”. Diante da recusa das Forças Armadas em prender negros fugidos, intensificou-se o êxodo.

Nesta extremidade, João Alfredo organizou o seu ministério. Não era partidário da emancipação sem cláusulas. Mas era político finório, homem dobradiço, que melhor podia refletir o estado de incerteza do poder público, o que justifica, até certo ponto, as palavras proféticas de Rui Barbosa a seu respeito, um lustro antes: “na questão do elemento servil, o Sr. João Alfredo não se sabe o que quer, mas da noite para o dia, é capaz de querer tudo.”

A tendência moderadora tentou ainda deter o movimento. O projeto de Antônio Prado, encomendado pelo próprio João Alfredo, decretava a abolição obrigando, porém, os libertos a permanecerem dois anos com trabalho mediante módica retribuição. Mas os acontecimentos se precipitavam. Lourenço de Albuquerque exprime o ponto de vista que veio prevalecer. “Voto pela abolição”, diria, “porque perdi toda a esperança em qualquer solução contrária; seriam baldados os esforços que empregasse; sendo, assim, homenagem ao inevitável, à fatalidade dos acontecimentos.”²²

²² Evaristo de Moraes, *ob. cit.*, pág. 343.

XI. O ROMANTISMO

A incorporação do romantismo ao contexto nacional haveria de processar-se em termos de uma conciliação.

Pouco importam as variações existentes entre as fases pré-romântica e arcaica. Se ambas examinadas do ponto de vista da temática, notam-se os traços comuns. Em sua segunda fase, tão próxima ao pré-romantismo, contém a escola arcádica os elementos que se incorporariam ao movimento romântico.

As relações mistas de produção vindas do passado já traziam consigo a mecânica de um desejo invencível: a exaltação da paisagem brasileira, da grandeza da terra e de suas possibilidades. A essa temática corresponde um sentimento que evolui no sentido do nacionalismo. Capistrano de Abreu reparou nas três fases correspondentes à formação colonial: o sentimento de inferioridade, o de igualdade e o de superioridade em relação ao português.

No pré-romantismo adicionam-se os elementos novos. O formalismo do clássico prevalece, embora se sinta que a influência lusa vai perdendo o seu vigor em detrimento da francesca. Apesar de perceber-se a tonalidade do futuro, persevera a interação de novas e velhas formas, mantendo-se, em linhas gerais, a temática arcádica. Essa, aliás, nacionalista, circunstância que tenha talvez levado alguns escritores a reagirem sobre os modelos portugueses. Não se insurgiam

contra os assuntos, em suas inclinações motivadoras da exaltação da natureza, porém contra o classicismo em seu sentido formal. Dir-se-ia luta às regras regulares impostas pelo neoclassicismo.

Bradava Salomé Queiroga: “Escrevo em nosso idioma... Desgraçadamente existem ainda brasileiros que se aferram à velha estrada portuguesa. São dignos de lástima; nós devemos olhar para diante... A forma é cousa muito mais absoluta do que se pensa... Matai a forma que matareis a idéia.”¹ Na forma lusitana de escrever, via o literato a idéia do pacto colonial, o passado de opressão econômica e cultural. A reação contra a forma subtendia a resistência à colonização. Bernardino Ribeiro apregoa também a libertação das formas lusas e sugere o nativismo e a religião.

A principal característica da primeira fase romântica foi a preocupação programática. A atitude, a determinação reformadora, o tentame de Magalhães emprestam à sua obra caráter singular. Apresenta-se como um manifesto voltado para aquilo a que se aspirava. “A sua ação deveria ser essencialmente estimuladora para afirmar a consciência da reforma.”²

Os acontecimentos que sobrevieram à abertura dos portos, os tumultos da Independência exerciam nos primeiros românticos a influência estimuladora. Há, porém, um obstáculo entre os desejos de reforma e as possibilidades dos reformadores. Outras tentativas se fazem. Em 1833, a Sociedade Filomática, associação patriótica e de cultura, da Faculdade de Direito de São Paulo, lança um manifesto pregando a busca de temas nacionais e de uma língua brasileira. O círculo da revista nada pode realizar no sentido de seus intuitos.

¹ Do “Canhenho de Poesias Brasileiras”, *apud* Sílvia Romero, *História da Literatura Brasileira*, tomo III, pág. 55.

² José Aderaldo Castelo, “Os Pródromos do Romantismo”, in *A Literatura no Brasil*, direção de Afrânio Coutinho, vol. I, tomo 2, pág. 651.

O roteiro romântico apareceu, posteriormente, com o grupo de Magalhães, constituído deste, Porto Alegre, Torres Homem, Azeredo Coutinho, na *Niterói — Revista Brasiliense*, editada em Paris. “Os nossos poetas deviam abandonar essa poesia estrangeira, fundada na mitologia, e voltar os olhos para a religião, que é a base da moralidade poética, que empluma as asas ao Gênio, que o abala e o fortifica, e através do mundo físico até Deus o eleva.”³

Aponta Magalhães, no Manifesto, as bases da flama romântica: abandono dos artifícios arcádicos, da mitologia, da paisagem européia, em favor da natureza brasileira e da religião; abandono das regras clássicas, substituídas pela livre iniciativa individual.⁴ No mesmo ano de 1836, lança os *Suspiros Poéticos e Saudades*, cujo prefácio “vale mais que os poemas, de um poeta que ficou sempre nas boas intenções, mas nunca chegou a sentir a poesia.”⁵

Mais ideólogo que poeta, Magalhães perseguia os intentos conciliatórios do movimento que se consolidava. Integrando-se no espírito nacional, procurava conduzi-los à literatura, ao contexto do próprio movimento romântico. Procurando unificar religião e filosofia, não conseguiu, entretanto, despear-se do subarcanismo. A inspiração não se libertaria do clássico. Confessaria algures não poder acomodar-se aos horrores, às paixões desenfreadas e ignóbeis do romantismo. A atitude denunciava, diz Xavier Marques, o espírito de moderação, de meio-termo e de ecletismo.⁶

Ainda na programática, apregoa Magalhães o liberalismo. A nenhuma ordem, no que diz respeito à forma, deve o poeta filiar-se. Para que haja espontaneidade na manifestação de idéias, há que fugir ao formalismo de igualdade dos versos, da rima regular e da simetria das estrofes. O nacionalismo que preside a temática sofre a influência do clás-

³ Revista, 1.º número, “Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil — Estudo preliminar”, Gonçalves de Magalhães.

⁴ Manuel Bandeira, *Apresentação da Poesia Brasileira*, pág. 45.

⁵ Soares Amora, *História da Literatura Brasileira*, pág. 55.

⁶ Xavier Marques, *Ensaio*, 1.º vol.

sico Santa Rita Durão. As invocações mitológicas são repelidas como profanações; convinável a dos gênios fetichistas e santos católicos. Procura na sua poética associar os componentes da conciliação: a filosofia espiritualista, eclética e contra-revolucionária, aos ideais do liberalismo; o nacionalismo originário do período colonial e vivo no movimento arcádico ao sentido de um sincretismo atuante. “A poesia é uma parte da Filosofia Moral, ou para melhor dizer, a Poesia e a Filosofia é uma mesma coisa... Casar assim o pensamento, a idéia com a paixão, colorir tudo isto com a imaginação, fundir tudo isto com o sentimento da religião e da divindade, eis a poesia.”⁷ Observou Sílvio Romero que “o fundo das idéias é um espiritualismo à Cousin com laivos de panteísmo”.⁸ Observou ainda o crítico atrás citado que “rara era a composição poética em que a metafísica eclética não participava”.⁹

Quanto à filosofia do ecletismo, facilitaria, no processo de desenvolvimento da idéia romântica brasileira, os objetivos da poética. Jungir as velhas crenças indígenas ao catolicismo fora preocupação dos árcades, um fenômeno de sincretismo que atesta a autenticidade do ecletismo na textura nacional. Fundir o índio à religião e ambos à natureza fazia também parte de intuição histórica. À unidade, por fim, devia juntar-se o liberalismo.

Era o elemento novo trazido para corresponder, também no plano literário, às aspirações contidas no Programa de 1822. Nada poderia obstar essa incorporação à cultura nacional, pois o romantismo em si se rebelava contra as noções clássicas dos gêneros imutáveis, defendendo as idéias de transformação e da mistura. E no próprio movimento pré-romântico já se notava a reação contra o convencionalismo e o reconhecimento de seu esgotamento formal.

⁷ José Aderaldo Castelo, *Gonçalves de Magalhães*, pág. 19. Manuel Bandeira, *Apresentação da Poesia Brasileira*, pág. 54.

⁸ Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, 3.º vol., p. 104.

⁹ Sílvio Romero, *ob. cit.*, pág. 118.

Pendemos a crer que os elementos indispensáveis à conciliação no romantismo brasileiro seriam o liberalismo primeiramente — embora contido em seu ímpeto pelas implicações da dualidade nas relações de produção — depois, inspiração patriótica e nacionalista. As relações escravistas de produção que sobreviveram à Independência permaneceriam pois no corpo do romantismo através das influências clássicas e arcádicas. É o elemento mediador, de ligação, entre a cultura colonial e o movimento romântico. Em seguida, a inspiração cristã no terreno de um sincretismo, a fim de que justificassem as relações escravistas do domínio rural. Em todas essas componentes, atuantes no romantismo, reflete-se literária e culturalmente a necessidade da consolidação das novas relações externas de produção, do movimento da Independência, sem prejuízo das tradições culturais da sociedade senhorial, tão ativa na Conciliação de 1822.

Seria inconcebível que o romantismo brasileiro, limitado por um específico espírito de compromisso, adquirisse a coloração alienada do movimento europeu.¹⁰ Posto que o liberalismo se inspirasse em idéias avançadas do pensamento, teria ele no Brasil que harmonizar-se com as implicações da dualidade econômica. Quaisquer idéias radicais então encontrariam a muralha da Conciliação brasileira. As forças extremas, diante do espírito eclético, ou eram relegadas da consideração de todos ou conduzidas ao vilipêndio.¹¹

¹⁰ Constâncio Alves observou que os nossos poetas românticos, “bem que aprendessem de estranhos, trouxeram ao concerto universal notas inauditas. Livres de pesadas tradições, os nossos românticos encontraram na literatura o regime de ensino livre; escolheram seus professores e como tinham o que exprimir, não foram imitadores servis”. “A Sensibilidade Romântica”, Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras em sessão de 27 de agosto de 1927. In *Revista da ABL*, pág. 515.

¹¹ Refere-se Silvio Romero, in *ob. cit.*, vol. III, a Barros Falcão, “posto em luta com o seu meio, repellido de todas as posições, ludibriado, escarnecido, tornou-se uma notabilidade das ruas, um andarilho, a mais antiga e autêntica manifestação do boêmio literário entre nós”.

A tendência do compromisso conduziu a literatura, ao demais, a um tipo de escola cujo sentido político-social empolga os poetas e literatos. Identificaram-se com os problemas da nacionalidade, participaram das lutas pela Independência, sendo daí essa consonância de idéias entre a política e a literatura “que fez elevar-se a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva como o patriarca da Independência política e o pioneiro mais forte da evolução literária”.¹²

Consolidada a Independência, afastado o temor da recolonização, partiria a literatura nacional para o indianismo. A esta luz, o nacionalismo literário, subentendido o liberalismo, ganhava um sentido realmente nacional.

O indianismo então representaria a polarização dos elementos necessários à ordem estabelecida em 1822. O índio simbolizava uma força que não mais ameaçava a sociedade; esgotado, disperso, nenhum perigo podia representar. Constituíra, entretanto, a lenda da gente que nunca se submetera aos colonizadores portugueses. Durante os primeiros séculos, resistira sempre, combatendo tenazmente o invasor. A um nacionalismo em busca de um mito ou de uma idéia que fosse ao mesmo tempo ética e estetizante, afigurava-se o índio como a concretização do ideal aspirado. A idealização corresponde, diz Manuel Bandeira, ao sentimento nacional.¹³

A Conciliação, tendo em sua vanguarda os senhores rurais, estava vinculada ao passado dos domínios e de suas tradições. Mister pois manter-se o tradicional em nossa literatura. O ecletismo facilitaria mais uma vez o escopo da poética e do romance.¹⁴ Desde a alvorada do nativismo havia a exal-

¹² *A Literatura no Brasil*, direção de Afrânio Coutinho, vol. I, tomo II, pág. 592.

¹³ Cassiano Ricardo chama a atenção para as origens remotas do indianismo em Anchieta com as suas produções catequistas. In *A Literatura no Brasil*, pág. 659.

¹⁴ A influência da filosofia eclética persiste no desenvolvimento do romantismo em suas diversas fases. Mesmo na do individualismo, como em Junqueira Freire, a filosofia era a do ecletismo. Ver Homero Pires, “Junqueira Freire, Sua Vida, Sua Época e Sua Obra”, 1929, *A Ordem*, pág. 40.

tação da natureza e a apologia do índio. Eclode o elemento novo do liberalismo. Mas existia a liberdade do silvícola, que se ajustava à dinâmica do movimento, impregnado sobretudo de liberalismo. O índio, que resistira aos portugueses, incorpora-se à natureza exuberante e converte-se aos princípios cristãos. O herói para o nacionalismo seria encontrado.

Na cumeada do movimento, achado o herói, a preocupação de matar a forma para matar a idéia foi em definitivo abandonada. A linguagem de Gonçalves Dias já não se caracteriza pela preocupação de tal natureza. A poesia torna-se nacional pelo sentimento, pela forma e pela temática. A idealização dos feitos indígenas, a continuidade da tradição poética nacional¹⁵ e a própria poesia, sob o ponto de vista formal, baseiam-se nos “apoios rítmicos tradicionais da poesia em nosso idioma”.¹⁶ O liberalismo se traduz não apenas como intenção ou como programa.

Alencar então sobressai-se e a sua obra está ligada à fixação desse processo “que enquadrrou a literatura brasileira nos seus moldes definitivos”.¹⁷ Pegou dos motivos brasileiros, utilizou-se de uma linguagem nacional, libertando a literatura dos modelos neoclássicos. É um misto de clássico e romântico; é um conciliador de formas e temas; a sua temática é romântica e conservadora. Teve a consciência do papel de escritor na formação da literatura nacional e não lhe foi pequeno o mister. Buscou no romance a forma de expressão literária para o seu indianismo. A lenda poética em *Iracema* celebra os esposais do aborígine com o colonizador, idealizando o surgir da nacionalidade, em termos de um compromisso sagrado.

Indagou Mário Vieira de Melo como seria possível ao Brasil, sem passado medieval, elaborar valores particulares a fim de assimilar o espírito romântico.¹⁸ O indianismo res-

¹⁵ José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, págs. 205/206.

¹⁶ Manuel Bandeira, *Apresentação da Poesia Brasileira*, pág. 213. Antônio Olinto, *Cadernos de Crítica*, pág. 24.

¹⁷ Afrânio Coutinho, *ob. cit.*, pág. 576.

¹⁸ Mário Vieira de Melo, *Desenvolvimento e Cultura*, pág. 172.

ponde ao pensador. As lutas nos quatro séculos travadas entre autóctones e portugueses repercutiram intensamente na literatura em formação. O índio podia assim servir de símbolo, com a sua audácia e com o seu passado, à edificação de um romantismo. Nesse esforço de idealização da *intelligentsia* nacional, constituiria, de forma expressiva, a qualidade estetizante da idéia romântica. Não houve repúdio ao passado; ao contrário: o arcadismo era por sua temática a fonte tradicional que substituiria a etnografia da Idade Média necessária ao romantismo europeu.¹⁹

¹⁹ No "Prefácio" às *Obras Completas de Gonçalves de Magalhães*, Sérgio Buarque de Holanda observa que o indianismo foi a maneira natural de traduzir em termos nossos a temática da Idade Média.

XII. A DUALIDADE DO DIREITO PRIVADO

A norma de transação, possível à sociedade brasileira na elaboração e desenvolvimento das instituições de direito público, não se concretizaria em termos de uma sistemática de direito privado concorde com o espírito do tempo. Apesar da preocupação da *intelligentsia*, falhariam as tentativas de adoção de um Código Civil, e o diploma, a que se aspirava confessadamente na Carta de 1824, só em nosso século se promulgaria, após a abolição do trabalho escravo.

Impressiva a vicissitude, pois o direito privado engloba em sua existência uma vocação conciliadora, o que deveria facilitar sobremodo as tendências do espírito nacional.

Em verdade, não corresponde o direito privado simplesmente à situação econômica geral e por conseqüência não constitui pura expressão desse quadro, porque é necessário que tal expressão sistemática não se desmintam a si mesma por suas contradições internas por maneira que não se contrarie a noção mesma do direito. Os institutos devem estar encerrados numa forma harmoniosa.

Nisto muito se aparta do direito público; implanta-se, neste, uma ordem geral; naquele, a intuição é pacificadora, motivo por que um código nunca é expressão intransigente de domínio de uma classe. A tendência ainda perdura em razão da necessidade de harmonia das contradições trazidas permanentemente pela influência e pressão do desenvolvi-

mento econômico ulterior à sistemática elaborada. (As transformações em apreço são menos sensíveis e nem sempre o direito acompanha o ritmo das forças produtivas, estacionando-se e dando lugar à revolta dos fatos contra a lei, assinalada por Morin.) Vezes outras, dispositivos conservam-se literalmente, alterando-se o seu significado social, tornando oposto mesmo ao que possuía originalmente, “dando a impressão de que trata da mesma instituição jurídica, quando, em verdade, conserva apenas o aspecto puramente formal”.¹

A própria corrente marxista, cujos sectários se manifestam tantas vezes autênticos deterministas econômicos, espousa idêntico modo de ver, como se infere da correspondência de Engels: “C’est ainsi”, escreveu a Conrad Schmidt, “qu’à essayer tout d’abord d’éliminer les contradictions résultant de la traduction directe de rapports économiques de principes juridiques et d’établir un système juridique harmonieux, pour constater ensuite que l’influence et la pression du développement économique ultérieur ne cessent de faire éclater ce système et l’impliquent dans de nouvelles contradictions (je ne parle ici avant tout que du droit civil).”²

Desde a primeira década do século passado, propagavam-se, por todo o mundo, os princípios do Código de Napoleão, estatuído após a tormenta revolucionária como a “verdadeira constituição política da França”.

Ligados à essência do diploma estavam a filosofia do século XVIII e o próprio espírito da revolução. No exórdio, como em profissão de fé, confessavam-se os redatores submissos à egéria do enciclopedismo, proclamando a existência de um direito universal e inviolável, fonte de todas as leis. Vinha o Código ao encontro das idéias já consagradas na Declaração dos Direitos do Homem. Toda a ordem devia ser erigida em função da lei natural. O individualismo, fundado no conceito de direitos inseparáveis da condição humana,

¹ Orlando Gomes, *A Crise do Direito*, pág. 79. Gaston Morin, *La loi et le contrat. La décadence de leur souveraineté*, págs. 49 e segs.

² Marx e Engels, *Études Philosophiques*, Paris, E. Sociale, págs. 132/133.

isto é, superiores, em conteúdo e extensão, às leis do próprio estado, passaria a dominar o direito privado em todos os seus institutos.

Na esfera das relações particulares, a manifestação mais característica da concepção é a liberdade civil. Titular de direitos inalienáveis e imprescritíveis, o homem era sujeito de um patrimônio jurídico inviolável que lhe possibilitava liberdade plena de ação. Tudo se lhe permitia fazer, desde que não prejudicasse a terceiros, devendo a autoridade limitar-se à fiscalização do livre jogo das atividades individuais.

Instituto algum fugia à influência do individualismo. Ao contrato assegurou-se a exclusividade do órgão jurídico da vida econômica, estendendo-se à produção da riqueza um instrumento da vinculação entre os homens, “que o direito romano, regendo uma sociedade de base escravagista, admitia, tão-somente, em princípio, para a circulação e distribuição da riqueza”.³

O princípio da autonomia da vontade tornava-se efetivo no poder do indivíduo de realizar atos jurídicos; ou seja: no direito de exigir o reconhecimento dos efeitos de sua declaração volitiva. O contrato consagrava-se como instrumento da redução das vontades autônomas.

Também o instituto da propriedade não se subtraía às premissas do individualismo, definido pelo Código: “o direito de gozar e dispor das coisas da maneira mais absoluta”. No enunciado contém-se a extensão dos poderes inerentes ao domínio bem como o cunho individualista de um direito subjetivo que não pode sofrer restrições nem mesmo do Estado.

No sentido de coibir a divulgação dos temíveis preceitos do Código de Napoleão, a sociedade brasileira procurou jugular o ensino jurídico sob a arreata de uma centralização

³ Orlando Gomes, “Elegia do Código de Napoleão”, *Revista Forense*, vol. 85, 1941, pág. 595. Gaston Morin, *La loi et le contrat*, pág. 51.

tirânica, chegando ao ponto de assinalar os autores que podiam ser adotados nos cursos das Faculdades de Direito.⁴

Se no estudo do direito público figuravam os tratadistas e publicistas da divisão dos poderes, inclusive Benjamin Constant, não ocorria o mesmo na esfera do direito privado. A repercussão do Código de Napoleão atingira o Brasil, mas oficialmente o ensino orientava-se pelo sistema jurídico positivo e aplicação do direito. A instrução era quase prática: aprendiam-se as *Ordenações*, regras e definições de direito romano. Desconhecidos os expositores franceses do Código Civil, e mesmo Savigny era estranho à maioria dos estudantes.

Não havia meios para a defesa de idéias avançadas no campo do direito privado. Avelar Brotero, que ensaiara escapar à tradição do direito natural, editou os seus *Princípios*, obra marcada pela influência do sensualismo. Holbach, Helvetius e Cabanis constituem os pensadores, cujo influxo se faz sentir. Apesar de escoimadas desses autores as afirmativas materialistas, o livro foi rudemente atacado na Câmara dos Deputados, por Lino Coutinho. O protetor de Brotero, Clemente Pereira, abandonou-o às críticas e a Comissão de Instrução Pública condenou o compêndio. Brotero apenas tentara uma conciliação entre sensualistas e escolásticos.

Os seus escritos amedrontaram a sociedade escravocrata, que repelia a introdução de normas revolucionárias no âmbito do direito privado, incumbido de regular as relações internas de produção. Ainda que disfarçadas num ecletismo empírico, como observou Miguel Reale, não puderam as idéias de Brotero figurar em livro adequado aos acadêmicos.

⁴ Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Direito do Recife*, pág. 156. "O século XIX avançava com os seus problemas prementes, entrechocavam-se escolas, reviam-se pressupostos, estremeciam-se convicções antigas ao impacto do criticismo, do positivismo, do evolucionismo e o anacrônico compêndio de Perreau, com as suas 'verdades' desacompanhadas de inquietações e de dúvidas, permanecia no altar de nosso oficialismo cultural, como se tudo estivesse de antemão aceito e resolvido no 'mundo da filosofia'."

Havia de tornar-se um professor conformado, trilhando em suas aulas os trabalhos de Perreau.⁵ O adepto dos enciclopedistas, que se atrevera a arrazoar certa feita que “toda a alma grande e generosa olha para a escravidão como o maior de todos os males”, finaliza-se também convertido em senhor de escravos.⁶

Outorgada a Carta Constitucional, ao consagrado na Ordenação do Livro 2.º sucedeu o aludido pacto fundamental, e ainda à Ordenação do Livro 5.º substituíu, alguns anos após, o Código Criminal do Império. Na área do direito público, não houvera dificuldade à substituição dos juízos caducantes. Vem a talhe de foice dizer-se que o diploma penal, que a Carta reclamara, “fundado nas sólidas bases da justiça e da equidade”, nasceria inspirado nas idéias novas, nele vendo Roberto Lira o “prenúncio da individualização através da equidade, isto é, da perfeita correspondência jurídica e ética da norma às circunstâncias do caso concreto”.⁷

No que toca ao direito privado, entretanto, diverso é o estado de cousas. Como a economia, seria dúplice. Na primeira metade do século, mantidas em vigor as Ordenações, por força da lei que adotara a legislação portuguesa, promul-

⁵ Miguel Reale, *Horizontes do Direito e da História*, págs. 202/203.

⁶ “No seu livro-mestre, onde anotara encomendas de obra de Locke, de Martens ou de Paley, lembra secamente o prejuízo de um escravo, que custava 564,120, e que foi vendido por 419,560...” Miguel Reale, *ob. cit.*

⁷ Roberto Lira, “Escola Penal Brasileira”, *Revista Forense*, vol. LXXXIII, págs. 5/7. O Código Criminal foi, como assinalou o Prof. Ladislau Thot, da Universidade de La Plata, o primeiro Código nacional, característico, próprio, autônomo, independente, inspirando, direta ou indiretamente, as demais codificações e projetos latino-americanos e, mais que isso, os Códigos Espanhóis de 1848, 1850, 1870 e o Código da Rússia Imperial. Victor Foucher escreveu um livro sobre o Código de 1830, von Liszt considerou-o avançado e independente dos cânones franceses. Haus e Metermeyer aprenderam a língua portuguesa para estudá-lo no original. Haus estimava-o como a melhor codificação conhecida. Ver Clóvis Beviláqua, *Estudos Jurídicos*, pág. 126. Refere-se à influência de Bentham na elaboração do diploma.

gava-se o Código Comercial, efetivando-se a dicotomia do direito privado.⁸

Surgindo no momento histórico de expansão da burguesia, em que o comércio havia ampliado o volume de suas atividades, o Código Francês do Comércio consolidava as velhas normas do direito costumeiro, elaboradas em práticas medievais e em diversos países. Moderado em suas idéias, chama a atenção Valdemar Ferreira, estava impregnado do senso da universidade que o tornou uma espécie de código padrão, reproduzido, imitado ou adaptado em todo o mundo.⁹

Na vigência das Ordenações, o direito comercial não passava de um direito pessoal, o dos negociantes, “conceito que representava a tradição de um direito comercial empírico, exatamente como se destacara do direito romano comum”. As relações comerciais, então, já criavam nos diversos países uma doutrina habitual percuciente na Lei da Boa Razão, que autorizava invocar como subsídio nas questões mercantis as normas “das nações cristãs, iluminadas e polidas, que com elas estavam resplandecendo na boa, depurada e sã jurisprudência”. A influência do pensamento reformador, inspirado no individualismo jurídico e no liberalismo econômico, imprimiu, após a Revolução de 1789, um sentido diferente a esse direito de corporação para que não magoassem os postulados tentadiços da igualdade. Não se fazia, no Código francês, distinção alguma entre a ordem civil e a comercial.

Irradiando-se por todos os recantos, a influência do Código de Comércio da França alcançava o Brasil no período

⁸ A comissão incumbida de redigir o Código Comercial era composta de juristas e comerciantes, bem como do Cônsul-Geral da Suécia, e trabalhou sob o influxo do Código de Comércio da França, de 1807, e do da Espanha.

⁹ O direito civil figura como se fosse direito privado *in genere*, que Van Hemmelen denominou o direito privado econômico. (No direito privado compreendem-se as duas zonas: o direito civil e o comercial, cada qual com o seu objeto legalmente especializado. Mas, havendo aquele precedido historicamente a este, acumulou em si o fundo de todas as noções, que servem de base ou de materiais para as construções jurídicas.) J. X. Carvalho Mendonça. *Tratado de Direito Comercial*, págs. 30/31.

seguinte à abertura dos portos. Antes da promulgação do nosso diploma, nele se apoiava a jurisprudência, devido à lei que possibilitava recorrer-se à sua aplicação. Urbano Sabino Pessoa de Melo dizia na Câmara dos Deputados em agosto de 1843 que “existe o código de uma nação pelo qual o nosso foro se tem regulado e pode-se regular; nós temos a própria legislação portuguesa que nos manda adotar a legislação de países civilizados; e quando há questões, os juízes recorrem ao Código de Comércio da França; é o que tenho feito”.¹⁰

A elaboração do direito mercantil nacional fizera-se graças sobretudo aos princípios do liberalismo econômico, num processo idêntico ao do direito comercial europeu, inclusive o francês, que procedia das *Ordonances* cujos elementos tradicionais se mantiveram na codificação napoleônica. Importante papel desempenha Silva Lisboa na elaboração do referido direito, fato, por si só, significativo, pois o Visconde destacava-se como entusiasta do liberalismo econômico.¹¹

Não se tinha receio do liberalismo aplicado às relações mercantis, e a lei que criara os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda inteirara os professores da cadeira no sentido de adotarem o Código de Comércio da França em razão da sua clareza e universalidade.

Também o Código Comercial do Brasil nasceria inspirado nas idéias do século. A elaboração teve início nos tempos da regência, só se promulgando na primeira metade do século. Consistiam seus dispositivos na regulamentação das

¹⁰ *Anais da 2.ª Sessão da Câmara dos Deputados de 1843*, 2.º vol., pág. 940.

¹¹ A legislação anterior ao Código Comercial, coligida por matéria, achava-se nos sete tratados de Direito Mercantil, de Silva Lisboa. “As obras de Silva Lisboa foram Código Mercantil para Portugal até a publicação do Código Comercial Português”, segundo testemunho de Ferreira Borges (Silva Lisboa, *Princípios de Direito Mercantil*, pág. 956). O Prof. Túlio Ascarelli, da Universidade de Roma, em carta a Ferreira de Sousa, declarou considerar Cairu “o maior comercialista do seu tempo”.

atividades do comércio em geral, marítimas, quebras e correspondentes disposições adjetivas. A seguir o genuíno conceito deveria exprimir apenas o complexo de normas que disciplinassem as relações decorrentes do exercício do comércio, o direito do tráfico mercantil bem como o direito dos comerciantes. Não obstante, seu círculo ampliava-se, abrangendo atos da vida civil e relações em que não intervinham comerciantes. A realidade econômica brasileira impunha esse alargamento de seu raio de ação. As disposições atingiam o exercício das indústrias manufatureiras, de transporte e outras auxiliares de comércio. Invadia, ademais, território do direito civil e introduzia no texto desse diploma a parte geral relativa a obrigações e contratos, mandato, locação, hipoteca, fiança, penhor, depósito, pagamento, novação, compensação, autênticos institutos de direito civil, o que levaria mais tarde Teixeira de Freitas a declarar que o Código exorbitara e que os seus redatores tudo mercantilizaram.¹²

O espírito nacional tirava proveito da oportunidade para reformar o que fosse possível. Realmente, desde que não se comprometessem as relações escravistas de produção, permitiam-se o liberalismo e o individualismo. O sistema nacional tornava-se específico.

O senhor rural brasileiro, conjunto de senhor feudal e comerciante, não podia dispensar, no âmbito do direito privado, um corpo de leis liberais que viessem regular as suas relações de vendedor com o mercado, onde ele colocava, como comerciante, o que sobejava da produção de sua fazenda. Nesse campo, seus interesses coincidiam com os do comércio exportador das cidades-portos. Vinculavam-se a exportadores e comissários ou ainda a pequenos comerciantes num complexo de relações sociais, mercantis e jurídicas.

O espírito nacional, por essas razões, bafejava de idéias novas toda a área que não se ligava estreitamente à escrava-

¹² Teixeira de Freitas, *Aditamentos ao Código do Comércio*, "Advertência", págs. XI e XII.

tura, entremetendo na codificação institutos de puro direito civil. Daí o predomínio do direito comercial em todo o Império, regendo quase todas as relações da vida civil, quanto a obrigações e contratos.

Não se tratava apenas da modalidade de especialização de direito privado, visando a regular relações que do ponto de vista jurídico assumem caráter típico em consequência da função própria do comércio.

A área comum de interesses, em que atuavam senhores rurais e comerciantes urbanos, desempenharia o papel renovador no âmbito da legislação. O Código excetivo nascia primeiro que o Código principal, fato que Vasconcelos justificava em sessão do Senado em maio de 1846, com as seguintes palavras: “Há nele um defeito que seus autores não podiam remediar e é ter precedido ao Código Civil. Sendo o Código Comercial uma exceção do civil, vem a suceder que precede a exceção à regra geral, e por isso claro é que precisa ele de um desenvolvimento muito maior do que precisaria se aquele outro já estivesse promulgado.”¹³

Tratava-se, porém, de imposição histórica a precedência profligada por muitos, e, cuidando-se de questão formal, seria glosado por Pimenta Bueno numa definição de profundo sentido conciliatório: o direito comercial “é o mesmo direito civil, somente modificado em algumas relações para melhor apropriá-lo à indústria mercantil, à conveniência da riqueza pública, à índole dos interesses e riscos das negociações, sua celeridade e conveniente expansão”.¹⁴

As razões históricas de nossa formação impuseram a adoção de um Código *sui generis*; em desrespeito aos fundamentos lógico-formais que tanto inquietam os juristas.¹⁵

¹³ *Anais do Senado*.

¹⁴ Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*.

¹⁵ “A autonomia do sistema do direito comercial é um produto mais histórico do que lógico”, Asquini, in *Rivista del diritto commerciale*, vol. 25, pág. 516, anud J. X. Carvalho de Mendonça, *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, vol. I, pág. 17, nota 1.

As Ordenações sobreviveriam, bem como o conjunto de leis e jurisprudência portuguesas. Contra esse estado de cousas, havia de rebelar-se certo setor do espírito nacional, tentando, durante toda a vida do Império, executar o preceito constitucional reclamatório do Código Civil.

Sem embargo das limitações do ensino jurídico, travava-se conhecimento com os tratadistas europeus e expositores do Código de Napoleão, e se sentia, pelo estudo e leitura do direito privado comparado, a extensão do movimento renovador. Esteve o direito civil, em nosso país, permanentemente no campo das cogitações de reforma.

Não fossem tais idéias gerais hauridas nas fontes da doutrina, conseqüência algum poderia advir do dispositivo constitucional. Contra o desejo desses espíritos inquietos, havia de prevalecer a realidade social. As Ordenações manter-se-iam, e a tendência que se ergue das necessidades objetivas faria nascer, antes de tudo, a Consolidação das Leis Civis e não um projeto de Código, fato que espelha a advertência de que o último só podia emanar das velhas leis vigentes.

Seria alvar suposição admitir que qualquer despreparo obstaculasse a confecção de um diploma de tal sorte. Apesar de freqüente restrição à corporatura dos homens públicos da época, não há dúvida de que seriam capazes de repetir no campo do direito civil o que sem esforço realizaram no direito público, elaborando uma Carta constitucional apropriada aos seus interesses e produzindo um Código Criminal, de repercussão internacional, sobretudo no direito de povos amadurecidos.

Um lustro após a promulgação do Código Comercial, contratava o governo com Teixeira de Freitas o trabalho de consolidar as leis civis brasileiras. Percebiam os quadros dirigentes que a legislação vigorante atendia às necessidades do país, sendo apenas conveniente um esforço para expurgar o que havia envelhecido. Antecedia-se ao preparo de um projeto a tarefa revisora de todo o corpo de nossas leis.

A orientação que recebia o legisperito manifesta os objetivos de aproveitamento da legislação vigente, atendendo-se à

necessária adaptação, pois a Consolidação devia consistir “em mostrar o último estado da legislação, devendo ser feito por títulos e artigos, em os quais seriam reduzidas a proposições claras e sucintas as disposições em vigor”.¹⁶

Nenhum esforço foi remisso pelo jurista a fim de dispor e organizar aquele enredo de ordenações, alvarás, leis e decretos, usos e costumes, estilos de foro português, bem como subsidiários artigos de direito romano. Apesar dos estreitos limites traçados pelos termos do contrato, não se limitou Teixeira de Freitas à tarefa de apenas classificar e ordenar as leis. Muitas vezes “teve que desbastar o antigo Direito reinícola, quase a machado, qual fez, por exemplo, com a escravidão e também com a morte civil, com a restrição de direitos civis aos nacionais e outras absurdas velharias mantidas em Códigos do século XIX”.¹⁷

Concluía, em meados do século, a incumbência e entregava ao governo imperial a obra constante de mais de mil e trezentos artigos.

Não pode haver dúvida quanto à adequação daquela legislação reacionária às necessidades do país. O parecer da comissão nomeada pelo Ministério da Justiça nenhuma referência fez à urgência para a elaboração de um Código Civil, estranhando apenas a omissão que houve a respeito das disposições concernentes ao elemento servil.

Significativa a lacuna, pois ao jurisperito liberal repugnava introduzir, ainda que numa legislação antiquada, as disposições relativas à escravatura.

O espírito nacional partia logo depois para a aspiração de um Código Civil. No mesmo ano, decretava o governo que se contratasse com um jurisconsulto a feitura de um projeto de Código Civil, o que se celebrou em seguida com Teixeira de Freitas. O prazo era de três anos e o plano da obra o mesmo da Consolidação.

¹⁶ Sá Viana, *Teixeira de Freitas*, pág. 102.

¹⁷ Haroldo Valadão, *Discurso no Instituto dos Advogados do Brasil*, pág. 20. Sessão de 21 de janeiro de 1960.

Na Consolidação Teixeira de Freitas estava manietado “à lei escrita, à rotina dos tribunais, à estreiteza da velha jurisprudência”.¹⁸ Fora chamado a repetir, não a reformar a lei existente. O protesto, entretanto, seria consignado contra a escravatura, excluída da Consolidação e referido na nota introdutória: “Temos, é verdade, a escravidão entre nós; mas, se esse mal é uma exceção, que lamentamos, condenado a extinguir-se em época mais ou menos remota, façamos também uma exceção, um capítulo avulso, na forma das nossas leis civis; não as maculemos com disposições vergonhosas, que não podem servir à posteridade; fique o estado de liberdade sem o seu correlativo odioso. As leis concernentes à escravidão (que não são muitas) serão classificadas à parte e formarão o nosso Código Negro.”¹⁹

Era o que podia fazer numa obra de consolidação: ignorar um dos institutos, justamente o que servia de base à face escravista do domínio rural.

Agora, no projeto do Código Civil, tentaria o legislador exercer livremente as suas idéias, não limitar-se a protestos. Mas, em face do instituto nefando, a tarefa de redigir uma compilação metódica de normas legais tinha que ser preñhe de dificuldades. Diante de um acomodado ou reacionário estava a inteligência de que escravos eram coisas e não pessoas, semoventes e não criaturas humanas. A porta descerrava-se a uma cômoda e engenhosa solução. Mas, se a Teixeira de Freitas servira tal expediente para um parecer de advogado em face do direito positivo, à sua consciência de jurisconsulto repugnaria o recurso do mesmo raciocínio para a elaboração de um Código em consonância com o individualismo jurídico.

Em sua vida pouco estudada, encontram-se traços indeléveis de suas preocupações renovadoras. Na Sabinada, simpatizante do movimento, fora designado pelos rebeldes à

¹⁸ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 2.º vol., pág. 341.

¹⁹ Teixeira de Freitas, *Consolidação das Leis Civis*, “Introdução”, pág. XXXVII.

magistratura em Salvador. Adversário declarado da escravidão, de sua lavra há vários pronunciamentos significativos. Num deles, fervoroso, pregava: “Se a dominação é absoluta, o ente passivo perde o seu caráter de liberdade, perde portanto a personalidade. Eis a escravidão. É pois que a natureza criada compõe-se de pessoas e coisas; eis por que nos países, onde houver escravidão, os escravos devem ser e são cousas. Se eles não são pessoas passam a ser cousas, porquanto a força, o abuso, a lei assim quer que eles sejam. Se quereis que o escravo seja pessoa, acabai com a escravidão. Se quereis a escravidão, o escravo será cousa. Se quereis, portanto, melhorar entre nós a sorte dos escravos, já que não podeis abolir a escravidão, colocai esse homem desventurado em sua real posição e outorgai-lhe todo o favor possível; mas não lhe troqueis o nome. Dessa maneira, se ornais o escravo com o fagueiro título de livre, agrava com o escárnio a vossa tirania e também insultais a liberdade. A liberdade é indivisível.”

Assim se explica o malograrem-se-lhe os objetivos. Tentara pôr em prática os ensinamentos tirados das fontes mais adiantadas do direito privado, sem que lhe valessem as condições da estrutura econômica. E na sociedade brasileira do século passado a escravatura fatalmente esvaziava qualquer instituto a ela relacionado e que se deixasse repassar pelo liberalismo jurídico.

O ponto consistia em que, fazendo um projeto de Código, as aspirações do jurisconsulto não podiam realizar-se em termos de pura e simples supressão da escravatura, pois, encarregado de confeccionar um projeto, devia de restringir-se às suas limitações de jurisperito, contido pela realidade econômica brasileira através de um direito positivo.

O projeto, denominado *Esboço*, vai sendo publicado e as dificuldades tornam-se cada vez mais demonstradas à face da pachorra da Comissão revisora, circunstância que faria o autor considerar necessários cem anos para a análise total dos artigos. No que tange aos obstáculos, surgidos com a comissão, alvoroça-se Teixeira de Freitas, indefeso, procurando em-

balde evitar que com os seus trabalhos sucedesse o que ocorrera com os operários da torre de Babel.

Afigurava-se-lhe, ademais, impossível prosseguir na obra em razão dos seus próprios pontos de vista. Em 1867, encaminhando-se ao ministro da Justiça, rejeitava os trabalhos já impressos, declarava que as suas idéias eram outras, resistindo “invencivelmente a essa calamitosa duplicação de leis civis”. “O governo”, prosseguia, “só pretende de mim a redação de um projeto de Código Civil, e eu não posso dar esse Código, ainda mesmo compreendendo o que se chama Direito Comercial, sem começar por um outro Código, que domine a legislação inteira.”

Ao acometer a dicotomia do direito privado, rebelava-se Teixeira de Freitas contra a duplicidade em nossas relações de produção.

O plano da obra, então proposto, só poderia ser recebido com as reservas naturais por aquela sociedade judiciosa de senhores rurais. O parecer do Conselho de Estado, a favor, não prevaleceu contra o ponto de vista oficial de que “o engenhoso e vasto plano delineado por Teixeira de Freitas e o próprio esboço anterior são frutos muito prematuros”. “Um Código Civil”, expunha o Ministro de Justiça em seu relatório oficial, “não é obra de ciência e de talento unicamente; é sobretudo a obra de costume, das tradições, em uma palavra, da civilização brilhante ou modesta de um povo. Mudam-se de repente as instituições políticas de um país. Mas a sociedade civil, não há revoluções que a altere de um jacto. Modifica-se por uma transformação secular.”²⁰

Significavam as ponderações oficiais que era preferível manter a legislação consolidada do que se resvalar em campo de reformas. Diria o ministro à Assembléia-Geral legislativa que, “para satisfazer desde logo ao preceito consti-

²⁰ *Relatório* do Ministério da Justiça, apresentado à Assembléia Legislativa na 1.^a Sessão da 14.^a Legislatura pelo Ministro Conselheiro José de Alencar, págs. 115 e seguintes. *Apud* Sá Viana, *ob. cit.*, pág. 211.

tucional, entendia que o melhor alvitre era, tomando por base a Consolidação das Leis Civis, completar o trabalho com alguns desenvolvimentos indispensáveis, e rever o método, e assim organizar-se-ia um projeto de Código Civil, adaptado às nossas circunstâncias”.

Era o plano oficialmente considerado um fruto prematuro e da mesma forma o *Esboço*. A principal dificuldade para a adoção do último ou de um projeto nele inspirado parece ter sido a própria Consolidação, elaborada num processo de ajustes e adaptações. O Relatório do Ministro da Justiça torna manifesta aquela preocupação permanente de nossas elites de elaborar leis adaptadas às nossas circunstâncias e de apelar para o bom senso sempre que repontava radicalismo em quaisquer manifestações do espírito nacional. A moderação parecia, às vezes, tacaña e anazada, mas trazia a tendência da sociedade.

Se fora o *Esboço* considerado um fruto prematuro, que não dizer do novo plano para o projeto do Código Civil?

A sugestão de uma reforma absoluta orientava-se no sentido de uma concepção sistemática que se diferenciava por três inovações: a primeira, elaboração de um Código Geral; a segunda, a unificação do direito privado; por fim, a classificação das matérias do Código Civil baseadas, desde o tronco até as ramificações, na distinção entre direitos reais e pessoais. Para ele, a voz dos fatos toca a área dos princípios, os quais busca na natureza técnica da ordenação jurídica, pois o que o preocupava era a unidade da concepção, o sistema geral do Direito.

A fuga a qualquer vinculação com a filosofia escolástica desvenda que a inquietação do jurisconsulto não encontrava qualquer amparo para a combinação do incombinável, a que aspirava a sua consciência liberal. Significava a tese do divórcio entre a própria filosofia e a jurisprudência, como a evidenciar a incompatibilidade entre o individualismo jurídico e as condições objetivas da realidade econômica brasileira.

Teixeira de Freitas jogara-se num salto de conciliação formal, produzindo, no esforço de elaborar uma superestrut-

tura técnico-jurídica, “aquela sublimação e sutilização de conceitos a que raramente se atinge na doutrina”.²¹

A primeira inovação, resumida no Código Geral, seria o repositório das definições e dos dispositivos de cada parte. Tentava conciliar-se o preceito com a necessidade. Obedecia a um plano lógico, almejando elevar as definições “a sua derradeira altura”, num esforço surpreendente a trair a aspiração de mediar pela forma os dois códigos em vigor.

A obra realmente nada apresenta de revolucionária. As intuições de reforma, ele transpô-las-ia para o plano de organização legal da ordem privada. Diante da incapacidade de harmonizar as idéias liberais com a escravatura, alcandorara-se na mais impressionante preocupação arquitetônica, quase mística, como que se na forma pretendesse imprimir uma reforma profunda de conteúdo. Talvez o apontado plano fosse a tentativa de formalmente combinar os dois tipos de relações de produção do domínio. A revolução pela forma erigia-se em conceito, no sentido de que a forma nada mais seria do que o desenvolvimento do conteúdo.

Alguers, numa de suas exposições, pareceu escapular essa finalidade, quando esclarecia que no método procurara organizar de tal forma os fatos, dentro da estrutura de um sistema, que possibilitaria ao legislador ficar “na posse de um instrumento seguro para medir o mundo dos fatos, para resolver com exatidão todas as espécies, não se iludindo com a reprodução deles na sua infinita variedade”.

Tem-se uma idéia da importância do sistema para Teixeira de Freitas, quando se lhe ponderam as aspirações de codificador. Ao Instituto dos Advogados confessa que “concebera vastos planos” e diz de seus projetos em termos que traem, como observa Hermes Lima, o sentimento de uma predestinação, de algo, “que fervia dentro dele, de que ele próprio era a medida”. Quando dá, tempos após, um parecer sobre o projeto de reforma hipotecária, declara que uma lei

²¹ Matos Peixoto, “A Codificação de Teixeira de Freitas”, *Revista Forense*, vol. LXXVII, pág. 213.

nesse sentido deve ser precedida pela reforma de toda a lei civil. “Além de que tudo o que pode ocupar a inteligência humana se liga e se encadeia, em matéria de legislação”, escreve o jurista, frase expressiva sobre a qual Nabuco chamou a atenção, “porque contém o segredo da organização mental de Teixeira de Freitas, a planta de seu sistema jurídico e também a futura fenda de sua poderosa inteligência”.²²

Tudo se ata e se encadeia, em matéria de legislação, pensava Teixeira de Freitas, e onde o levaria a tentativa mediatária? Como imprimir às relações internas de produção o individualismo jurídico do direito privado? O esforço para a conciliação da antinomia, da dicotomia substantiva, tentado por meio formal, em toda a sua dramática experiência, não teria mais tarde conduzido o jurisconsulto à mortificação e à loucura?

Contra a ilustração e desejo de Teixeira de Freitas havia a prevalecer a especificidade das relações de produção de nosso domínio rural, reclamatórias de direito privado dúplice. Tal necessidade fizera nascer primeiramente um Código Comercial remanescente duma legislação civil das Ordenações, posto que castrada em seus institutos principais. Quando a reação dos tratadistas europeus pela unidade do direito privado cresceu de forma a influenciar o pensamento jurídico, as peculiaridades econômicas brasileiras continuavam carecendo de uma legislação civil dual. O conhecimento do direito privado comparado teria conduzido Teixeira de Freitas a maior alienação e maior apego ao aspecto formal do problema jurídico.

Certa oportunidade, parece ter, neste comenos, a lembrança da crítica que lhe fez Renê Davi de demasiado dogmatismo, por ser exclusivamente jurista, sujeito à deformação formalista, originando nele a monomania do plano.²³ Seja

²² Joaquim Nabuco, *ob. cit.*

²³ Renê Davi, *Curso de Direito Civil Comparado*, 148/49, pág. 258. *Apud* Haroldo Valadão, *Discurso no Instituto dos Advogados do Brasil*, pág. 30.

como for, sua deformação, ou o seu alheamento à realidade objetiva, nunca seria, por si, capaz de impedir a adoção do *Esboço* ao Brasil, caso refrangesse autenticamente as condições da estrutura sócio-econômica. Tanto assim que se tornaria o codificador sul-americano, influindo Velez Sarsfield na redação do Código Civil argentino e alcançando o Uruguai, o Paraguai, estendendo-se ainda por toda a região influenciada por Andrés Bello, sobretudo o Chile.²⁴

Tratava-se de nações que haviam abolido a escravidão e por conseguinte podiam sentir a repercussão das idéias mais avançadas no campo do direito privado.

Se Teixeira de Freitas pecara pela deformação, fechando-se no Direito, tornando-se, na expressão de Nabuco, um escolástico em jurisprudência, não podemos dizer o mesmo do Conselheiro Nabuco, incumbido de elaborar, já na década de 70, o Código Civil. Sua objetividade de estadista, de advogado militante, também falhara na tentativa que a morte veio interromper seis anos após o começo dos trabalhos.

Na verdade, em termos de sistemática, só se efetivaria a revogação das Ordenações com o término das relações escravistas.

²⁴ A 21 de junho de 1865, Sarsfield apresentava ao Ministro da Justiça da Argentina o 1.º livro do Projeto do Código Civil, declarando que "se serviu de diversos códigos estrangeiros, principalmente do projeto do Código que o Dr. Teixeira de Freitas estava organizando para o Brasil". *Apud* Sá Viana, *ob. cit.*, pág. 221.

XIII. O PODER MODERADOR

O chamado quarto poder, estatuído na Carta de 25 de março de 1824, parece ter visado primacialmente a uma centralidade, que se punha acima de tudo. Havendo recorrido a uma expressão de Benjamim Constant, os constituintes tomavam-no como a chave de toda a organização política, incumbida de patrocínio da harmonia e de equilíbrio. “O Poder Moderador”, definia o dispositivo constitucional, “é a chave de toda a organização política e é delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência e harmonia dos mais poderes políticos.” O trecho — *chave de toda a organização política* — copiava-se de outro equivalente utilizado pelo publicista francês no primeiro capítulo de sua *Política Constitucional*. A formulação, em termos legais, decorria do mesmo espírito conciliador imediato ao movimento da independência.

Por intuição talvez fora a *intelligentsia* recolhê-lo da doutrina em voga para a verificação constitucional. Na ingenuidade de adotar uma tese de escola, o que à primeira vista parece pedantismo daquela elite latino-americana, procuravam os fundadores do Império encarnar, antes de tudo, no mecanismo da Carta, a tendência conservadora, expediente necessário para transformá-la em força social. Em seus comentários, definia Pimenta Bueno a inovação “como a mais elevada

força social, o órgão político mais ativo, a mais influente, de todas as instituições fundamentais da nação”. Diz mais: “é quem mantém seu equilíbrio, impede seus abusos, conserva-os na direção de sua alta missão”.¹

Alves Branco, mais lúcido do que todos os tratadistas, fixaria, em discurso proferido no Senado, o sentido que se procurava imprimir à dinâmica da novidade, considerando-a não como um poder de partido, “um poder de movimento, como é ordinariamente o Poder Executivo, expressão da maioria da Câmara dos Deputados, mas um poder de conservação, de neutralidade, expressão das necessidades fundamentais, direitos adquiridos, interesses criados, tradições, glórias, e que vigia, para que a sociedade não seja todos os dias subvertida, dando tempo à meditação fria, e cedendo somente a necessidades reais e profundamente sentidas”.²

É vazada em termos idênticos a definição de Uruguai: “poder, não de movimento, mas essencialmente conservador; não é ativo e tem por fim conservar, moderar a ação, restabelecer o equilíbrio, manter a independência e harmonia dos mais poderes”.³

Não foi senão através de um debate permanente que a *intelligentsia* fizera prevalecer contra o radicalismo a interpretação do poder neutro. O radicalismo, no movimento pernambucano de 1824, apoucara-o, considerando-o Frei Caneca “invenção maquiavélica, chave mestra da opressão, o garrote mais forte da liberdade dos povos”.⁴ Pouco após o 7 de Abril, os liberais, em sua maioria, expressavam o ponto de vista de que o aludido poder não precisava de referenda para os seus atos, e mais tarde a tendência do liberalismo partiria para o Ato Adicional, sendo o assunto outra vez debatido em função da Lei da Regência. A maioria dos deputados que partici-

¹ José Antônio Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, pág. 201.

² Alves Branco, Sessão do Senado de 8 de julho de 1841.

³ Visconde do Uruguai, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, II tomo, pág. 60.

⁴ Frei Caneca, *Obras Políticas e Literárias*, pág. 42.

pavam da discussão entendia que os atos do Poder Moderador, exercidos pelo imperante, não tinham necessidade de referenda ministerial.

Pretendeu-se, depois, que o artigo da Lei da Regência fosse interpretação da Carta, envolvendo declaração de que também os atos do imperador exigiam referenda. Já o projeto da reforma da Constituição, que daria origem ao Ato Adicional, eliminava-o, e suas atribuições, consideradas necessárias, passariam para o Executivo.

Mas um lance singular decorreria do conflito. O espírito conservador, em atitude defensiva diante da avalanche, procurou no Senado salvar os atos do Poder Moderador, adotando o ponto de vista liberal de que estavam sujeitos à referenda dos ministros, ponto de vista defendido por Feijó e Paula Sousa, durante a discussão do problema na Lei da Regência. O liberalismo, ao contrário, desejando eliminar o quarto poder, apegava-se ao ponto de vista antigo dos conservadores de que não havia necessidade de referenda, com o intuito de comprometê-lo com razões antidemocráticas. Uma questão de tática fazia inverterem-se os papéis e salvava-se, afinal, o quarto poder, com a união da Câmara com uma maioria do Senado.

A partir de então consolida-se o poder real e o ponto de vista conservador firmar-se-ia em virtude dos precisos termos da Lei da Regência. Limita-se o radicalismo a querelas por minudezas de um debate na Câmara dos Deputados, em torno da máxima de Thiers — o rei reina e não governa. Referindo-se ao assunto, observou o Visconde do Uruguai que a questão, depois de 1841, reapareceu esporadicamente na imprensa, sumindo-se logo. “Aparece ordinariamente nas Câmaras, metido a martelo em discussões estranhas, na de fixação de forças de terra por exemplo, e sem que ninguém saiba donde veio, por que, para que veio e para onde se foi.”⁵

Muitos anos mais tarde, em 1860, adejava o jacobinismo já emolido na *Circular aos Eleitores Mineiros*, de Teófilo

⁵ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, II tomo, pág. 33.

Otôni. A fórmula — o rei reina, mas não governa — é infesta ao princípio de que o rei reina, governa e administra, e consagrado pelo espirito conservador. Em Otôni declara-se um liberalismo coerente de quarenta anos, desde o 7 de Abril até os utimos tempos da decada de 60. Transigira com a Monarquia, desde que constitucional, isto é, respeitadas as práticas democráticas. O Poder Moderador é cuidadosamente esmiuçado em sua *Circular*: “*The king cannot do wrong*. Bem sei que esse é um dos dogmas da monarquia constitucional. E nao tenho a menor dúvida que daí se derive a irresponsabilidade da pessoa real. Mas o princípio — *the king cannot do wrong*, sobre que se funda a irresponsabilidade, diz um escritor — só é racional subentendida estas palavras: *because he does nothing*.”

“A ficção diz somente que o rei não pode fazer mal, e que, portanto, é irresponsável. Não diz que o erro ou o crime não possam estar nos atos promulgados em nome do rei. Nem a Constituição o poderia admitir, porque supõe a possibilidade do crime no conselho. E, se houve crime no conselho, não pode deixar de havê-lo na execução do conselho criminoso. E como, segundo a ficção, o rei não pode fazer mal, é preciso que, ao lado da irresponsabilidade real, esteja sempre a responsabilidade do executor. É outro dogma, sem o qual a ficção constitucional fora o maior dos escárnios ao bom senso. Pelo mal, que pode estar nos atos do rei, é responsável o que lhe deu o cunho da exeqüibilidade. Não há sofismas e filigranas que possam contrariar essa teoria. A constituição supô-la, porque é congênita com o sistema, e consagrou no seu texto esta suposição. Ocasionalmente, quando decretou, nos arts. 69 e 70, o formulário para a publicação das leis, menciona e declara indeclinável a necessidade da referenda.”⁶

⁶ Teófilo Otôni, *Circular* aos senhores eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos senhores eleitores de deputados pelo 2.º distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura. Rio, 2.ª edição, 1861.

Em verdade, germinara entre o liberalismo e desenvolveu-se um certo sentido de respeito ao poder real, o que aclara a renúncia de uma postura à Frei Caneca e esclarece a caminhada para a transigência. Significativa fora a atitude de 1832, quando se pretendeu extingui-lo. Protestaram os pugnadores que não queriam extirpá-lo, mas sim passar as suas atribuições constitutivas ao Poder Executivo. O ímpeto do ataque era suavizado pela natureza das atribuições moderadoras próprias ao poder e a transação prevalecia com o sacrifício apenas do Conselho de Estado.

Muitas vezes parece supérfluo suscitar tais problemas com as suas minudências. Mas o que se não pode é eximir de significado histórico a instituição que vinha dirigida contra o radicalismo do projeto da Constituinte. Referindo-se à circunstância, observou o Visconde do Uruguai que com semelhante Constituição não durariam os imperadores mais do que duraram as regências, sendo que isso o persuadia de que um dos maiores serviços que prestou D. Pedro I ao Brasil foi a dissolução da Constituinte. Como antítese do radicalismo de Antônio Carlos, que quase equipara o imperador às nossas regências da menoridade, instituíra-se a dinâmica da neutralidade.

Podemos claramente perceber a sua natureza de instrumento da conciliação em diversos pronunciamentos. “Este poder”, disse Alves Branco, “na sua própria índole mostra que seria prejudicial se fosse exercido por qualquer dos outros. O Executivo com ele derrubaria tudo; o Judiciário deixaria tudo imóvel na sociedade. Qualquer desses dois poderes se tornaria absoluto.”⁷

A análise em geral vem sempre ligada à hermenêutica jurídica. Uruguai aprofunda o estudo, margeando a exegese do texto constitucional feita pelo juriconsulto Pimenta Bueno, em seu tratado de direito público e análise da Constituição do Império. Vasconcelos já havia firmado o princípio do primado da lei: “Ponho de parte tudo quanto podem dizer os

⁷ Alves Branco, Sessão do Senado de 8 de julho de 1841.

publicistas a tal respeito; quando a lei é clara, ainda que as teorias dos publicistas sejam sancionadas pela razão e experiência dos séculos, não devem ser preferidas, devem ser subordinadas à Lei.”⁸ Dessa forma, fugia-se a um exame sob um ângulo diverso do direito positivo. “Tem-se dito”, volvia Vasconcelos à matéria, em sessão do Senado, “que este artigo [relativo ao Poder Moderador] é doutrinal; e já hoje um nobre senador disse que ele continha razões de ordem. Eu não estou habilitado a declarar quais são os artigos da Constituição que são doutriniais e quais são aqueles que contêm razões de ordem; mas do que estou convencido, e o que me obriga a seguir a regra de hermenêutica, é que todos os artigos de uma lei são taxativos, *Lex debet esse jubens, non docens*.”

A lei não ensina, prescreve, repetiria Uruguai, repisando os mesmos argumentos para os que tentavam perquirir elementos estranhos ao texto da Carta. No mesmo sentido é o parecer a propósito da referenda. Apela para o dispositivo que delega privativamente ao Imperador o Poder Moderador, tratando-se logo de *jure constituto* e não de *jure constituendo*.

A contenda — o rei reina, mas não governa — Uruguai também a condicionou ao problema do direito constitucional pátrio. Não se trata de questão abstrata, diz ele, digressionando, pois só pode ser resolvida “tendo-se em vista as instituições positivas de cada país”. A nossa Constituição não supôs, nem admite o governo exclusivo de algum poder. Desenglobou-os, separou-os com maior perfeição que qualquer Constituição que conheço. Deu a cada um justo e independente quinhão de atribuições. Cada um influi no governo segundo essas atribuições. A máxima — o rei reina e não governa — é completamente vazia de sentido para nós, *pela nossa Constituição*.⁹

⁸ Bernardo P. de Vasconcelos, Sessão do Senado de 9 de julho de 1841.

⁹ Visconde do Uruguai, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, II tomo, pág. 157.

A atitude não significa que deixariam os regressistas de elaborar uma teorização do centralismo político implantado. Uruguai intenta formulá-la num quadro amplo que subentendia a especificidade desse centralismo. A análise do poder neutro não constitui pois o núcleo para a tese contida nos ensaios do ideólogo conservador.

Os liberais, em seus ataques, não lograram a inteligência que pudesse ferir de morte o quarto poder, pois aspiravam apenas à alteração da hermenêutica. Zacarias, por exemplo, fazia depender do dispositivo constitucional a natureza do mencionado poder. Mesmo Antônio Carlos, partícipe da revolução pernambucana de 1817, não sustentou ao menos que a Constituição exigisse referenda, para os atos do poder neutro. Limitava-se a julgá-lo defeituoso e lançava a culpa nos Conselheiros de Estado que a redigiram.

Caberia a um tradicionalista, Brás Florentino, o esforço para a elaboração de uma teoria política do Império, alicerçada no Poder Moderador. Apesar de sua filiação, não titubeava em recorrer a Benjamim Constant para a defesa dos postulados.

Numa sociedade bem ordenada, argumentava, existe uma certa harmonia, uma hierarquia entre as coisas; o sistema do Poder Moderador, unificando na pessoa do rei todas as forças sociais, reconstitui o equilíbrio dentro do organismo nacional.

As convicções filosóficas faziam-no admitir três posições distintas incluídas no quarto poder: a ordem, a estabilidade e a bondade específica. A ordem, pelo equilíbrio entre as forças; a estabilidade, pela hereditariedade da coroa; a bondade específica, o amor da coisa pública que promove a união da dinastia à sorte do Estado.

“Concluiu-se, portanto, que, para unificar o poder, para assegurar a permanência e a constância de sua ação, para harmonizar as forças sociais, para dar à nação em sua totalidade espaço-temporal uma representação adequada, deve o poder supremo caber a um monarca hereditário, a um rei. Todavia, para que um monarca seja verdadeiramente um rei, uma figura colocada fora e acima das lutas da sociedade,

mister se torna garantir contra qualquer compromisso. Daí a Constituição considerar a pessoa do Imperador 'inviolável e sagrada'.”¹⁰

Do texto constitucional deriva o poder pessoal. Por isso, na análise da situação política brasileira, durante o Segundo Império, uma pergunta sempre se fez. Não seria tudo, em última razão, o resultado da vontade de Pedro II?

No longo reinado, de meio século, autores e sobretudo homens públicos clamaram contra o seu arbítrio, que a tudo subvertia, reduzindo o mecanismo dos poderes a instrumentos de seus caprichos.

Poder-se-á admitir a influência da personalidade em termos assim tão absolutos?

A atmosfera social que envolvera o imperador, desde a sua infância, estava repassada do espírito procedente sobretudo da França da Restauração, já refeita dos perigos do radicalismo que havia atingido o seu espírito. A tendência ideológica do equilíbrio difundia-se sobre tudo. Passava assim a realidade superindividual de nossa cultura a ser caracterizada por tonalidades que o ecletismo procurara ilustrar através de uma fórmula engenhosa de conciliação de diferentes escolas filosóficas.

A linguagem do grupo dominante impregnava a coletividade quase toda das palavras e significações tranquilas. Estas, então, passavam a acondicionar, em certo grau, as soluções e os caminhos para os problemas. Aí o indivíduo singular participava do pensamento geral, manipulando os modelos gerais do pensamento do grupo dominante e respondendo adequadamente a essa situação. O modo de pensar do indivíduo confundia-se com o contexto da ação coletiva.

A expressão complexa desse fenômeno culturalista sentimo-la numa perspectiva mais ampla que abarque o meio século de governo imperial. A conciliação tornara-se a expressão do ambiente transfigurada através do imperador.

¹⁰ João Camilo de Oliveira Torres, *A Democracia Coroada*, pág. 158.

Movia-se ele na atmosfera da transigência, atuando mesmo, muitas vezes, como causa determinante, sempre porém com expressão da tendência. Por tal motivo, o imperador e o poder neutro identificam-se de forma a constituir o chamado poder pessoal.

Mas admitamos que a vontade de Pedro II tivesse constituído sempre a última razão de todos os problemas, que o seu arbítrio ditasse os motivos das medidas decisivas. Para pôr à prova o absoluto de sua vontade, seria necessário concluir que contrariasse a tendência da época, a ideologia que atravessava a atmosfera, pois, desde que as determinações reais fossem conformadas ao espírito da época, não prevalecia a sua vontade, mas apenas se espalhava um estado de coisas. A prova definitiva, se possível, consistiria em buscar, nas áreas de atrito, o prevalecimento da vontade do soberano contra os pontos de vista dos senhores rurais, contra o critério habitual dos líderes conservadores e em geral contra o sentido conciliatório.

Nisso está a autenticidade do imperador ou sua representatividade. O poder pessoal não se extravasa, não se tornava estranho às forças sociais, ajustando-se, ao contrário, à corrente das elites do domínio. O imperador-indivíduo, tomado pois concretamente, tinha em si mesmo uma estrutura social, e, para empregar uma expressão de Marcel Mauss, o homem total possuía em si tudo o que possuía a sociedade total.

Quando as solicitações externas se faziam sentir, diretamente através dos grandes espíritos europeus ou mesmo pelos reclamos do radicalismo alienado, o poder moderador, sobretudo no que toca ao elemento servil, sempre sopesava qualquer desejo generoso do indivíduo singular.

Disso pareciam ter consciência as elites: Alves Branco comentava, em discurso, que a lei havia elevado o poder real tão alto, enchendo-o de tantos bens de fortuna, o fizera guarda de tão rico patrimônio a transmitir a sua sucessão, “que não é possível que essa personagem ponha em risco tudo

isto para ter o gosto de submeter a sociedade a praticar atos ilegais”.

A cultura inspirada no ecletismo tornava-se transcendente, predominando nas instituições, na sociedade, e passava a atuar sobre os indivíduos, sobre o príncipe, tornando-se imanente aos próprios homens, principalmente o imperador. A cultura do ecletismo, diríamos, retransia o indivíduo, instalava-se em sua fisiologia, nos seus centros de sensibilidade, condicionando-lhe tudo, os reflexos e o comportamento.

Nascera no Brasil o imperador, independente através de uma fórmula de ajuste político. Vinha destinado, sobretudo por sua nacionalidade, a desempenhar uma função de apaziguamento dos espíritos conturbados. Ao redor de sua infância, já o ecletismo proclamava-se na eloquência de Monte Alverne: “Quem seria capaz de combinar os elementos decompostos na cratera revolucionária? Não é só uma fiança de paz que o Brasil possui no seu imperador. Ele é ainda o símbolo da unidade nacional.” É significativa a identificação que já faz o arremedo filosófico de unidade nacional e função moderadora.

Seus tutores, José Bonifácio e Itanhaém, ambos foram homens ilustrados pelo compadrio da prudência burguesa de após-revolução. O primeiro participara do movimento de 1822 de forma decisiva, criara-se sob a influência do enciclopedismo, mas repelira, desde a mocidade, os excessos do movimento político de 1789, refugiando-se numa previdência entre a objetividade científica e o espiritualismo cristão. O segundo, cultor sem entusiasmo do materialismo francês do século XVIII, adotava uma filosofia do ceticismo manso e professava idéias despidas de fundo místico. Itanhaém, sobretudo, preocupava-se em moldar ao futuro monarca um caráter burguês, antípoda dos avós absolutistas, um imperador tranqüilo, sem inquietações.

Refere-se Pedro Calmon a uma alegoria do pano de boca do pequeno teatro que divertia o imperador criança e suas irmãs, a ostentar a história e as promessas do descobrimento: portugueses a plantarem uma cruz, indígenas sentados sobre

montes de frutas da terra e no ar um anjo, com duas bandeiras do Reino Unido e do Império. Uma idéia conciliatória, realmente; brancos, proteção dos céus, abundância do solo.

Reservava-se-lhe um papel atreguador a desempenhar na história do país, e seus mestres imbuíam-lhe os hábitos adequados, modos frios, e ei-lo soberano sem tumultos sentimentais, o que lhe daria o necessário equilíbrio à política da moderação. Seu preceptor Frei Pedro da Santa Mariana era um carmelita de pensamentos liberais, um frade revolucionário de 1820. Ensinou ao imperador o hábito de ouvir com paciência, de esperar, de querer com obstinação e vencer com cautela.¹¹

Encerrado o período de Feijó, a conciliação de um Araújo Lima fazia as pazes com os hábitos monárquicos, no episódio do beija-mão da festa da Cruz, que o radicalismo verberou pela palavra de Teófilo Otôni, mas que os senhores rurais aceitariam de bom grado.

Identificam-se, em sentido lato, conjugando-se, o poder pessoal e o Poder Moderador. O exercício do último realiza-se através do primeiro. A escolha dos senadores seguia o critério das listas tríplexes fornecidas pelo partido do poder; a convocação da assembléia-geral extraordinária exigia a provocação do Gabinete e a dissolução da Câmara exigia a convocação imediata de outra. A leitura dos dispositivos constitucionais referentes ao Poder Moderador deixa evidenciado que o poder de arbítrio não se podia exercer impunemente. As particularidades individuais do imperador, neste sentido, realçam a tendência da concórdia. E seu critério seletivo, na verdade, que se fizera em função de dispositivos constitucionais, obedecia a princípios rígidos de moralidade e senso pequeno-burguês. Cuidava, antes de tudo, em obedecer às normas que se desenvolviam nos quadros políticos dos senhores rurais e da classe média urbana.

¹¹ Pedro Calmon, *O Rei Filósofo*, pág. 51.

XIV. A FILOSOFIA ECLÉTICA NO BRASIL

Em suas recordações de Kant lamentava Tobias Barreto não haver como rota filosófica domínio algum da atividade intelectual em que o espírito brasileiro se mostrasse tão aca-nhado, tão frívolo e infecundo. A violência da increpação dirigia-se aos sectários do espiritualismo e, se a ênfase sob certo ângulo se justificava, há que considerar o irremediável da situação.¹

Antes da Independência o governo metropolitano sempre se mostrara infenso à instrução e contrário à criação de escolas. Dispunha a Ordenação, no regulamentar o magistério, que os mestres fossem obrigados a ensinar somente a boa forma dos caracteres, as regras gerais da ortografia portuguesa, as quatro espécies de aritmética simples, o catecismo e as regras de civilidade.² Ainda em fins do século XVIII, achava-se a instrução pública sob condições de permanente constrangimento policial. Em razão das idéias em voga, disseminadas pelo enciclopedismo, a ação proibitória estendia-se ao comércio de livros e jornais. O ensino secundário só se ministrava nos seminários diocesanos ou em poucas escolas régias. E, mesmo com a translação da Corte e conseqüente transplante de muitos institutos do velho organismo político

¹ Tobias Barreto, *Questões Vigentes*, pág. 245.

² Moacir Primitivo, *A Instrução e o Império*, vol. I, pág. 25.

da metrópole, persistiu o estado de coisas, circunstância que explica o malogro do Instituto Acadêmico, entre cujas finalidades constava o estudo das ciências políticas. Na defesa de idéias absolutistas, a provisão de 14 de outubro de 1808 proibia a admissão e despacho de livros e papéis impressos, sem prévia licença do Desembargador do Paço, a cargo de quem corria a fiscalização.

Com o movimento da Independência, a situação modifica-se. Mas o espírito da Santa Aliança e as tendências moderadas do pensamento da Restauração uniam-se para emprestar às criaturas atemorizadas aquelas tendências da superficialidade espiritualista. “Então”, comentaria Sílvio Romero, “o ensino filosófico era uma amálgama de Storcheneau e Genuense, esses nomes desconhecidos na história do ensino público dos povos cultos. Uns restos estropiados de Locke e Condillac, reduzidos a figuras mínimas pelos discípulos e comentadores, e algumas laudas enganadoras, brilhantes pelo estilo e frágil pela análise de Laromiguière, tal o seu conteúdo. Tudo isto decorado, não para perscrutar o enigma do homem e do universo; sim para limar a argúcia e secundar a loquela. Depois, mais alguma vulgarização das obras de Maine de Biran, que não teve contraditores, por não ter quem o lesse, segundo diz Taine, e de Victor Cousin, que sacrificava o pensamento por amor da frase, como no-lo declara Renan, trouxe a propensão e finalmente a queda completa para o ecletismo espiritualista francês.”³

Seria o ecletismo, realmente, a mais importante das feições que apresentou o movimento de reação ao materialismo. O prestígio dos ecléticos franceses crescera nos meios estudantis e intelectuais. Seus livros chegavam até o interior do país, como nos revelam vários autores e mesmo, em plena efervescência da década de 70, citava-se e debatia-se ainda Victor Cousin.⁴

³ Sílvio Romero, *A Filosofia no Brasil*, págs. 8/9.

⁴ Aurélio Pires, *Homens e Fatos do meu Tempo*. “No externato de Diamantina”, diz o autor, “Francisco Correia Rabelo, professor

Victor Cousin foi a figura mais expressiva da escola. Duas obras: *História Geral da Filosofia* e *Do Verdadeiro, do Belo e do Bem*, resumem a sua doutrina.⁵ Discípulo de Royer Collard e de Maine de Biran, sucedeu ao último na cadeira de História da Filosofia na Faculdade de Letras de Paris. Defendeu na mocidade as doutrinas da escola escocesa, seguindo Collard, sobretudo a teoria de Reid da percepção imediata,⁶ adotou, em seguida, um panteísmo hegeliano e acabou professando uma espécie de misticismo, com influência de Plotino, Descartes e Leibniz. Traduziu Platão, e divulgou as teorias mais gerais de Hegel, como a do papel dos gênios e as nações privilegiadas, chegando a uma espécie de fatalismo histórico. Diz Felix Ravaisson: “à medida que Victor Cousin progredia em sua carreira, embora mantivesse, segundo suas próprias expressões, a bandeira do ecletismo, de fato este se reduzia, cada vez mais, a um sistema particular em que as idéias dos filósofos escoceses e algumas de Maine de Biran e de Ampère forneciam a primeira base; sendo possível, assim, defini-lo como um brilhante desenvolvimento do semi-espiritualismo inaugurado por Royer Collard.”⁷

Ao continuar a tradição do sensualismo, Laromiguière havia modificado o sistema de Condillac: a sensação passiva era, segundo ele, insuficiente para explicar as funções da

de Filosofia e de Retórica, ensinava por intermédio das apostilas de Cousin”, pág. 46.

⁵ Além do significado vulgar da palavra, justaposição sem crítica de doutrinas incoerentes, tem-se ainda o de atitude filosófica, serena e antidogmática, exprimindo a liberdade de julgar *ex-sapientia modus*, de que falava Tácito. Deste último sentido deriva a incorporação ao organismo filosófico de tudo aquilo a que diferentes sistemas possam dar origem. In *18 jahrhundert*, namentlich in Frankreich, nicht nur ein Kampf gegen die bestehenden politischen Institutionen, wie gegen die... Religion und Theologie war, sondern ebenso sehr... gegen alle Metaphysik. (im “Sinne der trunkenen Spekulation”, zum Unterschied von der “nüchternen Philosophie”), *Die heilige Familie* in Literarischen Nachlass.

⁶ Victor Cousin, *Philosophie écossaise*, 8.^a lição, pág. 334.

⁷ Felix Ravaisson, *La Philosophie en France au XIX.^e siècle*, pág. 21. Taine, *Les Philosophes Classiques du XIX.^e siècle*, págs. 204/207.

alma, sendo necessário aplicar a atenção, que é ativa. A sensação e a atenção, ao combinarem-se, explicam tudo. Royer Collard adiantou-se mais, deixando de lado Condillac e aceitando, sem nada acrescentar, as conclusões da psicologia escocesa. Cousin continuou a reação contra os métodos analíticos do século XVIII. Seus trabalhos se tangem à análise psicológica e à exposição crítica da história da filosofia. O método é o da observação, análise e dedução aplicados aos fatos da consciência. No campo da história da Filosofia, realizou investigações, mas as suas contribuições orientam-se mais no sentido da observação e generalização do que da análise e especulação.

Cousin expunha que a sua concepção não consistia no sincretismo cego que pela força procurasse aproximar os sistemas contrários. “Ne s’est-on pas imaginé que l’éclectisme consistait à recueillir, dans tous les systèmes sucessivement adoptés et abandonnés par l’esprit humain, quelques lambeaux de doctrine... qu’on ajustait ensuite tant bien que mal... sans mesure précise de la vérité et de l’erreur, dans une sorte de mosaïque philosophique? L’éclectisme de Cousin repose au contraire sur ce principe incontestable et incontesté... que les systèmes sont construits avec des éléments préexistants dans l’esprit humain, comme les oeuvres de l’industrie et de l’art avec des éléments préexistants dans la nature. S’il n’en était pas ainsi, un système philosophique ne pourrait jamais en appeler à l’autorité de la raison et de la conscience.”⁸

⁸ André Lalande, *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, págs. 258/259. Note sur Eclectisme in Lalande, *ob. cit.*, págs. 1260/1261. Tiberghien, *Introduction à la Philosophie et Préparation à la Métaphysique*, pág. 384, refere-se ao ecletismo como “un ensemble de fragments, un mélange de parties d’emprunt” (pág. 314) que nos faz lembrar definições de sincretismo dadas por Eisler, *Vereinigung ohne Verarbeitung*, e Kirchner, *Unmethodische und drittklose Vermischung*, 751 e 504, de Lalande. Egger, em sua conhecida “Nota sobre as teses primitivas do ecletismo”, faz uma restrição à interpretação de Frank ao considerar o sistema de Cousin como um pensamento único, onde o “espiritualismo é o fim, o ecle-

Aconselhava-se um ecletismo ilustrado que julgasse com equilíbrio todas as escolas, delas procurando retirar o que houvesse de verdadeiro e eliminando o que houvesse de falso.

A idéia central de seu pensamento é tal ecletismo. Segundo Cousin, a história da Filosofia revela a sucessão de quatro sistemas, a saber: o sensismo, o idealismo, o ceticismo e o misticismo. Em primeiro lugar tem-se o sensismo, que explica pela sensação todos os fenômenos, ou melhor, que considera a sensação como única ordem de fenômenos existentes na consciência. O idealismo, por outro lado, atende a outra realidade desprezada pelo sensismo, mas por sua vez despreza a sensação e se esquece da coexistência da idéia e sensação na consciência. Em seguida o ceticismo refuta os dogmatismos anteriores, tomando, porém, por erro total o que não passa de um erro parcial, constituindo então um dogmatismo de novo tipo. Finalmente, para a salvação das dificuldades anteriores, inclina-se à reflexão para o espontaneísmo, convertendo-se no misticismo.

Todos são falsos, pois, se tomados isoladamente. Mas cada um deles é verdadeiro no que afirma e falso no que nega.⁹ Sendo o erro uma verdade incompleta, encontram-se, em todos os sistemas, parcelas de verdade, que corretamente reunidas num todo passam a constituir a verdadeira filosofia, conciliação de todos esses sistemas diferentes.

Força é, pois, escolher nos sistemas o que existe de conformidade com o sentimento comum e evitar-se o que oferecem de exclusivo. Temos aí a importância da história da Filosofia para os ecléticos em contraposição aos cartesianos, propensos a deixar de lado tudo o que pensavam os filóso-

tismo apenas um meio". Embora Cousin declarasse subordinar o ecletismo (um método puramente histórico) ao espiritualismo, Egger observa que "esta interpretação não está de acordo com as intenções e as esperanças de sua primeira filosofia". Notas Lalande, *ob. cit.*, pág. 1260. Órris Soares, *Dicionário de Filosofia*, 1.º vol., pág. 261.

⁹ Máxima recolhida de Leibniz.

fos anteriores. Para o pensador francês todo o sistema filosófico contém algo de verdade. Tem-se que saber o que há de verdadeiro em cada um para a construção de um sistema integral em filosofia.

Necessário senhorear-se de um corpo completo de doutrinas, ter-se um método que permitisse, na crítica dos sistemas, discernir o verdadeiro do falso. E para determinar o verdadeiro nos diferentes sistemas o ecletismo orientava-se para o psicologismo. “Eis a teoria eclética da origem das idéias. Nossos conhecimentos dividem-se em duas classes: as percepções, cuja necessidade exige a aceitação do sensismo, e as concepções, uma espécie de intuição ou experiência interior que nos revela uma razão impessoal e nos proporciona a intuição imediata da verdade, possibilitando-nos atingir o absoluto. A Psicologia torna-se, assim, a base da Ontologia e o fundamento de toda a certeza.”¹⁰

Cousin afirmou a existência de Deus e da alma, objetos de concepção, a irredutibilidade entre o conhecimento sensitivo e a inteligência, o caráter espiritual dos fundamentos da ética, cuja base, afirma, é o bem absoluto e o honesto, não a fazendo, porém, dependente de Deus, pois para ele a fórmula do Dever é não manter a ordem estabelecida por Deus, mas obedecer à razão.

Na verdade, não passou o ecletismo de um conjunto de fragmentos, uma mistura, revelando o desejo de manter-se em equilíbrio entre os extremos, conciliando num sistema pouco definido o sensismo e o idealismo ou procurando, como já se observou, encontrar num momento de transição e de crise o que pudesse salvar o passado sem erigi-lo em norma única.¹¹

¹⁰ Salienta Alfred Fouillee que Cousin não explica como pode deste modo conceber nossa razão, objeto de que não temos qualquer experiência. Contenta-se com a invocação de uma espécie de “revelação interior”. *Historia General de la Filosofia*, trad. espanhola, págs. 492 e seguintes.

¹¹ J. F. Mora, *Diccionario de Filosofia*, pág. 197.

A filosofia da paz e da conciliação propunha a todos os espíritos que se esquecesse o passado com todos os seus excessos. O enciclopedismo era o culpado de todos os males. Urgia abandoná-lo, ressuscitar “ce qui n’a pas péri, ce que ne pouvait périr”. Havia necessidade de nuvens e ninguém as forneceria em maior quantidade que os ecléticos, disse Taine, em sua demolidora crítica à filosofia francesa do século passado.

No decurso da vida de Victor Cousin, vai-se o ecletismo descolorindo para um espiritualismo vago, que acaba por não mais satisfazer nem os espíritos científicos nem as almas religiosas.¹² Outro não poderia ser o seu destino.

O ecletismo projetar-se-ia sobre o Brasil. Em página conhecida, deu-nos Sílvio Romero uma descrição da atmosfera cultural brasileira durante o seu fastígio. “Até 1868”, escreveu, “o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história de um grande país.”¹³

Teria sido inautêntica a repercussão do ecletismo em nossa cultura? A transplantação ter-se-ia processado, sem critério, ao sabor da novidade francesa?

¹² Taine, *ob. cit.*

¹³ Sílvio Romero, “Explicações Indispensáveis”, introdução a *Vários Escritos*, de Tobias Barreto, págs. XXVI/XXVII.

Sílvio Romero, no seu afã de contender com o espiritua-
lismo, exagerava-se na crítica ao movimento de idéias que se
processara no século passado. Procedentes de fonte extrana-
cional, elas não descenderiam uma da outra, não seriam li-
gadas por um liame histórico. “São folhas perdidas no tor-
velinho da nossa indiferença, a pouca ou nenhuma influência
que hão exercido sobre o pensamento nacional explica essa
anomalia.”¹⁴ O mesmo ponto de vista expendem diversos
autores modernos. Em sua *Contribuição à História das Idéias
no Brasil*, Cruz Costa salienta: “Julgava-se que os livros da
sabedoria européia encerravam uma fórmula ideal e milagro-
sa. A realidade ambiente, essa, era esquecida pela maioria
dos letrados do início do século XIX, para os quais os mol-
des literários, artísticos e filosóficos da Europa pareciam
calhar, como uma luva, no Brasil. A França pediram-se fi-
gurinos literários e filosóficos, à Inglaterra, senhora de uma
monarquia modelo, o ritual do parlamentarismo, e a Ale-
manha, sobretudo depois de 1870, ao mesmo tempo que nos
enviava a sua metafísica clássica, remetia-nos também as suas
novas orientações científicas. É, porém, principalmente de
Paris, ou através de Paris, que nos chegariam as idéias filo-
sóficas. Dali vinham doutrinas e teorias que o sibaritismo in-
tellectual das classes superiores ia deglutindo sem as assi-
milar de maneira conveniente e adequada.”¹⁵

Há diversas explicações para o reflexo do ecletismo no
Brasil. Clóvis Beviláqua, considerando-a “a filosofia que mais
extensas e profundas raízes encontrou na alma brasileira”,
atribuiu à psicologia do brasileiro a razão do fato. “Em pri-
meiro lugar”, escreveu, “nos vinha da França a filosofia es-
piritualista, e as nossas simpatias pelos produtos intelectuais
franceses são uma obsessão de que não nos curam nem as
picardias ásperas do governo francês, nem o conhecimento de
expansões literárias, científicas e filosóficas em outros países,
ainda que mais brilhantes. Em segundo lugar, é preciso re-

¹⁴ Sílvio Romero, *A Filosofia no Brasil*.

¹⁵ Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*.

conhecer que a força do espiritualismo estava para nós, principalmente em sua eloquência palavrosa tanto do nosso gosto, estava no extenso quinhão que ele abria à imaginação, ao cismar sem freios, falando tão de perto às nossas tendências intelectuais, mesmo ao nosso lirismo; estava, finalmente, no abandono das sutilezas e argúcias metafísicas, para as quais parece que, decididamente, não temos aptidão.”¹⁶

Já Gómez Robledo imputa aos acompanhantes de D. João a responsabilidade pela réplica nacional de uma evolução ideológica francesa. “Y en lo que hace a la cultura, D. Juan VI llevó consigo una imprenta, la primera que conoció el Brasil, y una misión de hombres de ciencia y artistas europeos, en sua mayoría francesa, que elevaron el nivel cultural de la nueva metropoli, fundaron academias y escuelas e asentaron para muchos anos el prestigio espiritual de su patria.”¹⁷

Outros autores referem-se a aspectos secundários do problema, como a influência das aulas de Jouffroy, assistidas por Magalhães, ou a dos ideólogos sobre Ferreira França, quando cursava Medicina em Paris.¹⁸

Na verdade, Monte Alverne,¹⁹ Gonçalves de Magalhães,²⁰

¹⁶ Clóvis Beviláqua, *Esboços e Fragmentos*, pág. 24.

¹⁷ Antonio Robledo, *La Filosofía en el Brasil*, pág. 27.

¹⁸ Cruz Costa, *ob. cit.*

¹⁹ Monte Alverne, cuja atividade cai de 1819 a 1856, está no léxico de Aulete, como uma autoridade exemplar. Filósofo, herdou-nos um compêndio; professor, doutrinou com eloquência, substituindo a falta de originalidade pelo brilho da língua. Nas letras foi um dos precursores do romantismo. Aos cinquenta anos cegou, recolhendo-se então à solidão, donde, dezoito anos após, foi tirá-lo D. Pedro II para que pregasse na festa do santo a que devia o príncipe seu nome.

²⁰ Gonçalves de Magalhães nasceu em 1811, frequentou o Colégio Médico-Cirúrgico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Seguiu os cursos do pregador Monte Alverne no seminário de São José, e na França, mais tarde, assistiria às lições de Jouffroy. De volta ao Brasil, em 1838, foi nomeado professor de Filosofia do Colégio Pedro II, só assumindo a regência da cadeira três anos mais tarde. Interrompeu a sua carreira no magistério, acompanhando Caxias ao Maranhão, como secretário do governo na campanha pa-

Eduardo Ferreira França²¹ e outros aderiam ao pensamento filosófico eclético, rompendo com o sensismo de Condillac.

Ocorre, entretanto, que as origens do movimento conciliador vinham de longe. Silvestre Pinheiro Ferreira, que chegara ao Brasil pouco após o regente, iniciaria, na Corte, em 1813, um curso de Filosofia. As lições foram publicadas na Imprensa Régia com o título de *Preleções Filosóficas*. As suas idéias, expostas em 1821, exprimiam um meio-termo, afastadas do absolutismo e do jacobinismo democrático.²²

Nos fins da década de 30, em Paris, Silvestre Pinheiro Ferreira conheceu Victor Cousin, de quem se tornou amigo.²³ A sua influência sobre a *intelligentsia* brasileira, nesse período de formação, ainda não foi devidamente estudada. Todavia, para dela ter-se uma impressão, basta se apreciem os primeiros golpes sobre a metafísica do século XVIII, desferidos em Portugal pelo notável pensador, nos primórdios do século XIX. No terreno da Gramática Filosófica, tudo faz crer que os seus estudos sobre as relações entre o pensamento e linguagem tenham influído, na Bahia principalmente, durante o século passado. João da Veiga Murici, professor e excelente latinista, que publicou em 1846 um curso abreviado de Filosofia, Guilherme Pereira Rebelo, Jerônimo Soares, o frade beneditino Francisco da Natividade Carneiro da Cunha, Demétrio Tourinho e o padre maranhense Antônio da Costa Duarte e também Carneiro Ri-

cificadora. Em 1842 principiou o curso de Filosofia, época em que escreveu o seu *Discurso sobre o Objeto e a Importância da Filosofia*. Mas no ano seguinte já se encontrava novamente acompanhando Caxias ao Rio Grande do Sul. Dedicou-se depois à carreira diplomática.

²¹ Eduardo Ferreira França nasceu na Bahia, formando-se em Medicina. Defendeu na mocidade as idéias da escola sensista.

²² Silvestre Pinheiro Ferreira, *Preleções Filosóficas sobre a Teoria do Discurso e da Linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia*, 1813.

²³ Maria Luísa Cardoso Rangel de Sousa Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, pág. 38.

beiro, receberam direta ou indiretamente a influência de Silvestre.

A obra de Monte Alverne reúne as lições conventuais a partir de 1829, quando nomeado professor no Seminário São José.²⁴ As doutrinas expostas são de Locke, Condillac e dos ecléticos, sobretudo de Cousin. Formara-se o frei franciscano sob a influência do sensismo e da metafísica do século XVIII. No Colégio do Convento de S. Francisco, em São Paulo, nos princípios do século, fora iniciado nos estudos de Filosofia debaixo da direção de Frei Ignácio de Santa Justina Leite.²⁵ Cumpre salientar, entretanto, que os estudos se orientavam por Estatutos, baseados na reforma pombalina de Portugal, hostis por conseguinte à filosofia escolástica. Acrescentando-se a tal circunstância o descrédito desta filosofia, muito se compreende dos rumos que tomaria o pensamento do frei franciscano. Posteriormente, no Seminário Episcopal do Rio, ouviria as lições de Frei Santa Gertrudes, ensinando a doutrina de Condillac e a velha escolástica. Os textos traziam os nomes de figuras inexpressivas como Storckeneau,²⁶ Genuense,²⁷ du Phanjas²⁸ e outros.²⁹

Em seu *Compêndio de Filosofia*,³⁰ publicado em 1859, increpava Monte Alverne a influência árabe, denominada de

²⁴ Frei Roberto B. Lopes, *Monte Alverne — Pregador Immaciel, Roteiro para um estudo*. Frei Roberto Lopes, "Leituras de Monte Alverne", in *Revista do Livro*, n.º 12. Referência do autor à correspondência entre Gonçalves de Magalhães e Monte Alverne. O poeta punha o antigo mestre a par do movimento filosófico francês nos meados da década de trinta.

²⁵ Frei José Policarpo de Santa Gertrudes pertencia à Ordem de S. Bento.

²⁶ Sigismundo Storckeneau, jesuíta, autor das *Institutiones logicae et metaphysicae* (1751-1797).

²⁷ Genuense, apelido de Antônio Genovesi (1712-1769), autor de *Elementos de Lógica e Metafísica*.

²⁸ François Para du Phanjas, autor de *Institutiones Philosophicae ud uzum seminariorum et collegiorum*, Paris, Alex Jombert. 1762.

²⁹ Ponelle, filósofo escolástico.

³⁰ O compêndio contém uma introdução e noções sobre a natureza, definição e origem da disciplina, bem como noções introdutórias sobre ciência, arte e seus objetos. A seguir, ocupa-se de Ló-

bárbara, de corromper a filosofia aristotélica, “especulando mais com questões fora do alcance do entendimento, do que marchando com a natureza das coisas, amando mais as disputas clamorosas, do que as demonstrações úteis e pacíficas, respeitando mais a doutrina tumultuosa dos peripatéticos do que as regras de uma razão ilustrada e reta”. A Descartes cabia, segundo ele, o mérito de nos ter dado uma Filosofia livre de todos os princípios absurdos. “Este homem imortal alcançou a glória de abrilhantar a razão, dissipando as trevas que a envolviam.”

As preocupações de Monte Alverne voltam-se principalmente para a antropologia, que repousa no dualismo substancial e se intrinca no problema da comunicação das substâncias. Supunha ter uma teoria sobre força e atividade da alma. Segundo ele corpo e alma não se opõem, pois se houvesse oposição, como poderiam unir-se e reciprocamente agir uma sobre outro? O corpo só atua em razão de seu movimento, que anima todas as suas partes. Embora se ignore a natureza inteira do movimento, sabe-se que o movimento é uma força que se aplica ao corpo, mediante a qual o corpo atua. Logo, não é a matéria do corpo o seu verdadeiro agente, e sim a força que o anima. Uma força física é, em si, indeterminada. Para que produza certos efeitos, convém que seja aplicada a um sujeito, por uma certa forma, segundo certas proporções e numa certa direção. O sujeito, a quem se aplica a força, é o cérebro e é a sua organização (do cérebro) que regula as determinações particulares da força e a faz convergir para um certo alvo. Convergir para um certo alvo significa excitar na alma as sensações ou per-

gica. Laerte Ramos de Carvalho chama a atenção para a influência que exerceu, no compêndio, a obra do velho autor, du Phanjas, na qual se teria baseado para escrever parte da Lógica. O mesmo crítico também admite que Monte Alverne tenha conhecido as obras de Genuense, em São Paulo, quando de seus estudos nos princípios do século e a quem recorreu em sua conceituação de Filosofia. Laerte Ramos de Carvalho, “A Lógica de Monte Alverne”, *Boletim* n.º LXVI da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1946.

cepções correspondentes às modificações da força que as faz nascer. A força de que se trata parece ser sempre uma, simples, imaterial. O ser, pois, que atua sobre a alma é ademais um ser simples que pode sustentar relações secretas com esta substância simples, denominada por alma. Já a alma é um ser absolutamente simples e dotada de uma atividade que lhe é essencial; é pois uma força indeterminada em si. E tão indeterminada em si como qualquer outra força, e recebe as determinações da força que anima o corpo. Mas, para que a alma possa desenvolver a força de que é dotada, é necessário haver um sujeito a que seja aplicada esta força. O sujeito, sobre quem a alma desenvolve a sua força, é o corpo organizado, que lhe está unido. “A simplicidade da alma não oferece, portanto, uma oposição real com a composição dos órgãos: há, logo, uma relação secreta que liga as duas substâncias, um meio secreto, que estabelece um comércio recíproco, e este meio parece-me dever achar-se na natureza das forças inerentes às duas substâncias. São as diferentes modificações destas forças combinadas, que produzem todos os fenômenos da vida.”³¹

Como se verifica, o sentido da conciliação vem traduzido por uma filosofia híbrida ingênua. A alma está reduzida a uma força, como outra qualquer; o movimento é um *quid imaterial*, separado do corpo, como diz Sílvio Romero.³² Os seres todos estão animados de forças igualmente imateriais.

Cruz Costa admite que o pensamento de Monte Alverne constitua como que a transição entre o pensamento filosófico colonial e o do Império.³³ O ecletismo realmente começava a introduzir-se. Tudo se fazia sob a inspiração do sensismo através de divulgadores. A velha escolástica, também, que persistia nos livros de textos, mesclava-se às idéias de Locke e Condillac. Na época em que se iniciou no magistério, procurou Monte Alverne conciliar as teses capitais do espiritua-

³¹ Monte Alverne, *ob. cit.*, pág. 103.

³² Sílvio Romero, *A Filosofia no Brasil*.

³³ Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, pág. 84.

lismo cristão com o sensismo, fundindo-os, como acentua Leonel Franca, num amálgama heterogêneo e incoerente, caldeando Locke com Descartes, Condillac com Leibniz.³⁴

Quando travou conhecimento com Victor Cousin, sua adesão se fez em termos eloquentes. Para ele, que se confessava até então adepto do sensismo, este sistema não podia manter-se “nos seus domínios exclusivos”, depois do aparecimento do idealismo. “Todavia”, escreve, “ambos estes sistemas ofereciam erros, que os seus sectários se lançavam em rosto mutuamente.” E prossegue: “Um destes gênios, nascidos para revelar os prodígios da razão humana, se levantou como um Deus, no meio do caos, em que se cruzavam e combinavam todos os elementos filosóficos, empregando a extensão de sua vasta e sublime compreensão, reconstruiu a filosofia, apresentando as verdades, de que o espírito humano esteve sempre de posse.” E concluía, numa conhecida profissão de fé eclética: “O sistema sublime de Mr. Cousin apenas é conhecido no Brasil, e por desgraça, seus trabalhos filosóficos ainda não estão completos e nem impressos ou conhecidas aqui as suas obras posteriores.”³⁵

O ecletismo se firma, sobretudo, com Gonçalves de Magalhães. Suas idéias consistem numa tentativa de sistematização do ecletismo, numa “repercussão atenuada pelas distâncias de estilo e linguagem, das lições de Victor Cousin”.³⁶ Deixou duas obras filosóficas, além de seus pensamentos e comentários.³⁷ No prólogo em que justifica a primeira obra, *Fatos do Espírito Humano*, declara-se sem pretensão de formular um novo sistema. Salienta, no entanto, que não se limitaria a compilar o que leu, acrescentando que iria aventurar-se, algumas vezes, em novas teorias. Nos prolegômenos

³⁴ Leonel Franca, *Noções de História da Filosofia*, pág. 264.

³⁵ Monte Alverne, *ob. cit.*, págs. 104/105, notas.

³⁶ Tobias Barreto, *Estudos Alemães*. Publicação póstuma dirigida por Sílvio Romero, pág. 460.

³⁷ Gonçalves de Magalhães, *Fatos do Espírito Humano*, Paris, 1858. *A Alma e o Cérebro*.

observa-se certa reserva diante do progresso material de seu tempo, mas a indústria não chega a contrapor-se rigorosamente à filosofia. Há, porém, em suas melancólicas consideranda aquele preciosismo do socialismo feudal.³⁸

A seguir, adota a tese eclética da redução de todas as teorias filosóficas a quatro sistemas:³⁹ o espiritualismo, o sensismo, o ceticismo e o misticismo (o idealismo e o materialismo são conseqüências do espiritualismo e do sensismo). Após a refutação do ceticismo (que não devia, segundo ele, ser considerado sistema de filosofia pelo fato de ser a parte negativa de todos os sistemas), procura Magalhães conceituar o ecletismo. Trata-se de uma crítica que supõe o conhecimento de vários sistemas e escolas diferentes, discriminando o que lhe parece verdadeiro do que se lhe apresenta como falso. Indaga o escritor — “Bastará supor que há verdades em todos, para que logo o espírito eclético as reconheça, as distinga, sem enganar-se em sua escolha, sem deparar em um inconexo sincretismo?”⁴⁰ Não, responde, essa escolha se faz necessariamente em virtude de princípios anteriores à crítica e com uma doutrina já formada.

Criticando o misticismo (se o ceticismo é o escolho em que por desnorteada viagem naufraga a filosofia, o misticismo é a esperança de salvação por um poder superior às faculdades humanas) conclui que o sensismo e o espiritualismo são os dois grandes e únicos sistemas fundamentais de toda a filosofia.⁴¹

A crítica de Magalhães ao empirismo de Locke inspirou-se nas lições de Cousin em seu curso de história da filosofia moderna. No mesmo sentido, são as críticas a Condillac, trabalho que já se encontrava feito, como lembra, por Kant e

³⁸ Influência de Chateaubriand, influência que Antônio Cândido também observou em Monte Alverne. “Suplemento Literário” do *Estado de São Paulo*, Ano I, n.º 3, 20 de outubro de 1956.

³⁹ Magalhães, *ob. cit.*, pág. 34.

⁴⁰ Magalhães, *ob. cit.*, pág. 35.

⁴¹ Magalhães, *ob. cit.*, pág. 39.

Cousin.⁴² Apóia-se também nos experimentos fisiológicos de M. Flourens para atestar o óbito de todo o sensismo.⁴³ Dos dois sistemas, o mais exclusivo e o mais pejado de tristes consequências é justamente o sensismo, porque nega a razão e a liberdade humana. Em Psicologia “é a negação da razão e da liberdade, e das idéias necessárias e absolutas, princípios fundamentais da experiência, sem as quais impossível seria a ciência, e a própria experiência. Em moral é a negação da idéia do dever e da justiça, reduzindo-a ao interesse. Em estética é a negação do belo ideal, confundindo-o com o prazer que o acompanha. Em política, é o despotismo absoluto de Hobbes”.⁴⁴ A História seria, prossegue o nosso pensador, uma luta fatal e incessante de paixões desordenadas, e a religião, uma superstição, filha da ignorância, fundada por uma política hipócrita, em favor do poder.

Para Magalhães, o homem é composto de alma e corpo; a alma puro espírito, e corpo pura matéria. Entre estas duas substâncias, um terceiro princípio estabelece a unidade e explica a reciprocidade da influência. Trata-se da força vital.⁴⁵ A vida é pois considerada não como efeito da alma ou efeito do corpo, mas como força distinta. Além da faculdade de sentir, tem o espírito uma faculdade de saber. Saber o que está em si mesmo, ter ciência de todos os seus atos, é o que se chama consciência. Saber ter ciência do que fora de si se passa, é o que se chama percepção.⁴⁶ Percepção não é sentimento, nem sentimento é percepção; são faculdades distintas. Na primeira tem-se a sensação, que assinala em nós uma impressão orgânica; e na segunda a intuição de um objeto externo, a quem a consciência refere. As sensa-

⁴² *Análise do Sistema de Locke*, III vol. do *Curso de História da Filosofia Moderna* de Cousin, *ob. cit.*, Magalhães, pág. 54.

⁴³ P. J. M. Flourens, fisiologista francês, 1794-1876, *De la vie et de l'intelligence*, Sect. II, chap. 8, págs. 45/47.

⁴⁴ Magalhães, *ob. cit.*, pág. 46.

⁴⁵ A vida que sente sem consciência é a verdadeira *natureza plástica*, imaginada por Cudworth para explicar a ação recíproca d'alma e do corpo. Magalhães, *ob. cit.*, pág. 161.

⁴⁶ Magalhães, *ob. cit.*, pág. 115.

ções são produzidas pelo movimento vibratório das moléculas. Os caracteres que as diversificam não provêm de diferenças específicas dos seus objetos e sim do órgão ou nervo que impressionam. Mas todas as sensações estão *a priori* na faculdade de sentir. “Todos os sentidos servem ao espírito e ao corpo direta ou indiretamente; todas as suas sensações são modificações, ou atos da faculdade de sentir.”⁴⁷

Dotado o espírito humano de uma faculdade de saber, que lhe dá a consciência de sua própria existência, nem por isso se torna fácil, confessa Magalhães, a explicação do processo do espírito na aquisição de todos os seus conhecimentos. Se os espiritualistas acordam em reconhecer no ser que pensa uma faculdade de saber, distinta da faculdade de sentir, já divergem quando tratam de explicar o grau de independência e de simultaneidade dessas faculdades. “A sensibilidade está na força vital. É essa força que se modifica, e produz a sensação que se apresenta a nossa alma. Se a sensibilidade estivesse na alma inteligente e livre, de cada vez que ela se lembrasse de uma sensação a sentiria de novo, como de cada vez que se lembra de uma concepção a concebe de novo; mas se lembra de uma dor ou de um cheiro, ela não os sente de novo; e quando se lembra de uma cor, não a vê, e só a representa em um objeto qualquer percebido por ela.”⁴⁸

Apresenta-se assim uma teoria de sensibilidade, admitindo duas entidades imateriais do homem: a alma e a força vital, que se encarrega da vida e a que se atribui a faculdade de sentir. A força vital é o princípio superior de que são instrumentos os nervos e o cérebro na produção das sensações. E na determinação da fonte das sensações, Magalhães estabeleceu uma hierarquia dos sentidos. Todas as sensações, segundo ele, estão *a priori* na faculdade de sentir. No exame dos sentidos, sustenta que todos servem ao espírito e ao corpo direta ou indiretamente; todas as suas sensações são

⁴⁷ Magalhães, *ob. cit.*, pág. 158.

⁴⁸ Magalhães, *ob. cit.*, págs. 159/160.

modificações ou atos da faculdade de sentir.⁴⁹ Os animais destituídos de alma e dotados apenas de força vital não possuem verdadeiro conhecimento. Como se vê, o corpo alimenta-se, a força vital vive e a alma quer e pensa. Sílvia Romero chama a atenção para a origem da teoria, já esposada por Ahrens, “apesar de apresentada como original sem a proteção dos filósofos”.⁵⁰ É realmente antiga a tese que recebeu o nome de duodinamismo. F. Bouillier, lembra Tobias Barreto, assim se exprime: “Citons aussi parmi les duodynamistes le plus décidés, M. de Magalhães, philosophe portugais que s’est inspiré, à ce qu’il semble, à la fois de M. Ahrens et de M. Lordat.”⁵¹

Verifica-se, assim, que Magalhães se afasta de Cousin, que considerava a sensibilidade como uma faculdade da alma, e a sensação como um fenômeno de consciência. Antônio Pedro Figueiredo, no Recife, nos meados do século,⁵² dedicou-se à crítica social, inspirado em Cousin, de quem traduziu, aos vinte anos, a *História da Filosofia*. Recebeu dos contemporâneos de Pernambuco e alcunha de *Cousin-Fusco* em virtude de sua simpatia à escola eclética. À corrente espiritualista liga-se, também, na mesma época, Manuel de Morais e Vale,⁵³ lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, escrevendo seus *Elementos de Filosofia*, apropriado, como diz, “à nova forma de exames da Escola de Medicina do Rio de Janeiro”. Na Bahia, Salustiano José Pedrosa professava a filosofia eclética, lecionando a vários mestres que mais tarde se encaminhariam para os estudos de Gramática Filosófica.⁵⁴

⁴⁹ Magalhães, *ob. cit.*, pág. 158.

⁵⁰ Sílvia Romero, *A Filosofia no Brasil*, pág. 25. Ahrens, *Curso de Psicologia*, 1835.

⁵¹ F. Bouillier, *Du Principe Vital et de l'âme pensante*, cap. 19, pág. 295, *apud* T. Barreto, *Estudos Alemães*, pág. 469.

⁵² Antônio Pedro Figueiredo. Ver capítulo “As Limitações do Liberalismo Radical”.

⁵³ Manuel Maria de Morais e Vale (1824-1886), natural do Rio de Janeiro, professor da Faculdade de Medicina.

⁵⁴ Entretanto, a filosofia escolástica era também difundida e ensinada. Sebastião Pinto, Frei Antônio da Virgem Maria Itaparica, Claudemiro Caldas, Salustiano Pedrosa, ensinando que Deus não

Com Eduardo Ferreira França já se revela o ecletismo mais ilustrado. No entanto, o caminho percorrido pelo pensador seria semelhante ao de Monte Alverne.

No Prefácio às suas *Investigações de Psicologia*⁵⁵ descreve a evolução de seu pensamento desde o sensismo às idéias ecléticas. De Destut de Tracy aos discípulos de Cousin que procuravam conciliar o espiritualismo com as conquistas da Biologia. Na Filosofia, a curva se revelava a mesma: do sensismo ao ecletismo, do materialismo de Condillac à moderação dos homens assustados que presenciaram 1789. O pensamento, cujas raízes repousavam nas concepções de Locke, não se sentia seguro; ao contrário, “andava inquieto, aflito até”, e por isso acabaria conduzido ao espírito da Restauração.

influiu nas ações humanas, abalaram o pensamento religioso da Bahia, circunstância que levou D. Romualdo Seixas a apelar para Itaparica a fim de combater tais idéias. Mais tarde, Guilherme Rebelo atacou dogmas da Igreja, investigando, ademais, o mistério da Santíssima Trindade, negando-o com audácia. Itaparica também o combateu a pedido de D. Manuel Joaquim da Silveira.

⁵⁵ Eduardo Ferreira França, *Investigações de Psicologia*.

XV. A DINÂMICA CONSERVADORA

Em geral, não contém a mentalidade conservadora, por si própria, predisposição teorizante. Parte de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados. Dir-se-ia não haver problema equacionado numa ordem natural das coisas, e eis a justificativa de um estado de espírito despido de inquietações. As reações conservadoras diante dos fatores imanes e situações determinadas consistiriam em atitudes habituais, e nesta situação o pensamento tranqüilamente aceita o existente, como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo.¹

Mas o ataque ideológico de um grupo social, a prenunciar uma nova era, ou que represente interesses de grupos sociais ascendentes é que provoca no espírito conservador os turbidos receios quanto à segurança de seu poder, dando margem a determinadas reações teóricas. Em face do antagonismo percuciente, por parte de um liberalismo extremado e atuante, formulado em termos de racionalismo, considera-se a realidade e passa-se por fim a sua análise.²

O liberalismo de oposição, no seu ímpeto de minar as bases da ordem estabelecida, recorre a um racionalismo que

¹ Karl Mannheim, *Ideologie und Otopie*, Dritte, vermehrte Auflage, Frankfurt/Main, 1952, pág. 199.

² Karl Mannheim, *ob. cit.*, pág. 199.

se distingue pelo sentido normativo impresso à experiência; o conservador azoinado pelo desafio, considerando o estado de coisas em que se apóia, passa a dimanar a idéia em consonância com a realidade objetiva, substituindo a norma formal do liberalismo opositor por um conteúdo concreto. Fundem-se idéias e realidade. A forma conservadora norteia-se pela experiência do passado; parte do princípio de que tudo o que existe possui um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual. Trata-se assim do aproveitamento do passado para uma experiência real, isto é, como se o passado se experimentasse como um presente virtual. (Nenhum ponto de vista pode ser defendido por sua racionalidade intrínseca, pois só a História podia legitimar ou invalidar uma pretensão política. Era preferível estar ao lado do *Weltgeist* que ser um profeta de verdades eternas.)³

Coube a Hegel a análise da existência conservadora, o que possibilitou a interpretação de uma atitude diante do mundo, traduzindo a elevação de uma forma de experiência já existente a um nível intelectual. “As experiências que o espírito parece ter por detrás dele também existem nas profundezas de sua existência presente.”⁴

A mentalidade conservadora apresenta-se sob formas determinadas. O pensamento burocrático, por exemplo, convertendo todos os problemas políticos em questões de administração. Com apoio nas leis, cuja origem e desenvolvimento está fora de seu alcance, o horizonte social do pensamento burocrático, enquadrado nessa espécie, é socialmente limitado, pois esse tipo de conservador não percebe os interesses elaborados socialmente por detrás de cada preceito jurídico. A mentalidade rígida apenas levanta sistemas de pensamentos estáticos. Considera a ciência política semelhante à ciência

³ Karl Mannheim, *Ideologische und soziologische Interpretation der geistigen Gebilde*, pág. 97.

⁴ Hegel, *apud* Karl Mannheim, *ob. cit.* Nota à pág. 204. Die Eule der Minerva beginnt beim konservativen Bewusstsein in der Tat nur bei einberchenden Dammerung den Flug. Die bekannten Schlussworte der Vorrede der Hegel'schen Rechtsphilosophie, ed. Lasson, Philosophische Bibliothek, Bd. 124, S. 17, *apud ob. cit.*, pág. 200.

da administração; uma expressão clássica desse ponto de vista é referida por Karl Mannheim; “uma boa administração é preferível à melhor Constituição”.⁵

Outra mentalidade da mesma categoria: a histórico-conservadora. Peculiar às camadas sociais da natureza e da burguesia, leva, em geral, um galardão universitário, certa de que determinada área política na vida do Estado não pode ser dirigida pela mentalidade administrativa. Só um instituto herdado, só forças espirituais, *Volksgeist*, podem ser suficientes na edificação do futuro. O conceito exprime a ideologia de uma nobreza, legitimando as suas pretensões de classe dirigente. A teoria conservadora histórica, expressão da tradição feudal, ocupa-se primordialmente dos problemas que transcendem a esfera administrativa.

A discordância ao pensamento referido é anteposta pela burguesia democrática. Seu intelectualismo dava à razão um primado indiscutível, exigindo uma política científica e tentando a racionalização total do mundo.

No ecletismo, o espírito nacional iria encontrar as bases teóricas para fórmulas de sua ideologia. O compromisso seria, em grande parte, com o Cristianismo. Trata-se, sem dúvida, de um compromisso do próprio século XIX, aqui produzido naquele sentido que Bentham atribuía à manipulação do meio ambiente, realizada por uma minoria sábia. Os ideólogos que se aceitam são, em geral, centristas, já que vinculados ao espírito da Restauração. Como Burke, por exemplo, acreditando na necessidade do novo, na necessidade do experimental. Queriam “reformular para conservar”.

Pouco importam os ataques ao liberalismo. Newman sustenta que as instituições humanas devem mudar, porque essa é a regra da vida. E Tocqueville, cuja influência é significativa sobre os nossos homens públicos, marca as suas idéias políticas por um respeito singular às tradições aristocráticas.⁶

⁵ Karl Mannheim, *ob. cit.*, pág. 104.

⁶ Newman, *Essay on the Development of Christian Doctrine*, Alexis Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*.

A forma de pensamento adotada pela *intelligentsia* brasileira realmente repousaria no espírito da restauração. Os homens públicos desenvolviam um estilo específico de pensamento, correspondente a peculiaridades de suas origens sociais. Procediam, geralmente, do domínio rural ou da incipiente burguesia urbana vinculada aos interesses de exportação. Os modos de pensamento existentes, por isso mesmo, nunca seriam alheios ao contexto da ação coletiva principal. E da ação coletiva do domínio, elaborada em função do compromisso existente em sua estrutura, emanava uma conduta adequada, que consistia no esforço permanente de manter a preeminência do domínio em seu sentido dúplice.

A elite punha-se a par do movimento cultural metropolitano, elegendo os seus modelos com relativa liberdade. Alguns adotavam formas variadas de pensamento. Outros, às vezes a juventude, ensaiavam vôos audazes às margens do pensamento tradicional, indo às fontes do materialismo francês do século XVIII; a maioria, porém, ajustava-se quando do contato com a *praxis*.

A rigor, nunca alcançou a elite uma posição de casta, talvez devido ao espírito do tempo. Através da Constituinte, não reconheceu privilégios de nascimento; organizou a nobreza, mas a não fez hereditária, condição de perpetuidade. Os fatores sociais criavam, todavia, os juristas sucedâneos dos legistas portugueses, que tanta influência desempenhariam na ideologia expansionista. Emanava o ponto de vista da ficção de que os juristas ocupavam um *status* especial como representantes do *Volksgeist*. Pois o formalismo jurídico a serviço das reformas graduais seria o substitutivo pragmático do caráter normativo da programática radical. O utilitarismo esposado por Bentham seria o instrumento para tanto, já que dava a existência formal das instituições como o sentido formal pragmático de sua existência.⁷

⁷ In diesem Sinne hatte für den evolutionären Konservatismus zuerst Savigny diese Fiktion geschaffen, dass die Juristen als abgehobener Stand die Repräsentanten des Volksgeistes sind (Von Beruf unserer Zeit zur Gesetzgebung und Rechtswissenschaft. Freiburg, 1892, S. 7). *Apud* Mannheim, *ob. cit.*, pág. 124.

A elite era ou não era necessariamente ligada ao domínio, porém a admissão à vida pública só se fazia mediante a confiança do grupo dominante. Ingressava na magistratura ou na administração, na política ou no magistério, tornando-se membro do partido conservador ou liberal, após demonstrações inequívocas quanto às suas convicções moderadas.

Aos senhores rurais brasileiros, no capital, fora imprescindível a integração na conjuntura da época. Proclamaram a independência de um país, carecendo, como base do movimento, do liberalismo econômico sob medida para atender à consolidação da liberdade do comércio. Da mesma forma, adotavam um liberalismo político quadrado às necessidades sociais do regime, que repousava sobre o trabalho escravo. Organizavam uma nação, enfim, com dois princípios revolucionários em plena fase reatora, desencadeada pela burguesia, contra a perigosa culminância que atingira o seu próprio materialismo. Diante da escolástica decadente, coberta pelo sarcasmo e já desacreditada, e à face de um materialismo afoito que ainda não aprendera a ruborizar-se nem a disfarçar-se sob fórmulas eufemísticas, outro caminho não haveria para o pensamento senão aceitar a ideologia que procurava conciliar as diferentes escolas. Conciliar, antes de tudo, a revolução nas relações externas de produção com o escravismo nas relações internas de produção, foi essa a preocupação da *intelligentsia* de 1822. Pouco importa que não se pudessem entender a tendência. Sentida socialmente, dominaria por todo o período que vai até a década de 70, através de um escol profundamente ligado aos senhores rurais e a setores da pequena burguesia urbana. Não poderia ser outra, pois se adequava perfeitamente a nossa realidade econômica, e os homens só podiam navegar em favor da corrente. Na contra-revolução o pensamento flutuava e era aniquilado quando tentava ultrapassar a barreira da moderação.

A mentalidade conservadora brasileira distingue-se do tipo histórico do conservador europeu por ser também dúplice. Haveria de formar-se em função do domínio rural que trazia em seu contexto político o reflexo das faces mercantil e feudal de sua economia.

Defendia, por todo o longo percurso de sua preeminência política, o instituto da escravatura e o liberalismo econômico, procurando ajustá-los ambos à realidade política de um país novo e composto de diferentes regiões.

Tudo a encaminharia para um esforço conciliatório. Em primeiro lugar, o *Zeitgeist* do romantismo, que emerge após a experiência da burguesia francesa, e cuja atitude se afirma temerosa à Ilustração. Ao invés de considerar a sociedade e o Estado como resultantes de relações contratuais, o romantismo os vê como unidade espiritual; prefere as mudanças imperceptíveis que se acumulam silenciosamente, repelindo as transformações violentas provocadas pelas rebeliões; coloca a superioridade dos costumes como sedimentação da consciência jurídica de um povo e, em lugar de um Direito Natural comum a todas as épocas e a todas as latitudes, estatui que todas as normas de comportamento se vinculam necessária e historicamente a cada nação, apropriadas às circunstâncias históricas e sociais de cada uma. Todavia, o conteúdo doutrinário do romantismo não deve ser visto apenas como reação infrangível ao espírito do século XVIII. Constituía uma posição conservadora, não se divorciando, porém, sua tonalidade histórico-romântica das fontes renovadoras da Ilustração.

Depois, a escola do historicismo jurídico, que também se origina da reação ao racionalismo do enciclopedismo. Burke e Adam Muller haviam-se revoltado contra a metafísica dos filósofos da revolução — *die Chimaere des Naturrechts*.⁸ Bentham reclamara um legislador que fizesse uso de sanções para estabelecer uma harmonia de interesses que o jogo espontâneo dos indivíduos não asseguraria. Com Savigny então procura o espírito conservador fixar um sentido para a sua ideologia. O Direito é determinado, antes de tudo, pelo caráter de uma nação, pelo *Volksgeist*. Desprezado o

⁸ Burke, *Reflections on the Revolution in France and on the proceedings in certain societies in London relative to that event*, 1790.

conceito de um direito produto da razão, o historicismo jurídico fazia-o derivar do espírito do povo. Em Montesquieu, as razões estão na assertiva de que “as leis devem ser de tal maneira apropriadas ao povo para o qual são feitas que, só por casualidade, podem as leis de uma nação convir a outra”.⁹

O formalismo jurídico estendia-se às normas estreitas de comportamento, constituindo um instrumento poderoso para a diferenciação cultural, na adoção de uma linguagem apurada, de hábitos diferentes, que acabam por constituir uma barreira social entre as diversas camadas. Numa sociedade que se formara pela exploração agrária e por meio de atividades mercantis, erguia-se uma *nobilitas jus*, a fundir doutores e senhores rurais. Essa ascensão de cientistas, bacharéis e literatos explica em parte a circunstância de que a mesma *intelligentsia* que se empolgava por idéias dos enciclopedistas se convertesse em seguida em apologistas do romantismo e da restauração.

A nação procurava realizar-se através de uma unificação, apelando para uma superestrutura jurídica que tudo abrangesse e justificasse. Elaborava-se um *ethos* jurídico, que grava em todas as manifestações culturais e políticas da nação os seus traços característicos.¹⁰

O próprio liberalismo econômico seria reduzido a preceito de direito público.

Na Constituição, não se incluíam disposições sistemáticas sobre a ordem econômica, já que as constituições da época se limitavam a organizar a estrutura dos poderes políticos e estabeleciam as disposições gerais e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos. Mas, por meio da hermenêutica do dispositivo que declarava competir ao Poder Legislativo promover o bem geral da nação, interpretado em

⁹ Montesquieu, *L'Esprit des Loïs*, I, III.

¹⁰ Henrique C. de Lima Vaz, “O Pensamento Filosófico no Brasil”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XVII, fasc. 3-4, julho-dezembro, 1961, pág. 237.

face de outro no qual se determinava que sem utilidade pública nenhuma lei seria estabelecida (arts. 15, n.º 9, e 179, n.º 2), o jurisdicismo firmava a inteligência do liberalismo, recorrendo ao princípio da plenitude do direito de propriedade (artigo 179, n.º 22), bem como ao princípio de que nenhum gênero de trabalho, de cultura, de indústria ou comércio “pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes”.

Pimenta Bueno, interpretando o que se deveria considerar atribuição do poder para promover o bem geral da nação, procurava reduzir a interferência do bem-estar geral sobre os interesses individuais: “Nenhuma lei deve ser concebida, dizia, senão porque a utilidade pública a reclame. A lei, ainda mesmo quando vem garantir alguma das relações da liberdade, afeta outras, cria sempre obrigações e penalidades que lhe servem de sanção; conseqüentemente, sempre que não for ditada por verdadeira utilidade pública, estabelecerá um sacrifício injusto e porventura tirania.” E concluía, marcando a hermenêutica com o conteúdo ético-jurídico, que as únicas restrições à ampla liberdade comercial e industrial se fundavam nos atos contrários aos costumes públicos ou à segurança e saúde dos cidadãos.¹¹

Da mediação entre o liberalismo econômico, nas relações externas de produção, e as relações escravistas, na fazenda, derivaria, não obstante, em razão da luta permanente entre as faces contraditórias da mesma unidade econômica, o *juste milieu*, que não visava nunca a estabilizar o *status* em benefício das relações internas de produção; ao contrário, tratava-se de uma síntese que adotava uma política de desenvolvimento gradual. Para a consagração de uma síntese com funções de natureza assim dinâmica, participaria o romantismo com o seu programa — em cujo contexto havia a exigência da *dynamisch Vermittlung*¹² naquele sentido que

¹¹ Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*.

¹² Karl Mannheim, *ob. cit.*, pág. 141.

Mannheim realça, como “um intento, constantemente renovado, de alcançar a síntese de todas as perspectivas existentes mirando a uma reconciliação dinâmica”. Ademais, no próprio conservantismo, esse nacionalismo decorrente adotava formas adequadas para a patriarquia rural como classe portadora do espírito progressista. Tratava-se, pois, de uma modalidade de Fenomenologia brasileira cujo objetivo era a síntese da problemática que se projetava sobre o Brasil, partida da revolução e da contra-revolução.

A busca de uma mediação no plano político e social entre o liberalismo revolucionário e a tendência conservadora histórica já é sensível no processo do movimento de 1822. Independente o país, o liberalismo econômico consagrava-se, porém harmonizado às relações internas de produção. O próprio liberalismo político sofre um processo de adaptação, ao fechar os olhos para a escravatura.

Deixava-se a *intelligentsia* nacional governar pela tendência que se firmara nos acontecimentos e no próprio estatuto político de 1822. O liberalismo radical não esmorecia, lançando sobre o próprio espírito dominante uma permanente plataforma de oposição. A elite nacional passaria, pois, desde os seus primeiros tempos, à teorização de suas idéias, pois o repto não poderia deixar de ser aceito.

O roteiro da *intelligentsia* moderada teria sido a idéia de que os interesses do domínio rural coincidiam perfeitamente com os ideais da nacionalidade. Cumpre assinalar a importância que assume para a ideologia dela a circunstância da aceitação do liberalismo econômico, que satisfazia a face mercantil do domínio rural. Vinculara-se necessariamente à própria dinâmica do movimento da Independência, visto que a consolidação da abertura dos portos era o divisor comum de todo o partido nacional. Em função de um nacionalismo que se apoiava nos princípios de unidade nacional, passaria a atuar a alavanca firmemente assente sobre um domínio feudal mercantil. E o nacionalismo se conjuminaria com o espírito conservador, no sentido hegeliano de que as nações

constituem a força atuante, porque o princípio do desenvolvimento histórico é o gênio nacional.

Nunca seria possível a liderança do pensamento radical, e a vitoriosa é, toda ela, no século passado, aquela que se norteia pelo espírito de moderação, formada no período de união dos reinos. Quebrara-se realmente o ímpeto do radicalismo, dando ensejo a uma constante de centro, de conservadorismo atuante.

Pouco valem as raízes que a elite mergulhou no pensamento revolucionário. O percurso para a liderança sempre importaria num recuo das posições exaltadas para o centro atuante. José Bonifácio, leitor dos materialistas franceses em sua mocidade, ajusta-se à posição centrista. Em sua representação à Constituinte sobre a escravatura, renegando as idéias libertárias, declara que não desejava ver abolida de repente a escravidão, pois isso traria grandes males. “Para emancipação de escravos, sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-lo permanentemente dignos de liberdade; cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos.” Também as suas idéias revisadas levaram-no a desejar que se repartisse a soberania entre o imperador e a Assembléia Constituinte.

O Centro desse modo se firmou, congregando antigos revolucionários, puxando-os para o *juste milieu* em que, após a Restauração, se punha a burguesia européia afadigada de jacobinismo.

A ideologia nacional conservadora teria partido do liberalismo econômico aqui percutido no final do século XVIII e cuja trajetória é algo diversa do pensamento político radical. Primeiramente, nunca teria assustado a reação portuguesa. A um extrato de Adam Smith, defendendo o comércio entre a Europa e as colônias inglesas, deu beneplácito a Mesa de Comércio sobre o Exame e a Censura de Livros, fundada no parecer de que “o livre comércio colonial contrariava a prática, mas tão fortes eram as provas a seu favor que mereciam a reflexão dos soberanos ou Estados que têm colônias, para

bem as governarem segundo as leis da justiça e da sociedade civil”.

A sua formulação na colônia desenvolve-se desvinculada do ideal de emancipação política. Com esse espírito, publicaria Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco, os seus trabalhos, defendendo reformas liberais no terreno econômico e sugerindo medidas de natureza tarifária. Aconselhava a abolição do estanco do sal em favor do aumento das exportações de carne e pescado; o acréscimo da marinha mercante com barcos fabricados na colônia; a intensificação das pescarias como meio de civilizar o gentio e de reerguer o poderio naval português e a extinção dos direitos do reino sobre as madeiras brasileiras. De um modo geral, sustentava que a metrópole devia abrir mão de uma parte de seus lucros para que a colônia pudesse desenvolver-se e manter-se a união entre elas. Censura a violência fiscal, que desorganizava a economia das Minas Gerais, sendo sua doutrina dominada pela enorme presença de Adam Smith, cujo liberalismo comercial esposa, “conciliando-o”, como acentua Werneck Sodré, “com o regime do monopólio, encarando Portugal e Brasil como partes de um todo”.¹³

Admite o bispo o ajuste de interesses, adaptando as suas formulações ao regime de submissão à metrópole, o que refletia, de certo modo, a cautela que a pressão britânica procurava imprimir à sua política de abertura dos mercados coloniais.

Silva Lisboa, em seguida, empreende uma defesa mais sistemática dos princípios de Adam Smith. Já se destacara, anos antes quando da publicação de um volume de direito mercantil, que chegaria a ser adotado como Código Comercial, em substituição às velhas normas das Ordenações. Em 1804, dá início a sua incursão demorada nos estudos econômicos, resumindo as idéias liberais, censurando, na ordem política, qualquer restrição à indústria e ao comércio e reivin-

¹³ Nelson Werneck Sodré, *A Ideologia do Colonialismo*, pág. 32.

dicando o imprescindível direito à liberdade de comércio e navegação, franqueado a todos, como bem comum, o reino do oceano. No que toca ao espírito de conciliação, aproxima-se de Azeredo Coutinho, vindicando o comércio livre e advertindo a metrópole com o apotegma de Hesíodo: “Stulti, neque sciunt, quanto plus dimidium sit toto”.¹⁴

Silva Lisboa parece responder então às mais sentidas aspirações da face comercial de nosso domínio e de setores da incipiente burguesia urbana, defendendo e divulgando as idéias do liberalismo sem comprometê-lo com qualquer ressaibo jacobino. No que toca ao problema da escravidão, ele não mais se revela o antiescravagista da correspondência com Domingos Vandelli. Assim é que a própria Impressão Régia editaria alguns dos seus trabalhos e a obra de Adam Smith, traduzida por seu filho, Bento Lisboa.

No *Correio Brasiliense* ecoaria a obra do economista. A ressalva que Hipólito faria às observações de Silva Lisboa sobre o comércio franco no Brasil, no que toca à forma livre de governo, constitui um marco na elaboração do pensamento político de centro, em gestação, e possível, é verdade, em razão da distância em que se encontrava o jornalista. Hipólito prosseguiria na divulgação de outros trabalhos liberais, publicando em seu mensário, durante vários anos, os princípios de economia política de Sismonde, nas partes que segundo ele seriam de aplicação universal.

Aos postulados puramente econômicos adicionava Hipólito outras medidas de cunho político-administrativo: *a*) cutorgar às câmaras as mesmas prerrogativas que vigoravam em Portugal; *b*) atrair emigrantes europeus e desenvolver os estudos, admitindo-se a liberdade das ciências. (A tendência contemporizadora que se forma não perde a oportunidade de realçar a importância das reformas, sem prejuízo da unidade com Portugal.)

¹⁴ José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, *Princípios de Economia Política*.

Quanto à escravatura, a formulação de seu problema seria da mesma forma colocada. Nação independente alguma e soberana poderia manter em si a instituição, mas prudente e gradual teria que ser a sua extinção, “pois seria absurdo re-matado” abolí-la repentinamente.¹⁵

Tudo pois conduzia o domínio rural, por sua elite, e arrastando a seu reboque as classes urbanas, vinculadas ao comércio importador e exportador, a tomar o liberalismo econômico como ponto de partida para a sua política de consolidar a abertura dos portos. Estava assim o pensamento centrista algo distanciado do enciclopedismo e das soluções políticas revolucionárias.

Sem dúvida, a tendência parecia certa do meio-termo, que já se consolidava. Hipólito julgava isso matéria de importância, “porque é seguro indício de que o terror inspirado pela Revolução Francesa principia a abater-se e já não olha as idéias de melhoramento das instituições públicas como tendentes à anarquia, em vez de servirem a firmeza do governo”.¹⁶

As idéias de centro ganhavam extensão e profundidade. O pensamento do meio-termo difunde-se de pouco a pouco e às vésperas da Independência é firme e atuante.

O conservantismo da liderança escudar-se-ia no princípio a que Vasconcelos irá referir em sua Carta aos Eleitores: as Leis devem ser acomodadas às circunstâncias das nações.

Esse conceito praticista precede a atividade parlamentar do estadista mineiro. Constitui uma das preocupações que a câmara de Vila de S. João d’el-Rei deixa entrever em sua mensagem de felicitações à Assembléia Constituinte, quando revelava a aspiração por carta “organizada pelos princípios invariáveis do direito social meditada na lição profunda da experiência e da história das nações e amoldada às circunstâncias e relações políticas deste vasto império”.¹⁷

¹⁵ Hipólito da Costa, *Correio Brasiliense*, novembro de 1822.

¹⁶ Hipólito da Costa, *idem*, XI, 924, dezembro de 1823.

¹⁷ Bruno de Almeida Magalhães, *O Visconde de Abaeté*, pág. 21.

A ação política tinha o seu ponto de partida nesse critério realista, e ao radicalismo preocupado sempre com o normativo indagava Vasconcelos: “Para que havemos de questionar sobre o que é melhor fazer-se, se o aperto das nossas atuais circunstâncias só nos faculta indagar o que se pode fazer?”

Aos mesmos espíritos, que insistiam em proclamar exemplos de outras latitudes, redargüia: “Não gosto de citar exemplos de nações; sou pouco amigo de argumentos com a História. Estou nesta opinião; talvez esteja errada, mas tenho para segui-la alguns fundamentos. Não há uma só nação que esteja para com outra em idênticas circunstâncias; todas têm sua variedade. Assim como não há um semblante inteiramente igual e semelhante a outro, da mesma forma os fatos sempre variam; e ainda que pareçam alguma vez análogos, contudo sempre se apresentam ao observador infinitas circunstâncias que os distinguem e separam.”¹⁸

Esse apego à realidade objetiva confundia-se às vezes com certa hermenêutica acerada. Respondendo a Odorico Mendes, que, a propósito dos escravos, citara a Declaração de Direitos de 1789 no princípio de que qualquer homem tem a presunção de ser livre, Vasconcelos situaria as suas idéias no terreno da legislação brasileira quanto ao homem negro.

Estabelecia-se a premissa dominante em toda a vida imperial brasileira. A base para o comportamento do líder realista estaria “no complexo das circunstâncias que operam”.

Já na maturidade da Monarquia, outra não é a inteligência, revelada por Uruguai em seus Ensaio sobre o direito administrativo: para a felicidade de uma nação, não só é essencial a liberdade política, mas a adequação das instituições às suas circunstâncias.¹⁹

Conhecê-las é o primeiro cuidado, motivo por que o líder regressista deplorava o desamor com que se tratava o que é

¹⁸ *Anais da Câmara*, 1826, tomo II, pág. 342.

¹⁹ Visconde do Uruguai, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, tomo I, pág. IV.

nosso, “deixando de estudá-lo para somente ler superficialmente e citar coisas alheias, desprezando a experiência que transluz em opiniões e apreciações de estadistas nossos”.²⁰

Parecia o conservador repetir, trinta e tantos anos após, as censuras que Vasconcelos fazia aos seus pares preocupados com opiniões de tratadistas. “Porque estes escritores assim entenderam a significação desta palavra, não se segue que façamos o mesmo, pois eles interpretaram a sua Constituição e nós a nossa... A lei que fazemos é para brasileiros, e é auxiliar da Constituição que lhe deve conseqüentemente ser conforme.”²¹

Certo é que nem Uruguai nem Vasconcelos desprezavam os estudos alienígenas, porém faziam restrições à cópia sem exame e ao próprio estudo sem espírito crítico. “Para nós nem sempre eram os autores franceses guias seguros porque imprimiam nas suas doutrinas o tipo de suas instituições peculiares, e portanto daquela centralização excessiva e minuciosidade regulamentar que tanto as caracteriza.” A crítica porém não elimina o conhecimento e a experiência de outros países, desde que se proceda com “o devido desconto de causas especiais que ali produzem resultados que à falta dessas causas pode negar ou mudar entre nós”.²²

A preocupação de adaptar, de ajustar a experiência estrangeira às condições nacionais, decorre do próprio espírito da conciliação. Vasconcelos apregoava sua convicção de que “a verdade não se acha nos extremos”.²³

O realismo das afirmativas de Vasconcelos quanto à política pareceu amoralidade a muitos, impressão que parece ter tido o próprio Imperador, já trinta anos mais tarde, ao fazer anotação na biografia de Furtado, escrita por Tito Franco. “Não há em política princípio justo ou injusto; tudo depende da mobilidade das circunstâncias; a transação é a

²⁰ Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, pág. VIII.

²¹ *Anais da Câmara*, 1826, tomo II, págs. 220 e 223.

²² Visconde do Uruguai, *ob. cit.*, pág. XVIII.

²³ *Anais da Câmara*, 1827, tomo I, pág. 39.

única lei da moral política.” Quando Vasconcelos, na regência de Araújo Lima, escandalizava os seus pares com tais afirmativas, ele apenas ratificava um critério que vinha já de anos.

Os conflitos com o trono, de que resultavam as críticas freqüentes às instituições, nunca ultrapassaram por parte dos conservadores as balizas do meio-termo. Quando da reação liberal de 1844, ensaiariam o cautério das violentas increpações contidas em opúsculos de Rodrigues da Silva.²⁴

A análise do desvirtuamento do poder monárquico é feita em termos de uma lição de direito público. À chamada facção áulica caberia a responsabilidade, segundo os conservadores, da infração ao princípio da providência das maiorias parlamentares. “A conformidade portanto da Coroa com as maiorias parlamentares é uma regra, e a divergência só pode ser admitida como exceção, e exceção instantânea que deve para logo desaparecer por via da demissão do Ministério ou dissolução da Câmara temporária.” Outros princípios são debatidos no mesmo tom. O direito de nomear e demitir ministros conferido pela Constituição ao Poder Moderador não é absoluto, argumenta-se; está subordinado na sua aplicação a “circunstâncias muito imperiosas, a essa necessidade de harmonia sem a qual não há sistema, mas um jogo disparatado de potências que se cruzam, se abalroam, se danificam mutuamente”.

A matéria é sempre debatida em termos de argumentação de legista: “O governo monárquico representativo não é governo de uma só vontade, mas o governo de opinião legitimamente verificada, contida nos seus excessos pela Monarquia, que por via da dissolução e do veto a refreia e lhe permite o tempo preciso de se ilustrar e tornar-se justa.”

O episódio conhecido por *mentira de bronze* é outro significativo exemplo da identificação conservadora aos ideais monárquicos. Em face dos ataques liberais a Pedro I, levan-

²⁴ Rodrigues da Silva, *A Dissolução do Gabinete de 5 de maio e a Facção Áulica*.

tou-se a fria análise da independência em artigo de Rodrigues da Silva. Quarenta anos após a emancipação política do país, o jornalista conservador desvendava outra vez a preocupação moderada da unidade. “Ninguém duvida”, escreveu ele, “que o sentimento da Independência estava nos ânimos de todos; que era chegada a hora de quebrarmos os laços que nos prendiam à antiga monarquia portuguesa... e que, com D. Pedro I ou sem ele, o Brasil proclamaria a sua emancipação política. Mas igualmente o que, em consciência, não se poderá desconhecer, é que nem o pensamento da Independência do Brasil teria a unidade da ação que teve, nem o fato se realizaria como se realizou, com geral aprazimento do país... se a Independência não tivesse por si o Príncipe. O Sr. D. Pedro I tornou-se um centro de ação e ordem; para ele voltaram-se as vistas de todas as províncias; e ante ele desapareceram todos os ciúmes de preeminências... A unidade se desfaria, se ele não emprestasse o concurso de sua autoridade ao movimento libertador, pondo freio às ambições dos caudilhos. Ele foi o elemento mais poderoso da ação e unidade.”²⁵

O espírito conservador mantinha no pedestal os tratadistas clássicos ingleses e franceses do direito público. Outros autores, de quando em vez, deixaram influência nas eminências conservadoras. Entre estes, Cafefique, lido e debatido entre os saquaremas, conforme registra a correspondência de Justiniano da Rocha, em que faz o elogio do historiador francês, afirmando que os seus livros passaram pelas mãos de Paulino, Honório, Rodrigues Torres. Mesmo em 1844 o *Publicador Mineiro* trazia por epígrafe a frase de Cafefique: “A escola da autoridade é a única legítima; porque é a única realizável; um governo filho da revolta não pode marchar um só dia em virtude de seu princípio, e expira, se o não combate.”

²⁵ *Jornal do Comércio*, 25 de março de 1862, apud *Um Jornalista do Império*, Nelson Lage Mascarenhas, págs. 249/252.

Desse pensamento calmoso parece nascer a formulação da idéia conservadora, exposta por Firmino: “A idéia conservadora é inseparável de todas as instituições, em todos os tempos e fases da civilização. É a primeira que surge no dia seguinte ao das revoluções para firmar-lhe as conquistas. Sem ela a sociedade giraria desnorteada, como no espaço os corpos privados do centro de gravitação... Nos domínios da razão e da consciência este instinto se traduz no desejo de conservar o bem que possuímos; de não abandonarmos irrefletidamente o certo pelo duvidoso; de não caminhar para o desconhecimento senão à luz da experiência dos fatos sucessivos, das idéias encadeadas como nas ciências exatas chegamos... A idéia conservadora não é a imobilidade chim, nem a fatalidade islamita. Não exclui o movimento pela mesma razão por que o não considera a única condição de aperfeiçoamento do ente moral, indivíduo ou sociedade... O movimento é portanto uma lei de sua conservação, como de todo criado, e o progresso não é senão o movimento, na ordem moral e intelectual.”²⁶

Ao espírito ilustrado, alistado nas hostes conservadoras, teria pois cabido, em toda a história do século passado, o evitar as concussões, o mérito das reformas, realizando-as prudentemente. O próprio Rodrigues da Silva diria que as reformas propostas pelos liberais deviam sempre ser encaradas com desconfiança.

Os conservadores, quando sentem necessidade delas, fazem-nas. Fazemos no governo o que eles reclamam em oposição, diziam eles, os conservadores.

²⁶ Firmino Rodrigues da Silva, *Correio Mercantil*, apud Nelson Lage Mascarenhas, in *Firmino Rodrigues da Silva*, pág. 329.